



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CHINA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS: UMA INTERPRETAÇÃO

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação da Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Rodrigo Pimentel Ferreira Leão** em 16/07/2010 e orientado pela **Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira**.*

CPG, 16/07/2010

Campinas, 2010

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

L476p Leão, Rodrigo Pimentel Ferreira.
O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação/ Rodrigo Pimentel Ferreira Leão - Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientador : Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia – Reforma. 2. Estado Nacional. 3. China – Desenvolvimento econômico. I. Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

10-051-BIE

Título em Inglês: The accumulation pattern and the China's economic development in the last three decades: an approach

Keywords: China – Economic development ; Economic reform ; National state

Area de Concentração : Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira
Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira
Prof. Dr. Marcos Antonio Macedo Cintra

Data da defesa: 16-07-2010

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: RODRIGO PIMENTEL FERREIRA LEÃO

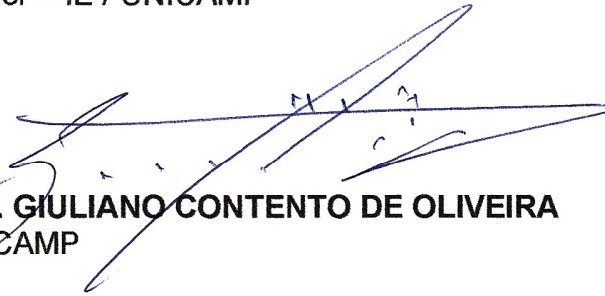
**“O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da
China nas últimas três décadas: uma interpretação”**

Defendida em 16 / 07 / 2010

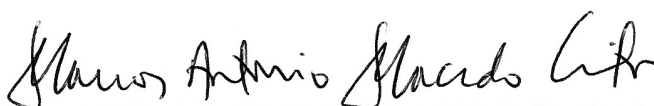
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. GIULIANO CONTENTO DE OLIVEIRA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA
IPEA/DF

Ao meu irmão André, por ensinar que a justiça e a igualdade começam com o fim da discriminação.

“Cuide dos meios. O fim cuidará de si mesmo”.

Mahatma Gandhi

AGRADECIMENTOS

Mais do que um simples trabalho de conclusão de mestrado, esta dissertação representa um marco na construção de uma trajetória acadêmica, que venho perseguindo ao longo dos últimos cinco anos. Apesar das árduas missões que me foram impostas, o doce sabor da conclusão deste trabalho e das outras coisas que conquistei ao longo de sua execução, fez com que todos os desafios e obstáculos se tornassem muito pequenos.

Como se sabe, uma dissertação de mestrado é a conclusão parcial de um longo processo de aprendizado, de formação, que continua em marcha. E, mais do que isso, é um processo que não depende exclusivamente dos meus esforços, mas também do apoio e orientação de muitas pessoas. Apoio e orientação que se manifestam de muitas formas, desde o financiamento até o suporte emocional naqueles momentos mais difíceis. Por este motivo, antes de tudo, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) por financiarem integralmente o desenvolvimento dessa pesquisa.

Indo para o campo da orientação, tenho o dever de agradecer ao meu orientador Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. Primeiramente, sou grato por ter aceitado prontamente o desafio de me orientar, desde os primeiros passos da montagem do projeto, quando ainda estava na graduação. Além disso, agradeço não somente sua grande disponibilidade para resolver desde as dúvidas mais básicas até aquelas mais complexas, como também por ter me feito mergulhar de corpo e alma nas mais diversas questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e economia chinesa.

Também sou profundamente grato ao professor Celio Hiratuka que, além de ter acrescentado valiosas contribuições para esta dissertação, proporcionou-me grandes progressos na minha vida acadêmica desde seu início. Ao lado dele, agradeço ao técnico de pesquisa e planejamento do Ipea, Marcos Antonio Cintra, que me abasteceu com seus infinitos conhecimentos, bem como ensinou-me que bom-humor e dedicação são elementos cruciais para realização de um trabalho acadêmico. A ele, meu muito obrigado, pelas risadas e pelo rigor que ajudaram a melhorar esta dissertação.

Lembro ainda dos professores do mestrado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que, cada um ao seu modo, possibilitaram a expansão das fronteiras dos meus conhecimentos e o aperfeiçoamento deste ainda aprendiz de pesquisador. Agradeço à Luciana Acioly, por ter me dado a oportunidade de trabalhar num Instituto tão respeitado como o Ipea, auxiliando-me de diversas formas nos meus estudos sobre o desenvolvimento chinês, e, ao Giuliano de Oliveira, por ter feito comentários e sugestões tão importantes, que me ajudaram a resolver problemas remanescentes desta dissertação, num momento em que meus pensamentos já tinham extrema dificuldade de encontrar tais soluções. Ainda agradeço aos funcionários do Instituto de Economia da Unicamp e aos estagiários do Ipea – em especial ao André Jakob – por facilitarem meu trabalho em diversos momentos de dificuldades.

Saindo do campo da orientação, lembro do apoio e da dedicação de uma série de pessoas, sem as quais a elaboração desta dissertação não ocorreria. Em primeiro lugar, recordo-me dos meus grandes amigos da graduação, Gustavo, Leo, Thiago, Lucas e Guilherme, não somente por terem me tornado um economista mais competente, mas principalmente por me proporcionarem momentos tão inesquecíveis ao longo dos últimos anos, fazendo com que eu compreendesse de modo mais claro o que significa a amizade. Em segundo lugar, agradeço as meninas do mestrado, assim como ao Leandro e ao Fernando, que compartilharam comigo uma parte dessa trajetória tão árdua e, muitas vezes, enfadonha, e me ajudaram a esclarecer muitas das ideias presentes neste trabalho. Em terceiro lugar, lembro do Mário e do William que, além de importantes parceiros acadêmicos e críticos rigorosos, me mostraram que é possível criar um grande laço de amizade com pessoas aparentemente implicantes. Em último lugar, sou grato à Keiti e ao Emilio por terem tornado a minha adaptação em Brasília mais fácil e, principalmente, por me mostrarem que a diversidade do pensamento é fundamental para a formação intelectual. Aos amigos de Vinhedo, agradeço pelo fato de me lembrarem que a vida é muito mais do que simplesmente esta dissertação. Além de todos eles, quero dizer muito obrigado à Marcela por compartilhar e me apoiar, ao longo da dissertação, em momentos tanto de euforia, como de aflição.

Aos meus pais, Carlos e Maria Luiza, sou grato, antes de tudo, pela vida e por me ensinarem a importância de coisas tão básicas, mas essenciais: caráter, moral, honestidade e solidariedade. Ao meu irmão, André, agradeço por me fazer entender, todos os dias, que amar é

mais do querer o bem de alguém, mas, em especial, abrir mão, compartilhar e se solidarizar com os demais. Apesar da distância, sua companhia em vários momentos foi importante para que eu não me desesperasse e concluísse este trabalho. Por último, recordo-me da “Peta” que, apesar de tão pouco tempo na minha vida, propiciou-me momentos tão especiais e inesquecíveis, tornando a conclusão deste trabalho muito mais prazerosa.

RESUMO

A China emergiu nas últimas três décadas como uma grande potência econômica mundial, desde o lançamento do programa de reformas “Quatro Modernizações” em 1978. Todavia, essa ascensão chinesa não esteve relacionada somente às transformações impulsionadas por este programa de reformas, mas também às modificações do cenário internacional, bem como a uma construção histórica, social, política e econômica muito particular. Assim, a execução cada reforma instituída pelo governo chinês foi levada a cabo a partir da análise dessas dimensões do seu processo de formação e desenvolvimento. O governo procurou observar as mudanças conjunturais e estruturais tanto da economia nacional, como internacional para levar a frente seu processo de modernização e abertura controlado pelo Estado a fim de garantir a estabilidade social e política. Em função disso, esse processo permitiu à China ingressar num padrão de acumulação tipicamente capitalista, cujas mudanças permitiram ao país superar o isolamento internacional e dirimir a pobreza da sua população, mas sem romper com seu sistema político e alterar radicalmente sua estrutura social. Portanto, as reformas, em função da forte regulação e participação do Estado, significaram progresso e desenvolvimento para toda a sociedade e a economia chinesa.

ABSTRACT

China has emerged in the last three decades as the world's economic superpower since it has initiated the reform program "Four Modernizations" in 1978. However, the Chinese ascent has not only been related to the changes caused by this program, but also to the transformations occurred in the international scenario, as well as to a historical social construction, and a very peculiar economical policy. Hence, the goals and characteristics of each reform shaped by the Chinese government were linked to all these issues, in order to take advantage of the opportunities offered by the international economy and to not harm the Chinese social, political and economical stability. Intending to correspond to its historical and structural characteristics, the commencement of the "Four Modernizations" brought China into a process of capital-accumulation, whose changes allowed the country to overcome the international isolation and to diminish the poverty of its population. Therefore, the reforms, due to the intense regulation and participation of the State, resulted in progress and development to all the Chinese society and economy.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
SUMÁRIO	xv
ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS	xvii
LISTA DE SIGLAS	xix
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS: reflexão sobre as mediações históricas do processo de acumulação capitalista	9
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO 1 – DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA ÀS “QUATRO MODERNIZAÇÕES” NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: transformações e rupturas sob liderança do Estado Nacional	17
1.1 O processo histórico-estrutural de formação da sociedade chinesa e as heranças socioeconômicas.....	17
1.2 Os objetivos e os resultados da estratégia de Mao e o embrião da acumulação capitalista: da Revolução Cultural às “Quatro Modernizações”	28
1.3 A lógica da acumulação chinesa no capitalismo globalizado: uma coordenação liderada pelo Estado Nacional.....	37
CAPÍTULO 2 – OS DETERMINANTES EXTERNOS DAS “QUATRO MODERNIZAÇÕES”: o desenho geoeconômico e geopolítico e as relações de poder no último quarto do século XX	45
2.1 Transformações geopolíticas e geoeconômicas: a Segunda Guerra Fria e a rede econômica asiática.....	45
2.2 As relações de poder após as “Quatro Modernizações”: a complexa transição política e militar	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71

PARTE II – ACUMULAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO CHINÊS: as transformações econômicas e sociais impulsionadas pelas “Quatro Modernizações” e pela gestão macroeconômica75

CONSIDERAÇÕES INICIAIS77

CAPÍTULO 3 – AS “QUATRO MODERNIZAÇÕES” E A GESTÃO MACROECONÔMICA: a expansão dos investimentos e da tecnologia como eixo das reformas81

- 3.1 As transformações produtivas no campo: reforma da agricultura e expansão das TVE.82
- 3.2 As transformações da ciência e tecnologia e da produção industrial urbana92
 - 3.2.1 A dimensão externa das reformas: a atuação do capital estrangeiro num ambiente de forte regulação estatal95
 - 3.2.2 A dimensão interna das reformas: as estatais e o sistema nacional de inovação105
- 3.3 A reforma do sistema público de financiamento.....119
- 3.4 A gestão macroeconômica: políticas cambial, monetária e fiscal.....128

CAPÍTULO 4 – O DESENVOLVIMENTO CHINÊS E SEUS RESULTADOS: a ascensão econômica e social no cenário das “Quatro Modernizações”143

- 4.1 A expansão da renda e a estabilização do nível de preços145
- 4.2 O setor externo: acúmulo de reservas a partir das exportações e do IDE150
- 4.3 As transformações sociais: aumento dos salários, redução da pobreza e melhora do padrão de vida156

CONSIDERAÇÕES FINAIS161

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS.....165

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....175

ANEXO187

ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Padrão triangular de comércio na Ásia.....	58
Tabela 1 – China: produção de bens agrícolas.....	89
Gráfico 1 – China: evolução dos preços no campo	90
Gráfico 2 – China: evolução do consumo de fertilizantes químicos e de máquinas agrícolas	91
Tabela 2 – China: indicadores selecionados das TVE	92
Gráfico 3 – China: gastos com P&D, importação de tecnologia e absorção tecnológica.....	103
Gráfico 4 – China: fontes de financiamento da FBCF	111
Tabela 3 – China: indicadores selecionados da indústria, por tipo de instituição.....	113
Gráfico 5 – China: composição dos ativos financeiros, por tipo de instituição.....	125
Tabela 4 – China: usos do financiamento bancário.....	126
Gráfico 6 – China: evolução da taxa real e nominal de câmbio.	129
Gráfico 7 – China: evolução das taxas de juros (real, interbancário, empréstimos e depósito).....	134
Gráfico 8 – China: evolução da dívida pública	140
Tabela 5 – China: evolução e taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)	146
Gráfico 9 – China: composição da despesa do PIB.....	147
Gráfico 10 – China: evolução da formação bruta de capital fixo.....	149
Gráfico 11 – China: evolução da taxa de inflação.....	149
Tabela 6 – China: evolução do balanço de pagamentos	151
Gráfico 12 – China: evolução das reservas internacionais.....	152
Gráfico 13 – China: Participação das contas no saldo das transações correntes.....	153
Gráfico 14 – China: evolução do comércio internacional.	154
Gráfico 15 – China: Participação dos fluxos líquidos de capital recebidos por tipo	154
Gráfico 16 – China: fluxos e estoques de IDE recebido	155
Gráfico 17 – China: evolução dos salários urbanos reais.....	156

Gráfico 18 – China: evolução do hiato da pobreza (% população abaixo da linha de pobreza)	157
Tabela 7 – China: evolução da desigualdade e da participação da população urbana na renda.....	158
Tabela 8 – China: evolução da desigualdade e da participação da população rural na renda	158
Tabela 9 – China: evolução da taxa de mortalidade.....	159
Gráfico A.1 – China: evolução do comércio internacional de armas.....	187
Gráfico A.2 – China: evolução da área irrigada	187
Gráfico A.3 – China: Evolução diária da taxa de câmbio nominal.....	188
Tabela A.1 – China: Evolução dos salários real e nominal por tipo de empresa.....	188
Gráfico A.4 – China: evolução dos depósitos compulsórios em relação aos ativos bancários	189
Gráfico A.5 – China: evolução das reservas excedentes e dos depósitos compulsórios.....	189
Gráfico A.6 – China: evolução do serviço da dívida pública	190
Gráfico A.7 – China: evolução do consumo de energia.....	190
Gráfico A.8 – China: estrutura da matriz energética.....	191
Gráfico A.9 – China: composição setorial do PIB	191
Gráfico A.10 – China: composição setorial do emprego	192

LISTA DE SIGLAS

ABC – *Agricultural Bank of China*

ADBC – *Agricultural Development Bank of China*

AMC – *Asset-Management Companies*

BPC – Banco do Povo da China

CAAS – *Chinese Academy of Agricultural Science*

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS – *Chinese of Academy Science*

CBRC – *China Banking Regulatory Comission*

CDB – *China Development Bank*

C&T – Ciência e Tecnologia

CIA – *Central Intelligence Agency*

ELP – Exército da Liberdade Popular

ETN – Empresas Transnacionais

Eximbank – *Export-Import Bank of China*

FAO – *Food and Agriculture Organization*

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FIE – Firmas com Investimento Estrangeiro

ICBC – *Industrial and Commercial Bank of China*

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

ILO – *International Labour Organizational*

IMF – *International Monetary Fund*

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NBS – *National Bureau of Statistics*

NEP – Nova Política Econômica

NIC – *New Industrialized Countries*

NIE – *New Industrialized Economies*

NMF – Nação Mais Favorecida

OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*

OMC – Organização Mundial de Comércio

Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCC – Partido Comunista Chinês

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

RCC – *Rural Credit Cooperatives*

RNB – Renda Nacional Bruta

Sasac – *State Assets Supervision and Administrative Commission*

SCO – *Shanghai Cooperation Organization*

SDI – *Strategic Defensive Initiative*

STLG – *Science and Technology Leading Group*

TIC – *Trust and Investment Corporations*

TVE – *Township and Villages Enterprises*

UCC – *Urban Credit Cooperatives*

Unctad – *United Nations Conference of Trade and Development*

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USAID – *United States Agency for International Development*

VAT – *Value Added Tax*

ZDET – Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

ZDHT – Zonas de Desenvolvimento da Indústria *Hi-Tech*

ZEE – Zonas Econômicas Especiais

ZPE – Zonas de Processamento de Exportação

INTRODUÇÃO

O paradigma do desenvolvimento da China nas últimas três décadas tem suscitado a formação de uma série de opiniões entre os cientistas sociais das mais diversas áreas. As análises sobre o regime político monopolizado pelo partido comunista, sobre a natureza das reformas econômicas e sobre outros temas, como meio ambiente, direitos de propriedade e legislação trabalhistas, têm sido alvos de intensos debates acadêmicos. Além da ampla abordagem temática, as interpretações sobre cada um desses temas também tem gerado divergências. As reformas “Quatro Modernizações¹” lançadas no final de 1978, por exemplo, que permitiram ao país alcançar rápidas transformações na sua economia e sociedade, foram alvos de grande polêmica no interior das instituições de pesquisa, universidade e, inclusive, na imprensa.

Várias foram as abordagens adotadas por esses organismos para explicar o desenvolvimento econômico da China. Existiram desde aquelas visões mais liberais, que entenderam esse desenvolvimento como fruto de um amplo e indiscriminado processo de abertura, até aquelas abordagens que o trataram como produto da manutenção do regime comunista, ou ainda, que o viram apenas como resultado dos impulsos enviados pela economia internacional. A interpretação denominada de “pró-mercado”, por exemplo, deu ênfase excessiva na mudança do caráter interno do desenvolvimento, como se a China deixasse para trás um passado de irracionalidade e passasse a adotar um conjunto de políticas econômicas corretas. Nessa visão, as políticas implementadas foram favoráveis apenas à abertura econômica e ao setor privado que, por meio do aumento da eficiência e competitividade, possibilitaram ao país ingressar ativamente no processo de globalização (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2005).

Este trabalho entende o sucesso da China “como resultado tanto de fatores externos, ou seja, a mudança da política americana em relação ao país, como de ‘fatores internos’, ou seja, sua capacidade de conceber e executar reformas²” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2005, p. 7). Assim, a interpretação aqui utilizada busca reunir elementos internos e externos a fim de compreender a

(1) Denominação aplicada pelo governo chinês às reformas econômicas que se iniciaram em 1978. Como é observado no Capítulo 1, os líderes do Partido Comunista Chinês (PCC), Zhou Enlai e Deng Xiaoping, comandaram a formulação desse programa de reformas.

(2) Essa visão é completamente contrária àquela que foi denominada de “pró-mercado”. Como mostrou Cardoso de Mello (1997), o padrão de desenvolvimento da China foi induzido por reformas implementadas pelo Estado Nacional. As políticas para romper a barreira do subdesenvolvimento acabaram sendo coordenadas por um projeto nacional de desenvolvimento liderado pelo Estado e não pela adoção unilateral de políticas corretas favoráveis à abertura para o mercado e para o setor privado.

transição econômica da China desde o final dos anos 1970. Nessa interpretação, portanto, incorporam-se elementos históricos e estruturais das transformações na China desde o final da década de 1970. Colistete (2001, p. 28) definiu essa abordagem:

O capitalismo (...) e seu modo de funcionamento são determinados por estruturas que caracterizam distintos períodos históricos. Nessa abordagem, as estruturas básicas são as forças produtivas e as relações de produção. Os demais elementos da economia (...) são derivados das características dessas estruturas em momentos específicos da história econômica.

Dessa maneira, a compreensão do desenvolvimento chinês precisou ser feita articulando duas perspectivas distintas. Em primeiro lugar, a partir da análise dos momentos específicos da história do país que determinaram os objetivos e o modo de execução das reformas. Em segundo lugar, a partir da reflexão sobre o padrão de acumulação e de desenvolvimento que foi consolidado por essas reformas. Isto é, o entendimento do padrão de acumulação e do desenvolvimento chinês não pôde ser limitado às transformações promovidas pelas reformas, mas teve de ser articulado aos determinantes impostos por aqueles momentos específicos da história chinesa.

Esses momentos foram marcados, primeiramente, pelo passado recente da China, isto é, pelos conflitos e movimentos que envolveram a história de ascensão do PCC e da Revolução Comunista de 1949, bem como pelas modificações realizadas pelo PCC, antes das reformas de 1978. As modificações ocorridas nesse período, no entanto, não responderam somente aos fatores internos, como também aos desafios e condicionantes existentes no âmbito internacional. Em virtude disso, as transformações estruturais e conjunturais do capitalismo internacional, principalmente da conformação de uma globalização da produção³, foram incorporadas à discussão. Além disso, essas mudanças do capitalismo contemporâneo estiveram inseridas num ambiente de grandes transformações nas relações exteriores. Por isso, realizou-se também uma reflexão a respeito das tensões e das articulações que emergiram no âmbito geoeconômico e geopolítico.

Destarte, o padrão de acumulação e de desenvolvimento da China foi entendido como uma estratégia de superação da miséria e do isolamento externo que esteve ligada não apenas a uma conjuntura externa específica ou a um conjunto de reformas pontuais, mas a vários processos

(3) Como é visto ao longo do trabalho, a globalização produtiva se destacou entre essas mudanças, pois foi o caminho encontrado pelo governo chinês para se articular ao capitalismo internacional e acelerar parte dos programas estipulados pelas reformas.

que ocorreram simultaneamente. Devido a isso, as reformas econômicas de 1978 precisaram ser analisadas no interior de um emaranhado de transformações, que foram desde a mudança das relações sociais e do regime de produção no período comunista até o estabelecimento de uma nova ordem geopolítica nos anos 1980 e 1990.

Tendo em vista a análise desse cenário, essa dissertação tem como objetivo mostrar que a China superou a elevada restrição externa e a grande miséria, a partir da aceleração da acumulação de capital em vários setores da economia num projeto de desenvolvimento fortemente coordenado pelo Estado desde 1978. Esse projeto procurou incorporar mecanismos de funcionamento de economias tipicamente capitalista a fim de possibilitar a rápida expansão da renda e da produção na agricultura, indústria etc. Todavia, isso não significou a transformação da China numa economia de mercado, mas sim num país que, mediante a grande intervenção do Estado, conseguiu realizar uma inserção externa soberana e sustentar na esfera estatal os principais instrumentos de crescimento da economia interna.

A despeito da ampla participação estatal na economia e sociedade chinesa, uma dimensão dessa participação assumiu maior importância para a execução daquele projeto de desenvolvimento: a preservação de algumas estruturas e objetivos do período maoísta. Ao contrário da trajetória da Rússia, onde o processo de transição se deu por meio de uma descontinuidade radical entre o período pré e pós-União Soviética, a China primou pela “manutenção da continuidade política e institucional da transição iniciada por Deng Xiaoping em 1979. Este não rompeu nem com o partido/Estado nem com a herança política deixada por Mao⁴”.

Nessa perspectiva, em primeiro lugar, as “Quatro Modernizações” não figuraram como uma completa ruptura com o período anterior, mas uma ruptura parcial, ou melhor, uma reestruturação econômica e social de um processo que se iniciou em 1949. Ao invés de significar uma ruptura de um passado atrasado, essas reformas constituíram uma opção para preservar as conquistas históricas do PCC, bem como consolidar o nacionalismo chinês a partir da ideologia socialista. Em segundo lugar, as mudanças internas impulsionadas pelas reformas ganharam legitimidade, pois buscaram simultaneamente sustentar a soberania e a modernização do país, alvos perseguidos desde a Revolução. Assim, as “Quatro Modernizações” significaram uma

(4) Aliás, como ressaltou o próprio Medeiros (2008, p. 227), “a construção da estratégia de abertura econômica jamais deixou de ser uma estratégia de manutenção do monopólio do poder político do PCC”.

continuidade do desenvolvimento da China de Mao Tse-Tung, já que não houve um colapso do socialismo chinês, mas um fortalecimento de algumas de suas diretrizes (MEDEIROS, 2008).

Todavia, essas reformas obviamente representaram também um amplo redirecionamento da estratégia maoísta, uma vez que a superação dos desafios anteriores, principalmente a fome e a restrição externa, ocorreram por intermédio da abertura para o mercado e da modernização capitalista. A adoção de políticas para acelerar a acumulação de capital teve como finalidade a transposição dos gargalos estruturais herdados do período anterior. A necessidade de aumentar a produção agrícola, para solucionar a questão da fome e expandir a renda dos camponeses (que era a maior parte da população chinesa), bem como de modernizar a indústria, apoiado na entrada do capital forâneo, foram vistos como ferramentas essenciais para dinamizar o desenvolvimento do país. Ademais, o fortalecimento do setor exportador visou resolver o problema da restrição externa e atrair um importante volume de recursos externos para financiar o balanço de pagamentos.

Desse modo, as reformas da China, conquanto tivesse sustentado traços importantes da fase socialista, inaugurou uma via de acumulação tipicamente capitalista. Após as reformas e a aceleração do seu processo de industrialização, a economia chinesa atingiu um estágio em que o capital adquiriu gradualmente maior independência para se autovalorizar e para subordinar o trabalho às suas tendências gerais de concentração e centralização. Em função disso, desde o final dos anos 1970, foi se constituindo na China “um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital” (CARDOSO DE MELLO, 1998, p. 103).

No entanto, deve-se ressaltar que essa aceleração da acumulação do capital, por meio da industrialização, também refletiu em ganhos importantes para toda sociedade. Diferentemente do que Furtado (2008) mostrou no caso de alguns países da América Latina, a apropriação dos frutos da crescente acumulação de capital na China ocorreu por vários segmentos da população por causa da forte regulação e limitações impostas pelo Estado. Em outras palavras, no caso chinês, a coordenação estatal do processo de aceleração da industrialização e da consequente acumulação de capital permitiu grandes transformações sociais. Essas transformações não se limitaram à redução da pobreza, mas atingiram também a expansão dos investimentos em serviços sociais, a

integração das classes mais baixas aos mercados de consumo, a progressiva melhora do padrão de vida da força de trabalho etc. A despeito dos diversos desafios ainda existentes, como a questão do setor energético e do meio ambiente, o governo chinês conseguiu comandar seu processo de industrialização e desenvolvimento, garantindo uma inserção soberana⁵ na economia globalizada, bem como mitigando a miséria e o atraso econômico.

Assim, torna-se importante ressaltar que a industrialização e a acumulação de capital na China tiveram especificidades fundamentais, que diferenciaram a trajetória do desenvolvimento desse país em relação ao de outras economias subdesenvolvidas que também ingressaram nesses processos de industrialização e acumulação de capital. Nesse sentido, a opção chinesa de permitir a acumulação capitalista, o que significou a internalização da lógica de produção, bem como da reprodução da vida social e econômica do capitalismo, não imprimiu o padrão de desenvolvimento de outras nações que ingressaram no capitalismo. Isso porque, o modo de ação do Estado no interior das várias transformações impulsionadas pela lógica capitalista trouxe efeitos distintos para a sociedade e a economia chinesa.

Em suma, partindo da análise dos determinantes histórico-estruturais do desenvolvimento da China, esta dissertação procura entender as reformas que possibilitaram ao país eliminar grande parte da pobreza e do atraso da economia, bem como da vulnerabilidade externa. Essas reformas, realizadas simultaneamente em vários setores da economia e que responderam àqueles determinantes histórico-estruturais, ao mesmo tempo em que acelerou a acumulação de capital, promoveu também o rápido desenvolvimento social e econômico do país.

É nessa perspectiva que se torna fundamental incorporar na discussão o papel cumprido pelo Estado. As transformações nacionais e internacionais, desde o final dos anos 1970, fizeram com que a trajetória das reformas fosse se redefinindo com o passar do tempo. Devido a isso, a atuação do Estado ganhou enorme relevância, dada a necessidade extremamente complexa de

(5) Conforme definiu Ricupero (2009), a inserção internacional soberana consiste num processo de integração da economia nacional à internacional que ocorre de modo autônomo e é caracterizado pela capacidade do Estado Nacional reverter ou manter opções previamente selecionadas, segundo os interesses políticos, sociais e econômicos do seu país. Nas palavras do autor: “reduzida ao essencial, a definição de ‘inserção soberana’ reduz-se à ideia de que os países devem desfrutar de espaço suficiente para adotar, com a flexibilidade necessária, as políticas e estratégias de desenvolvimento mais adequadas a seus objetivos políticos, econômicos e socioculturais, levando em conta as especificidades derivadas de suas situações concretas. Entendido dessa forma, o conceito pareceria, à primeira vista, impor-se pela própria evidência e conveniência. Não é assim, entretanto, pois o fundamento da flexibilidade e do espaço nacional reside na autonomia, na convicção de existir possibilidade de escolher entre várias alternativas de políticas possíveis, e na crença de complementar de que é desejável exercer esta liberdade de escolha” (RICUPERO, 2009, p. 15).

articular e regular as reformas econômicas e essas transformações nas esferas internas e externas. Em outras palavras, as “Quatro Modernizações”, que acabaram impostas primeiramente num ambiente de amplas transformações produtivas, financeiras e geopolíticas e, depois, de aprofundamento das tensões sociais, só puderam ser colocadas em marcha pelo comando do Estado Nacional. A coordenação do grande volume de investimentos e a superação de barreiras técnicas de produção, dentre outros aspectos necessários para a consolidação do processo de modernização chinesa, foram condensados dentro de um projeto nacional de desenvolvimento liderado pelo Estado Nacional. De acordo com o PCC, esse projeto nacional foi concebido a fim de alcançar três alvos prioritários: diminuir drasticamente o percentual da população que vivia abaixo da linha da pobreza, resolvendo principalmente os problemas de fome e vestuário ainda na década de 1980; quadruplicar o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita* até o final dos anos 1990 e alcançar o nível de renda e o padrão de vida dos países desenvolvidos até meados do século XXI (BI, 2005). No campo político e das relações exteriores, o alvo foi a legitimação do sistema político comunista. Isso era essencial para garantir a autonomia na condução das próprias reformas, e aumentar a participação econômica e política do país no mundo, resolvendo os problemas ligados à restrição externa e ao isolamento internacional.

Na visão deste trabalho, todas essas considerações são fundamentais para entender a aceleração da acumulação de capital e o padrão de desenvolvimento da China, bem como os objetivos e os resultados alcançados pelo país ao longo dos últimos 30 anos. Por isso, os capítulos a seguir estão estruturados a fim de discutir todos os elementos expostos brevemente nestas Considerações Iniciais. Na Parte I, composta pelos Capítulos 1 e 2, o objetivo é entender as mediações históricas que conformaram o processo de desenvolvimento econômica da China. Enquanto no primeiro capítulo destacam-se as questões históricas e as transformações do capitalismo internacional, no segundo abordam-se as transformações que ocorrem ao longo do processo de implementação das reformas, no campo geopolítico e de na estrutura política e militar internacional.

Na Parte II, que abrange os Capítulos 3 e 4, trata-se somente das reformas “Quatro Modernizações” e da opção de política macroeconômica no período, destacando o modo de atuação do Estado Nacional. No terceiro, discutem-se detalhadamente as principais mudanças

ocorridas na estrutura de produção e tecnológica do campo e das cidades⁶ e no sistema de financiamento, bem como da gestão macroeconômica no período reformista. No Capítulo 4, oferece-se uma análise dos resultados das mudanças descritas no Capítulo 3, mediante a apresentação de várias séries históricas de indicadores econômicos e sociais.

(6) Os quatro setores das “Quatro modernizações” eram: agricultura, indústria, tecnologia e exército. As reformas dos três primeiros setores são analisados nesse Capítulo 3, enquanto as do exército são apresentadas na segunda seção do Capítulo 2.

PARTE I – A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS

REFLEXÃO SOBRE AS MEDIAÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como observado na Introdução, o crescimento da China não respondeu apenas aos processos internos de reformas ou impulsos enviados pelo momento histórico do capitalismo internacional. Conforme demonstrou Barbosa de Oliveira (2003), a gênese da acumulação capitalista em cada nação está, em última instância, ligada às circunstâncias históricas envolvidas nesse processo⁷. Essas circunstâncias se referem, num primeiro plano, à estrutura econômica e social que precede o momento exato em que se inicia a acumulação capitalista e, num segundo plano, à etapa vivida pelo capitalismo em âmbito global. Com efeito, aqueles dois fatores – as reformas econômicas e os impulsos externos – se constituem em elementos dispersos que fazem parte de uma lógica, de um processo orgânico que determina a forma e a interação das estruturas econômicas e sociais na acumulação capitalista, neste caso, da China.

Isso se explica, porque existem determinações gerais⁸ a qualquer desenvolvimento capitalista que, dado seu regime específico de produção, tendem a se generalizar pelas economias que ingressem nesse padrão de acumulação. No entanto, essas determinações estão imersas em circunstâncias históricas específicas⁹, particulares de cada nação, o que inviabiliza a construção de uma teoria geral da gênese do capitalismo. Nesse sentido, Barbosa de Oliveira (2003, p. 79-80) observou que “[Karl] Marx [– na obra ‘O Capital’ –] não produziu (...) a teoria da gênese do capitalismo, mas fixou momentos lógicos comuns a formação de qualquer capitalismo numa análise saturada por circunstâncias históricas específicas. (...) Assim, seria

(7) Como enfatizou o próprio Barbosa de Oliveira (2003, p. 96) “a formação do capitalismo em cada nação é determinada, em primeira instância, (...) pela estrutura social e econômica que precede o capitalismo; mas esse processo é também determinado, em última instância, pela etapa vivida pelo capitalismo em âmbito mundial”.

(8) Barbosa de Oliveira (2003, p. 161-162) definiu essas determinações gerais: “em primeiro lugar, é necessária a existência de certa massa de proletários, passíveis de serem transformados em trabalhadores da indústria. (...) Em segundo lugar, é necessária uma prévia acumulação de capital dinheiro, passível de transformar-se em capital industrial, o que supõe certo desenvolvimento anterior do capital comercial e da produção mercantil. Em terceiro, é exigência, para a implantação da indústria, a prévia existência de mercados, o que supõe um processo relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, é condição que esse processo de divisão social do trabalho (...) seja relativamente difundido tanto nas cidades como no campo. Dessa forma, a produção agrícola deve estar apta para atender às crescentes demandas do capital industrial por matérias-primas e alimentos, bem como incorporar progresso técnico, de forma a aumentar a produção e ao mesmo tempo em que expulsa o produtor, alimentando assim o mercado de trabalho urbano. Em contrapartida, o setor agrícola deve constituir-se em mercado para a produção industrial nascente. Nas cidades, é necessário o avanço prévio de capital comercial e a existência de um embrião de sistema, ou seja, que já tenham sido concentradas massas de capital-dinheiro, que possam assumir a forma de capital industrial”.

(9) Aqui também, deve-se deixar claro, que se refutava a abordagem historicista de interpretação do desenvolvimento capitalista, na qual a análise responde somente a casos particulares, ou seja, que cada nação seguia uma trajetória específica correspondente a uma realidade irreduzível.

possível distinguir certos padrões nos movimentos de constituição do capitalismo em diferentes nações”.

Uma primeira dimensão dessas circunstâncias históricas é a análise da estrutura econômica precedente à fase de ascensão do capitalismo. Os elementos capitalistas introduzidos em qualquer país produzem movimentos determinados e específicos, subjugados ao regime de produção vigente no instante imediatamente anterior. Em função disso, o conhecimento da história desse regime de produção, que está aplicada ao passado social de cada nação, permite à fixação de tendências, também determinadas e específicas, do processo de formação do capitalismo. Essas tendências se fundem à lógica daquela estrutura econômica previamente existente e demarcam momentos particulares nesse processo de constituição do capitalismo.

No entanto, além da análise da estrutura econômica precedente, é necessário identificar o marco no qual ela está imersa, caracterizando-se numa segunda dimensão dessas circunstâncias históricas. Em primeiro lugar, torna-se central precisar qual o momento, ou melhor, quais as estruturas econômicas e as relações sociais, que inseridas num certo período histórico, determinam o capitalismo mundial e, a partir daí, identificar o modo pelo qual essas estruturas e relações se interagem com aqueles países que estão ingressando no processo de acumulação capitalista. Em segundo lugar, deve-se também examinar a estrutura social existente nesse marco histórico, isto é, entender, nesse período de transição entre o sistema previamente estabelecido e o capitalismo, “as particularidades locais da luta de classe, que evidentemente são determinadas pela natureza das estruturas sociais do passado do país”. Como definiu Trotsky (1971, p. 59) *apud* Barbosa de Oliveira (2003, p. 89) “o processo (...) do desenvolvimento do capitalismo mundial que engloba todos os países aos quais se estende e que, pela união das condições locais com as gerais, cria um amálgama social cuja natureza não pode ser definida rebuscando lugares comuns históricos”.

Desse modo, cabe destacar que, apesar da fase capitalista em âmbito global aparecer como uma mediação histórica importante da difusão desse próprio sistema em âmbito local, o capitalismo que vai se conformando no interior de cada país não reflete somente o movimento do capitalismo internacional, pois este último se metamorfoseia ao interagir com aquela estrutura social passada. Portanto, a fase do capitalismo mundial, constrangido pelas heranças e relações

sociais de cada nação, imprime características específicas ao processo de difusão das estruturas capitalistas nesses respectivos países.

[Todavia, é fundamental ressaltar] que o ponto de partida a ser considerado, quando se fala em desenvolvimento do capitalismo a nível mundial, é o marco dos países mais avançados. Evidentemente que a análise não poderia deter-se neste ponto, pois o próprio movimento de acumulação nos diferentes países, mesmo aqueles dominantes, é por sua vez afetado, sobredeterminado pela dinâmica das relações internacionais. Portanto, economias nacionais e relações econômicas internacionais formam um todo orgânico, e a evolução de cada país não pode ser compreendida sem se levar em conta a trama das relações internacionais dos quais participa. Por outro lado, não se pode também deduzir o movimento das economias nacionais da natureza das relações internacionais de uma época determinada, vale dizer, a evolução das economias nacionais não é mero reflexo das relações internacionais (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2003, p. 95-96).

No caso da China não foi diferente. O ponto de partida da aceleração da acumulação capitalista aconteceu com a instituição, no final de 1978, das reformas das “Quatro Modernizações”. Todavia, a trajetória percorrida pelo desenvolvimento capitalista chinês não se referiu somente aos objetivos e determinações impostas por essas reformas, mas principalmente pela forma como elas (as reformas) estiveram inseridas nas circunstâncias históricas do país.

Em primeiro lugar, a estrutura econômica e social anterior a esse período se encadeava ao modo de produção e as relações sociais estabelecidas pelo regime comunista. Esse regime, no entanto, emergiu num período muito particular da história chinesa, quando a pobreza do camponês e a humilhação estrangeira (resultante das então recentes derrotas em guerras internacionais), que se condensavam ao pensamento tradicional chinês, cuja lógica impedia a emulação de impulsos modernizantes no interior da sociedade, deixaram evidente o atraso econômico e militar da China. Em segundo lugar, as reformas das “Quatro Modernizações” aconteceram num período em que o capitalismo vivia o início de sua fase globalizada. Essa globalização, principalmente da esfera produtiva, atuou como um importante condicionante desse processo de reformas.

Desse modo, a compreensão do desenvolvimento chinês, desde 1978, deve passar pela análise de duas perspectivas: uma primeira, histórica, que trata da ascensão do regime comunista e, uma segunda, que aborda as características da globalização, principalmente da produtiva, movimento no qual a China se alicerça para se inserir na economia internacional. Assim, o entendimento das “Quatro Modernizações” só adquire seu real sentido quando discutido dentro

das mudanças econômicas e sociais promovidas pelo regime comunista, levando-se em conta ainda sua análise histórica do desenvolvimento da China, bem como dos determinantes impostos pela fase globalizada do capitalismo. Todavia, a análise da segunda circunstância histórica não pode se limitar, apenas, à discussão do modo pelo qual a globalização, inserido no contexto das estruturas sociais, determina certas características ao desenvolvimento chinês. Essa análise também precisa apreender a lógica das relações exteriores presentes nesse período. Conforme descreveu Barbosa de Oliveira (2003), as economias nacionais e as relações econômicas internacionais compõem um todo orgânico e, em virtude disso, a trajetória das nações não pode ser compreendida sem se levar em consideração a trama das relações internacionais.

Nesse sentido, a trajetória chinesa foi marcada por transformações importantes no contexto geopolítico e na economia internacional que, de certo modo, atribuíram algumas especificidades ao seu desenvolvimento. No âmbito geopolítico, as transformações lideradas pelos Estados Unidos, que executou um projeto de isolamento do socialismo soviético, e no plano econômico, nas quais predominaram as pressões mercantilistas sobre os países mais desenvolvidos da Ásia, favoreceram a China em dois sentidos: primeiro, de contar com a abertura do mercado americano para suas exportações e, segundo, de absorver, mediante a formação de uma produção compartilhada na Ásia, as indústrias de países desenvolvidos, como Japão e Coreia do Sul. Além dos aspectos geopolíticos, os conflitos internos de poder num ambiente de mudanças políticas da União Soviética e de explosão de eventos militares, promovidos especialmente pelos Estados Unidos, também trouxeram impactos relevantes para a trajetória chinesa (FIORI, 1997 e MEDEIROS, 2008). Em suma, de um lado, o país asiático se beneficiou das iniciativas norte-americanas que modificaram suas relações políticas com a União Soviética e econômicas com o Japão e outros países de Leste Asiático, de outro, suas reformas foram restringidas em razão dos eventos militares e políticos comandados por Estados Unidos e União Soviética.

Tendo em vista todas essas considerações, a Parte I desta dissertação está estruturada em dois capítulos buscando analisar, sem ter a pretensão de esgotar o tema, essas mediações históricas do processo de acumulação capitalista. No Capítulo 1, composto por três seções, propôs-se uma reflexão histórica a respeito das estruturas econômicas e sociais e das características impostas pelo atual fase do capitalismo global. No Capítulo 2, por seu turno,

discutem-se as transformações externas – geopolíticas e geoeconômicas – e internas no cenário de rápida ascensão econômica e política da China.

CAPÍTULO 1 – DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA ÀS “QUATRO MODERNIZAÇÕES” NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

TRANSFORMAÇÕES E RUPTURAS SOB LIDERANÇA DO ESTADO NACIONAL

Como observado nas Considerações Iniciais nesta Parte I, o Capítulo 1 realiza, em três seções, uma discussão sobre as transformações históricas desde a ascensão do PCC à condição de partido nacional até as mudanças internas e externas dos anos 1970, período em que foi concretizada a implementação das “Quatro Modernizações”. Na primeira seção, definem-se os principais traços histórico-estruturais da sociedade chinesa e a forma como estes influenciam as mudanças sociais e econômicas, num ambiente de conflitos internos e externos e de ascensão do socialismo chinês. Na seção seguinte, discutem-se os métodos aplicados pelos comunistas, no período em que Mao Tse-Tung¹⁰ esteve no poder (1949-1976), para revigorar as estruturas econômicas e sociais do país. Num segundo momento, são descritas as especificidades que envolvem a transição entre a era maoísta e o início das reformas capitalistas. Por fim, na última seção, faz-se uma reflexão a respeito da liderança do Estado chinês na condução das “Quatro Modernizações”, principalmente no movimento de articulação da economia nacional com a internacional.

1.1 O processo histórico-estrutural de formação da sociedade chinesa e as heranças socioeconômicas

A China durante alguns séculos foi reconhecida como uma das mais avançadas nações, em termos econômicos. O grande império chinês tinha uma das estruturas econômicas e políticas mais modernas até, pelo menos, o século XVI. No entanto, a revolução industrial, que se iniciou na Inglaterra em meados do século XVIII e depois chegou a países, como França, Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Japão, marcou o começo do declínio do império em comparação a essas sociedades capitalistas que se formaram.

(10) Mao Tse-Tung foi Presidente da Comissão Militar Central da China (1935-1976) e de Presidente do PCC (1943-1976) dentre outras funções. Foi quem liderou os principais movimentos da China antes das “Quatro Modernizações”, como o Grande Salto Adiante (1958-1960) e a Revolução Cultural (1966-1976).

Essa diferença foi aumentando e se tornou abissal no final do século XIX. Nesse período, aconteceu uma série de invasões das potências imperialistas européias e asiáticas sobre o império chinês, ameaçando inclusive a soberania do território nacional. Na Guerra dos Boxers, por exemplo, ocorrida entre 1899-1901, o governo chinês acabou derrotado pelas principais potências imperialistas, sendo obrigado a pagar uma pesada indenização em ouro e liberar novos portos às embarcações estrangeiras. Essa derrota evidenciou a fraqueza do império chinês em relação às principais nações do mundo desenvolvido.

No entanto, como explicou Hobsbawm (1995), esse atraso da China respondia a uma construção social em que a própria civilização chinesa enxergava, ao longo do imperialismo, que os seus valores e sua cultura os colocavam como o “centro do mundo” e como um modelo a ser seguido. Essa característica da sociedade chinesa “escondia” a existência de uma inferioridade econômica e militar, fazendo com que as derrotas e as humilhações sofridas em guerras estrangeiras não determinassem uma ruptura do modelo econômico e social existente naquele período.

Dessa forma, o próprio Hobsbawm (1995, p. 449) sugeriu que a modernização da China “só poderia ser feita e só a seria sobre as ruínas do antigo império chinês, guardião da antiga civilização e, pela revolução social, que seria ao mesmo tempo uma revolução cultural contra o sistema confuciano”. A percepção lançada pelo historiador britânico foi a de que a modernização da China somente ocorreria a partir de uma nova construção social, que desmontasse aquela sociedade arraigada nos princípios confucionistas e de outras éticas nacionais (como o taoísmo). Princípios esses que, segundo Weber (1983), constituíram uma sociedade extremamente imóvel, tendo em vista o estabelecimento de relações e posições sociais solidificadas.

Esse processo se explicou, por um lado, pela existência de monopólio das linhagens hereditárias na organização política e econômica das cidades chinesas. Esses vínculos hereditários foram tão importantes que “transcenderam as famílias e disseminaram-se pelas associações profissionais, visto que algumas ocupações artesanais eram de segredo e manuseio exclusivo das linhagens. Dessa forma, as relações de parentesco tornaram-se mais fortalecidas” (RODRIGUES, 2001, p. 71).

Por outro lado, a figura do príncipe do imperador, que representava a harmonia existente entre o céu e terra, congelava o poder político e econômico da sociedade chinesa. Esses líderes

eram os representantes de um Deus cósmico, as figuras escolhidas para governar a sociedade, eram os sacerdotes legítimos da China. Logo, o povo chinês devia reconhecê-los como tais, respeitando-os e acatando suas decisões, pois somente assim a harmonia da civilização seria alcançada. Isso obviamente resultou numa estabilização e cristalização das relações sociais.

Nesse sentido, Weber (1983) destacou que uma característica marcante da população chinesa era o dever moral e a plena obediência com certos elementos da sociedade. Além dos próprios pais e ancestrais, essa obediência também se aplicava ao imperador e aos superiores na hierarquia de cargos. A relação de hierarquização e subordinação ao imperador e da classe culta com o homem “comum” pressupunha a existência dessa piedade filial, que significava a disciplina e a obediência dos filhos para com os pais e do povo para com o imperador. Essa característica, para o Estado chinês, distinguia positivamente o cidadão comum¹¹.

Um terceiro aspecto que fortaleceu essa cristalização e solidificação das relações sociais na China tradicional foi o papel da chamada classe culta ou dos letrados. Os letrados constituíam na única classe social capaz de “ordenar, corretamente, a administração interna e o comportamento de vida carismaticamente correto do príncipe” (WEBER, 1982 *apud* RODRIGUES, 2001, p. 74). Logo, existia uma relação muito estreita entre o imperador e os letrados¹², já que o primeiro era o ser que garantia o equilíbrio do universo e o segundo o que permitia ações corretas e o comportamento adequado do primeiro. Em outras palavras, a harmonia da sociedade era estabelecida pelo imperador, mas ela só podia ser alcançada pela doutrina dos letrados que, por seu turno, eram os responsáveis por propiciar o desenvolvimento harmônico entre o povo e o imperador.

Em quarto e último lugar, o modo como as cidades foram sendo construídas na China as transformou numa projeção do poder central, não conferindo uma oposição clara a estrutura de poder previamente existente. Enquanto no Ocidente a união estamental dos cidadãos urbanos

(11) “Em um Estado patrimonial onde a piedade filial se transferia a todas as relações de subordinação (...) tal virtude significava para todo funcionário a fonte de que derivam todas as demais, e cuja possessão serve de prova e garantia para do cumprimento do dever estamental mais importante da burocracia: a disciplina absoluta” (WEBER, 1983, p. 366).

(12) Aqui é importante ressaltar que “os letrados não se constituíram como um estamento totalmente autônomo em relação ao feudalismo ou ao império, eram apenas considerados como um estamento unitário, portador de uma doutrina administrativa unificada e ortodoxa, ajustada à situação historicamente determinada. Essa doutrina se tornou ainda mais forte e dominante com a unificação do Estado, quando o poder ficou centralizado nas mãos do imperador e do seu corpo de funcionários qualificados, possibilitando, assim, a difusão de uma mentalidade religiosa confucionista” (RODRIGUES, 2001, p. 75).

(mediante a criação de corporações de ofício, por exemplo) estabelecia uma “relação associativa com caráter institucional¹³” capaz de se contrapor ao poder central, na China, o conjunto de clãs que conformavam as cidades simplesmente refletia as bases do poder central e não uma oposição a este.

Desse modo, na China, diferentemente do verificado no Ocidente, as cidades se transformaram num mero distrito administrativo. Em primeiro lugar, não existia um elemento religioso que unificasse os cidadãos chineses. Se no Ocidente havia esse elemento, na China “o clã exógamo¹⁴ e endofrático¹⁵ (...) impedia qualquer união dos cidadãos urbanos em uma relação associativa, baseada em igualdade jurídica geral, sacra e civil¹⁶” (WEBER, 2004, p. 429). Em segundo lugar, à medida que as famílias chinesas povoavam as cidades, mantiveram-se social e economicamente afastadas, cada uma delas ligadas somente ao seu clã. Esses dois fatores, característicos da sociedade chinesa, impediram a integração econômica e política das cidades, mediante a articulação dos regimes de produção e a união de interesses contrários àqueles do Poder Central.

Em suma, a construção da sociedade chinesa baseada especialmente nesses quatro aspectos, que se auto-alimentavam e se reproduziam até o final da era imperial (no início do século XX), petrificou a posição social de cada elemento da civilização chinesa, impossibilitando, por um lado, uma ruptura na estrutura socioeconômica e, por outro, a disseminação do “espírito capitalista” no império chinês (WEBER, 1983). No entanto, não foram somente esses aspectos que sedimentaram o imobilismo da sociedade chinesa, mas também a forma de acumulação tipicamente asiática, que manteve inalterada a relação social da produção na China imperial (MARX, 1975 *apud* DEL ROIO, 2008).

Nesta fase imperial, embora existisse uma relação de propriedade entre o trabalhador e as condições objetivas do trabalho na comuna oriental, notava-se uma distância dessa forma de apropriação para a produção do capital. Ao contrário do que acontecia na Europa, o que

(13) Essa associação de caráter institucional significou a união dos cidadãos por meio do estabelecimento de instituições jurídicas gerais e comuns a todos.

(14) Sistema de casamento entre indivíduos e grupos, cujas famílias não têm relação de ascendência.

(15) Sistema de relações entre indivíduos e grupos, cujas famílias têm relação de ascendência e/ou parentesco.

(16) “A cidade plenamente desenvolvida na Antiguidade e da Idade Média era, sobretudo, uma associação constituída de irmandade, ou compreendida como tal, à qual, por isso não costumava faltar o símbolo religioso correspondente – um culto exclusivo da associação dos cidadãos, um deus ou santo da cidade que os protegesse como tais. Certamente não faltava essa figura nem na China (muitas vezes era um mandarim divinizado). Mas ali conservou o caráter de um deus de panteão, com determinadas funções” (WEBER, 2004, p. 429).

caracterizava a forma de apropriação asiática, como bem explicou Marx (1975) *apud* Del Roio (2008), era a ausência de propriedade, a organização comum do trabalho e a concentração do excedente nas mãos no Estado:

Nas formas asiáticas fundamentais a apropriação pelo processo de trabalho indica que as comunidades reais se constituem apenas em possuidores hereditárias, já que a unidade geral mais abrangente aparece como o único proprietário efetivo e pré condição da propriedade comum. Assim, o indivíduo é, na verdade, um não proprietário e o produto excedente pertencerá à unidade suprema, isto é, ao Estado, que por fim assume a forma de uma pessoa. De tal modo, o despotismo oriental aparentemente leva a uma ausência legal de propriedade. Mas de fato seu fundamento é a propriedade tribal ou comum, criada, na maioria dos casos, por uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade. (...) [Nessa forma asiática de apropriação] as cidades surgem apenas como pontos de comércio externo ou localização de poder político. Mas a apropriação pelo processo de trabalho pode envolver uma organização comum do trabalho, de modo que as condições comunais de apropriação real através do trabalho (...) surgirão, assim, como obras da unidade superior – o governo despótico que se impõe às unidades menores (MARX, 1975 *apud* DEL ROIO, 2008, p. 32-33).

O próprio Marx observou atentamente que essas características não se metamorfoseavam, mesmo que ocorressem mudanças de natureza política. A posse individual da propriedade continuava inexistente, da mesma forma que o excedente econômico permanecia sendo apropriado diretamente pelo Estado e a divisão do trabalho se mantinha fixa. Para ele, “esta simplicidade constituiu a chave do segredo da imutabilidade das sociedades asiáticas, que tanto contrasta com a constante dissolução e refundação dos Estados asiáticos e as incessantes mudanças de dinastia” (MARX, 1983 *apud* DEL ROIO, 2008, p. 38).

Baseado nessas discussões de Marx e Weber, Del Roio (2008) afirmou que essa forma asiática não desenvolveu uma contradição social interna. Além da consolidação das posições sociais dos indivíduos explicada anteriormente, o modo de produção comum sob a ausência da propriedade privada e sustentada pelo poder superior – o Estado – reforçou o imobilismo econômico e social da China que, na visão do mesmo autor, só poderia ser rompido por um choque externo. Para Hobsbawm (1995), esse choque se daria por meio de uma revolução social e cultural capaz de se sobrepor aos valores da sociedade chinesa tradicional.

Nesse sentido, o movimento que se revelou capaz de aglutinar os elementos dessa revolução foi o comunismo chinês. O comunismo chinês era, simultaneamente, social e nacional. Social, porque se estruturava sob a opressão e a pobreza das massas trabalhadoras (da costa

chinesa) e da maior parte do campesinato. E nacional, pois era um movimento legitimado pela intelectualidade chinesa e por um sentimento contrário da população a tudo que vinha do exterior. A aglutinação desses elementos colocava o PCC como legítimo representante do povo chinês.

Ao contrário dos seus principais rivais, os nacionalistas, o PCC tinha um projeto revolucionário, com um apelo social, nacional e modernizante. Esse projeto estava assentado nas promessas de reforma agrária e apto a mobilizar a maior parte do povo contra um sentimento real antiimperialista (que se traduzia no atraso chinês) e contra tudo que vinha do exterior (que explicava a opressão da grande massa chinesa). Já os nacionalistas tinham um projeto distinto, sua base constitutiva da república eram os fragmentos dispersos do que restava do império chinês, ainda que apoiado pelo setor militar.

Portanto, justificando a ausência do dinamismo da China pela tendência de estagnação da sociedade e pela incapacidade de mudanças no longo prazo, os comunistas conseguiram transformar sua ideologia partidária em ideologia nacional. No entanto, ainda que no plano ideológico ficasse clara essa transformação do projeto comunista num projeto nacional, qual foi o programa social e econômico que motivou a união dessa população em torno do comunismo?

Como bem lembrou Rousset (2009, p. 328-329), foram as promessas de realização da reforma agrária que constituíram o centro desse programa de modernização econômica e social. Nas suas palavras, a reforma agrária respondia “às aspirações do camponês pobre, do operário agrícola, do (...) trabalhador pago por dia, do criado da fazenda que perceb[eu] que a mudança enfim [era] possível e que a libertação do país também pod[ia] ser a dele”. Com efeito, para toda a sociedade, a revolução socialista, a partir da reforma agrária, teria a capacidade de gerar as mudanças constantes e radicais necessárias para o seu desenvolvimento, ou seja, de eliminar as diferenças sociais históricas da China e de auto-renovar a sociedade herdada do período imperial

Todavia, essa oportunidade de ascensão do PCC como principal partido chinês e do comunismo como ideologia nacional não se deu somente em razão da reforma agrária, mas também em função da invasão japonesa à costa da China, no final da década de 1930, local onde residiu a base do partido nacionalista¹⁷. Aproveitando o enfraquecimento e a eliminação de parte

(17) “Há pouca dúvida de que a resistência à conquista japonesa da China foi o que transformou os comunistas chineses de uma derrotada força de agitadores sociais, o que eram em meados da década de 1930, nos líderes e representantes de todo o povo chinês. O fato de que também exigiam a libertação social dos pobres chineses fazia

importante do grupo nacionalista, Mao reuniu sua base de apoio (camponeses e operários, especialmente) – aliando-se inclusive a outros partidos, como o *China Democratic League* – em torno dos objetivos de pulverização da invasão japonesa e da reconstrução da sociedade chinesa.

Assim, o PCC passou a representar não somente uma classe bem definida, mas diversos grupos sociais, ocupando uma posição de centralidade nas disputas políticas do país. Esta característica que o PCC assumiu depois da década de 1940 foi similar àquela descrita por Gramsci (1984, p.22), quando este autor analisou o papel de coesão societal de certos partidos políticos: “embora cada partido seja a expressão de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu grupo e os outros grupos”.

Foi devido a esse apelo popular, conquistado pelo PCC, que Mao enxergou a possibilidade de ascensão do comunismo legitimado pelos camponeses e operários. Dessa ótica, por exemplo, foi possível entender seus escritos referentes à consciência das massas chinesas já em 1937. Na sua obra “Sobre a Prática”, Mao atestou que os camponeses e os operários já haviam apreendido quais eram as condições necessárias para quebrar o imobilismo da sociedade chinesa e que o conhecimento das contradições da sociedade imperial já havia sido adquirido. Em outros termos, a população já tinha elementos para entender as raízes da sua opressão e pobreza, que residiam nas contradições internas do imperialismo e nas constantes invasões do exterior.

Esse foi o caminho que seguiu o povo chinês no seu conhecimento do imperialismo. O primeiro grau foi o conhecimento sensível, superficial, da luta indiscriminada contra os estrangeiros, a época do Movimento do Reino Celestial dos Taipins, do Movimento de Ilhotuan e outros. Só o segundo grau é que foi do conhecimento racional, quando o povo chinês identificou as diferentes contradições internas e externas do imperialismo, quando viu a essência da opressão e da exploração das grandes massas populares da China pelo imperialismo aliado à burguesia compradora chinesa e à classe feudal chinesa, conhecimento racional que começou com o período do Movimento de 4 de Maio de 1919 (MAO, 1999, p. 23).

Foi nesse momento que o líder comunista afirmou que o PCC estava pronto para romper com a estrutura social e política anterior, pois o Partido trazia para dentro de si a materialização dessa consciência popular, de que era necessário mitigar o atraso imperial e as tensões oriundas

seu apelo de libertação e regeneração nacionais soar mais convincente para as massas (sobretudo rurais)” (HOBBSAWM, 1995, p. 449).

das invasões estrangeiras. Justamente por esse motivo, Hobsbawm (1995, p. 451) observou que “quando tomaram a China em 1949 (...) os comunistas eram para todos, com exceção dos restos do poder do [partido nacionalista] em fuga, o governo legítimo da China, verdadeiros sucessores das dinastias imperiais após um interregno de 40 anos”. Para grande parte da sociedade chinesa, a revolução comunista significava a restauração da ordem e da paz, do bem-estar social e da grandeza imperial da civilização chinesa.

Resumindo, a ascensão do comunismo só foi possível a partir da invasão japonesa, que enfraqueceu o partido nacionalista, e da reforma agrária, que se materializou no elemento símbolo da modernização social. Nesse momento, Mao lançou mão do socialismo chinês para unir a maior parte da população, particularmente a pequena classe operária e o gigantesco campesinato, e ganhar apoio dos outros partidos políticos do país, em direção à modernização e à formação de um novo nacionalismo. Na visão do Partido (e agora da sua população), esses eram os caminhos necessários para eliminar tudo aquilo que resultara no atraso e na condição miserável que aquela população se encontrava. Nesse sentido, Barbosa de Oliveira (2005) mostrou que as primeiras iniciativas realizadas pelo PCC buscavam eliminar aquelas características da sociedade imperial que mantinham o país atrasado e paralisado.

Contudo, para legitimar o socialismo chinês e seus impulsos modernizantes não bastava a utilização do conceito marxista-leninista, mas também era necessária a legitimação dessa ideologia dentro do pensamento social chinês. O socialismo não era uma ideologia chinesa, por isso, para manter seu apelo popular e nacional, a introdução de elementos tipicamente chineses na construção do pensamento socialista chinês passava a ser uma questão fundamental. Era isso que explicava a utilização de termos e conceitos de pensadores da antiga China, além do conceito marxista-leninista, na formação desse pensamento. O objetivo era provar, como disse Hobsbawm (1995), que os líderes do PCC eram os verdadeiros herdeiros do passado imperial chinês.

A confluência desses pensamentos significou a definição de uma trajetória particular do processo de construção do socialismo chinês. Essa trajetória estabeleceu objetivos e políticas que nem sempre estavam ligados ao socialismo clássico, mas também à ideologia e à cultura tradicional da China¹⁸. Em razão disso, a modernização da sociedade e a eliminação das

(18) “No seu acelerado caminho nestas últimas décadas, a China teve duas fontes inspiradoras: a de sua filosofia milenar, com Confúcio e Lao Tsé, e a do marxismo, que, tal como ocorrera, antes, com a União Soviética, também

influências estrangeiras e dos resquícios imperialista somente seriam atingidas a partir de um senso de coletividade, da crença de que o povo poderia transformar a sociedade pela sua própria vontade¹⁹.

Desse modo, de um lado, o processo da prática social e da aquisição do conhecimento (baseado na teoria materialista-dialética marxista) e, de outro, a civilização e o pensamento clássico chinês justificavam a revolução socialista, bem como suas ideias de modernização constante e de construção de uma nova sociedade que não incorresse no mesmo erro do passado: a incapacidade de reformar o sistema e de manter os saltos de modernização, que imobilizava a civilização. Era exatamente por isso que o próprio Mao ressaltava que a revolução era uma tarefa infundável, que a aquisição do conhecimento e a realização da prática social poderiam manter os impulsos modernizantes²⁰.

Somente dessa forma, o líder comunista conseguiu legitimar a ideia de que, a partir da revolução socialista, a China podia eliminar seu passado de atraso e trilhar um caminho de mudanças que permitisse a reorganização da estrutura social chinesa. O trecho abaixo resume com precisão essa discussão:

A crença de Mao nos camponeses, exortados a resolver todos os problemas de produção durante o “grande salto”, (...) permaneceu inalterada. Pois – e esse era mais um aspecto do pensamento de Mao que encontrava apoio no que ele lia na dialética marxista – **ele estava fundamentalmente convencido da importância da luta, do conflito e da alta tensão como algo não apenas essencial à vida, mas que também impedia a recaída da antiga sociedade chinesa em insistir a permanência e harmonia imutáveis, o que fora sua fraqueza.** A revolução e o próprio comunismo poderiam ser salvos de degenerar em estagnação por uma luta constantemente renovada. **A revolução não podia acabar nunca.** A

serviu como doutrina adjetiva, a fim de assegurar a independência e orientar a continuidade do projeto nacional” (SANTAYANA, 2008, p. 57).

(19) Nesse ponto vale destacar que uma série de autores, dentre eles Hobsbawm (1995), destacou que o comunismo chinês de Mao pouco tinha relação com o marxismo clássico. Um bom exemplo disso é que a abnegação do indivíduo e a total ênfase do coletivo, como objetivo final a ser alcançado, vai frontalmente contra os ideais do marxismo clássico.

(20) “O mundo objetivo a transformar inclui igualmente todos os adversários dessa transformação; eles devem no início passar pela etapa da transformação, pela coação, depois poderão abordar a etapa de reeducação consciente. A época em que a humanidade inteira passar conscientemente à sua própria transformação e à transformação do mundo, será a etapa do comunismo no mundo inteiro. Pela prática, descobrir as verdades e, igualmente pela prática, confirmá-las e desenvolvê-las. Passar ativamente do conhecimento sensível ao conhecimento racional, depois, passar do conhecimento racional à diretiva ativa da prática revolucionária, para transformar o mundo subjetivo e objetivo. A prática, o conhecimento, e novamente a prática e o conhecimento, essa forma, na sua repetição cíclica, é infinita. Além disso, o conteúdo de cada um desses ciclos de prática e conhecimento vai-se elevando a um nível cada vez mais alto. Tal é, no seu conjunto, (...) a concepção materialista-dialética da unidade do conhecimento e da ação” (MAO, 1999, p. 36).

peculiaridade da política maoísta era ser “ao mesmo tempo uma forma extrema de ocidentalização e **uma reversão parcial aos padrões tradicionais**”, sobre os quais, na verdade, se apoiava em grande parte, pois o velho império chinês se caracterizava, pelo menos nos períodos em que o poder do imperador era forte e assegurado, e portanto legítimo, pela autocracia do governante e a aquiescência e obediência dos súditos (HOBBSAWM, 1995, p. 454, grifos meus).

Foi dessa perspectiva que Barbosa de Oliveira (2005) concordou que se os impulsos revolucionários não fossem mantidos depois de 1949, talvez o país tendesse a se prostrar no imobilismo característico da sociedade imperial. Além disso, a própria burocracia civil e militar construída já sob a liderança de Mao, mas educada sob a ética confuciana, podia se conformar com as conquistas obtidas pela revolução e, por isso, interromper a busca pelos objetivos do socialismo, como aponta a passagem seguinte:

A revolução dá nascimento a uma sociedade igualitária na qual predominavam os camponeses e dirigida por um governo com alto grau de popularidade e legitimidade. Entretanto, se os impulsos revolucionários não se mantivessem após a tomada do poder, o país talvez tendesse a se prostrar na paralisia e no imobilismo. A organização econômica baseada em modelo de comando centralizado era inadequada a países com baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas como a China e, posteriormente, na própria União Soviética tendeu a cristalizar-se e revelou incapacidade de se autoreformar. Por outro lado, foram criadas novas burocracias civis, militares e no próprio Partido Comunista Chinês, burocracias que, apesar da ideologia comunista recentemente esposada, eram conformadas por elementos cultos da sociedade, tradicionalmente educados no respeito aos valores do confucionismo. Assim, um modelo econômico dependente de decisões do governo central, novas burocracias sob o peso da cultura tradicional, e a imensa massa de camponeses satisfeitos com as conquistas recentes. Com essas características sociais a China poderia tender novamente à imobilidade e à paralisia, que marcaram seu passado, e as burocracias dirigentes poderiam orientar-se para a busca de privilégios, bloqueando transformações. (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Essa burocracia, denominada de “elite funcional” por Santana (2009), ampliou seus espaços de atuação no seio do Partido²¹, ao longo dos anos 1950, dada a crescente necessidade de

(21) Para Santana (2009, p. 116-117): “(...) havia duas elites na alta esfera do Partido Comunista Chinês as quais a autora identifica como ‘militante’ e ‘funcional’. A ‘elite militante’ era oriunda do período das Comunas de Xangai e Cantão, da Longa Marcha e da luta contra o Japão. Com o crescimento do Partido, esse grupo foi reduzido e ficou sem força diante dos militantes sem passado revolucionário. A ‘elite militante’ acentuava a transformação do homem através de uma vida de sacrifícios pessoais e sem privilégios, incentivava a participação das massas nas tarefas da direção e alimentava o desejo de implantar o coletivismo no campo e na cidade etc. Enquanto que a ‘elite funcional’ era herdeira da burguesia e dos intelectuais compreendendo artistas, engenheiros, técnicos, médicos e professores. Ao longo dos anos, sua influência cresceu devido ao aumento da complexidade das relações entre Estado, Partido e Administração, além do avanço dos setores modernos da economia o que promoveu a ampliação dos quadros da ‘elite funcional’. A preocupação desta ‘elite militante’ com esse grupo já se expressava desde os princípios da revolução, pois nos primeiros anos após a fundação da República Popular tentou-se enquadrar esse

profissionais e gestores mais qualificados a fim de atender a constituição de setores industriais mais modernos e a ampliação da complexidade das relações entre Estado, Partido e Administração. Percebendo a ascensão dessa burocracia, a política do PCC deu ênfase à reorganização e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes do Partido. Assim, “em 1962, lançou-se o Movimento de Educação Socialista, que foi uma campanha nacional de doutrinação política e ideológica de “retificação” do Partido visando (...) reavivar o socialismo no seio do Partido” (SANTANA, 2009, p. 116). Esse Movimento, entretanto, não foi capaz de reverter o crescimento da burocratização do PCC, bem como a estabilização da gestão administrativa das empresas e de outras instituições²². Na visão de Mao, essas duas características refletiam a retomada da tendência cristalizadora da sociedade chinesa.

Partindo desse cenário, em 1966, o governo chinês lançou a Revolução Cultural²³, cujo objetivo principal era evitar que o PCC impedisse as mudanças no seio da sociedade chinesa (conforme aconteceu com a *nomenklatura* na União Soviética²⁴) e remontasse ao passado de imobilismo e petrificação da sociedade. No entanto, não foram somente os aspectos estruturais referentes à formação do PCC que motivou a Revolução Cultural, mas também dois aspectos conjunturais da década de 1960: em primeiro lugar, a ampliação das críticas sobre os métodos e a ideologia de Mao e, em segundo lugar, as transformações ocorridas na União Soviética sob direção de Nikita Khrushchev, vistas por Mao como uma forma de revisionismo favorável a uma classe civil e militar ligada ao Partido Comunista da União Soviética²⁵ (PCUS). Favorecimento que deixava de lado os objetivos principais da revolução, como a igualdade social, a ascensão das massas camponesas e a supressão da burguesia (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Dessa forma, a Revolução Cultural correspondia a um movimento que deveria impedir a cristalização do poder dentro da burocracia do Partido Comunista. Em última instância, esse movimento buscava reavivar os princípios de igualdade e os ideais socialistas que legitimaram a

grupo aos novos padrões morais impostos pelo regime através de ‘campanhas de retificação’. No entanto, estas não foram suficientes para que a transformação do corpo político partidário se sucedesse”.

(22) Neste ponto, vale lembrar que outros movimentos, desde meados dos anos 1950, como “Campanha Antidireitista” de 1957, foram realizados a fim de impedir a expansão dessa “elite funcional”.

(23) Embora a Revolução Cultural, oficialmente, tivesse ocorrido entre 1966 e 1976, muitos autores consideraram que essa revolução, de fato, ocorreu apenas até 1969. Como é observado posteriormente, já a partir dos anos 1970, o grupo político que impulsionou essas reformas perdeu força e os métodos utilizados pela Revolução saíram de cena.

(24) No final do regime soviético a *nomenklatura*, a elite do partido comunista soviético, já era vista como ineficiente e incapaz de realizar mudanças para a continuidade do regime. Para uma análise ver Lewin (2007).

(25) Essa visão de Mao, juntamente com outros fatores, como a disputa nuclear, impulsionou uma cisão das relações entre os dois países. Esse ponto é discutido de forma mais abrangente na seção 2.1 do Capítulo 2.

tomada do poder em 1949. Embora os resultados da Revolução Cultural tivessem sido catastróficos em certos aspectos, é importante ressaltar, que essa revolução significava para a sociedade chinesa a reafirmação do compromisso com a ascensão do campesinato e a negação ao revisionismo e à burocracia elitista civil e militar. Na seção seguinte, busca-se aprofundar essa discussão a respeito da Revolução Cultural.

1.2 Os objetivos e os resultados da estratégia de Mao e o embrião da acumulação capitalista: da Revolução Cultural às “Quatro Modernizações”

A Revolução Cultural nasceu na China depois de uma disputa intensa no interior do PCC, cujo apoio de Mao ao grupo favorável às iniciativas da Revolução teve um papel decisivo. Esse papel decisivo era explicado pelas posições que Mao assumia na nova China: simultaneamente a de um líder rebelde e a de um imperador moderno. Líder rebelde, porque (como já mencionado) foi ele quem comandou a revolução que libertou a população da repressão da fase imperial e de todo mal trazido pelo exterior. E imperador moderno, pois foi considerado um monarca que sucedeu o grupo de imperadores que governaram a China durante séculos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Nesse sentido, as conquistas recentes obtidas pelos comunistas, bem como a própria construção do Partido eram vistas como obras de Mao e, em virtude disso, o privilégio de reformar o PCC era somente dele. Dessa forma, ainda que existissem objeções internas à Revolução Cultural, a liderança de Mao fazia com que esse movimento fosse legítimo para a parte majoritária da sociedade chinesa, como mais uma obra em favor das massas e da continuidade da revolução socialista.

Mas como a Revolução iria cumprir esse papel? Na visão do líder chinês e do grupo favorável à Revolução (liderado por Lin Biao²⁶ e pela Gangue dos Quatro²⁷), a administração política extremamente centralizada do PCC distanciava as massas de seus interesses. Em razão disso, a transformação da forma de gestão do Partido era o ponto-chave para eliminar esse

(26) Lin Biao foi ministro da defesa da China (1959-1970) e vice-presidente do PCC (1965-1971). Entre 1966 e 1969, o auge da Revolução Cultural, Lin foi o principal articulador das iniciativas da Revolução e o segundo nome mais importante do Partido depois de Mao.

(27) A Gangue dos Quatro foi um grupo político com origem em Xangai liderada pela esposa de Mao, Jiang Qing, que formulou as bases da Revolução Cultural ao lado de Mao e Lin. Além dela, faziam parte Zhang Chunqiao, Yao Wenyan e Wang Hongwen.

distanciamento e também para impedir uma ampla burocratização das decisões políticas e econômicas:

Mas o que Mao pensava estar fazendo? Talvez isso possa ser resumido como um esforço para tornar a “centralização democrática” mais democrática e menos centralizada. Ele via a nova burocracia seguindo o antigo padrão de governo autocrático de cima para baixo. Isso deixaria as massas camponesas onde elas sempre estiveram, na parte mais baixa da sociedade, sendo explorada pela nova elite. Para combater essa tendência, Mao queria usar uma abordagem das massas pela qual o partido poderia evocar e responder aos interesses delas. Esse novo estilo de governo preocupado com as classes mais baixas poderia ser apoiado pela descentralização da administração. As decisões locais não deveriam depender dos burocratas da [Pequim]. O objetivo do governo deveria ser o bem-estar e a doutrinação das massas camponesas locais, não apenas o velho lema do movimento de autofortalecimento, um “Estado rico e um Exército forte” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 354-355).

Mediante essa reorientação administrativa era possível combater as tendências cristalizadoras no interior da burocracia partidária e de acomodação das elites recém-formadas (que ainda eram reforçadas pela ética confucionista e pela estrutura social herdada da fase imperial²⁸). Ao combatê-las, Mao estava ainda atendendo aos interesses das classes inferiores, especialmente do campesinato. Assim, a Revolução Cultural colocava em xeque a divisão milenar do trabalho na China, “sobre a qual se edificaram as divisões das classes sociais”, e por isso, significava “uma luta ideológica e política cujos efeitos se inscreve[ram] na base econômica e na superestrutura, destruindo as antigas relações sociais e fazendo com que sur[gissem] novas” (BETTELHEIM, 1979 *apud* NABUCO, 2009, p. 13).

Em que pese a força de Mao sobre a sociedade e o Partido, a promoção e a sustentação dessa luta ideológica e política também dependiam de outras bases de apoio, que eram encontradas na juventude estudantil chinesa e no Exército da Libertação Popular (ELP). De um lado, o ELP, que possuía várias divisões regionais, tinha grande penetração no território chinês e, por isso, era fundamental controlar suas diretrizes e sua atuação para avançar na Revolução²⁹. De outro, a juventude estudantil chinesa, que formava a Guarda Vermelha, se configurava na vanguarda do movimento revolucionário. Os guardas vermelhos eram responsáveis pela

(28) Em termos formais, a Revolução Cultural “propugnava a destruição das quatro antiguidades: antigas ideias, hábitos, cultura e costumes, que seria o lema da Revolução. Além disso, estimulava os chineses a aprenderem com a revolução, ampliar a produção, promover mudanças organizativas e no comportamento individual, em prol do coletivo” (NABUCO, 2009, p. 11).

(29) No campo, o ELP regional tinha outro papel estratégico, já que era o meio principal de mobilidade ascendente da população rural dentro do PCC, o que fortalecia o alinhamento das políticas do Partido com o próprio Exército.

eliminação dos traços burgueses da sociedade chinesa e pelo fortalecimento dos valores marxistas e maoístas (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006 e NABUCO, 2009).

Enquanto o ELP garantia a coesão e se mostrava o principal alicerce do movimento, a Guarda Vermelha era encorajada a fazer a luta ideológica e política contra a burocracia e a burguesia capitalista, “atacando quadros do PCC, destruindo arquivos de escolas e universidades, submetendo professores e intelectuais à crítica pública” (NABUCO, 2009, p. 11), criando o que Fairbank e Goldman (2006, p.360) definiram de “regime brutal de terror”. Essas atitudes dos guardas vermelhos eram aceitas e até estimuladas pelo Partido, como forma de doutrinar a elite e a burocracia partidária e de disseminar o pensamento de Mao³⁰.

Contudo, Mao tinha a nítida noção de que o sucesso da Revolução dependia não somente da luta política e ideológica, mas também da prática revolucionária. Os *slogans* utilizados nesse período, como “aprendam a revolução fazendo a revolução” e a “rebelião é justificada”, faziam menção à necessidade de destruir as construções históricas materiais que, na visão de Mao, simbolizavam a repressão das classes mais baixas e a exaltação dos valores que imobilizavam a sociedade³¹. Além disso, resgatavam a ideia maoísta de que somente a prática podia manter vivos os impulsos revolucionários e garantir a modernização e o desenvolvimento social, por meio do marxismo-leninismo.

A materialização dessa prática revolucionária aconteceu, especialmente, com a reorganização do regime de produção socialista. Na Revolução Cultural, o sistema produtivo foi administrado segundo os critérios de mobilização política e compromisso revolucionário dos trabalhadores, ao invés de critérios técnicos³². Com efeito, a nova organização da produção visou aproximar as massas, em especial os operários, da prática revolucionária por meio da gestão das indústrias, ao mesmo tempo em que impediu a formação de uma burocracia dirigente acomodada e que poderia se perpetuar nas suas funções. Essas mudanças do modo de produção atenderam aos objetivos da revolução de eliminar o processo de burocratização da administração produtiva

(30) Além disso, Mao também realizou a expropriação quase que completa das propriedades urbanas, fato que até então não havia ocorrido.

(31) Em função disso, tornava-se possível compreender não somente os ataques ideológicos e intelectuais, como também a devastação de obras públicas, a destruição de residências das classes mais abastadas e a transformação radical da divisão do trabalho.

(32) Anteriormente, as funções de direção das fábricas eram designadas a profissionais qualificados, que faziam parte da uma elite, o que por seu turno limitava a participação dos operários.

e conformar um novo tipo de comportamento das massas, no sentido de comandar o processo de industrialização chinesa (NABUCO, 2009).

Em resumo, foram esses os métodos encontrados por Mao e pela Gangue dos Quatro a fim de combater àquelas tendências cristalizadoras no interior da burocracia, bem como de apoiar a ascensão das massas camponesas e do proletário.

(...) parte dos dirigentes chineses, dentre eles Mao, entendiam que para assegurar simultaneamente o avanço econômico e a construção do socialismo, era necessário superar uma nova etapa do processo revolucionário, que serviria para libertar as iniciativas das massas dos empecilhos burocráticos, ainda que estes viessem do [P]artido ou do Estado. Uma vez suprimida ou minorada a mediação entre o [P]artido e o Estado, como ocorreu durante a Revolução Cultural, restava apenas a ligação entre o líder (neste caso Mao) e as massas mobilizadas. (...) Esse entendimento da política e do estímulo moral das massas como condicionantes para construção do socialismo e do avanço econômico foi a tônica das formulações maoístas (NABUCO, 2009, p.15).

Esse regime de destruição criado pela Revolução, que durou até 1969, foi perdendo força e legitimidade já no início da década seguinte e, por isso, a coalizão política que a sustentara foi se ruindo. Dessa forma, a disputa pelo poder no interior do PCC, que sempre foi arbitrada pelo soberano líder Mao, passou a favorecer o grupo contrário ao movimento revolucionário. Se, num primeiro momento, Mao suportou incondicionalmente as iniciativas do grupo comandado por Lin Biao e pela Gangue dos Quatro, após as sucessões de destruições e a convulsão social criada pela Revolução, ele enxergou a necessidade de reduzir a influência desse grupo dentro do Partido.

Assim, entre o início e meados da década de 1970, formaram-se novas relações políticas com o intuito de redefinir o equilíbrio de forças dentro do PCC e de subjugar a Revolução Cultural a um segundo plano. Primeiramente, os membros do grupo contrário à revolução foram reabilitados e assumiram uma posição central dentro do Partido. Depois disso, Lin Biao (que havia falecido em 1971) passou a sofrer críticas públicas – sendo comparado a Confúcio como exemplo de uma figura contemporânea contrária ao progresso e à modernização³³ – e a Gangue

(33) “Juntamente com o X Congresso [ocorrido em 1973] o partido lançou uma nova campanha cujo alvo era Confúcio e os valores ‘conservadores’ que este representava. A descrição apresentada do pensador chinês era a de um aristocrata decadente que resistia ao progresso. Em 1973 os ataques a Confúcio vinham combinados com elogios ao primeiro imperador chinês, Qin Shihuang (221 a.c.) que unificara o país. Na verdade, esta campanha, além de Confúcio, tinha como alvo Lin Biao, que àquela altura era chamado de Confúcio da China contemporânea. Começava o movimento “Anti-Lin Biao e Anti-Confúcio”. Este movimento e a crítica a ambos se tornaram o centro dos debates nos grupos de estudo das universidades e instâncias do partido” (NABUCO, 2009, p.18).

dos Quatro e os demais que haviam apoiado a Revolução Cultural se fragilizaram no interior do Partido. Suas ideias passaram a ser vistas como um símbolo de atraso, de resgate à ética do confucionismo que, como já mencionado, era parte responsável pela repressão das massas rural e urbana.

O resultado dessa nova equação política foi a reafirmação das ideias de Mao só que ligadas a um novo projeto de desenvolvimento: as “Quatro Modernizações”³⁴. Esse projeto formulado em 1975 e posto em prática no final de 1978 visava, a partir da abertura gradual para regulação do mercado e da introdução de elementos capitalistas, modernizar quatro pilares da economia: agricultura, indústria, exército e ciência e tecnologia (C&T).

Na visão do grupo que apoiava as “Quatro Modernizações”, liderado por Zhou Enlai³⁵ e Deng Xiaoping³⁶, a continuidade da revolução política lançada pela Revolução Cultural estava relacionada à execução de um programa de desenvolvimento e modernização econômica. Embora considerasse a revolução socialista uma tarefa contínua e os objetivos da Revolução Cultural fundamentais para a construção do socialismo, o grupo de Zhou afirmava que chegara a hora de avançar e modernizar as forças produtivas, que esse era o próximo passo para o socialismo chinês³⁷ (NABUCO, 2009). Após a morte de Zhou em 1976, Deng passou a liderar esse grupo, colocando em marcha as reformas “Quatro Modernizações”. A posição privilegiada de principal figura política do PCC³⁸ forneceu a Deng a primazia de reformar o Estado, a economia e a política do país, por intermédio das “Quatro Modernizações”.

(34) Esse programa de reformas econômicas é tratado de forma detalhada no Capítulo 3.

(35) Zhou Enlai foi primeiro-ministro da China (1949-1976) e vice-presidente do PCC (1956-1969 e 1971-1976), além de ter exercido outras funções. Foi quem apresentou pela primeira vez o projeto de reformas “Quatro Modernizações” num pronunciamento realizado em 1975.

(36) Deng Xiaoping ocupou, dentre outros, os cargos de presidente da Comissão Militar Central da China (1983-1990) e de vice-presidente do PCC (1975-1982). Deng foi considerado por grande parte da literatura (NAUGHTON, 2007, por exemplo) como principal responsável político pela implementação das reformas econômicas.

(37) Dois eventos marcaram a reversão definitiva da balança de poder no interior do PCC: o terremoto de Tangshan, que matou meio milhão de pessoas, e a morte de Mao no final de 1976. Como lembraram Fairbank e Goldman (2006, p. 371), “todo camponês acreditava na relação umbilical entre o homem e a natureza e, portanto, nas relações entre desastres naturais e as calamidades humanas. Depois desse presságio tão aterrorizante [o terremoto de Tangshan], só outra calamidade poderia acontecer: a morte de Mao”. E esta ocorreu em setembro do mesmo ano. Logo após o falecimento, a Gangue dos Quatro, sem o apoio de Mao, foi presa por ordens do novo líder do Partido, Hua Guofeng. Nos dois meses que se seguiram, as acusações aos membros da Gangue cresceram da mesma forma que as críticas sobre os métodos utilizados na Revolução Cultural. Como as bases do projeto político e econômico de Hua resgatavam alguns princípios da Revolução Cultural, a instituição administrativa do PCC fechou-se gradualmente em torno do grupo liderado por Zhou Enlai e Deng Xiaoping.

(38) Depois dos falecimentos de Mao e Zhou, Deng assumiu a posição de grande líder da China, ou seja, de imperador moderno e líder revolucionário, características antes atribuídas a Mao.

A inspiração para a formulação desse projeto era a Nova Política Econômica (NEP) soviética, de Vladimir Lênin, lançada em 1921 na União Soviética. A NEP naquele momento buscava introduzir elementos capitalistas visando acelerar o desenvolvimento e a modernização da economia. Segundo o próprio Lênin (1980), a NEP assumia um papel crucial no processo de transição socialista, uma vez que as estruturas econômicas dispersas encontradas em países menos desenvolvidos³⁹, como a União Soviética, cujas características obstruíam a passagem direta para o socialismo, deviam ser reorganizadas e agrupadas sob a forma de capitalismo de Estado⁴⁰.

Nesse ponto, Lênin (1980, p. 494) fazia questão de enfatizar que naquele momento não era o capitalismo de Estado que impedia a transição socialista, mas que era “a pequena burguesia mais o capitalismo privado que [lutavam] juntos, de comum acordo, tanto contra o capitalismo de Estado como contra o socialismo”. Assim, o capitalismo de Estado era tido como uma fase inexorável para se alcançar o socialismo, condição que exigia um período de fortalecimento das forças produtivas da cidade e do campo e de supressão das classes pequeno-burguesas e do capitalismo privado⁴¹.

Portanto, a concessão para a atuação de estruturas capitalistas na economia soviética, a partir da NEP, tinha de consolidar o capitalismo de Estado sob duas formas: incentivar o desenvolvimento econômico do campo, através da liberação do comércio de parte da produção agrícola; e impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, a partir da atuação da grande indústria capitalista e das pequenas cooperativas de produção de manufaturas. Essas duas transformações impulsionariam o poder político e econômico do Estado operário e facilitaria a

(39) Lênin não acreditava que o capitalismo atrasado da Rússia teria condições de construir isoladamente o socialismo. A esperança residia no primeiro passo soviético e que a partir dele “detonaria revoluções proletárias ao redor da Europa”, em sociedades nas quais as condições materiais para uma associação entre os produtores já estavam mais avançadas (ANDERSON, 2003, p. 85).

(40) Na União Soviética, segundo Lênin (1980), eram cinco as estruturas dispersas existentes: economia camponesa, patriarcal; pequena produção mercantil; capitalismo privado; capitalismo de Estado; e socialismo.

(41) “Para os próximos anos é preciso pensar nos elos intermédios, capazes de facilitar a passagem do regime patriarcal, de pequena produção, para o socialismo. <<Nós>> voltamos frequentemente a cair ainda neste raciocínio: <<o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem>>. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto das estruturas econômico-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligada à dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é em certa medida inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e portanto devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermédio entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas” (LÊNIN, 1980, p. 508-509).

transição do capitalismo de Estado para o socialismo, uma vez que as estruturas prévias estariam aniquiladas⁴² (POLIAKOV, 1977).

Foi baseado nesse conjunto de ações da NEP, que o PCC realizou o programa das “Quatro Modernizações”. Em que pese as especificidades de cada nação, a China na década de 1970 (assim como a União Soviética no período anterior a NEP) era constituída basicamente por camponeses pobres e tinha uma estrutura produtiva rural e industrial bastante débil se comparada aos países mais desenvolvidos. Por isso, as reformas econômicas lançadas em 1978 introduziram estruturas básicas do capitalismo de Estado, mediante a abertura econômica extremamente administrada pelo Estado Nacional, a fim de promover a modernização das forças de produção e o desenvolvimento da sociedade.

Além da estratégia central do programa de reformas do PCC, as políticas prioritárias das “Quatro Modernizações” foram inspiradas na política econômica da NEP. Dos quatro alvos perseguidos pelo programa chinês de modernização, a reforma do campo, por exemplo, teve elementos muito semelhantes à política para o campesinato formulada por Lênin. A exemplo do que foi feito posteriormente por Deng, a modernização das forças produtivas do campo na União Soviética passou pela “substituição das requisições pelo imposto em espécie, o que está ligado à liberdade de comércio, depois do pagamento do imposto, pelo menos na circulação econômica local” (LÊNIN, 1980, p. 502). Ademais, o resgate à pequena produção capaz de impulsionar e associar-se à economia camponesa, proposta pela NEP, aproximou-se da dinâmica imposta pelas *Township and Villages Enterprises*⁴³ (TVE) na economia rural da China. De acordo com Lênin (1980, p. 503), “é preciso ajudar em certa medida a restauração da pequena indústria, que não exige máquinas, que não requer reservas estatais nem de (...) matéria-prima (...), e que pode fornecer imediatamente uma certa ajuda à economia camponesa”.

(42) Na União Soviética, entre 1922 e 1924, a NEP possibilitou uma rápida recuperação da economia, por meio do aumento da produção camponesa e da eliminação dos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Esta última ocorreu principalmente depois da execução de uma reforma monetária que restabeleceu a conversibilidade parcial do rublo em ouro. No entanto, após uma luta intensa no interior do PCUS, Josef Stalin, que assumiu o poder logo depois da morte de Lênin em 1924, interrompeu de forma abrupta as reformas da NEP. O novo líder soviético adotou um programa de rápida industrialização e de consolidação das cooperativas agrícolas instaladas em fazendas coletivas (conhecidas como *kolkhozes*) e, simultaneamente, finalizou com a regulação parcial de mercado promovida por Lênin (FERNANDES, 1999 e HOBSEBAWM, 1995).

(43) As TVE, empresas industriais coletivas instaladas no campo, foram expandidas fortemente no período inicial das reformas “Quatro Modernizações”.

Foi nesse sentido que se compreendeu a hipótese lançada por Poliakov (1977) de que a NEP tinha um caráter internacional de transição do capitalismo para o socialismo, obviamente limitado pelos condicionantes históricos e conjunturais vividos por cada nação. Esses condicionantes, que Poliakov (1977) definiu como “as peculiaridades específicas da situação”, contudo, indubitavelmente marcaram diferenças importantes no processo de transição da China e da União Soviética⁴⁴.

Por causa das especificidades do caso chinês, as reformas das “Quatro Modernizações” exerciam uma função de superar uma etapa do desenvolvimento do país não alcançada pela Revolução Cultural: melhorar as condições materiais e econômicas das classes mais pobres, mediante a elevação das forças produtivas no campo e na indústria, bem como da abertura controlada da economia. Se a Revolução Cultural conseguiu traduzir no campo ideológico e político a importância da luta das massas contra a exploração burguesa, esta não foi capaz de promover o crescimento da renda das classes mais oprimidas e, além disso, colocou o país numa posição internacional extremamente fechada. Assim, as reformas tiveram o desafio de melhorar as condições de vida da população e a restrição externa, mas sem perder a autonomia desfrutada pelo PCC no âmbito do regime político e do processo de industrialização.

Partindo dessa perspectiva Santayana (2008, p. 55) lembrou que a estratégia de Deng foi uma abertura para unificar o nacionalismo chinês e para legitimar o regime socialista. Segundo ele, “não se tratou de abertura improvisada. Com Deng Xiaoping (...) [criou-se] um sistema econômico original, de capitalismo de Estado com participação privada, sob rígido controle estatal”. Além disso, a direção e os objetivos perseguidos pelo líder chinês reforçaram “a conclusão de que a defesa do espaço nacional [dependeu] diretamente da coesão da comunidade, que só um Estado independente pode assegurar”.

Nesse sentido, para Deng o programa “Quatro Modernizações” não tinha como objetivo realizar uma abertura plena da economia e muito menos eliminar o sistema socialista. O líder chinês perpetuou a ideia de que a atração de elementos capitalistas, controlados pelo Estado, era o ponto de partida para a modernização da economia chinesa e não para a introdução de uma economia de mercado, totalmente liberalizada. A permissão para regulação do mercado e a

(44) Ainda que existissem traços parecidos a outras políticas executadas pela NEP, a natureza das reformas na estrutura de produção do campo e das cidades, assim como do setor militar e C&T respondeu também às transformações da conjuntura interna, às heranças históricas dentre outros aspectos.

absorção de tecnologia estrangeira da grande indústria capitalista auxiliariam o rápido crescimento da economia chinesa, e dentro de parâmetros estabelecidos pelo PCC, reduziriam a pobreza e fortaleceriam o regime político unificado e centralizado no próprio Partido. Nas palavras do líder chinês:

A economia socialista é baseada na propriedade pública, e a produção socialista é realizada para articular da melhor forma possível as necessidades materiais e culturais da população – procurando não explorá-la. Essas características do sistema socialista fazem com que seja possível para a população chinesa compartilhar um sistema político e econômico comum e aproximar o padrão moral e social de vida. Tudo isso não pode acontecer no sistema capitalista. Não existe um caminho pelo qual o capitalismo possa eliminar a extração do lucro pelos capitalistas ou pulverizar a exploração e as crises econômicas. Por isso, não é factível supor que no capitalismo existam ideais comuns ou liberdade individual, dada a alta exploração, a degradação moral e a desigualdade. Apesar disso, o capitalismo tem uma história secular e a nossa população deve aprender com os povos dos países capitalistas. Nessa direção, nós precisamos fazer uso da ciência e tecnologia desenvolvida por eles e assimilar o seu acúmulo de conhecimento e experiência que possam ser utilizados no desenvolvimento do nosso país. Apesar disso, se nós vamos importar tecnologia avançada e outros bens dos países capitalistas, nós não iremos importar o seu sistema individualista, nem nada que seja negativo para sociedade chinesa (DENG, 1993, tradução livre).

Desse modo, as “Quatro Modernizações”, ainda que inspirada na NEP⁴⁵, buscavam equacionar problemas socioeconômicos herdados da era maoísta, que respondiam à dinâmica interna de funcionamento das estruturas econômicas e sociais. Embora Mao tivesse o mérito de compreender a necessidade de realizar uma ruptura social e uma modernização no país, seus métodos não foram capazes de alcançar tais objetivos. A economia urbana e as forças produtivas ainda apresentavam um baixo grau de desenvolvimento. A coletivização da agricultura foi incapaz de elevar a produtividade do setor suficientemente, trazendo graves problemas, como a fome, e a dependência excessiva das importações de bens de capital e de grãos, juntamente com o baixo volume exportador, colocou o país numa situação de elevadíssima restrição externa.

Todavia, para a consecução e legitimação dessas reformas, era necessária a restauração do controle central do Partido chancelado por toda sociedade, algo que havia se rompido no período da Revolução Cultural⁴⁶ (DENG, 1993). Nesse sentido, Deng enxergava uma clara

(45) Losurdo (2004, p. 67), por exemplo, chegou a afirmar que a ascensão da China foi estruturada sob “uma espécie de gigantesca e prolongada NEP”.

(46) “Nós restauramos as principais características da forma de atuação do Partido que tinham sido destruídas, promovendo uma melhora do sistema de centralidade democrática e reforçando a unidade entre o Partido e as massas. Em razão disso, o prestígio do Partido tem crescido enormemente, reforçando o seu papel de líder do Estado

dicotomia para o desenvolvimento chinês: sem a modernização econômica o socialismo chinês não se sustentaria, e sem o monopólio do regime político no PCC não existiria modernização econômica de longo prazo. As lições do período anterior aguçaram essa sensação de Deng.

Portanto, o percurso traçado pelas reformas chinesas combinou diretrizes políticas da NEP e outras medidas que visavam, simultaneamente, por fim aos problemas internos mais graves e reposicionar a China no cenário internacional. Ademais, essa estratégia buscava continuar perseguindo os objetivos estruturais determinados por Mao em 1949. Por um lado, a soberania internacional e a modernização da estrutura de produção, ainda que alcançada com o auxílio de elementos capitalistas, não apenas reforçava a proximidade das massas ao PCC como também colocava fim ao atraso econômico, aumentando a legitimidade do regime. Por outro, a estabilidade política do PCC impedia a convulsão social e a instabilidade econômica, observada no período da Revolução Cultural. Era o elemento de coalizão entre o desenvolvimento econômico e social e a ascensão das massas contra a exploração burguesa.

1.3 A lógica da acumulação chinesa no capitalismo globalizado: uma coordenação liderada pelo Estado Nacional

A despeito de preservar os traços mais gerais da era maoísta, com as reformas “Quatro Modernizações”, a China assumiu uma via de desenvolvimento assentada na acumulação capitalista. A progressiva articulação da economia nacional com a dos países capitalistas, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, ao lado da ampliação das esferas de valorização do capital, marcou a ruptura com o padrão de acumulação socialista vigente no período maoísta. Esses dois movimentos se consolidaram a partir da introdução gradual de elementos capitalistas no interior da economia chinesa e da abertura para atuação de agentes privados e estrangeiros, que ocorreu por meio da execução de profundas reformas econômicas. Essas reformas, por sua vez, foram inauguradas no período de globalização do sistema capitalista global, cujas transformações promovidas dentro das esferas política e econômica internacionais fizeram com que a trajetória dessas reformas fosse redefinida ao longo do tempo.

e da sociedade. Assim, nós conseguimos eliminar os traços ideológicos forjados por Lin Biao e a “Gangue dos Quatro” e, por consequência, quebrar aquela ideia de que os líderes devem ser considerados semideuses e não seres humanos. Na verdade, conseguimos recuperar a compreensão original do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao, na qual um sistema científico deve proceder pela busca da realidade e da verdade dos fatos” (DENG, 1993, tradução livre).

Se, para muitas economias em desenvolvimento, a inserção na globalização significou o avanço da desestruturação industrial e financeira, mediante um alinhamento de suas posições para com os países desenvolvidos⁴⁷, para os chineses desempenhou um papel fundamental no seu processo de modernização e desenvolvimento. Isso se explicou pelo fato de a China, ao adotar um padrão de desenvolvimento pelas “Quatro Modernizações”, realizar uma inserção internacional soberana, baseada no alto grau de intervenção estatal e na capacidade de restringir o processo de integração à globalização em várias dimensões.

Essas bases da inserção externa chinesa se constituíram numa ferramenta indispensável para a aceleração da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico do país. Em primeiro lugar, o aproveitamento da globalização da produção, por intermédio da associação das firmas chinesas com as empresas transnacionais (ETN) – que possuíam as técnicas de produção mais avançadas e uma gigantesca massa de capital –, impulsionaria o processo de industrialização e de desenvolvimento tecnológico do país. A partir do amplo deslocamento de parte das cadeias de produção dessas ETN, abrir-se-iam oportunidades para China absorver capital estrangeiro a fim de apoiar a sua industrialização⁴⁸. Em segundo lugar, a China teria capacidade de ampliar suas exportações, aproveitando a abertura de novos mercados para os seus produtos intensivos em trabalho e de alto conteúdo tecnológico nos quais foram sendo atraídas indústrias estrangeiras, a fim de superar a elevada restrição externa (NAUGHTON, 2007).

Portanto, de um lado, a redivisão internacional do trabalho, na qual as empresas transnacionais dos países desenvolvidos passaram a deslocar progressivamente partes da sua estrutura de produção para os países em desenvolvimento, permitiu à China atrair capital e, especialmente, tecnologia de ponta a fim de dinamizar seu processo de industrialização. De outro, a articulação com a economia internacional e a retomada das relações com os países capitalistas significou, ao mesmo tempo, a abertura de novos mercados consumidores e fornecedores de insumos para suas indústrias exportadoras. No entanto, a articulação externa

(47) Esse alinhamento se traduzia na abertura indiscriminada das esferas produtivas e financeiras, oferecendo oportunidades ao capital estrangeiro de valorização para os ativos financeiros, de exploração do mercado consumidor, de redução de custo via deslocamento de partes das cadeias produtivas etc. (CARDOSO DE MELLO, 1997 e FURTADO, 1992)

(48) O capital estrangeiro também tinha interesses em ingressar no mercado chinês por causa da oferta de abundante mão de obra barata e vantagens fiscais e financeiras concedidas pelo Estado Nacional em troca recursos e tecnologias estrangeira. Esse ponto é discutido com maior detalhe na seção 3.2 do Capítulo 3.

chinesa, até o período mais recente, limitou-se a essas duas dimensões que, mesmo assim, estiveram subordinadas aos alvos determinados pelo Estado Nacional.

Em suma, da mesma forma que a industrialização e as “Quatro modernizações” responderam às heranças deixadas por Mao e às particularidades históricas da sociedade chinesa (explicadas nas seções anteriores), as características do sistema capitalista global também marcaram especificidades importantes na conformação desses movimentos. Foi levando-se em conta essas considerações e os objetivos de realizar um projeto de modernização econômica, sem desestabilizar o sistema político e a estrutura social precedente, por um lado, e acabar com a fome e o isolamento externo, por outro, que a China formulou a sua estratégia de inserção externa.

Essa estratégia foi marcada por uma forte atuação do Estado em duas dimensões: i. na reaproximação diplomática e pacífica com os países capitalistas e; ii. no direcionamento do processo de abertura da economia, privilegiando a integração da esfera produtiva. Cunha e Acioly (2009) descreveram essas duas dimensões:

As diretrizes modernizantes de Deng Xiaoping sempre sinalizaram no sentido da necessidade da constituição de um ambiente externo favorável ao crescimento chinês (...). Desde então, [duas] estratégias interconectadas têm sido perseguidas. Em primeiro lugar, há a busca de redução dos conflitos com os vizinhos, o que determinou, desde meados dos anos 1980, a restauração ou estabelecimento de relações diplomáticas com Cingapura (1990), Indonésia (1990), Brunei (1991) e Coreia do Sul (1992), (...) e a normalização das relações com Mongólia (1989), Rússia (1989) e Vietnã (1991). (...) A China [também] tem revelado uma postura de acomodação de velhos conflitos territoriais, abrindo mão de posições rígidas, em clara sinalização de que sua ascensão pretende mesmo ser pacífica. Em segundo lugar, há a ampliação na participação em organismos multilaterais regionais e globais, com o país evitando atuar de forma isolada. (...) [Ademais], a estratégia chinesa de modernização tem sido marcada pela busca de incorporação de tecnologias e capitais estrangeiros de modo a, simultaneamente, acelerar a capacidade da estrutura produtiva nacional, avançar na produção e exportação de bens intensivos em conhecimento e capital, e criar, sempre que possível, competências locais. Assim, mais do que uma simples transmutação de capacidade produtiva estrangeira, busca-se o estabelecimento de dinâmicas de transferência de tecnologia e de capacidades de gestão por meio, por exemplo, da formação de *joint-ventures*, contratos de cessão de tecnologia etc. Em paralelo, isto constitui uma modalidade de financiamento externo menos dependente de instrumentos de dívida, particularmente de curto prazo. Fluxos de investimento direto passaram a sustentar a absorção de recursos externos em divisas conversíveis. (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 348-349 e 357)

Com efeito, a China, de um lado, aproveitou-se do seu processo de inserção externa para retomar e normalizar as relações exteriores com vários países. Essa questão política era fundamental para sustentar a estratégia de crescimento das exportações e de atração dos investimentos estrangeiros, bem como impedir o avanço de tensões com as nações capitalistas. De outro, a integração e externalização dos processos produtivos, resultante da nova forma de organização da produção global, possibilitaram à China absorver crescentes fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) e expandir sua base exportadora.

Assim, pode-se constatar que a atuação do Estado chinês no processo de abertura foi dirigida para permitir a entrada de investimentos produtivos e fomentar as exportações. Em função disso, realizou-se uma abertura pragmática, regulando o perfil e o *timing* de liberalização da conta capital. O Estado Nacional definiu uma estratégia de inserção externa diferenciada, cuja diretriz principal foi a abertura parcial do setor produtivo para o capital estrangeiro. Todavia, essa abertura não ocorreu de forma indiscriminada, mas se deu apenas em cadeias industriais mais dinâmicas da economia internacional a partir da atração de investimentos estrangeiros em modernização e expansão da capacidade produtiva.

Nesse sentido, o IDE foi um elemento-chave, considerado a melhor maneira de se alcançar três diferentes tarefas: aumentar a participação do país nas exportações mundiais; favorecer seu acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada; e introduzir modernas técnicas administrativas nas empresas chinesas. A entrada de outras formas de investimento internacional, como os investimentos de portfólio e os empréstimos bancários, foi desestimulada e controlada de modo que a abertura da economia chinesa disse respeito quase que exclusivamente à entrada de investimento direto vinculado à sua política industrial e de comércio exterior (ACIOLY, 2005).

Essa escolha do governo chinês de priorizar a entrada do IDE, direcionado para expandir a capacidade produtiva e as exportações, bem como difundir tecnologia de ponta, em detrimento dos investimentos de portfólio e de curto prazo, refletiu sua prioridade em concentrar o processo de abertura no setor de produção. Além disso, o fato de também impedir os investimentos diretos em fusões e aquisições deixou explícita a vontade de conduzir autonomamente o processo de industrialização. Isto é, a entrada de IDE aconteceu apenas para estimular a concorrência,

expandir a estrutura produtiva e disponibilizar recursos e tecnologias para os setores típicos da Terceira Revolução Industrial – tecnologia de informação, microeletrônica etc.

Nesse sentido, o Estado chinês aproveitou-se do movimento de “transnacionalização da produção”, liderado pelas grandes corporações da tríade, para absorver tecnologia e capital internacional, oferecendo, em contrapartida, oportunidades de ganhos (via exportação ou exploração do mercado interno) para essas empresas (LAZZARI, 2005). Assim, conforme demonstrou Furtado (1992, p. 74) ao analisar o desenvolvimento capitalista mundial, a intensificação do processo de acumulação da China ocorreu a partir da especialização “nas atividades produtivas em que a revolução em curso no modo de produção abria maiores possibilidades ao avanço das técnicas, transformando-se em focos geradores do processo tecnológico”.

No capitalismo contemporâneo, a industrialização e a modernização econômica se tornaram muito mais complexas, configurando-se impossíveis sem o apoio das grandes transnacionais. Isso se explicava pelo fato delas centralizarem boa parte do capital e das tecnologias de ponta e por liderarem vários ramos da cadeia produtivas mais importantes do mundo atual⁴⁹. De tal forma, ao contrário das industrializações de Japão e Coreia do Sul, onde os capitais nacionais sustentados pelos seus respectivos Estados conduziram quase exclusivamente esse processo (muito embora fossem patrocinados pelos Estados Unidos), na China a entrada do capital estrangeiro era essencial para o seu desenvolvimento industrial. Por um lado, para acelerar a mudança da matriz tecnológica e, por outro, para incentivar a formação de grandes blocos industriais nacionais competitivos em termos globais (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2003 e 2005).

Num mundo dominado pelas tecnologias da Terceira Revolução Industrial, a industrialização chinesa viu-se forçada a realizar um salto muito mais rápido e concentrado no tempo, que substituísse o padrão tecnológico típico da Primeira e da Segunda para o da Terceira Revolução Industrial. Por esse motivo, a interlocução realizada entre o capital estrangeiro e a política industrial e tecnológica do país foi crucial para conceber essa transformação em apenas três décadas, desde o final dos anos 1970. No entanto, para permitir que os capitais fomentassem

(49) Segundo Deng (1993), era necessário encorajar o estreitamento das relações entre chineses e estrangeiros uma vez que a aquisição de tecnologia moderna e de grandes volumes de recursos estava nas mãos de empresas e agentes residentes fora do território chinês.

as exportações e para impedi-los de internalizar aquela dinâmica instável à economia nacional, a China instituiu rígidos controles de capitais e uma reforma do sistema de financiamento que manteve o monopólio do crédito no setor público⁵⁰, do mesmo modo que uma política industrial e comercial que direcionou uma parcela importante dos recursos estrangeiros para setores de exportação, em especial de alto conteúdo tecnológico. Para isso, por exemplo, foi estabelecido um regime de comércio, no qual se avançou na abertura comercial, criando vários instrumentos capazes de impulsionar as exportações, inclusive a liberalização das importações. Acioly e Leão (2010a, p. 2) fizeram uma descrição desse regime:

(...) a abertura gradual do comércio internacional chinês é um dos pilares da estratégia de inserção externa e desenvolvimento econômico do país. Para alcançar esta abertura, estabelece-se um conjunto de incentivos a fim de promover-se a entrada de empresas estrangeiras exportadoras, especialmente de setores de alto conteúdo tecnológico, em regiões específicas do país. Estas regiões, conhecidas como Zonas Econômicas Especiais (ZEE), comandam o processo de liberalização do comércio chinês, restringindo espacial e setorialmente a entrada do capital estrangeiro. As restrições impostas nas ZEE, além de alterarem a direção setorial e geográfica dos fluxos de comércio, impedem que as empresas estrangeiras entrem em locais onde a sua concorrência possa afetar a indústria nacional.

Partindo das considerações anteriores, pode-se afirmar que a China impôs controles de capital a fim de impedir a entrada de investimentos especulativos e utilizou o IDE e, especialmente, o crédito dos bancos públicos para realizar os grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento da estrutura produtiva e fomentar as indústrias exportadoras de alta tecnologia. Assim, a expansão dos investimentos, da produção e das exportações respondeu a uma lógica interna de acumulação capitalista conduzida pelo Estado chinês, não se submetendo àquele alinhamento das posições que os países desenvolvidos foram impondo aos em desenvolvimento. Essas iniciativas mostraram como o Estado Nacional se tornou o principal indutor do desenvolvimento chinês. As reformas das “Quatro Modernizações” conformaram um ambiente de rápidas transformações na produção (industrial e agrícola), no comércio e no padrão de financiamento da economia. No entanto, essas transformações, ainda que articuladas ao setor

(50) Sobre o primeiro ponto, vale ressaltar que foi remontado aquele arranjo clássico de financiamento da indústria, isto é, o financiamento via estreitamento das relações entre o sistema bancário e produtivo. Isso foi feito mediante a expansão do sistema bancário do setor público tornando-o apto a fornecer os créditos necessários aos gigantescos investimentos industriais. Como bem definiu Cintra (2007), o crédito foi totalmente controlado pelos bancos públicos, o que permitiu a abertura do capital estrangeiro (com mais ênfase desde 2005) somente para melhorar a eficiência do sistema em alguns setores.

externo, estruturaram-se segundo os objetivos do Estado Nacional que, na esfera econômica, eram de aumentar e modernizar a produção nacional e as exportações.

Portanto, o governo reorganizou a sociedade e a economia chinesa em torno das estruturas capitalistas oriundas da modernização e da industrialização e, ao mesmo tempo, buscou garantir a autonomia desse desenvolvimento induzindo o ritmo do crescimento econômico. Em outros termos, os chineses conseguiram sustentar a soberania e a segurança nacional, ao mesmo tempo em que aceleraram e superaram várias etapas do desenvolvimento capitalista na indústria e no campo.

Dessa perspectiva, foi elaborado um cronograma de longo prazo para estabelecer a temporalidade e a forma de abertura para o mercado e de entrada do capital forâneo. Esse cronograma, além de responder a esses alvos econômicos, procurou sustentar também a função do Estado como ponto de equilíbrio social, isto é, como ator responsável por manter a harmonia e a estabilidade social chinesa. Conforme lembrou Santayana (2008, p. 64), “os chineses sempre fizeram do Estado o grande e incontestado regente da ordem social. Por isso mesmo, realizaram as recentes e importantes mudanças na economia sem contestações graves”. Desse modo, as transformações econômicas no período de abertura fortemente controladas pelo Estado estiveram relacionadas não apenas à modernização e expansão da indústria e das exportações, mas também aos objetivos de preservação da estabilidade e harmonia da sociedade, assim como de legitimação das rápidas modificações na estrutura social⁵¹.

No entanto, embora os acontecimentos históricos e as alterações estruturantes do capitalismo global fossem essenciais para entender as reformas das “Quatro Modernizações”, as relações internacionais que se conformaram ao longo das décadas de 1980 e 1990 também trouxeram impactos relevantes para esse desenvolvimento chinês. Foi, nesse sentido, que a análise das transformações geopolíticas do último quarto do século XX e das tensões de poder (políticas e militares) emergidas na China, também resultantes de eventos externos, ganhou grande importância. Assim, o próximo capítulo, que está dividido em duas seções, tem por objetivo avaliar, num primeiro momento, a geopolítica do período recente, principalmente no que diz respeito às mudanças entre as relações de Estados com a União Soviética e o Japão, e,

(51) Saich (2000), por exemplo, destacou que o Estado cumpriu um papel essencial no controle das organizações sociais que foram se estabelecendo na China no período pós-reformas. Para outras discussões sobre o assunto, ver o próprio Saich (2000) e Leung (2005).

num segundo momento, as tensões internas de poder que, em grande medida, estavam ligadas às mudanças na configuração política e militar e da economia global.

CAPÍTULO 2 – OS DETERMINANTES EXTERNOS DAS “QUATRO MODERNIZAÇÕES”

O DESENHO GEOECONÔMICO E GEOPOLÍTICO E AS RELAÇÕES DE PODER NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX

No Capítulo 2, analisam-se outras mediações históricas do desenvolvimento chinês, dessa vez abrangendo as questões referentes às mudanças nas relações econômicas internacionais e seus impactos para o desenvolvimento chinês. Na primeira seção, examinam-se as transformações promovidas pelos Estados Unidos nos contextos geopolítico e geoeconômico. No plano político, o projeto de isolamento do socialismo soviético e, no plano econômico, as pressões mercantilistas sobre o Japão favoreceram a China em dois sentidos: primeiro, este país a pôde contar com a abertura do mercado consumidor e de crédito norte-americano para suas exportações e, segundo, foi capaz de absorver, mediante a formação de uma produção compartilhada na Ásia, as indústrias de países desenvolvidos, como Japão e Coreia do Sul. Na segunda seção, discutem-se os conflitos internos de poder num ambiente de mudanças políticas da União Soviética e de explosão de eventos militares, comandados especialmente pelos Estados Unidos.

2.1 Transformações geopolíticas e geoeconômicas: a Segunda Guerra Fria e a rede econômica asiática

Até o início da década de 1970, a estratégia elaborada pelo PCC impedia que a China pudesse usufruir do crescimento e dos avanços da economia internacional. Dentre outros aspectos, romperam-se as relações com países capitalistas, os fluxos de IDE recebidos pelos chineses foram dirimidos e o financiamento externo do país passou a depender quase que exclusivamente das relações estabelecidas com outros países comunistas, essencialmente a União Soviética.

A dependência da União Soviética se tornou ainda maior, quando os chineses entraram na Guerra da Coreia (em 1953) e começaram a sofrer retaliações dos países que vieram a formar a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* – OECD) em 1961. Os Estados Unidos, por exemplo, cortaram todas

suas relações exteriores com a China de 1957 a 1971. Dessa forma, as importações e as tecnologias soviéticas representaram nos anos 1950, segundo Maddison (2007), mais de ¼ de todo o investimento em máquinas do país asiático. Além disso, a capacidade de modernização do setor militar também esteve ligada aos acordos estabelecidos entre as duas nações socialistas.

Todavia, depois da morte de Stalin em 1953 e da ascensão de Khrushchev em 1958, as relações entre chineses e soviéticos se deterioraram rapidamente, fazendo com que em meados dos anos 1960 ocorresse uma ruptura entre os dois países. Segundo Lobo (2007, p. 4), esse rompimento foi marcado basicamente por dois fatores, a saber: “a luta pela supremacia no campo socialista, ou uma visão chinesa socialista e a busca da autonomia nuclear⁵²”. O desenvolvimento da energia nuclear e da bomba atômica na China deixou os soviéticos com a percepção de que os asiáticos tinham por meta alcançar uma via alternativa de construção do socialismo, contrária àquela estabelecida pela própria União Soviética⁵³. A partir desse cenário, os projetos de industrialização chinesa, realizados em parceria com o Leste Europeu, foram interrompidos e, em alguns casos, abandonados.

Assim, a década de 1960 representou, ao mesmo tempo, o avanço do isolamento⁵⁴ e da restrição externa chinesa⁵⁵. Sem contar com o apoio soviético e sofrendo com a estagnação das exportações e a dificuldade de obter créditos dos mercados capitalistas, a China se via impossibilitada de manter as importações de máquinas e equipamentos para industrialização, levando-se ainda em conta o aumento da demanda por alimentos. Embora o país ainda contasse

(52) Com apoio da própria União Soviética, os chineses desenvolveram a energia nuclear, possibilitando a explosão da sua primeira bomba atômica em 1964 (LOBO, 2007).

(53) Um dos principais eventos que marcou essa deterioração foi a crise de mísseis em Cuba. Nesse episódio, a instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba gerou um aumento das tensões com os Estados Unidos, engendrando uma grande ameaça de guerra nuclear entre as duas grandes potências da Guerra Fria. Contudo, a fim de evitar tal conflito, Khrushchev, em 28 de outubro de 1962, retirou os projéteis enviados à Cuba. A China entendeu essa atitude do líder soviético como uma traição à ideologia marxista-leninista. Em função disso, passou-se cultivar no país asiático a ideia de criar um sistema socialista autônomo, fora da zona de influência soviética. Assim, as críticas da China em relação ao regime de Khrushchev – que, conforme observado no Capítulo 1, era visto como um revisionismo favorável à burocracia do PCUS – passaram a ser compreendidas pela União Soviética como uma oposição à liderança deste país no bloco socialista.

(54) Em função desse isolamento, Mao passou a estruturar o desenvolvimento da China a partir de “uma estratégia econômica de auto suficiência e de resistência a uma potencial guerra com a [União Soviética]” (MEDEIROS, 1999, p. 383).

(55) Dois aspectos adicionais contribuíram para o avanço dessa restrição: em primeiro lugar, o baixo nível das exportações, que era explicada pelo pequeno número de poucos mercados abertos para os seus produtos e pela base exportadora muito pouco diversificada e; em segundo lugar, pela necessidade crescente de importações de produtos primários, principalmente depois dos insucessos da política agrícola do “Grande Salto Adiante”.

com alguns recursos oriundos de Hong Kong, esses eram insuficientes tanto para execução dos programas industriais, como para alimentar sua população (MADDISON, 2007).

Foi nesse contexto que o PCC buscou retomar suas relações bilaterais com os Estados Unidos e o Japão no decênio seguinte. A partir de então, a China conseguiu o financiamento dos bancos oficiais norte-americanos e japoneses⁵⁶ para importar bens primários e de capital e o tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF) concedido pelo governo norte-americano de Richard Nixon (1969-1974). Além disso, em função da aliança entre União Soviética e Índia no começo da década de 1970, quando as tensões entre Índia e Paquistão se aprofundaram, os Estados Unidos, que se uniram militarmente ao Paquistão, conseguiram, por intermédio da intervenção política e diplomática nesse último país, o apoio do governo chinês para conter eventuais ataques indo-soviéticos⁵⁷.

Esse movimento de reaproximação da China coincidiu com um cenário bem adverso – descrito na passagem abaixo, por Fiori (2007, p. 83-84) – tanto na esfera política, como econômica, que passou a ameaçar a estratégia expansionista dos Estados Unidos, colocando em risco sua própria hegemonia:

Existe uma interpretação dominante, sobre a “crise da hegemonia americana”, da década de 1970, que realça, no campo geopolítico, as derrotas militares e os fracassos diplomáticos dos Estados Unidos, no Vietnã – e seu “efeito dominó” no Laos e no Camboja – mas também na África, na América Central e no Oriente Médio, culminando com a revolução xiita e a “crise dos reféns”, no Irã, e a invasão soviética do Afeganistão, já no final da década, em 1979. Essa mesma interpretação costuma destacar, pelo lado econômico, o fim do “padrão dólar-ouro”, a subida do preço do petróleo, a perda de competitividade da economia norte-americana [para outras nações desenvolvidas, principalmente Japão e Alemanha] e a primeira grande recessão econômica mundial, depois da Segunda Grande Guerra.

Desse modo, com a ascensão do presidente Ronald Reagan (1981-1989), a política e a economia norte-americana transitaram para uma nova etapa, na direção de isolar os soviéticos e enfrentar o crescimento das economias capitalistas rivais. No plano político, Reagan lançou o

(56) “A China obteve em 1979, junto ao governo do Japão, taxas de juros abaixo de 7,25% a.a. para empréstimos acima de 5 anos, uma taxa inferior à recomendada pela OECD para países em desenvolvimento” (MEDEIROS, 1999, p. 392).

(57) “De fato, tanto os Estados Unidos como a União Soviética tiveram entre suas principais estratégias de poder, durante o período, as intervenções em conflitos regionais ou nacionais, com o objetivo de evitar que certos países se aliassem ao adversário. Contudo, na maior parte das intervenções, os conflitos eram preexistentes. Assim ocorreu, por exemplo, no conflito entre Índia e Paquistão: durante a Guerra Fria, a Índia se aliou à União Soviética, enquanto o Paquistão se aliou à China e aos Estados Unidos” (MORAES, 2010, p. 38).

que ficou conhecido como Segunda Guerra Fria⁵⁸. A estratégia era sufocar a continuidade do socialismo soviético, a partir de cinco frentes: o projeto militar e tecnológico *Strategic Defense Initiative* (SDI); o apoio aos movimentos anticomunistas em diversos lugares do planeta; a instalação de uma rede de mísseis MX; a campanha para reduzir o acesso da União Soviética às divisas internacionais e; a rápida aproximação dos Estados Unidos com a China por intermédio da abertura do mercado norte-americano para os produtos chineses e também das concessões financeiras para apoiar seu desenvolvimento (FIORI, 1997 e MEDEIROS, 2008).

Em síntese, essas frentes lançadas pelo governo norte-americano, especialmente a instalação dos mísseis MX e o lançamento do projeto SDI, tiveram objetivos distintos, mas que visaram o mesmo alvo: afetar militarmente a União Soviética. Além disso, o apoio norte-americano aos movimentos anticomunistas, que avançou por diversas localidades do mundo mediante o auxílio financeiro e militar, desestabilizou a região de influência da União Soviética. No caso do Afeganistão, por exemplo, apoiar os *mujahedin* (combatentes armados inspirados no fundamentalismo islâmico) contra o Exército Vermelho soviético, mediante o fornecimento de armas e de recursos, foi o canal encontrado por Reagan para desgastar o setor militar da União Soviética e conseguir aglutinar os interesses da ideologia liberal (anticomunista) com os islâmicos.

Por fim, as concessões e o apoio norte-americano ao desenvolvimento econômico chinês puderam ser entendidos como uma forma de fortalecer a antiga aliada e agora rival da União Soviética e de isolar o sistema socialista soviético. Ou seja, o apoio ao crescimento da China se configurou numa estratégia fundamental dos Estados Unidos a fim de enfraquecer a legitimidade e a influência do socialismo soviético na Ásia. Por isso, entre o final da década de 1970 e no início dos anos 1980, os impulsos enviados pela economia norte-americana para acelerar o desenvolvimento econômico chinês avançaram decisivamente. Após a eliminação do embargo comercial com a China em 1972, o comércio bilateral entre os dois países deu um salto no biênio 1978/1980⁵⁹ tornando os Estados Unidos um dos parceiros da China naquele momento. Nos anos

(58) Após a Segunda Grande Guerra ocorreu uma reconfiguração do poder global, a partir de uma disputa bipolar entre Estados Unidos e União Soviética. No período do pós-guerra, as rupturas e articulações dos mais diversos países estiveram, em alguma medida, ligadas as tensões e aos avanços oriundos desta disputa. E, apesar de um certo congelamento deste confronto na década de 1970, o governo Reagan retomou a estratégia de derrotar o rival socialista, a partir do aprofundamento da Guerra Fria.

(59) Entre 1978 e 1980, as exportações da China para os Estados Unidos se expandiram de US\$ 366 milhões para US\$ 1,1 bilhão.

posteriores, além do tratamento de NMF, o país asiático passou a ser classificado como “nação em desenvolvimento”, o que permitiu a queda das tarifas norte-americanas para as exportações chinesas de têxteis e vestuários em cerca de 50% (MEDEIROS, 1999). Ainda é relevante destacar que graças ao aumento das exportações de grãos e ao acesso crescente do crédito oficial norte-americano, a China conseguiu lançar um programa de importação de máquinas e equipamentos sem comprometer os avanços obtidos tanto na agricultura, como na indústria leve.

Se, no plano político, o principal objetivo do governo Reagan foi impedir o avanço da União Soviética, do ponto de vista econômico, os Estados Unidos buscaram reafirmar os princípios liberais confrontando com aqueles de regulamentação e intervencionismo estatal consagrados no *embedded liberalism*⁶⁰ (FIORI, 1997 e RUGGIE, 1982). Em última instância, esse processo se conformou como um meio para resgatar a liderança internacional da economia norte-americana enfrentando os avanços de outros países capitalistas, especialmente o Japão e a Alemanha, bem como o questionamento do papel do dólar como moeda-reserva. Dessa ótica, Fiori (1997, p. 115) destacou que nesse período aconteceu “uma das restaurações conservadoras mais extensas e radicais da história moderna, companheira inseparável da revolução financeira global”. Como resultado da retomada das políticas de cunho liberal, a China encontrou um cenário extremamente favorável para dinamizar seu desenvolvimento na década de 1980, uma vez que essas políticas modificaram a articulação da produção e das finanças entre os países desenvolvidos – em especial Japão e Estados Unidos – beneficiando as nações em desenvolvimento da Ásia.

A retomada dessas políticas ocorreu por causa de um cenário internacional extremamente desfavorável à economia dos Estados Unidos, na segunda metade dos anos 1970. Por um lado, observou-se um aumento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e a perda de competitividade das suas empresas para as corporações europeias e asiáticas, em especial da Alemanha e do Japão. Por outro, reduziu-se a capacidade de intervenção da política monetária norte-americana, em função do movimento de transnacionalização dos seus bancos e de suas

(60) Lopes e Ramos (2009, p. 276) explicaram este conceito de *embedded liberalism*: “desde o ocaso da Segunda Guerra, [formou-se] o fenômeno do “liberalismo incrustado” (*embedded liberalism*). [Esse fenômeno trata da existência] de um substrato liberal na ordem econômica internacional, fruto de um consenso atingido entre os principais vencedores da Grande Guerra (ênfase maior nos Estados Unidos da América e na Inglaterra). Na base dessa ordem haveria uma confluência entre a estrutura material de poder (as instituições propriamente ditas, como [Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial]) e um ‘propósito social legítimo’”. Para uma análise mais ampla ver Ruggie (1982).

empresas (FURTADO, 1988). Adicionalmente, Belluzzo (1997) lembrou que, após o término do Acordo de Bretton Woods em 1973, acentuaram-se os ataques à posição central do dólar no sistema monetário internacional em razão dos sistemáticos déficits do balanço de pagamentos acumulados pelos Estados Unidos. Nas suas palavras, “a função de reserva da moeda [norte-americana] estava sendo desgastada pela percepção de que havia um desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos” (BELLUZZO, 1997, p. 173).

Esses constrangimentos nas esferas produtiva e financeira impulsionaram um movimento de reação dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, as autoridades monetárias norte-americanas optaram por efetivar em 1979 uma política de alta taxa de juros (FURTADO, 1988). Juntamente com essa mudança na trajetória dos juros, também foi imposta uma política monetária restritiva que provocou grande valorização da moeda norte-americana, a partir da entrada de um grande volume de capital estrangeiro. Nesse contexto, os Estados Unidos estabeleceram uma política de proteção ao sistema financeiro (1981-1984) possibilitando o ajuste patrimonial dos bancos e dos fundos de pensão norte-americanos, que se estendeu com o crescimento exponencial das inovações financeiras e da utilização dos derivativos⁶¹, assim como autorizaram que sua dívida interna fosse convertida em dívida externa fazendo com que poupadores estrangeiros pudessem absorvê-la.

Em segundo lugar, em resposta ao cenário de aumento da concorrência industrial, valorização da moeda norte-americana e maior desregulamentação financeira, o capital produtivo norte-americano fortaleceu sua internacionalização. Ao lado desse processo, houve uma mudança na forma de organização da produção das empresas norte-americanas que passou a se caracterizar pela maior integração e expansão transfronteira das atividades por elas realizadas. Essa organização mais integrada da produção, em âmbito global, buscou reduzir os custos produtivos das empresas e aproveitar as oportunidades ofertadas pelos fluxos de IDE para sua

(61) Tavares e Melin (1997, p. 58) chamaram a atenção para este fato: “a proteção ao sistema financeiro executada por Reagan (1981-1984) permite o ajustamento e a recomposição patrimonial dos bancos e dos fundos de pensão americanos, abalados pelo choque de juros, com suporte do Tesouro dos [Estados Unidos]. Multiplicam-se as inovações de instrumentos financeiros e começa a expansão dos derivativos como mecanismo de securitização dos passivos de médio e longo prazo no mercado financeiro americano, paralisado pelo choque de juros. O processo iniciou-se pelo mercado americano de títulos imobiliários e estendeu-se aos poucos até englobar os mercados futuros de câmbio”.

expansão, mediante a utilização de economias de escala e escopo das corporações integradas e assimilação de ativos específicos fundamentais⁶² (HIRATUKA, 2010 e ANDRADE, 2004).

Nos meados da década de 1980, o aprofundamento desse processo de desregulamentação da economia e a reestruturação da produção global, bem como a rearticulação entre as principais moedas internacionais estabeleceram uma expansão dos conflitos econômicos entre Japão e Estados Unidos que, por seu turno, impulsionaram um surto de crescimento da produção e das exportações nas nações do Leste Asiático – dentre as quais, a China. Num primeiro momento, os Estados Unidos substituíram a política de valorização do dólar, iniciada em 1979, por uma política de gradual desvalorização, no Acordo do Plaza de 1985, que refletiu numa apreciação das principalmente moedas internacionais, dentre estas o iene. Visando reforçar esse ajuste restritivo ao comércio do Japão, no acordo do Louvre de 1987, foram impostas pelos Estados Unidos cotas voluntárias às exportações nipônicas. Num segundo momento, esse realinhamento de moedas entre as duas nações, somadas às condições favoráveis oferecidas nos mercados asiáticos para absorver capital externo (taxa de câmbio desvalorizada e custo de produção baixo, por exemplo), impulsionou um aumento da concorrência comercial e do IDE entre os Estados Unidos e o Japão favorecendo o dinamismo exportador e produtivo dessa região (TAVARES; MELIN, 1997). Desse modo, para resistir a esse processo de acirramento da concorrência, a estrutura produtiva japonesa, a exemplo do que já estava sendo realizado nos Estados Unidos, também iniciou seu processo de transnacionalização.

Com a saída das empresas japonesas (e das corporações de outros países desenvolvidos) o ambiente de competição foi deslocado do âmbito nacional para o internacional, “obrigando” as corporações transnacionalizadas a reorganizarem sua estrutura produtiva para suportar essa maior concorrência global. Em função disso, as empresas japonesas e norte-americanas – ainda

(62) Nas palavras de Andrade (2004, p. 52): “a crise competitiva a partir dos anos 1970, e agravada nas décadas seguintes, colocou em evidência a fragilidade das empresas anglo-americanas em responder efetivamente aos novos competidores vindos de novas regiões e sistemas, sobretudo da Ásia. As ideias e teorias que usavam a grande corporação moderna como princípio de organização, projetada como ápice do desenvolvimento capitalista, foram colocadas em dúvida, diante de uma estrutura que se mostrava grande, letárgica e focada demais para responder de forma adequada ao novo ambiente econômico. Neste quadro soma-se o acirramento da competição, traduzido em novos ciclos de vida do produto e uma demanda extremamente volátil (...). Diante desse cenário, ocorre uma reorganização das estruturas industriais, notavelmente na forma de redes, de maneira que o fulcro, no lugar da grade empresa verticalmente integrada, passou para as economias externas criadas pelas interações entre as firmas. Assim, as empresas focam nas suas áreas de competência central (*core*), percebidas como essenciais para a formação de vantagens competitivas, deixando aquelas identificadas como não centrais (*non-core*), mas não por isso menos importantes, sob a responsabilidade de outras empresas”.

pressionadas pela concorrência de outras regiões, como a Europa – passaram a realizar um esforço muito maior nos anos 1980, por meio da formação de uma categoria de ativos intangíveis (aumento de gastos com *marketing* e *design*, inovação em produtos e processos etc.), para aumentar assimetrias concorrenciais que se traduziam na geração de ganhos monopólicos. Nesse sentido, conforme descreveu Hiratuka (2010, p. 15):

[Demandou-se] um maior comprometimento de recursos para enfrentar a competição a partir de então, ao mesmo tempo em que crescia a incerteza em relação aos retornos esperados dos investimentos em razão da maior instabilidade das variáveis macroeconômicas. A acumulação de vantagens específicas tornou-se mais premente, ao mesmo tempo em que aumentou a preocupação em racionalizar e aproveitar na maior extensão possível os retornos desses ativos. O impulso verificado a partir da década de 1980 no grau de internacionalização das grandes corporações mundiais e a forma como a expansão ocorreu estiveram, portanto, associados à busca de compatibilizar o desenvolvimento de ativos capazes de propiciar assimetrias concorrenciais, com a racionalização de recursos, a diminuição de *sunk-costs* e o aumento da flexibilidade. Tudo isso em simultâneo à necessidade de encontrar novos espaços de acumulação, de maneira a aumentar a captura de quase-rendas associadas a esses mesmos ativos.

Com efeito, as atividades das ETN desses dois países foram continuamente externalizadas, impulsionando a formação de uma rede internacional de produção (principalmente na Ásia) que articulava diferentes países e empresas, nas quais realizavam etapas da cadeia de valor mediante a coordenação das grandes corporações com o objetivo de obter o máximo de retorno para o conjunto de atividades (HIRATUKA, 2010). Por causa disso, foram abertos espaços para uma articulação maior das economias emergentes da Ásia à divisão do trabalho dessas ETN, mediante, por exemplo, a realização de etapas mais intensivas em trabalho na produção das indústrias leves. Logo, esses países emergentes asiáticos viram aumentar suas oportunidades para atrair investimentos estrangeiros e dinamizar suas indústrias, tendo em vista as possibilidades ofertadas pelo deslocamento das filiais e de seus recursos e a maior integração de suas atividades produtivas num âmbito global.

A conformação desse cenário permite afirmar que a disputa entre Estados Unidos e Japão na década de 1980 e as políticas econômicas delineadas pelos dois países explicaram os impulsos fornecidos ao desenvolvimento asiático desde então. As restrições comerciais impostas ao Japão – valorização forçada do iene e cotas de exportações – e a consequente necessidade das empresas nipônicas de se deslocarem para mercados asiáticos, a expansão dos investimentos das empresas norte-americanas na Ásia, bem como a abertura do mercado consumidor dos Estados Unidos

possibilitaram à região asiática comandar um processo virtuoso de crescimento econômico e de expansão de suas estruturas produtivas, ampliando sua rede de comércio e investimentos.

Isso ocorreu, em primeiro lugar, porque a abertura das contas de capitais globais permitiu ao mercado financeiro norte-americano comandar um processo de expansão do crédito à produção e ao consumo, que se materializou na alavancagem de grandes empresas estrangeiras e no endividamento do setor financeiro norte-americano, mobilizando o acúmulo de superávits em conta corrente dos países asiáticos e o crescimento dos fluxos de IDE dos EUA recebidos pela Ásia (BELLUZZO; CARNEIRO, 2003). Em segundo lugar, aconteceu também devido àquele realinhamento do dólar e do iene e estabelecimento de cotas exportadoras ao Japão, cujos resultados foram o deslocamento da indústria japonesa até mercados asiáticos próximos, ampliando os fluxos de investimentos e do comércio intrarregional.

Dentro desse contexto, a opção governo japonês em manter, na segunda metade década de 1980, uma política fiscal e monetária expansionista, a fim de estimular o consumo e o investimento privado como forma de recuperar a recessão causada pela rápida queda do superávit comercial, também rearticulou a forma de ação de suas empresas⁶³. Essa conjuntura associada às constantes variações cambiais e a possibilidade de as empresas exportadoras japonesas terem livre acesso às operações financeiras (via abertura da conta capital) fomentou um novo tipo de atividades no país:

Diante desse quadro, as empresas produtivas lançaram-se com grande apetite em operações especulativas numa busca desenfreada por lucros não-operacionais. Com os ajustes ocorridos nas empresas japonesas na década de 1970 e 1980, a tendência havia sido de muitas delas aumentarem substancialmente seus saldos de caixa. Com a desregulamentação do mercado financeiro, as corporações passaram a aproveitar as oportunidades que os mercados interno e externo lhes proporcionavam em termos de juros, câmbio, etc. (TORRES FILHO, 1997, p. 10).

Essa nova forma de operação das empresas japonesas expandiu ainda mais suas fronteiras de atuação em torno do globo. Como o choque cambial onerou a operação produtiva dessas

(63) “No Japão, a valorização do iene provocou uma redução na taxa de crescimento e na taxa de lucro dos setores exportadores. Diante desse cenário, o governo decidiu mudar sua política monetária, tornando-a profundamente expansionista. Assim, o Banco do Japão (...) iniciou, em janeiro de 1986, a redução da taxa de desconto, que estava em 5%, até que alcançasse 3% em novembro e, finalmente, 2,5% em fevereiro do ano seguinte, o menor valor registrado até então. Um dos principais objetivos das autoridades japonesas com a nova política era criar condições para que a demanda interna crescesse, compensando a perda do impulso exportador, que havia sustentado o crescimento da economia japonesa na primeira metade dos anos 1980. Essa meta foi plenamente alcançada, graças à aceleração do crescimento do consumo privado e do investimento, especialmente em novas moradias” (TORRES FILHO, 1997, p. 9-10).

empresas no Japão e como os bancos também estavam buscando outros mercados para reaver seus lucros, essas empresas foram “obrigadas” a se deslocar e investir em outros países asiáticos.

Portanto, além do próprio aumento da concorrência e da abertura financeira, as restrições comerciais programadas pelos Estados Unidos e a estratégia macroeconômica do governo japonês impulsionaram a transferência das empresas nipônicas para as regiões menos desenvolvidas da Ásia, estimulando o desenvolvimento de todo continente. Ademais, a ampliação do endividamento e do consumo do mercado norte-americano na década de 1980 e a decisão das empresas dos Estados Unidos de ampliar o volume de capital destinado aos países asiáticos fizeram destes últimos grandes receptores de investimento e tecnologia estrangeira, além de poderem contar com um amplo mercado para suas exportações. Logo, tanto os Estados Unidos, como o Japão passaram a transferir suas empresas para outros países asiáticos visando ampliar sua competitividade e, somente no caso japonês, contornar as restrições relacionadas ao comércio exterior. Esse deslocamento da estrutura produtiva dentro da Ásia ganhou força quando as retaliações comerciais dos Estados Unidos alcançaram outras nações asiáticas como Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong⁶⁴.

Essas retaliações, a exemplo do que aconteceu com o Japão, tomaram forma de pressões sobre a política cambial e eliminação de benefícios econômicos às exportações. “No caso da Coreia do Sul, desde 1988, as pressões norte-americanas visando diminuir o déficit comercial que os Estados Unidos então possuíam com este país [foram] no sentido de uma maior valorização do won” (MEDEIROS, 1998, p. 164). Já Hong Kong e Taiwan, além da própria valorização de suas moedas, viram as concessões comerciais norte-americanas serem eliminadas, em 1989, depois da extinção do Sistema Generalizado de Preferência para com esses países. Adicionalmente, as indústrias dessas nações passaram a sofrer grandes pressões competitivas de empresas principalmente da Tailândia e Malásia, ameaçando o acesso aos seus mercados de exportação (LAZZARI, 2005). Por fim, entre 1992 e 1995, as condições para o Japão exportar ficaram ainda mais perversas em função da política de “desvalorização “benigna” do dólar, [que impôs] perdas monumentais aos bancos japoneses, [cujas carteiras tinham] grande quantidade de

(64) Esses três países (Coreia, Taiwan e Hong Kong), ao lado de Cingapura, formaram o que ficou conhecido como *New Industrialized Economies* (NIE) de primeira geração. Parte da literatura também utiliza a denominação *New Industrialized Countries* (NIC).

ativos denominados em dólar, e, conseqüentemente, uma valorização brutal da moeda japonesa” (CINTRA, 2000, p. 195).

Como as condições para exportar de Japão e dos NIE de primeira geração se tornaram extremamente desfavoráveis, os demais países da região com menor grau de desenvolvimento – os NIE de segunda geração (Tailândia, Filipinas, Malásia e Indonésia) e a China – passaram a absorver os investimentos direcionados para exportação desses primeiros países. Esse processo se apoiou nos baixos custos de produção e na formulação de estratégias cambiais da China e dos NIE de segunda geração que, a despeito de suas diferenças, possibilitou a manutenção de suas moedas depreciadas em relação ao dólar norte-americano, diferentemente do iene, do won e do dólar de Cingapura, como apontou Takagi (1999, p. 188-89, tradução livre):

Segundo os documentos oficiais, Coreia do Sul, Cingapura, Malásia e Indonésia foram classificadas como países que possuíam um sistema cambial com “flutuação suja”, enquanto a Tailândia tinha uma taxa de câmbio fixa que variava segundo a uma cesta de moedas. (...) Apenas as Filipinas foram classificadas como um país que possuía um sistema cambial flutuante. Todavia, [as trajetórias de cada moeda apresentaram notáveis diferenças]. (...) Tanto a rúpia da Indonésia, como o peso filipino se depreciaram extraordinariamente em relação ao dólar norte-americano, em termos nominais, no período 1980-1995: na média anual, a rúpia se depreciou de 627 para 2.249 unidades por dólar norte-americano, e o peso se moveu de 7,51 para 25,71 unidades por dólar norte-americano. Em contraste, as outras moedas mostraram relativa estabilidade frente ao dólar norte-americano no mesmo período, [apesar de algumas moedas terem se depreciado]. O won coreano se depreciou de 607,43 para 881,45 unidades por dólar norte-americano, entre 1980 e 1986, mas se apreciou para 671,46 unidades por dólar norte-americano em 1989. O dólar de Cingapura mostrou uma restrita apreciação em relação ao dólar norte-americano, saltando de 2,14 para 1,42 unidades por dólar norte-americano entre 1980 e 1995. O *ringgit* malaio e o *baht* tailandês se desvalorizaram de forma modesta frente ao dólar norte-americano, no mesmo período; o *ringgit* caiu de 2,18 para 2,5 unidades por dólar e o *baht* pulou de 20,48 para 24,69 unidades por dólar⁶⁵.

A partir de 1995, quando se iniciou um movimento de depreciação da moeda japonesa em relação ao dólar⁶⁶ e da indexação das moedas dos outros países asiáticos a esta última, houve uma contínua valorização das moedas dos NIE de segunda geração frente ao iene que, juntamente com uma ampliação dos seus coeficientes de importação e com o surgimento de déficits nas suas contas de serviços fatores, eliminou parte dos incentivos de transferência da

(65) No caso da China, neste mesmo período, houve uma grande desvalorização do iuane frente ao dólar: a taxa real de câmbio saiu de 0,59 iuane por dólar em 1980 para 5,58 em 1995. Para mais detalhes dessa evolução, bem como comentários adicionais relativos à condução da política cambial chinesa, ver a subseção 3.4 do Capítulo 3.

(66) A partir de 1995, houve uma reversão daquele processo de desvalorização “benigna” do dólar, iniciando um movimento de valorização do dólar que durou até o final dos anos 1990 (CINTRA, 2000).

produção principalmente nipônica, mas também de outras nações desenvolvidas, como os Estados Unidos, a essa região. Somente na China, que manteve em níveis baixos o seu endividamento externo e sustentou uma taxa de câmbio extremamente desvalorizada, esses incentivos para os deslocamentos das ETN, em especial da Ásia, foram mantidos e reforçados, produzindo um aumento acelerado tanto nas suas exportações, como nos fluxos de IDE recebido pelo continente asiático⁶⁷ (MEDEIROS, 1998).

Em virtude disso, não somente as empresas exportadoras japonesas, mas também as coreanas e as de Taiwan e Hong Kong foram se deslocando para terceiros mercados do próprio continente asiático, inicialmente os NIE de segunda geração e depois a China, consolidando um padrão de industrialização da Ásia que ocorreu de forma sequencial. Esse padrão, denominado “gansos voadores”, no qual os países mais desenvolvidos da Ásia – primeiramente o Japão e depois os NIE de primeira geração – transferiram gradualmente parte de suas estruturas produtivas e exportadoras para os países menos desenvolvidos, como definiu Palma (2004, p. 430):

No componente de “movimento sequencial” do padrão de industrialização de “gansos voadores”, inicialmente os NIC de primeira geração substituem as exportações japonesas no mercado mundial, para depois o mesmo fenômeno acontecer entre o grupo e os NIC de segunda geração mais a China, etc. Em termos de parcela das exportações, este processo cria uma sequência de “Us invertidos”. Esses produtos tendem a não estar num nível muito alto da “curva de aprendizado”, mas praticamente todos ainda são de demanda dinâmica das importações da [OECD]. A característica essencial é que a capacidade produtiva das exportações é transferida sucessivamente do Japão para os NIC-1, em seguida dos NIC-1 para os NIC-2, a China e outros países asiáticos.

Desse modo, a nova geoeconomia do desenvolvimento asiático foi resultado da articulação entre o IDE e o comércio intrafirma, que teve origem nas mudanças da forma de organização dos grandes conglomerados industriais, inicialmente japoneses e depois dos países mais desenvolvidos da Ásia. Como forma de manter sua competitividade externa (que havia sido afetada pelas políticas norte-americanas), essas empresas inauguraram um crescente movimento

(67) Medeiros (1998, p. 159) corroborou essa constatação: “destes movimentos a China diverge fortemente. Houve intenso crescimento das importações, mas estas vinham de níveis muito mais baixos do que as exportações. Em 1994, com a desvalorização do iuane em relação ao dólar, a taxa de exportação acelera-se muito à frente da taxa de importações. Por outro lado, o que caracteriza o financiamento externo da economia chinesa nestes anos é que os ingressos de IDE atingiram níveis excepcionalmente altos sem que tenha havido qualquer alteração significativa nos investimentos de portfólio. Com a desvalorização do iene em relação ao dólar em 1995 e com a manutenção da paridade das moedas [dos NIE de segunda geração] e da Coreia em relação ao dólar e o iuane desvalorizado (...) estes movimentos foram fortemente acentuados”.

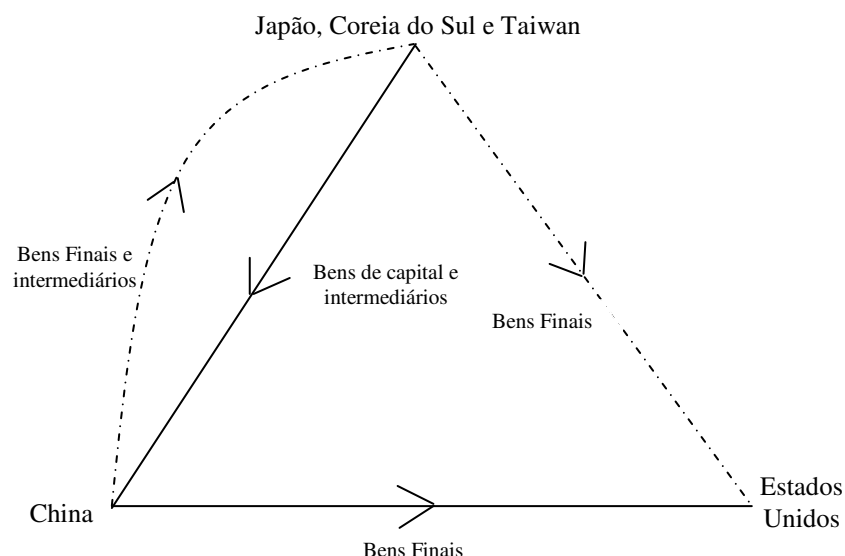
de transferência de parte de suas filiais para os demais países do continente, cujas estruturas industriais apresentavam grandes vantagens em termos de custos produtivos, política cambial, acumulação de ativos intangíveis etc. Portanto, a partir dessa configuração de produção regional, a direção dos investimentos asiáticos passou a obedecer a uma nova lógica, em que os deslocamentos de capitais tiveram por objetivo conquistar mercados locais e regionais alterando radicalmente o perfil do comércio exterior intra-asiático.

Essa lógica se iniciou com o deslocamento das exportações japonesas para Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, que em razão disso se tornaram grandes absorvedores de investimentos estrangeiros. Esses países, por sua vez, direcionaram suas exportações para os Estados Unidos e a União Europeia, contornando os problemas nipônicos relacionados à valorização cambial. Todavia, conforme as restrições comerciais que alcançaram o Japão foram se estendendo para essas outras nações asiáticas, houve uma nova realocação dos investimentos para os países de menor grau de desenvolvimento da região (os NIE de segunda geração e mais fortemente a China, após a primeira metade dos anos 1990), o que motivou também a transferência das estruturas de produção e exportações para os mesmos. Dessa forma, gradualmente houve uma substituição das exportações dos países asiáticos mais desenvolvidos pelas exportações de países menos desenvolvidos que contaram com volumes de investimentos das matrizes japonesas e dos NIE de primeira geração, expandindo o movimento de subcontratação na Ásia (MEDEIROS, 1997).

Analisando sob essa perspectiva, Fujita (2007) sugeriu a formação de um padrão triangular de comércio internacional dentro da Ásia (apresentado na Figura 1). Basicamente, enquanto os países mais desenvolvidos da região – além dos Estados Unidos – exportavam produtos intermediários e bens de capital para os países menos desenvolvidos da região, esses últimos exportavam bens finais para países, como Japão e Coreia do Sul e também para os Estados Unidos. Esse movimento correspondeu ao que foi chamado na literatura de produção compartilhada asiática (que é representado pelas linhas contínuas da Figura 1). A partir da importação de partes e componentes e bens de capital a China (e os NIE de segunda geração) realizou a montagem final dos produtos e os exportaram para terceiros mercados, especialmente

para os países desenvolvidos. Além disso, os próprios países desenvolvidos também venderam externamente produtos finais, mais intensivos em tecnologia para os norte-americanos⁶⁸.

Figura 1 – Padrão triangular de comércio na Ásia



Fonte: FUJITA (2007). Elaboração Própria

Esse processo exerceu uma função importante para o desenvolvimento da China. As suas exportações para os Estados Unidos e as importações oriundas de Japão e Coreia do Sul cresceram muito nesse período. Além disso, o país pôde atrair importantes fluxos regionais de IDE que estiveram ligados não somente à produção de bens para exportação, como também à exploração seu mercado interno. Medeiros (1999, p. 395) resumiu as importantes implicações do processo descrito anteriormente para o desenvolvimento da China:

Ao lado da dimensão geopolítica, a China, como os demais países do Leste Asiático, beneficiou-se, ao longo dos anos 80, de uma macroeconomia regional em expansão, decorrente dos novos alinhamentos cambiais dos conflitos comerciais entre os [Estados Unidos] e Japão. (...) A reorganização da economia regional asiática a partir do deslocamento do capital produtivo japonês acelerou intensamente o investimento direto e o comércio regional. Este movimento se estendeu no final da década para Coreia do Sul, Hong Kong e [Taiwan]. (...) Em face do crescimento dos custos de produção (...) os custos de produção mais baixos e o câmbio desvalorizado na China exercem amplos estímulos para o deslocamento de capitais de Hong Kong, [Taiwan] e Japão. (...) Se esta dinâmica obedecia a uma lógica mercantil, induzida por

(68) Além dessa articulação produtiva e comercial que apoiou o recebimento de investimentos e a ampliação das exportações dos países asiáticos emergentes, deve-se lembrar que o continente asiático desenvolveu uma política de empréstimos bancários que permitiu a esses países tomarem grandes volumes créditos regionais apoiando o crescimento dos investimentos industriais (MEDEIROS, 1997).

diferenciais de custos e câmbio, no final da década e início dos anos [1990] afirmou-se uma outra dinâmica dos capitais internacionais em relação à China: a conquista de seu mercado interno num contexto marcado pelo acirramento da concorrência oligopólica mundial. Nesse sentido centenas de empresas americanas, japonesas e européias começaram a ser instalar na China, mais especialmente em Xangai.

Em suma, as mudanças de orientação do projeto político e econômico norte-americano na década de 1980 e 1990 trouxeram impulsos positivos para o desenvolvimento econômico da China. De um lado, na política de contenção da União Soviética, a China pôde contar com o auxílio creditício dos bancos oficiais internacionais, além de tratamento preferencial e reduções tarifárias no comércio bilateral com os Estados Unidos. De outro, as tensões econômicas com o Japão permitiram à China o recebimento de fluxos de IDE e o aumento das exportações intra e inter-regionais. A valorização forçada do iene e das moedas de Hong Kong, Taiwan e da Coreia do Sul e o consequente deslocamento das grandes empresas desses países possibilitaram à China o fortalecimento de sua estrutura produtiva e de sua base exportadora, que ainda usufruiu da abertura do mercado norte-americano para suas exportações. Na década de 1990, com as mudanças na estrutura de financiamento e na relação entre as moedas asiáticas e a atuação das empresas norte-americanas, esse movimento de deslocamento das exportações e investimentos para China se fortaleceu.

Muito embora os fatores apresentados até aqui expliquem parte importante do desenvolvimento chinês, especialmente da sua indústria e das suas exportações, eles não são suficientes para compreender a trajetória de longo prazo do crescimento econômico da China. Mesmo porque, como lembrou Medeiros (2001, p. 45), a dependência relativamente elevada das Ásia em relação “ao mercado americano e ao dólar conferiu às pressões mercantilistas americanas (...) extraordinário poder. Nos anos mais recentes, a possibilidade de crescer a partir do mercado americano tornou-se cada vez mais difícil para o conjunto das economias asiáticas⁶⁹”.

(69) Nesse sentido, Medeiros (2001, p. 45) constatou que a própria China foi assumindo esse papel antes desempenhado pelos Estados Unidos, além de continuar se aproveitando da dinâmica regional para atrair investimentos e tecnologias. Ou seja, “a China no contexto atual, ao contrário do Japão que se recusa a crescer e dos demais que dependem excessivamente dos mercados externos, [assumiu uma] política macroeconômica claramente expansiva e muito mais condicionada pelos componentes internos da demanda agregada. Assim, é importante considerar dois aspectos que afetam contraditoriamente a economia asiática: de um lado, a China é um grande competidor, deslocando exportações e investimentos; de outro, é um grande e dinâmico mercado em processo de expansão”. Com efeito, para nações mais desenvolvidas do continente – Japão, Coreia do Sul e Taiwan – a China deslocou suas exportações, por intermédio da atração de investimentos e tecnologia, tornando-se um novo competidor regional. E, para nações menos desenvolvidas, como Filipinas e Tailândia, a China, em função do

No caso da China, as condições que apoiaram o seu desenvolvimento nos últimos 20 anos do século XX foram se revertendo gradativamente, até se tornarem menos propícias no período mais recente. Em primeiro lugar, na medida em que o país foi se desenvolvendo rapidamente, tornou-se uma nova ameaça à própria economia norte-americana, apesar da dependência de muitas empresas norte-americanas do mercado chinês (tendo em vista, a expansão acelerada do número de filiais dos Estados Unidos que passaram a produzir na China⁷⁰) e do governo chinês possuir um grande volume dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Em segundo lugar, a China nos últimos anos tem alterado sua função dentro da articulação econômica regional asiática, pois não apenas os fluxos de IDE recebidos por países como Japão e Coreia do Sul tem diminuído, como sua atuação tem se caracterizado pelo deslocamento de algumas atividades de suas empresas para países próximos, como Laos e Vietnã. Logo, por um lado, as políticas norte-americanas que anteriormente eram de contenção à União Soviética e ao Japão se voltaram para a China⁷¹ e, por outro, a indústria chinesa se estabeleceu como grande competidora e investidora na Ásia, ao invés de apenas ser um receptor de investimentos e da produção regional.

Essas alterações, todavia, não impediram a continuidade do crescimento da economia chinesa, uma vez que: i. o cenário internacional extremamente positivo nos anos 1980 e 1990, materializou-se na expansão da produção e das exportações chinesas porque o Estado Nacional criou políticas e instrumentos que dinamizaram a integração do setor industrial e do comércio; ii. nos anos 2000, a China tem mostrado grande capacidade de conduzir o crescimento da sua produção e do comércio exterior, a partir das suas empresas estatais que internalizaram tecnologias e técnicas das empresas asiáticas instaladas no país desde os anos 1980 (e de outros

aumento da demanda por importações, tornou-se um importante mercado consumidor de suas *commodities* e de seus bens manufaturados, principalmente de duráveis.

(70) “O exuberante ciclo de expansão americano dos anos 1990 (...) [reforça] o papel de grande investidor (...) dos Estados Unidos. A China, cuja “competitividade” é crescente, tanto nos mercados menos qualificados, quanto, em ritmo acelerado, nos de tecnologia mais sofisticada, torna-se o maior receptor do investimento direto americano” (BELLUZZO, 2005, p. 229).

(71) Medeiros (1999, p. 395) menciona algumas medidas nesse sentido: “a partir de 1989 (...) usando o seu dominante direito de veto no Banco Mundial e no Banco de Desenvolvimento Asiático, os [Estados Unidos], alegando desrespeito aos direitos humanos, bloquearam os pedidos de empréstimos por vários anos. (...) As pressões americanas sobre a abertura do mercado chinês e o seu veto ao ingresso da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) enquanto país em desenvolvimento assumem inevitável conteúdo político”.

países desenvolvidos do Ocidente) – sendo capaz atualmente de desenvolvê-las – e continuaram operando em condições macroeconômicas internas extremamente favoráveis⁷².

2.2 As relações de poder após as “Quatro Modernizações”: a complexa transição política e militar

Se o desenho geopolítico e geoeconômico dos anos 1980 e 1990 suportaram, de certa forma, a estratégia reformista chinesa, as configurações de poder da sociedade chinesa também desempenharam um papel essencial na conformação das reformas. Ainda mais porque na China as “Quatro Modernizações” eram um projeto econômico de desenvolvimento das forças produtivas associado a um projeto político de manutenção do poder centralizado no PCC. Nesse sentido, Medeiros (1999, p. 397) lembrou que “a subordinação das metas econômicas aos objetivos políticos é importante no caso da China”.

O objetivo político de manter a soberania do Estado nacional e a busca pelo reconhecimento de uma única China, que forçaram o isolamento diplomático a Taiwan e as negociações com o Reino Unido para a reincorporação Hong Kong em 1997, eram pilares estruturantes da estratégia de modernização do país (MEDEIROS, 1999 e 2008). Além disso, o controle e sofisticação do setor militar pelo PCC também eram fundamentais para conduzir essa estratégia, mantendo simultaneamente a estabilidade social interna e a ascensão pacífica do país no cenário internacional.

Por isso, antes de ser uma estratégia de desenvolvimento econômico, o projeto da China era de sustentação do monopólio do PCC. O Partido considerava fundamental esse aspecto para o próprio sucesso das reformas econômicas⁷³, como mostrou Medeiros (2008, p. 227):

A estratégia de Xiaoping perseguia ao longo dos anos 1980 modernizar a economia (agricultura, indústria e tecnologia) e o Exército, ao mesmo tempo preservando a unidade nacional e as instituições políticas assentadas no monopólio do poder do PCC e do seu controle sob o Exército de Libertação Popular. (...) É importante observar que a construção da estratégia de abertura econômica chinesa jamais deixou de ser uma estratégia de manutenção do monopólio do poder político do PCC. Por isto mesmo, a despeito de suas

(72) Na Parte II desta dissertação, apontam-se como as políticas econômicas utilizadas pelo governo chinês foram fundamentais para aproveitar esse contexto geopolítico e geoeconômico favorável dos anos 1980 e 1990, bem como a forma pela qual o governo tem conduzido a política macroeconômica.

(73) Na visão do PCC, as reformas de 1978 visavam implementar o socialismo de mercado que, de certa forma, dava continuidade ao regime comunista no país.

ambiguidades, a estratégia de abertura externa e de modernização capitalista liderada por Xiaoping foi sempre apresentada no plano político como inteiramente oposta à “transição pacífica”, processo associado às reformas no Leste Europeu e na antiga União Soviética (...) e que levariam, na perspectiva chinesa, ao colapso do socialismo.

Nesse sentido, o setor militar funcionou como termômetro de todo processo de desenvolvimento econômico e social após o período Mao. Na medida em que o ambiente interno se modificava, o PCC determinava novas tarefas e objetivos ao ELP que, em última instância, devia sustentar aquele alvo final: o monopólio político do PCC com modernização econômica e estabilidade social.

Contudo, as mudanças políticas e militares na China no período de reformas responderam principalmente às transformações, ou melhor, a uma nova configuração internacional dessas duas esferas. Em outras palavras, foi a consecução de uma nova estrutura política e militar, arranjada a partir do acirramento das relações entre os blocos capitalista e socialista na Segunda Guerra Fria e no pós-Guerra Fria, que demandou, por parte do governo chinês, novas iniciativas para modernização do Exército e fortalecimento do sistema político em torno do PCC. Dois eventos deixaram clara essa percepção: a invasão chinesa no Vietnã em 1979 e o Sindicato da Solidariedade na Polônia⁷⁴ em 1981.

Enquanto o primeiro movimento mostrou o atraso e a baixa capacidade militar da China, o segundo apontou, pela primeira vez, a existência de um movimento organizado anti-socialista, estruturado dentro de uma república socialista. Desse modo, a primeira iniciativa do governo chinês foi estabelecer um programa de reestruturação do ELP, composto por cinco elementos-chave: reorganização administrativa, estabelecimento de uma nova composição de forças, criação de nova doutrina militar, modernização material e redefinição do papel social do Exército (ROBINSON, 1982).

O primeiro elemento do programa tinha por meta reestruturar o modo de organização, treinamento e educação do sistema e sofisticar os meios de controle, comunicação e comando no interior do ELP no sentido de apoiar o processo de descentralização econômica e, ao mesmo

(74) O Sindicato da Solidariedade na Polônia – movimento sindical não comunista – era apoiado pelo novo papa Karol Wojtyla e pelo governo Reagan. Segundo Hobsbawm (1995), as repúblicas socialistas não apresentavam, até os anos 1970, nenhum movimento organizado de oposição ao regime socialista. Somente a Polônia, no final dessa década, conseguiu reunir as condições para organização dessa oposição, tendo em vista a existência de um nacionalismo anti-russo (e antijudeu) e conscientemente católico romano e de uma organização independente nacional da Igreja e a formação de uma classe operária fortemente articulada e contrária ao regime.

tempo, sofisticar o sistema de defesa. Em relação a esse último aspecto, existia um interesse da nova cúpula do Partido de eliminar a herança da gestão militar do período da Revolução Cultural. O segundo elemento tinha, de um lado, a função de repensar a composição, o tamanho e a dispersão geográfica do Exército e, de outro, o objetivo de renovar boa parte da liderança militar e do pessoal de combate. O terceiro elemento dizia respeito à modernização doutrinária do exército, tanto no campo estratégico, como no campo tático, cuja meta era redefinir a forma do Exército se comportar no campo de batalha, bem como a forma de enfrentar e derrotar o inimigo. Os dois últimos elementos restantes se referiam à base material e social necessária para a implementação dos outros elementos. Em suma, buscava-se ampliar a capacidade física do Exército, mediante, por exemplo, o aumento do número de recrutas bem treinados e do fornecimento de equipamentos, de um lado, e redefinir a relação entre militares e a sociedade civil em tempos de paz, de outro⁷⁵.

No entanto, se na questão militar pareceu existir um consenso a respeito da modernização do ELP, no setor político se manifestou uma divisão dentro do PCC. Para uma forte corrente do Partido, os neocomunistas⁷⁶, o Sindicato da Solidariedade mostrou que a legitimidade do regime socialista poderia ser questionada, o que afetaria a estabilidade interna e o próprio curso das reformas. Já para uma outra corrente, favorável a uma maior liberalização política, o sucesso dos programas econômicos e da descentralização de recursos e de poder somente continuaria se país também realizasse uma abertura política. Assim, de um lado, estavam os neocomunistas que eram favoráveis à manutenção da ditadura do PCC, como forma de evitar conflitos e movimentos sociais que impedissem o desenvolvimento do país (como o Sindicato da Solidariedade), e de outro, os liberais que consideravam a abertura política um segundo pilar (as reformas econômicas eram o primeiro) para a consolidação do novo projeto de desenvolvimento da China⁷⁷.

(75) Para uma discussão mais completa e detalhada desses elementos, ver Robinson (1982).

(76) O termo neocomunistas (denominados por alguns de neoconservadores) se refere ao grupo defensor do sistema monopartidário e da ditadura comunista. Chen (1997), que o denomina de neoconservadores, explica seus objetivos: “a visão predominante na China nos anos 1990 era a dos intelectuais conhecidos como neoconservadores, cujos interesses eram de sustentar a estabilidade política, a autoridade central, o controle social rigoroso, o papel da ideologia socialista e do nacionalismo” (CHEN, 1997, p. 593, tradução livre).

(77) Apesar disso, as pressões dentro do próprio PCC para uma maior liberalização política eram cada vez maiores, como constatou Medeiros (2008, p. 229): “no plano político, a segunda metade da década de 1980 foi marcada por crescente divisão interna no PCC, em que Hu Yaobang e seus discípulos pressionam a direção do partido para uma maior liberalização política. Sob influência dos liberais do PCC, cresceram manifestações em universidades e nas cidades costeiras”.

Entretanto, mesmo a despeito dos resultados expressivos em termos de crescimento PIB e melhora do padrão de vida da população, os eventos ocorridos no final dos anos de 1980 motivaram uma desaceleração das reformas econômicas e o enfraquecimento do grupo liberal. Em 1989, o aumento da inflação e as tensões sociais (que explodiram nos protestos da Praça Tiananmen) fizeram com que o debate sobre a abertura política perdesse sentido e o processo de descentralização econômica fosse contido⁷⁸.

Em virtude disso, as discussões sobre uma mudança do sistema político na China foram esvaziadas. Chen (1997), por exemplo, constatou que as opiniões em direção ao estabelecimento de uma democracia perderam sentido com o desfecho dos eventos de 1989, proporcionando certo esvaziamento do debate político na China até 1992⁷⁹. Após esse período de esvaziamento, dois novos acontecimentos marcaram o rumo das reformas econômicas e do regime político chinês: o colapso da União Soviética e a primeira Guerra do Golfo Pérsico, ambos ocorridos em 1991. Ambos os acontecimentos tanto reforçaram a centralização absoluta do poder no PCC, como motivaram um aprofundamento das reformas e da modernização do Exército.

Em relação ao primeiro evento, os políticos e estudiosos chineses tinham a clara ideia de que a luta de Mikhail Gorbachev a fim de realizar uma transição pacífica (estabelecendo a democracia ocidental) do socialismo para o capitalismo foi o grande responsável pelo colapso da União Soviética⁸⁰. De acordo com Chen (1997), inclusive uma parte dos liberais chineses reconheceu que a dissolução da União Soviética tinha relação direta com a tentativa de democratização de Gorbachev. Isso colocou em xeque a própria validade da introdução de um

(78) Como é observado, no capítulo 3 deste trabalho – em especial, na seção que trata das reformas no campo – a política de reformas econômicas na China até o final dos anos 1980 teve como um de seus pilares o processo de descentralização econômica. Dessa perspectiva, o governo central executou uma política que conferiu maior autonomia aos governos locais para gerir o desenvolvimento da estrutura produtiva e tecnológica, por meio da ampliação dos orçamentos fiscais e do sistema bancário local, dentre outros aspectos, a fim de acelerar o processo de industrialização. Essa estratégia de descentralização do desenvolvimento econômico, embora tivesse retirado uma parte do controle do governo central, estimulou a modernização da produção e a geração de inovações.

(79) “A década de 1990 assistiu a um recuo dos movimentos radicais favoráveis à democracia. Uma das razões foi o incidente de Tiananmen, que eliminou do debate político os defensores mais radicais da democracia. A saída desse grupo do cenário político, ao lado da intolerância permanente das autoridades oficiais, efetivamente encerrou o debate sobre a democracia [naquele período]. Ainda como resultado da repressão militar, um grande número de intelectuais escolheu ficar em silêncio, abstendo-se de escrever e publicar. Por causa disso, o período entre o verão de 1989 e o início de 1992 foi o momento em que o debate intelectual se tornou mais deprimente desde o começo das reformas” (CHEN, 1997, p. 595, tradução livre).

(80) Esse fato foi reforçado ao longo dos anos 1990, em virtude da retração econômica e da desestruturação produtiva russa.

sistema democrático na China. Dessa forma, o debate sobre os rumos políticos no país asiático se inclinou favoravelmente à ala neocomunista.

Apesar disso, o colapso da União Soviética também abriu um espaço importante para os chineses na economia internacional. Com a dissolução do principal polo antagônico aos Estados Unidos, a China podia ocupar esse espaço, o que permitia a expansão da sua área de influência na Ásia e na Europa Oriental. Logo, além da manutenção da ditadura do PCC, o colapso soviético ofereceu uma oportunidade para o país ampliar seu papel geopolítico e geoeconômico, visando alcançar o *status* de grande potência econômica e militar do sistema internacional.

Contudo, se a dissolução da União Soviética, por um lado, ofereceu essa oportunidade de ascensão do *status* internacional chinês, por outro, criou um clima de instabilidade e incerteza a respeito das redefinições territoriais na Ásia. Conforme lembrou Shambaugh (1994), no imediato pós-Guerra Fria, a visão da política de defesa chinesa era de existia um alto grau de incerteza resultante das mudanças políticas ocorridas em 1991, cujas definições poderiam gerar disputas territoriais e de fronteira, envolvendo a China e seus vizinhos mais próximos. Partindo dessa lógica, o PCC entendeu que a modernização do Exército, em especial da marinha e aeronáutica, era essencial para responder a esses potenciais conflitos territoriais com outros países da Ásia. Nessa mesma linha, Whiting (1995) destacou que, nesse período, existiu uma tensão entre a China e o Leste Asiático envolvendo disputas territoriais, em especial com Filipinas, Malásia, Brunei e Índia, que motivou a aceleração dos investimentos no ELP em equipamentos marítimos e aéreos.

A questão-chave com a Guerra do Golfo Pérsico foi a introdução de armas e tecnologias de nova geração por parte dos Estados Unidos. Isso mostrou para o governo chinês que o atraso do setor militar ainda era uma importante barreira a ser superada. Foi por isso que a China, já na primeira metade da década de 1990, ampliou maciçamente o orçamento militar e passou a investir no estreitamento das relações políticas e comerciais com a Rússia, como forma de atrair tecnologia e modernizar o Exército⁸¹.

Essas diretrizes do governo chinês de fortalecer o regime político e de modernizar rapidamente o Exército se tornaram ainda mais prioritárias, entre o final dos anos 1990 e a

(81) Um dos principais canais utilizados pela China, nos anos 1990, para modernizar seu Exército foi por intermédio das importações de equipamentos militares, principalmente da Rússia. Conforme aponta o Gráfico A.1 no Anexo, nesse período, o déficit comercial de armas se expandiu exponencialmente.

primeira metade dos anos 2000, quando ocorreu uma sucessão de eventos liderados pelos Estados Unidos cujo objetivo era ampliar seus espaços de atuação – nos campos diplomáticos e militares – na Ásia Central e no Leste Europeu⁸² com o apoio do governo russo de Vladimir Putin. Como resposta a esse movimento, o governo chinês buscou, por um lado, estreitar suas relações com o governo russo, uma vez que a Rússia adquiria grande relevância para conter a ampliação da interferência dos Estados Unidos naquelas regiões e, por outro, limitar as inovações do sistema político no plano regional, bem como expandir os investimentos no setor militar.

O primeiro dos eventos que motivou essa resposta do governo chinês foi a entrada dos Estados Unidos, por intermédio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), no Kosovo em 1999. Os eventos seguintes aconteceram após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e foram marcados por um engajamento político-militar entre Rússia e Estados Unidos, a saber: em primeiro lugar, o governo russo deu permissão para a entrada da Otan nos Estados Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia); em segundo lugar, estabeleceu-se um acordo entre Estados Unidos e Rússia para remoção do Tratado Anti Mísseis Balísticos e; em terceiro lugar, a Rússia aceitou o ingresso das forças militares norte-americanas na Georgia (NORLING, 2007).

Depois desses eventos, os Estados Unidos continuaram realizando intervenções não somente nas esferas militares e diplomáticas, mas também apoiando diretamente os movimentos que ficaram conhecidos como “Revoluções Coloridas⁸³”. Por um lado, o governo norte-americano concebeu novas expedições militares, como ocorreu a que no Iraque em 2003, e avançou nas cooperações militares e econômicas com países asiáticos⁸⁴. Por outro lado, financiaram e legitimaram a realização das “Revoluções Coloridas”, em especial na “Revolução das Rosas” da Georgia em 2003 e na “Revolução Laranja” da Ucrânia em 2004. No caso da

(82) Essas duas regiões assumiram grande importância geoeconômica e geopolítica para China, em função de várias questões, dentre estas, o aumento da demanda chinesa por insumos energéticos e os interesses militares.

(83) “[O termo] ‘Revoluções coloridas’ foi a alcunha atribuída aos movimentos de massa ocorridos na região da antiga União Soviética que tiveram como resultado a substituição de governos estabelecidos. A revolução das rosas, na Georgia, a revolução laranja, na Ucrânia, e a revolução das tulipas, no Quirguistão, são os movimentos frequentemente aí enquadrados. Em comum, as revoluções coloridas têm, fundamentalmente, a origem das manifestações: todas elas foram originadas por eleições tidas como fraudulentas” e buscavam efetivar uma nova democratização dos regimes políticos. (ORTEGA, 2007, p. 2).

(84) No início dos anos 2000, por exemplo, o governo norte-americano realizou uma parceria militar com a Índia e procurou estender a compra de insumos energéticos de países como Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão (BRÆKHUS; ØVERLAND, 2007).

“Revolução das Rosas”, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* – USAID) desembolsou US\$ 1,5 milhão para computadorizar o sistema de apuração de votos na Georgia. Quanto à “Revolução Laranja”, o governo de George W. Bush se envolveu diretamente nas eleições ucranianas a fim de impedir a realização de fraudes eleitorais⁸⁵ (NORLING, 2007, BRÆKHUS; ØVERLAND, 2007 e ORTEGA, 2007).

Nesse segundo momento, quando houve um claro distanciamento entre Estados Unidos e Rússia, por causa da interferência norte-americana nos sistemas políticos das ex-repúblicas soviéticas, abriu-se um espaço para uma reaproximação sino-russa que serviu como forma do governo chinês reforçar a importância do PCC e atrair recursos para desenvolver seu Exército⁸⁶. A intervenção política dos Estados Unidos e o estabelecimento de cooperações econômicas e militares com nações como o Iraque, a Índia e o Turcomenistão foi entendido pelo governo chinês – e também pelo russo – como dois instrumentos de expansão da presença política, militar e econômica dos norte-americanos na Ásia. Em razão disso, o governo chinês – agora apoiado pela Rússia – estabeleceu uma política externa contrária a intervenção de nações e organismos multilaterais nos assuntos internos de países da região e favorável à manutenção de regimes políticos diversificados na Ásia Central e no Leste Europeu. Além disso, motivou grandes avanços na cooperação militar entre os dois países, culminando na consolidação da Organização de Cooperação de Xangai⁸⁷ (*Shanghai Cooperation Organization* – SCO) e na expansão do

(85) “Os Estados Unidos também tiveram participação ativa durante todo o processo eleitoral ucraniano. Nesse sentido, em 22 de julho de 2004, o senado americano aprovou resolução condenando as violações às normas da OSCE [*Organization for Security and Co-operation in Europe*] durante a campanha eleitoral no país. Em outubro, resolução semelhante foi aprovada exortando o presidente Bush a advertir o governo ucraniano das consequências negativas que eventuais fraudes eleitorais poderiam acarretar nas relações entre os dois países. Em 18 de novembro, outra resolução no mesmo sentido foi aprovada, autorizando o governo a tomar medidas contra indivíduos envolvidos em fraude eleitoral na Ucrânia. O Senador Richard Lugar, a pedido do presidente Bush, foi à Ucrânia para monitorar pessoalmente o segundo turno das eleições” (ORTEGA, 2007, p. 14).

(86) Além dessas questões, os movimentos separatistas islâmicos presentes na Chechênia e em Xinjiang motivaram o estreitamento das relações entre China e Rússia a fim de constituir uma postura conjunta contrária a intervenção de nações e organismos multilaterais nos assuntos internos chineses e russos, bem como de países situados no Leste Europeu e na Ásia Central.

(87) Moraes (2010, p. 40) explicou a formação da SCO: “foi no contexto da reaproximação sino-russa que a China liderou, em 1996, a formação de um espaço regional conhecido como “os Cinco de Xangai”, cujos membros fundadores foram China, Rússia, Cazaquistão, Tajiquistão e Quirguistão. Aquele espaço foi transformado após o ingresso do Uzbequistão, em uma instituição permanente: a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO), com foco sobre as questões regionais de segurança. (...) Ademais de questões geopolíticas “profundas” (...) a SCO tem como objetivo o combate a problemas transnacionais de segurança, tais como o terrorismo, o tráfico de drogas e o fundamentalismo, assim como a questão do separatismo (...) nas províncias chinesas do Tibete e Xinjiang”.

comércio e dos acordos bilaterais militares entre os dois países. Sobre este último ponto Brækhus e Øverland (2007, p. 52-53, tradução livre) lembraram que:

A Rússia tem sido a principal fornecedora de armas da China desde o fim da Guerra Fria, sendo responsável, juntamente com os países da antiga União Soviética, por 90% dos cerca de ¥\$ 165.000 milhões de armas vendidas à China a partir de 1991. Moscou tem vendido para Pequim submarinos modernos, contratorpedeiros, jatos e mísseis, assim como aeronaves estratégicas para o deslocamento de tropas e de combustíveis. (...) No entanto, a venda de tecnologia militar da Rússia para a China ainda tem um potencial considerável. Nesse sentido, altíssimos contratos – que equivalem a bilhões de euros – estão sendo estabelecidos entre os dois países na medida em que a China tem procurado expandir sua capacidade de energia nuclear. A China planeja quadruplicar sua produção nuclear para 16 bilhões de KWh até 2010 e dobrar esse número novamente em 2015. Adicionalmente, acredita-se que os chineses utilizam trajes militares espaciais russos e que a Rússia fornece assistência técnica para a China desenvolver a nave espacial Shenzhou (...).

Os eventos ocorridos em 1991, somados às transformações geopolíticas ocorridas entre o final da década de 1990 e a primeira metade do decênio de 2000, reforçaram a importância do regime político centralizado no PCC para assegurar a estabilidade da ordem social e política, que poderia ser ameaçada pela interferência do Ocidente nos assuntos internos. Adicionalmente, mostraram o significado central da modernização do Exército chinês a fim de garantir a segurança nacional, por um lado, e criar capacidades de competir com as forças militares dos principais países envolvidos nas definições políticas e econômicas da Ásia Central e do Leste Europeu, por outro.

Esse cenário corroborou a afirmação de Medeiros (2008) que, depois de 1991, consagrou-se na China a estratégia conhecida como “um centro e dois pontos fundamentais”. O centro era o rápido desenvolvimento econômico e a modernização do ELP, enquanto os dois pontos fundamentais eram a maior abertura da economia e a manutenção da ditadura do PCC (que se baseava no pensamento marxista-leninista e no maoísmo). Nesse sentido, tornava-se possível observar dois movimentos opostos, mas que ocorreram numa mesma direção: em primeiro lugar, a manutenção da linha política que caracterizava a China desde os tempos de Mao e, em segundo lugar, a transição de uma economia fechada e centralizada para uma economia ainda extremamente controlada, mas com maior participação do mercado. Ambos os movimentos convergiam para a modernização do país, sem perder a capacidade do Estado de controlar as mudanças econômicas e políticas. Esses objetivos se assemelhavam àqueles perseguidos por

Mao na revolução de 1949: manter os impulsos modernizantes e construir um nacionalismo chinês em torno da ideologia socialista. Desse ponto de vista, compreendeu-se a transição da economia chinesa em 1978, primeiramente, como um período de aceleração da acumulação de capital e da realização da abertura e das reformas econômicas. Mas, também, como um período de consolidação do regime socialista e do monopólio político do PCC, assim como de modernização do sistema de defesa nacional, notadamente após os eventos de 1991.

Por essa razão, a manutenção da estabilidade social na China, que estava intimamente ligada à autoridade central, o PCC, assumiu grande significado. A crise social e econômica do final da década de 1980 mostrava que os avanços em direção a uma democracia liberal acabariam resultando numa desintegração da unidade nacional. O argumento era que a possibilidade de uma configuração democrática impulsionaria sistemas regionais próprios, contrários à manutenção do controle do PCC. Isso, por sua vez, reduziria a legitimidade do sistema socialista, que estava baseado na ideologia partidária, e poderia novamente ocasionar uma crise ou uma ampliação das tensões sociais a exemplo do que ocorrera em 1989. Para esse grupo a estabilidade estrutural da sociedade chinesa tinha (e continua tendo) como fator determinante a estabilidade política. Nesse sentido, a continuidade da ditadura do PCC era condição *sine qua non* para que os impulsos modernizantes e o bem-estar social fossem mantidos.

Além disso, a China implementou um cronograma mais extenso e controlado das reformas econômicas, embora tivesse avançado consideravelmente no processo de abertura. Dentro desse cronograma, além do forte incentivo à modernização da indústria, nos anos 1990, mediante a criação de empresas coletivas, o fortalecimento das empresas estatais e a atração do capital estrangeiro – voltado para realização de exportações –, o desenvolvimento do setor militar adquiriu uma relevância central. A realização de parcerias com países que já possuíam um setor militar plenamente desenvolvido – notadamente a Rússia –, bem como o crescente volume de investimentos destinados ao Exército e a interlocução com o desenvolvimento tecnológico do setor civil apoiaram esse desenvolvimento.

Desse modo, pode-se observar que, muito embora o governo chinês tivesse realizado uma aceleração da abertura e das reformas econômicas, como contrapartida procurou ampliar seus mecanismos de controle do processo de desenvolvimento. Além de concentrar no Estado uma

grande quantidade de instituições responsáveis por conduzir as mudanças na indústria e no campo, a China manteve extremamente restrito o processo de abertura política e tem procurado informatizar e modernizar seu sistema de defesa e de segurança nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas das “Quatro Modernizações” na China ascenderam num período de grandes mudanças dentro e fora do país. No entanto, essas reformas não significaram somente a execução de um novo padrão de acumulação, que rompeu com a estrutura econômica (de produção, financeira etc.) vigente no período maoísta, mas também a manutenção dos objetivos de Mao e aos ideais lançados pelo regime socialista. Como mencionado, a subida do PCC ao poder na China ocorreu num período de instabilidade política e de acentuação da desigualdade social e do atraso econômico. Na visão dos comunistas, que assumiram a posição de principal força política dirigente do país após vencerem os nacionalistas numa disputa interna concluída com a Revolução de 1949, esses problemas de ordem social e econômica foram entendidos como resultados da fase imperial.

Nesse sentido, a estagnação social promovida pelo imperialismo submeteu o país ao atraso que se materializou no aumento da miséria de maior da população, especialmente dos camponeses, e em sucessivas derrotas militares para nações estrangeiras. Contudo, depois de liderar a vitória da guerra sino-japonesa (1937-1945) e de estabelecer um programa de reforma agrária o PCC, ou melhor, o projeto de desenvolvimento comunista se transformou num projeto nacional capaz de apreender dentro de si os principais anseios da sociedade chinesa.

O grande objetivo desse projeto foi, portanto, impedir a continuidade dessa estagnação por meio da modernização econômica e da desburocratização administrativa. Foram justamente esses dois movimentos que constituíram o centro da Revolução Cultural lançada pelo Partido em 1966. Inspirada também na experiência soviética, em que se observava uma cristalização do regime político, a Revolução propunha uma renovação nos quadros de gestão do próprio PCC e das empresas a fim de eliminar a elite burocrática que gradualmente ia distanciando as massas camponesas e o operariado da revolução socialista. Era essa massa camponesa e o proletário que ficaram encarregados de realizar a revolução, de comandar o regime de produção e de determinar as novas bases sociais.

A despeito das conquistas sociais, que permitiu a ascensão de grande parte do proletariado e dos camponeses, a Revolução Cultural se mostrou incapaz de realizar o salto modernizante que se refletiu no baixo grau de desenvolvimento da economia e em poucas

melhoras em termos sociais. Partindo desse cenário, surgiram as reformas “Quatro Modernizações” em 1978 que tinham o objetivo de preservar os ideais do projeto nacional comunista, mas focando na modernização econômica, militar e social. Essa mudança de foco, ou de direção do regime, se explicava pela continuidade dos altos níveis de pobreza e também pela restrição externa que o país alcançara naquele período.

Desse modo, a modernização econômica estava subordinada a um projeto autônomo de desenvolvimento do país comandado pelo Estado. Isso significava que, dadas as mudanças da economia capitalista internacional, a abertura promovida pelas reformas tinha de seguir um roteiro bem definido, no qual a articulação com o exterior obedecia a critérios restritos e dirigido a fim de dinamizar o processo de industrialização. Portanto, a participação do Estado no processo de abertura da economia – que coincidiu com um período de ampla desregulamentação financeira e integração produtiva do capitalismo global – foi fundamental, pois definiu os setores e o modo pelo qual os agentes podiam usufruir desse processo. Nesse sentido, por exemplo, enquanto a abertura financeira foi quase que proibida, a abertura da produção avançou significativamente, mas com amplas restrições em termos setoriais, espaciais e de propriedade.

Entretanto, não foram somente as mudanças estruturais do capitalismo que influenciaram a trajetória das reformas chinesas, mas também as transformações geoeconômicas, militares e políticas. O acirramento das disputas econômicas entre Estados Unidos e Japão e políticas entre soviéticos e norte-americanos, além da explosão de eventos militares e políticos em regiões de influência dos blocos capitalista e socialista, marcaram a transição do período maoísta para o da modernização, comandada por Deng.

De um lado, as transformações geoeconômicas e geopolíticas contribuíram para as reformas econômicas da China em dois sentidos: um primeiro, de natureza política, em que o projeto de isolamento do socialismo soviético motivou a abertura do mercado consumidor e de crédito americano para, respectivamente, absorver e financiar as exportações da China e, um segundo, de natureza econômica, na qual as pressões mercantilistas dos Estados Unidos sobre o Japão, Coreia do Sul e Taiwan impulsionaram o deslocamento das indústrias desses últimos países para outras nações asiáticas, como a China. De outro, o lançamento de novas guerras e a dissolução gradual do bloco soviético ao mesmo tempo em que priorizaram o processo de

modernização e reestruturação do setor militar, foram limitando a possibilidade de uma abertura política.

Como se pode observar, todos os movimentos explicitados acima, de certo modo, estruturaram o desenvolvimento econômico chinês mediante a definição ou a reorganização dos objetivos perseguidos e métodos utilizados nas reformas. As “Quatro Modernizações”, portanto, foram impulsionadas e, contraditoriamente, constrangidas por todos esses movimentos. Desse modo, para entender as principais diretrizes de cada segmento do programa de reformas da China, que serão discutidas na Parte II deste trabalho, torna-se essencial enquadrá-las aos condicionantes históricos e conjunturais explicados nesta Parte I.

PARTE II – ACUMULAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO CHINÊS

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS IMPULSIONADAS PELAS “QUATRO
MODERNIZAÇÕES” E PELA GESTÃO MACROECONÔMICA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As “Quatro Modernizações”, a exemplo de outros processos de transição de economias socialistas, significaram uma ruptura na estrutura econômica e social predominante do período Mao. No período maoísta, essa socialização se refletiu no controle total do Estado na produção agrícola e industrial, bem como na alocação do capital e da força de trabalho, por intermédio do planejamento central. Todavia, a adoção do programa de reformas, que permitiu regulação do mercado em diversos setores da economia e, inclusive, a participação do capital estrangeiro, não eliminou o forte aparato regulatório estatal nos mais diversos setores da economia.

Efetivamente, essas reformas acabaram sendo implementadas de forma gradual, o que significou a realização de programas experimentais em algumas áreas e regiões, antes de expandi-los setorial e nacionalmente. Somente como resultado dessa expansão, ocorreu a formulação de amplas políticas de reformas na agricultura, na indústria e no setor de C&T em âmbito nacional. Esse gradualismo, por sua vez, não foi produto apenas de uma construção momentânea arquitetada pelo Estado chinês, mas respondeu também a alguns fatos históricos mencionados na Parte I. Dentre esses fatos, devem-se destacar, de um lado, as mudanças abruptas impulsionadas pela Revolução Cultural, que, como descreveu Zonenschain (2006, p. 76), “fez consolidar uma ideologia hostil a qualquer tipo de reforma radical” e, de outro, a dissolução da União Soviética, que aguçou a sensação dos líderes chineses a respeito da ineficiência de uma transição pela via de “tratamento de choque”.

A execução das “Quatro Modernizações”, portanto, não foi feita numa única “tacada”, mas sim gradativamente, demarcando uma importante característica do desenvolvimento chinês pós-1978. Conforme argumentam os experimentalistas⁸⁸, as reformas da China foram vistas como uma sequência de tentativas e erros, cujos avanços e retrocessos ocorreram por meio da experimentação econômica (MASIERO, 2006). Mas, apesar do gradualismo, as reformas chinesas estiveram norteadas pela ideia de que a abertura de espaço para a regulação do mercado devia ocorrer sem “abrir mão da propriedade estatal e de mecanismos de planejamento controlados pelos poderes públicos” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2005, p. 5).

(88) Corrente de analistas do desenvolvimento chinês que avalia o crescimento econômico do país, como resultado de mudanças graduais na economia e não como uma abrupta transição de uma economia centralizada para uma economia de mercado. Para dois exemplos, ver Naughton (2007) e Nolan (2004).

Esse cenário fez com que a liberalização econômica atendesse a objetivos específicos, como de atrair tecnologia para determinados setores da indústria, conforme observado no Capítulo 1. Nesse sentido, as reformas, mais do que simplesmente permitir a atuação do mercado e do capital estrangeiro, buscaram acelerar o desenvolvimento econômico e praticar uma inserção externa ativa da economia chinesa na economia capitalista globalizada, por meio de amplas transformações setoriais e apoiadas num conjunto de políticas macroeconômicas. Essas transformações, embora dirigidas para lidar com diferentes setores e dinâmicas, em última instância, visaram modernizar toda a estrutura de produção chinesa, de modo a torná-la mais eficiente e competitiva e garantir a segurança nacional. Essa modernização, no entanto, esteve restringida às condições de financiamento da economia, isto é, à capacidade da economia sustentar os níveis de investimentos necessários à realização dos programas de ampliação e sofisticação das indústrias (no campo e nas cidades) e do setor militar⁸⁹.

Em função disso, nas “Quatro Modernizações”, ao mesmo tempo em que o governo chinês foi articulando uma série de instrumentos para desenvolver a agricultura, a indústria, o exército e o setor de C&T, também realizou amplas mudanças na capacidade de ofertar crédito a fim de financiar os gigantescos fluxos de investimento. Ao contrário do que afirma a literatura neoclássica, que enxerga os altos investimentos chineses como resultado da poupança elevada, essas crescentes taxa de investimento do país responderam àquela capacidade de ampliar o crédito, sendo a poupança um produto *ex-post* do próprio investimento. Essas considerações sugerem que o ponto central do programa de reformas da China foi disponibilizar uma série de instrumentos (como autorizar a entrada do capital estrangeiro) capaz de acelerar a modernização nos quatro setores-chave do programa de reformas (agricultura, indústria, tecnologia e militar), ampliando progressivamente as fontes de financiamento dos investimentos.

Desse modo, as reformas no setor financeiro e a execução de determinadas políticas macroeconômicas também desempenharam uma função muito particular na trajetória de rápido desenvolvimento da China. As reformas no sistema bancário e na atuação do Banco do Povo da China (BPC), levadas a cabo pelo governo chinês, deram ao país a possibilidade de aprofundar as reformas sem apresentar gargalos na estrutura de financiamento ou sendo obrigado a reduzir o

(89) Keynes mostrou nas suas análises sobre a economia monetária que os investimentos agem como propulsor do crescimento capitalista, alterando inclusive as expectativas dessa economia, pois uma mudança positiva nessa variável “muda a renda agregada, induzindo uma variação em gastos de consumo de acordo com o multiplicador. Isto significa que, com o aumento do investimento, a renda crescerá ainda mais (...) [formando] um novo estado de expectativas de longo prazo” (CARVALHO, 1988, p. 756).

ritmo do crescimento da economia. Na política monetária, que desempenha um papel-chave na manutenção do nível de investimentos, tratou-se de expandir a base monetária a fim de impulsionar a formação bruta de capital fixo sem perder o controle do nível dos preços. Já no setor fiscal, a China realizou uma política expansionista visando sustentar as condições capazes de manter os investimentos de longo prazo. Por fim, quanto às taxas de câmbio, o governo conduziu uma política de gradual desvalorização cambial até meados dos anos 1990 e depois administrou fortemente os fluxos de capitais para estabilizar o valor do iuane num nível competitivo externamente.

Assim, o Estado chinês adotou políticas macroeconômicas de cunho keynesiano⁹⁰, visando expandir a taxa de investimentos e de crescimento da economia, mediante a ampliação do gasto autônomo (pelo setor público) e a expansão da oferta de dinheiro (principalmente via crédito bancário). Nesse ambiente, as “Quatro Modernizações” puderam avançar ao longo dos últimos 30 anos. Em outras palavras, as reformas econômicas, na medida em que foram sendo aprofundadas, deram à China a condição de atingir a ponta tecnológica em setores industriais dinâmicos da economia internacional. Isso aconteceu a partir do momento que o governo articulou as políticas macroeconômicas e o sistema de financiamento a fim de expandir o crédito e os investimentos, especialmente nas indústrias mais intensivas tecnologicamente. Assim, o centro estratégico das “Quatro Modernizações” residiu numa atuação coordenada do Estado para regular os setores contemplados nas reformas e garantir o financiamento necessário às transformações que foram ocorrendo.

Devido a todas essas transformações, a China conseguiu não apenas expandir a acumulação do capital, como também acelerar o desenvolvimento econômico e social e eliminar a restrição externa. Isso se explicou pelas mudanças observadas em vários indicadores econômicos e sociais, dentre estes: a alta taxa de crescimento do PIB e da formação bruta de

(90) Carvalho (1988, p. 758) resume a natureza das políticas fiscal e monetária keynesiana: “o objetivo da política fiscal deveria ser o de garantir as condições para se ter um programa estável de investimento de longo prazo. Isto seria obtido pela separação de um orçamento de capital, discricionário, manipulável segundo as necessidades de regulação de demanda agregada do orçamento ordinário, que permaneceria equilibrado. Este último cobriria as despesas não discricionárias de rotina e, por isso mesmo, rígidas, do governo. Estas despesas não diminuiriam nem mesmo em pleno emprego, o que significa afirmar que, estando o orçamento ordinário equilibrado em todas as épocas, não haveriam excessos de demanda pública nestes períodos. Se o Estado puder regular o volume de investimentos e, assim, o gasto agregado, o papel da política monetária se torna um pouco mais do que evitar perturbações: tudo que seria necessário seria prover o mercado de toda a liquidez que demandar, para produzir a correta atmosfera e expectativa”.

capital, a elevação exponencial da massa de salários e da renda, a melhora nas condições de vida da população e a expansão das reservas internacionais.

Partindo dessa perspectiva, esta Parte II procura analisar, em dois capítulos, as reformas do sistema financeiro e de cada setor das “Quatro Modernizações” (com exceção do setor militar, já discutido no Capítulo 2), as políticas macroeconômicas e os principais resultados econômicos e sociais oriundos de todas essas mudanças. No Capítulo 3, discutem-se as principais diretrizes e características das reformas nos três setores-chave (estrutura de produção do campo, indústria urbana e C&T) e no sistema de financiamento, assim como a gestão das políticas macroeconômicas desde 1978. No Capítulo 4, apresentam-se os resultados econômicos e sociais alcançados pela China nessas últimas três décadas de reformas.

CAPÍTULO 3 – AS “QUATRO MODERNIZAÇÕES” E A GESTÃO MACROECONÔMICA

A EXPANSÃO DO INVESTIMENTO E DA TECNOLOGIA COMO EIXO DAS REFORMAS

Partindo das alterações conjunturais e dos marcos histórico-estruturais do desenvolvimento chinês, descritos na Parte I desta dissertação, este capítulo fornece uma ampla reflexão das “Quatro Modernizações” (com exceção do setor militar), das reformas financeiras e da gestão das políticas cambial, monetária e fiscal. O objetivo é mostrar que essas reformas foram articuladas às políticas macroeconômicas a fim de acelerar o processo de industrialização e impedir a formação de gargalos estruturais que obstruíssem a sua continuidade.

Essas características das reformas, por sua vez, responderam à necessidade de superar o atraso econômico em relação às nações mais avançadas, bem como os desafios históricos do período maoísta (a miséria e o isolamento internacional). Por esse motivo, o governo chinês gradualmente introduziu na economia mecanismos de funcionamento tipicamente capitalistas, que fomentaram, de um lado, a rápida expansão dos investimentos e da renda e, de outro, a realização de uma inserção externa ativa. Esses dois movimentos, ao lado da sofisticação tecnológica da estrutura de produção, marcaram a trajetória das reformas e das políticas macroeconômicas, que é analisada nas quatro seções deste capítulo, na sequência desta introdução.

Na primeira seção, abordam-se as reformas da estrutura de produção do campo. Nesse setor, o rápido crescimento dos investimentos e da produção foi resultado da liberalização gradual e do fim da coletivização da agricultura, assim como da elaboração de uma estratégia para apoiar o desenvolvimento de cooperativas camponesas (as TVE) e a sofisticação tecnológica da produção agrícola. Na segunda seção, examinam-se as reformas da indústria e do setor de C&T urbano. Nesses segmentos, além de uma série de modificações institucionais e da permissão para o ingresso de corporações estrangeiras, o governo deu origem a um processo de conglomeração das estatais e expansão dos centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), ampliando a taxa de investimentos e inovações da indústria nacional. Na terceira seção, discutem-se as transformações do sistema de financiamento, cuja característica principal foi a ampliação da oferta de crédito bancário público para fomentar os investimentos na expansão e modernização da estrutura de produção. Na quarta e última seção, apresenta-se o percurso traçado para políticas

macroeconômicas. Em termos sumários, essas políticas (cambial, monetária e fiscal) foram conduzidas para sustentar as crescentes taxas da formação bruta de capital fixo na economia, da mesma forma que para estimular a entrada de IDE e as exportações, especialmente, nos setores de alta tecnologia.

3.1 As transformações produtivas no campo: reforma da agricultura e expansão das TVE

No período anterior às reformas “Quatro Modernizações”, a agricultura foi conduzida por meio da total coletivização das propriedades rurais, realizada pelos governos locais, que organizou a produção camponesa em cooperativas totalmente controladas pelo Estado. A esse fato, somou-se a criação de novas instituições responsáveis por desenvolver tecnologias para melhorar a produtividade da terra e dos próprios métodos de produção. Todavia, a despeito dos aperfeiçoamentos nos processos de produção (expansão da irrigação, por exemplo) e da própria produtividade da terra, os anos 1950 e 1960 foram marcados pela escassez de alimento e pelo rápido aumento da fome. Assim, os avanços obtidos por Mao não se mostraram capazes de dinamizar a produção de alimentos a ponto de atender a forte demanda interna chinesa.

Partindo desse cenário, as reformas agrícolas do final da década de 1970 buscaram introduzir gradativamente uma maior regulação do mercado e alterar o sistema de preços e da produção, redefinido a forma de atuação do Estado. Nesse sentido, o cronograma de reformas para o setor impôs, a princípio, a reformulação do sistema de preços dos produtos agrícolas, antes totalmente regulados por órgãos estatais. Posteriormente, concretizou-se a substituição das comunas agrícolas pelos contratos de responsabilidade, que formalizaram a redistribuição das terras das comunas para as famílias camponesas⁹¹. Por último, o governo chinês, aproveitando a estrutura previamente estabelecida, intensificou o processo de modernização da produção agrícola, através, por exemplo, da introdução de novas máquinas e do desenvolvimento de novos fertilizantes químicos.

(91) Esses contratos foram definidos por Masiero (2006, p. 430): “(...) cada família passou a produzir de acordo com os contratos firmados com as autoridades dos [governos locais]. Os contratos estipulavam que após a colheita de determinado produto uma parcela da mesma obrigatoriamente devia ser vendida para a unidade governamental local por um preço predeterminado. Qualquer quantidade superior à cota estabelecida podia ser consumida ou comercializada pela família”. Como é observado adiante, esses contratos também acabaram sendo utilizados em outros setores das “Quatro Modernizações”. Todavia, a sua dinâmica de funcionamento permaneceu a mesma, isto é, os agentes econômicos comprometiam parte da sua produção e/ou lucro com o governo e depois disso tinham liberdade de negociar os bens produzidos no mercado.

Até meados da década de 1970, os preços do setor rural eram majoritariamente regulados pelo Estado, embora existissem feiras comerciais onde o excedente de alguns poucos produtos podia ser negociado a preços de mercado. O sistema de preços regulados se dividia da seguinte forma: um primeiro, aplicado à produção realizada dentro das quotas estabelecidas pelo Estado e, um segundo, imposto à produção concebida acima das quotas estabelecidas (LIN, 1992). Conforme destacou Naughton (2007), esse sistema de preços se mostrou muito oneroso para os trabalhadores do campo, pois eles ficaram submetidos a altas metas de produção e a uma baixa remuneração via preços⁹². Além disso, as atividades agrícolas, que eram fortemente taxadas pelo Estado, produziram uma diminuição dos ganhos das famílias rurais.

Tendo em vista essa situação, a primeira iniciativa tomada pelo governo para aumentar a produtividade e a renda do campo foi a readequação dos níveis de preços das atividades agrícolas. No final de 1978, o governo anunciou um aumento dos preços regulados. Para a produção de grãos, algodão, cana de açúcar e porco que alcançasse as quotas estabelecidas, o aumento médio dos preços foi de 17,1%. Já no caso da produção de grãos, algodão e oleoginosas que superasse as quotas, o aumento foi entre 30% a 50% acima do aumento dado à produção que atingisse as quotas. Em geral, a elevação dos preços dos bens que atingissem as quotas foi de 22,2% e daqueles que superassem as quotas foi de 40,7%⁹³. Além disso, para outros produtos que o aumento não foi significativo, o governo disponibilizou um adicional de renda mensal para os trabalhadores do campo (LIN, 1992).

Juntamente com essas mudanças dos preços regulados, o PCC liberalizou de forma lenta, mas progressiva, uma gama de produtos para ser negociado nas feiras comerciais, iniciando um processo ainda incipiente de eliminação da produção agrícola coletiva. Como resultado dessa liberalização, promoveu-se uma ampliação dos produtos vendidos nos mercados (que sempre apresentaram preços significativamente superiores aos regulados), motivando um aumento dos preços e uma expansão ainda maior da rentabilidade dos camponeses.

(92) Esse sistema atendia ao objetivo do governo de concentrar recursos para o desenvolvimento da indústria, conforme lembrou Naughton (2007, p. 233, tradução livre): “durante o período socialista, o planejamento central utilizou as instituições socialistas rurais para fornecer continuamente à população bens agrícolas de baixo preço. Os recursos provenientes dessa produção agrícola foram direcionados para expandir a estrutura industrial, uma vez que a estratégia econômica estava baseada na capacidade do Estado de mobilizar recursos para a indústria”.

(93) Em 1984 ocorreu a unificação do sistema de preços, cujos valores deixaram de ser fixados pelo Estado e passaram a ser negociados por meio de contratos individuais com os camponeses.

Ainda no final da década de 1970 ocorreu também uma alteração na política agrária socialista. No período maoísta, a política para agricultura, conhecida como *Grain First*, obrigava que grande parte das comunas se dedicasse quase que exclusivamente à produção de grãos, que era a base da dieta da população chinesa. No entanto, a partir das reformas, essas condições se modificaram e as famílias rurais passaram a ter mais liberdade para produzir. Essas modificações ocorreram porque o governo flexibilizou as obrigações sobre quais produtos cultivar, bem como permitiu aos produtores agrícolas a ampliação das suas importações de grãos, cujo financiamento ocorreu por meio da abertura do mercado consumidor e de crédito norte-americano, que absorveu as exportações e concedeu empréstimos à China, no final dos anos 1970⁹⁴. Foram esses dois fatores – importação de grãos e flexibilização da produção – que lançaram um novo padrão de especialização da produção, possibilitando o cultivo de novos alimentos.

Nesse novo cenário começou um movimento de dissolução das comunas, em certas localidades dos países. Algumas vilas (*villages*) e municípios (*townships*) (com autorização do governo central), em caráter experimental, dividiram as comunas em lotes individuais de terra que foram cedidas para famílias locais realizarem a produção. O sucesso dessas experiências fez com que o governo central, no início da década de 1980, generalizasse a descoletivização da terra⁹⁵ (NAUGHTON, 2007).

A partir desse momento, a produção que era realizada pelas comunas passou a ser feita pelas famílias, embora a propriedade da terra ainda fosse do Estado. A transferência das terras para as famílias ocorreu sob a forma de contratos de responsabilidade, que foram estabelecidos entre os governos locais e os trabalhadores do campo, com o objetivo de manter o controle da produção do setor agrícola⁹⁶. “A grande novidade introduzida pelos [contratos de responsabilidade] foi a liberdade concedida ao camponês de vender livremente no mercado o produto que restava após separar o necessário à sua subsistência e a parcela devida ao Estado” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2005, p. 6). Ou seja, a adoção desses contratos autorizou ao trabalhador do campo reter parte do excedente produzido ou para consumo próprio ou para negociar no mercado, originando o aumento da produtividade e da renda.

(94) Rever seção 2.1 do Capítulo 2.

(95) Em 1982, cerca de 90% da produção do campo já havia sido descoletivizada e repassada para controle das famílias do campo.

(96) A divisão das terras foi realizada segundo o tamanho de cada família.

Inicialmente, os contratos foram firmados pelo período de um ano ou de uma safra (dependendo do produto cultivado) e terminada essa fase passaram para três anos. Depois desse interregno, os prazos dos contratos foram bastante ampliados, chegando a 15 ou 20 anos e, a partir de 1993, para 30 ou até 50 anos, no caso das regiões menos férteis (MORAES, 2004 e NAUGHTON, 2007). Até o período recente, a maior parte dessas terras descoletivizadas ainda continuava pertencendo ao Estado, já que os contratos eram de locação e não permitiam a privatização ou mercantilização da terra.

Juntamente com a reestruturação do sistema de preços e das atividades do campo, a modernização dos fatores produtivos também contribuiu para maior rentabilidade e produtividade do campo. Sendo a estrutura agrícola chinesa intensiva em mão de obra e escassa em terra, os investimentos para modernização do campo vislumbraram poupar a terra e maximizar a eficiência de cada unidade produtiva (MORAES, 2004). Além disso, foram introduzidas novas técnicas de produção, como maior rotatividade do uso da terra, que também apoiaram esse processo de modernização. Entretanto, as mudanças que mais se destacaram foram a sofisticação tecnológica dos setores de fertilizantes químicos e sementes⁹⁷.

Em relação aos fertilizantes químicos, os principais efeitos positivos foram alcançados a partir de meados da década de 1970. Até esse período, a China utilizava maciçamente fertilizantes orgânicos na produção agrícola ao contrário dos fertilizantes minerais, que eram escassos. No entanto, a partir de 1974, o governo se comprometeu a acelerar o desenvolvimento de fertilizantes minerais nitrogenados para aumentar a produtividade das atividades do campo. A criação de centros de pesquisa, visando a ampliação e a inovação da produção local, e o crescimento das importações de fertilizantes minerais, foram os principais instrumentos para modernizar esse setor.

Quanto à segunda mudança, a preocupação com o desenvolvimento de novos tipos de plantas e sementes já surgiu na década de 1950, quando o PCC lançou o *Chinese Academy of Agricultural Science* (CAAS). O CAAS funcionava como um centro de P&D e também

(97) Essas mudanças também usufruíram de melhoras do processo de produção realizadas no período maoísta. A principal delas foi no setor de irrigação, no qual o PCC expandiu os sistemas de irrigação e de drenagem das áreas de produção. Além da maior conexão entre os sistemas de irrigação, a introdução de máquinas para controlar o uso e a distribuição da água e a criação de bombas para explorar aquíferos (como, rochas porosas e permeáveis) foram as melhorias mais importantes dessa atividade (NAUGHTON, 2007). Esse movimento resultou na expansão da área irrigada, que saltou de apenas 28 milhões de hectares em 1958 para pouco mais de 40 milhões de hectares em 1974 (ver Gráfico A.2 no Anexo).

distribuidora de novas plantas. A geração de novas sementes e de novos tipos de hortaliças, a partir do final da década de 1960, surgiu como os primeiros resultados oriundos das pesquisas do CAAS (NAUGHTON, 2007). Na década seguinte, ampliaram-se os investimentos no CAAS, principalmente visando a criação de sementes e plantas geneticamente modificadas, por intermédio da modernização tecnológica e da interação de técnicas de engenharia de alimentos e de biologia. A partir de então, a China conseguiu desenvolver novos tipos de alimentos, em especial aqueles que eram a base da alimentação chinesa, como o arroz híbrido⁹⁸.

As mudanças mencionadas acima foram essenciais para o rápido desenvolvimento da agricultura no final da década de 1970. Contudo, a formação de empresas industriais no campo também respondeu por parte importante desse desenvolvimento. No mesmo período do lançamento das reformas rurais, o governo chinês incentivou as vilas e municípios a consolidarem empresas industriais nas zonas rurais, as TVE⁹⁹. A possibilidade de rápida disseminação dessas empresas se deu pela expansão daquelas novas atividades agrícolas, que eram mais intensivas no fator terra, em detrimento da produção de grãos. Essa substituição permitiu a realocação da força de trabalho das áreas de cultivo para as atividades industriais do campo e também impediu o grande movimento de êxodo rural:

Ainda chama mais a atenção, o fato desses ganhos [da produção agrícola após o início das reformas] terem ocorrido num contexto de deslocamento em direção a uma produção agrícola menos intensiva em trabalho. (...) Com grande liberdade para alocar sua mão-de-obra, as famílias do campo (...) deslocaram seu cultivo para produtos com menores necessidades de trabalho, ainda que tivessem que ganhar um valor mais baixo por unidade de terra. Soja, milho e beterraba aumentaram bastante sua participação relativa na produção agrícola, uma vez que, apesar do crescimento lento, essas culturas exigiam um menor volume de trabalho. Em função disso, a alocação da mão-de-obra em produtos tradicionalmente cultivados no país caiu significativamente, depois de ter aumentado de modo contínuo nos 20 anos de coletivização da produção. Ademais, uma parte substantiva dos trabalhadores do campo se viu livre para trabalhar em atividades não agrícolas, particularmente nas TVE (NAUGHTON, 2007, p. 242, tradução livre).

(98) “O arroz híbrido é resultado de um processo de cruzamento entre variedades de arroz de linhas parentais e combina características das duas numa única semente. A primeira linha de arroz híbrida foi criada por Yuan Longping, apelidado como “pai do arroz híbrido” ao desenvolver a primeira linhagem macho-estéril em 1970 e o sistema de três linhas em 1973” (MARQUES, 2007). Além disso, o arroz híbrido é cultivado em 15 milhões de hectares (50% da área total) na China e sua produtividade é duas vezes maior em relação ao arroz comum.

(99) As TVE são empresas industriais pertencentes a todos residentes de uma comunidade rural e que estão localizadas em vilas ou municípios, onde essas comunidades residem, embora respondam em última instância ao governo central (CHE; QIAN, 1998). Embora seu rápido crescimento tivesse ocorrido somente depois de 1978, as TVE já existiam no período maoísta.

Mais importante que a disseminação dessas empresas e a contenção dos fluxos migratórios, foi a liberdade dada às TVE de venderem sua produção nos mercados e unirem-se ao capital estrangeiro que ingressava na estrutura produtiva chinesa. Esses movimentos permitiram não somente a ampliação da produção dessas empresas, como também a possibilidade de deslocar sua atuação para esses setores com maior conteúdo tecnológico¹⁰⁰. Inicialmente, a abertura de mercado para as TVE significou um movimento de aumento da competitividade, bem como da oportunidade de ampliar seus nichos de mercado e sua lucratividade. Gradualmente, na medida em que a possibilidade de se associarem às corporações do exterior cresceram, por meio da formação de *joint-ventures*, essas empresas puderam se beneficiar da *expertise* e da tecnologia do capital forâneo (inicialmente em setores industriais menos complexos e mais recentemente em atividades de cadeias produtivas mais dinâmicas em termos globais), além de usufruir de novos canais de comércio internacional, como visto na Parte I (MASIERO, 2006 e BARBOSA DE OLIVEIRA, 2005).

Para as corporações estrangeiras, também foi oportuno ingressar no mercado chinês mediante a formação de parcerias com as TVE, pois se abriu a oportunidade aos investidores internacionais, principalmente da Ásia, de transferir atividades menos complexas da sua cadeia de produção¹⁰¹ para essas empresas, num país onde praticamente não existia um setor privado e o setor estatal era muito fechado e cercado de controles. Nesse sentido, o mercado de trabalho mais flexível e com salários mais baixos das TVE favoreceu o deslocamento dessas atividades por parte das corporações estrangeiras. Além disso, ofereceram-se outras vantagens ao capital estrangeiro para formar *joint-ventures* com as TVE, a como a concessão de linhas de empréstimos preferenciais às TVE, por intermédio do *Agricultural Bank of China* (ABC) e das *Rural Credit Cooperatives*¹⁰² (RCC), a disponibilização de um fundo de investimentos locais e a existência de subsídios fiscais para a realização de certas atividades, como exportação (CHE; QIAN, 1998 e LAZZARI, 2005).

(100) As TVE, no começo das reformas, foram dirigidas apenas para atuar na industrialização de alimentos ou produzir bens ligados aos setores mais intensivos em trabalho.

(101) Nesse ponto, torna-se importante reiterar que com a reorganização da produção, ocorrida nesse período (já discutida no Capítulo 2), as grandes empresas dos países desenvolvidos foram gradualmente deslocando etapas menos intensivas da cadeia de produção naqueles países (em geral, menos desenvolvidos), que oferecessem vantagens para a produção (baixo custo da mão de obra, baixo nível de impostos etc.). As TVE chinesa aproveitaram essa dinâmica, criando incentivos para atrair algumas atividades realizadas por filiais dessas empresas.

(102) O risco de empréstimo era assumido pelos governos locais, pois eles captavam os recursos nos bancos chineses e os repassavam para as TVE.

Muito embora a dinâmica das TVE estivesse ligada às suas vilas e municípios, foi o governo central o responsável por regular o modo de atuação e gestão dessas empresas. Em linhas gerais, essa regulação (feita pelo Ministério da Agricultura da China) atuou em três frentes: na propriedade comunitária dos ativos das TVE¹⁰³, na atribuição dos direitos de controle¹⁰⁴ e nas regras de distribuição dos lucros após o abatimento dos impostos¹⁰⁵. Em síntese, o governo central estipulou que os ativos das TVE deviam pertencer aos residentes dos municípios e vilas, que o controle das empresas tinha de ser realizado por um proprietário (nomeado de comum acordo entre os governos locais e a comunidade) e que um percentual dos lucros tinha como destino final a provisão de bens públicos e o reinvestimento (CHE; QIAN, 1998).

Em suma, as TVE se tornaram um importante instrumento de descentralização da produção industrial e do desenvolvimento local, a partir da articulação entre o governo central, das vilas e municípios e as comunidades¹⁰⁶. Por um lado, a possibilidade de vender no mercado e de reunir-se ao capital estrangeiro promoveu a expansão da produção e da renda dessas empresas e, por outro, a regulação dos governos central e local impulsionaram o desenvolvimento regional e das próprias TVE. Além disso, as TVE tiveram um papel de dinamizar o setor industrial da economia chinesa, por meio da industrialização do campo, apoiando inclusive o setor exportador. O crescimento das atividades produtivas no campo, com o suporte do capital estrangeiro que obrigatoriamente devia dirigir suas atividades para exportações, foi fundamental para aumentar, ao mesmo tempo, a capacidade produtiva na zona rural (que trouxe rápido crescimento da renda e bem-estar social para o camponês) e o volume de bens exportados pelo país.

(103) *"Assets (of a TVE) are owned collectively by the whole of rural residents of the township or village who run the enterprise; the ownership rights over the enterprise assets shall be exercised by the rural resident's meeting (or congress) or a collective economic organization that represents the whole of rural residents of the township or village. The ownership rights of the enterprise assets will not change when the enterprise is under a managerial contract responsibility system, leasing, or joint operations with enterprises of other types of ownership"* (MINISTRY OF AGRICULTURE OF CHINA, p. 81, article 18, chapter 3, 1990).

(104) *"The owner of a TVE, according to the law, determines the direction and formats of its business operations, selects managers or determines the method of such selection, determines the specific distribution ratios of after-tax profits between the owner and the enterprise, and has the rights over the enterprise concerning its spin-off, merger, relocation, stop operation, close-down, application for bankruptcy etc."* (MINISTRY OF AGRICULTURE OF CHINA, p. 84, article 19, chapter 3, 1990).

(105) *"The part retained by the enterprise should be no less than 60% of the total and should be arranged under the enterprise's autonomous decision. The retained after-tax profits for the enterprise should be mainly used for the increase of the funds for production development in technological transformation and expansion of reproduction, and also for the appropriate increase of welfare funds and bonus funds." And "the part remitted to the owner of the enterprise should be used mainly for the support of construction of agricultural infrastructures, agriculture technology services, rural public welfare, renewal and transformation of enterprises, or development of new enterprises"* (MINISTRY OF AGRICULTURE OF CHINA, p.137, article 32, chapter 5, 1990).

(106) Esse movimento respondeu, em parte, aos objetivos do PCC, nos anos 1980, de descentralização administrativa e do processo de industrialização, descritos no Capítulo 2.

Os indicadores da agricultura e das TVE atestam o sucesso das primeiras reformas econômicas chinesas. A participação do setor primário no PIB cresceu quatro pontos percentuais, entre 1978 e 1984, saindo de 28,2% para 32,1%. Em valores absolutos, o PIB agrícola em 1978 era cerca de ¥\$ 350 bilhões (a preços de 1995) e em 1984 alcançou aproximadamente ¥\$ 700 bilhões, ou seja, um crescimento em torno de 100% num período de seis anos. Setorialmente, a produção bruta da agricultura foi a que mais cresceu (¥\$ 139 bilhões), atingindo o valor de ¥\$ 251 bilhões em 1985 e, em seguida, veio a pecuária que expandiu sua produção em ¥\$ 59 bilhões, o que possibilitou que em 1985 a produção total fosse de ¥\$ 79,8 bilhões.

Tabela 1 – China: produção de bens agrícolas
1978-2008 (anos selecionados) (em milhões de toneladas)

	Grãos	Algodão	Fibras	Oleoginosas	Cana de açúcar	Frutas	Total
1978	304,8	2,2	5,2	1,4	21,1	6,6	341,2
1980	320,6	2,7	7,7	1,4	22,8	6,8	362,0
1985	379,1	4,1	15,8	4,4	51,5	11,6	466,7
1990	446,2	4,5	16,1	1,1	57,6	18,7	544,3
1991	435,3	5,7	16,4	0,9	67,9	21,8	547,9
1992	442,7	4,5	16,4	0,9	73,0	24,4	561,9
1993	456,5	3,7	18,0	1,0	64,2	30,1	573,5
1994	445,1	4,3	19,9	0,7	60,9	35,0	566,0
1995	466,6	4,8	22,5	0,9	65,4	42,1	602,3
1996	504,5	4,2	22,1	0,8	68,2	46,5	646,4
1997	494,2	4,6	21,6	0,7	78,9	50,9	650,9
1998	512,3	4,5	23,1	0,5	83,4	54,5	678,4
1999	508,4	3,8	26,0	0,5	74,7	62,4	675,8
2000	462,2	4,4	29,5	0,5	68,3	62,3	627,2
2001	452,6	5,3	28,6	0,7	75,7	66,6	629,5
2002	457,1	4,9	29,0	1,0	90,1	69,5	651,5
2003	430,7	4,9	28,1	0,9	90,2	145,2	699,9
2004	469,5	6,3	30,7	1,1	89,8	153,4	750,8
2005	484,0	5,7	30,8	1,1	86,6	161,2	769,5
2006	498,0	7,5	26,4	0,9	97,1	171,0	801,0
2007	501,6	7,6	25,7	0,7	113,0	181,4	830,0
2008	528,7	7,5	29,5	0,6	124,2	192,2	882,7

Fonte: *Chinese Statistical Yearbook – National Bureau of Statistics (NBS) (2009)*

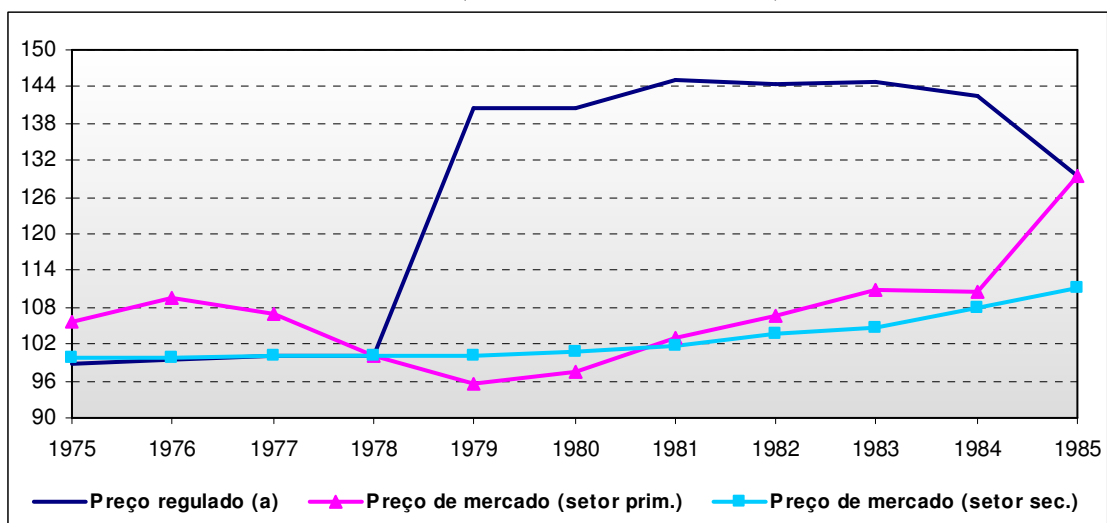
Esse crescimento da agricultura foi acompanhado por uma maior diversificação da produção impulsionando um aumento no cultivo de outros bens, como frutas e de cana de açúcar. Apesar da produção de grãos ter crescido consideravelmente em todo o período, a maior expansão da produção aconteceu na cana de açúcar e nas frutas. Entre 1978 e 2008, enquanto a

produção de grãos menos que dobrou (saindo de 304,8 milhões para 528,7 milhões de toneladas), ainda que o total produzido fosse bem superior aos demais bens, a de frutas cresceu quase 30 vezes e de cana de açúcar mais que quintuplicou. Considerando a produção desses dois bens, somada a de oleaginosas, entre 1978 e 1985, observou-se um aumento 140%, enquanto a produção de grãos cresceu somente 24%. Nesse ínterim, o desempenho da cana de açúcar foi o que mais chamou a atenção, já que em apenas sete anos, a produção expandiu mais de 30 milhões de toneladas, alcançando o valor total de 51,5 milhões de toneladas em 1985. Desde então, foi o crescimento da produção de frutas que mais se destacou, pois saiu de um valor próximo a 12 milhões de toneladas em 1985 para pouco mais de 190 milhões em 2008, conforme destaca a Tabela 1.

Não foi somente a produção do campo que se expandiu rapidamente, principalmente no início dos anos 1980, mas também os preços dos bens produzidos e cultivados no campo, como aponta o Gráfico 1. Entre 1978 e 1981, os preços regulados (da produção realizada acima das quotas estabelecidas) cresceram quase 50%. Os preços de mercado dos produtos primários, após leve queda no início do decênio de 1980, aumentaram cerca de 10% em 1983 e de 30% em 1985 (em relação aos preços de 1978). Já os preços de mercado dos produtos industrializados foram os que menos cresceram exatos 11% entre 1978 e 1985.

Gráfico 1 – China: evolução dos preços no campo

1975-1985 (em número índice 1978=100)



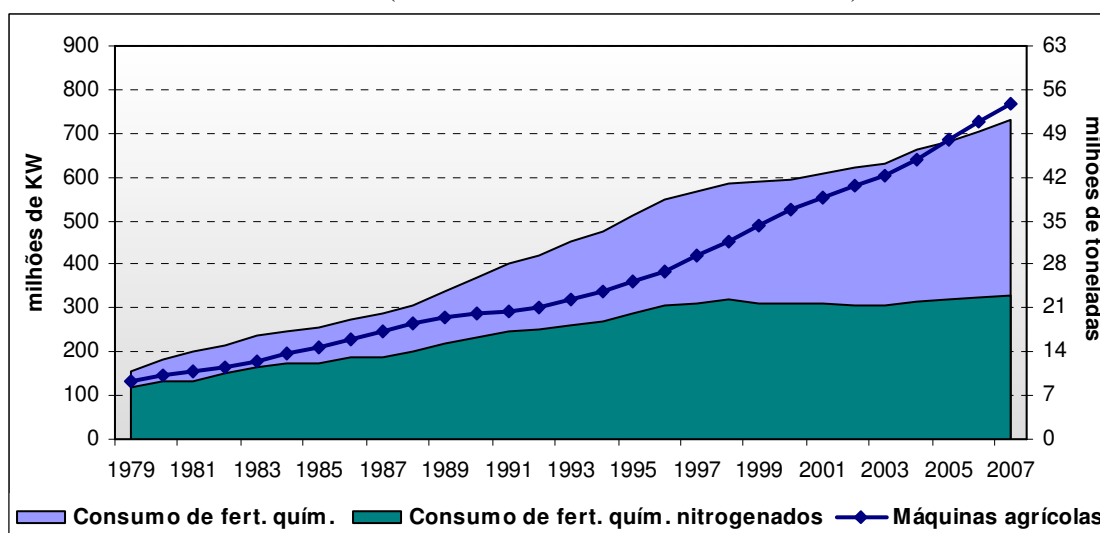
Fonte: LIN (1992)

(a). Preços dos bens produzidos acima da quota estabelecida

Como alertado anteriormente, além da reestruturação do sistema de preços e da produção agrícola, a modernização da agricultura também desempenhou um papel importante nas reformas do campo. Dentre os fatores da modernização, o Gráfico 2 mostra a importante evolução do consumo de fertilizantes químicos e de máquinas agrícolas.

O total de fertilizantes químicos consumidos na China mais que quintuplicou entre 1979 e 2007, enquanto os fertilizantes químicos nitrogenados praticamente duplicaram. Em 2007, o consumo de fertilizantes químicos e nitrogenados era superior a 50 milhões e 20 milhões, respectivamente. Em relação à utilização de máquinas agrícolas, a taxa de crescimento se acentuou a partir de meados da década de 1990, muito embora o aumento do período anterior não tenha sido irrelevante. Entre 1993 e 2007, a expansão foi próxima a 450 milhões de KW, totalizando 766 milhões de KW no último ano.

Gráfico 2 – China: evolução do consumo de fertilizantes químicos e de máquinas agrícolas 1979-2007 (em milhões de toneladas e milhões de KW)



Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank (2009).*

Ao lado da expansão da produção, do preço e dos insumos agrícolas, observou-se também um forte crescimento das TVE em várias esferas. Conforme aponta a Tabela 2, a participação das TVE no PIB, no emprego, no valor adicionado e nas exportações aumentou de modo significativo a partir de meados dos anos 1980. O percentual do PIB e do valor adicionado detido pelas TVE, por exemplo, triplicou desde 1985. Entre 1985 e 2006, enquanto a participação das TVE no PIB no total cresceu de 8,6% para 27,5%, a do valor adicionado dessas empresas se elevou 15% para 45,2%. As exportações dessas empresas, por sua vez, também se multiplicaram

extraordinariamente ao longo desse período, uma vez que sua participação sobre o total exportado saiu de 16,3% em 1985 para 40,1% em 2006.

Tabela 2 – China: indicadores selecionados das TVE

1985-2006 (anos selecionados) (em % total nacional)

	Emprego	PIB	Valor Adicionado	Exportações
1985	14,0	8,6	15,0	-
1990	14,3	13,4	27,1	16,3
1995	18,9	24,0	43,3	43,4
2000	17,8	27,4	47,0	43,3
2005	18,8	27,5	46,4	33,0
2006	19,2	27,5	45,2	40,1

Fonte: OECD (2009a)

Depois da análise das reformas do campo, na seção seguinte, é feita uma reflexão a respeito das reformas das indústrias e de tecnologia, na área urbana. A exemplo do que aconteceu no campo, o governo chinês permitiu gradualmente a abertura para o mercado e fomentou, mediante a expansão dos investimentos, o desenvolvimento das estatais e dos centros de pesquisa. Para entender esse processo, buscam-se descrever as mudanças internas e externas na estrutura de produção e de inovação, destacando o papel central desempenhado pelas empresas estatais.

3.2 As transformações da ciência e tecnologia e da produção industrial urbana

Até o final dos anos 1970, a estrutura industrial chinesa foi extremamente regulada pelo Estado. Os ativos das empresas estavam quase que 100% concentrados no setor público e os seus investimentos eram financiados pelo governo. Ainda que existissem vários tipos de organizações produtivas, como pequenas cooperativas de artesanato controladas pelo setor coletivo, a indústria urbana, cujo capital e trabalho eram totalmente concentrados no Estado, seguia exclusivamente o planejamento centralizado (WU, 2005). Em função disso, as empresas estatais tinham suas atividades totalmente reguladas pelos órgãos vinculados ao PCC, seja para determinar cargos e contratar trabalhadores, seja para estipular o nível de produção e de preços¹⁰⁷. Desse modo, essas

(107) Wu (2005) observou que havia um alto grau de ineficiência desses órgãos que tinham a obrigação de gerir essas empresas. Em geral, os gestores de alto escalão tinham pouco conhecimento da organização administrativa e produtiva das empresas, pois eram escolhidos por razões políticas. Mesmo depois da Revolução Cultural, quando parte do operariado assumiu essas funções, esse problema não foi resolvido. Ainda existia um baixo nível de conhecimento dos processos e produtos controlados pelas empresas e não havia estímulos para torná-las mais eficientes.

empresas não possuíam autonomia para controlar sua gestão administrativa e sua estrutura de produção.

Somado a esse aspecto, vale ressaltar que a ausência de um mercado competitivo fez com que as decisões das empresas fossem pautadas muito mais por arranjos políticos do que por critérios econômicos. Além disso, as estatais nesse período deviam cumprir vários papéis, além do aspecto econômico, uma vez que eram obrigadas a fornecer uma extensa gama de serviços sociais e a acomodar interesses políticos.

O setor tecnológico chinês, a exemplo da estrutura de produção, obedeceu à lógica do planejamento central inspirado no sistema soviético. Para coordenar todo esse processo foi criado o *Chinese of Academy Science* (CAS) que era responsável por gerir o setor de C&T, disseminar as inovações por todo o território e também por modernizar a matriz tecnológica da indústria nacional (NOLAN; WANG, 1999 e SAICH, 1989). Desse modo, a estrutura tecnológica estava altamente concentrada e dependente dos esforços do Estado chinês e, em última instância, do apoio da União Soviética¹⁰⁸. Em virtude do aumento da restrição externa e da ruptura das relações sino-soviéticas a partir dos anos 1960 (já discutida no Capítulo 2), por um lado, e do alto grau de ineficiência e da escassez de recursos nesses setores, por outro, a China se deparou com altas barreiras para desenvolver o setor tecnológico na fase maoísta¹⁰⁹. Ademais, conforme apontou Saich (1989), o setor de C&T, antes das reformas de 1978, foi caracterizado por um grande distanciamento entre os centros de pesquisas e a estrutura produtiva chinesa. As unidades de produção possuíam pouco acesso às inovações e, dada a estrutura rígida e segmentada, existiam poucos incentivos e, em alguns casos, até restrições para que as empresas criassem seus próprios polos de pesquisa.

Visando alterar a dinâmica desses dois setores, o governo chinês autorizou a abertura para o capital forâneo e reformou a estrutura de produção e o setor de C&T, num ambiente fortemente regulado pelo Estado. Essa regulação apresentou dois traços marcantes: alta capacidade de criar

(108) No setor de tecnologia, a China dependeu do auxílio soviético para desenvolver suas instituições e seu sistema de inovações. Dos anos 1950 até o início do decênio seguinte, além de transferir tecnologia própria, a União Soviética deslocou algumas de suas instituições-chave para aumentar o *know-how* das instituições que haviam sido criadas na China.

(109) Saich (1989) lembrou que, no caso do sistema de inovação, uma estrutura fortemente centralizada nas instituições de pesquisa e pouco flexível impedia a interlocução com o desenvolvimento tecnológico estrangeiro. Além disso, o baixo grau de coordenação vertical no interior da cadeia da inovação traduziu-se num aumento do desperdício e da replicação de trabalhos e esforços em áreas similares. Por fim, como foram comissões distintas que geriram (e atuaram de maneira separada) os setores de C&T militar e civil, os avanços militares ficaram restringidos e não foram repassados para a indústria e comércio da China.

inovações, bem como de alterar o cenário institucional, e centralização do controle das reformas nas instituições estatais. Zonenschain (2006, p. 83) ofereceu um bom resumo sobre essa discussão:

A intervenção do Estado chinês na economia possui[u] caráter muito distinto de todas as experiências de *catch-up* que lhe precederam. A transição econômica gradual e a utilização de aspectos contemporâneos do mercado, como a globalização, a Organização Mundial do Comércio e as empresas multinacionais, têm sido conduzidas em um contexto institucional próprio, flexível, capaz de adaptar-se a mudanças, sobretudo àquelas que decorre[ram] da própria evolução (interna) do processo de *catch-up*, substituindo objetivos já superados por novos. A atuação do Estado ora parece[u] fruto de um planejamento orquestrado, com visão de longo prazo para o conjunto da economia, ora parece[u] responder a desafios concretos enfrentados por firmas chinesas em determinadas indústrias, ora parece[u] assumir um caráter “caótico”, em que diversas ações acontecem simultaneamente sem que o Estado possua controle completo da situação.

Desse modo, o Estado promoveu uma articulação muito particular do processo de reformas com o capital estrangeiro e com a abertura para o mercado. Em primeiro lugar, o ingresso de investimentos externos na China aconteceu de forma extremamente seletiva, privilegiando regiões e setores – em geral mais intensivos em tecnologia e voltados para exportação – estabelecidos pelo governo. Conforme destacou a própria Zonenschain (2006, p. 84), “a atração de capital estrangeiro esta[va] inserida em uma estratégia para alavancar as empresas e as capacitações domésticas”. Por isso, as políticas para o setor externo contemplavam acordos de transferência tecnológica, desenvolvimento de P&D local e exigências de exportação de parte da produção.

Em segundo lugar, o processo de abertura, embora tivesse incluído medidas de desregulamentação e liberalização, foi dirigido de modo a permitir que as estatais guiassem o processo de industrialização chinesa. Segundo Li e Xia (2008), com o aprofundamento da abertura e da intensificação da concorrência no mercado, esperava-se que as empresas estatais fossem pulverizadas. No entanto, isso não aconteceu, já que essas empresas continuaram sendo parte vital da economia chinesa. Isso simplesmente refletiu a trajetória das reformas na produção e no setor de C&T, na qual foram combinados instrumentos de regulação pelo mercado e maior participação do setor privado, mas acabaram sendo mantidas as instituições e empresas estatais como agentes líderes do desenvolvimento desses setores. Em função disso, as políticas protecionistas implementadas pelo governo facilitaram a atuação das estatais em setores-chave,

entendidos como essenciais para comandar as mudanças estruturais da economia e que exigiam investimentos de longo prazo.

Nas subseções seguintes, procura-se discutir essas duas frentes do processo de reestruturação da indústria e do setor de C&T chinesa: o papel desempenhado pelo capital estrangeiro e a trajetória das reformas internas, focando na atuação da esfera estatal.

3.2.1 A dimensão externa das reformas: a atuação do capital estrangeiro num ambiente de forte regulação estatal

Um elemento crucial para se compreender o rápido desenvolvimento das forças produtivas na China residiu no papel assumido pela economia internacional. A ação do governo chinês de autorizar a entrada de capital estrangeiro – especialmente sob a forma de IDE –, desde o final dos anos 1970, respondeu ao interesse de atrair setores de alta tecnologia para dentro da economia chinesa e superar a restrição externa que, como visto no Capítulo 1, era um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da economia chinesa na fase maoísta.

Analisando esses dois aspectos, Zonenschain (2006, p. 99) lembrou que, embora o capital estrangeiro não tivesse representado grande parcela da formação bruta de capital fixo, sua presença na China tem sido de extrema importância por dois fatores. Primeiro, porque essas empresas ficaram “responsáveis por uma parcela expressiva das exportações realizadas pela China. Segundo, [porque] constituíram fonte primordial de tecnologia e de oportunidades de negócios para empresas domésticas chinesas”.

Assim, a estratégia para permitir o acesso das corporações estrangeiras ao mercado chinês estabeleceu como prioridade a disseminação e a transferência de tecnologia, principalmente em setores mais dinâmicos da economia internacional – tecnologia de informação, microeletrônica –, da mesma forma que a exportação de grande parte da produção dessas corporações. A materialização dessas condições de acesso se deu pela formação gradual de áreas econômicas preferenciais, onde eram concedidos às firmas de origem estrangeira – associadas em *joint-ventures* com empresas nacionais¹¹⁰ – os direitos de exportar seus bens produzidos localmente

(110) Como mostrou Zonenschain (2006, p. 110), além dos benefícios ofertados pelo Estado chinês, outras questões relacionadas ao mercado, incentivaram as empresas estrangeiras a realizar esse tipo de associação: “no que diz respeito ao interesse das empresas multinacionais em operar com empresas chinesas, além da identificação dessa estratégia como alternativa eficaz para reduzir custos e adquirir a flexibilidade necessária para concorrer no mercado,

dispondo de benefícios fiscais e tarifários¹¹¹, desde que transferissem tecnologia e técnicas de produção para as firmas chinesas. Ou seja, em contrapartida aos benefícios oferecidos para os investidores estrangeiros, o governo chinês estipulou regras e critérios de atuação desses investidores, dentre os quais se destacavam a transferência de tecnologia, por meio, por exemplo, da instalação de centros de P&D¹¹².

Em 1979, criaram-se quatro ZEE que estiveram limitadas a duas províncias costeiras do país (Guangdong e Fujian). Essas ZEE foram estabelecidas com o objetivo de permitir ao governo chinês a execução de uma política gradual na qual os impactos da entrada do IDE podiam ser avaliados num ambiente mais facilmente controlável, antes de autorizar sua expansão pelas demais províncias. Além disso, estavam situadas próximas a Hong Kong e Taiwan, podendo aproveitar-se dos capitais da diáspora chinesa a fim de criar um canal para atração de novos investidores oriundos de outras regiões da Ásia e do resto do mundo. Ou seja, além de avaliar os impactos referentes à entrada do capital forâneo, as ZEE buscavam usufruir das relações comerciais e de produção previamente existentes em Taiwan e Hong Kong com outras nações mais desenvolvidas.

O aprofundamento dessa abertura ocorreu com o lançamento da política de “portas abertas” e do Sexto Plano Quinquenal (1981-85), cuja dinâmica interna do país foi reestruturada

e do reconhecimento de que as empresas chinesas possuem maior conhecimento a respeito das características particulares da demanda local, a necessidade de estabelecer “vínculos” adequados para receber autorização e levar adiante determinadas atividades constitui uma característica institucional própria do Estado chinês que contribui para criar uma vantagem competitiva para as firmas domésticas”.

(111) Além desses benefícios, Zonenschain (2006, p. 110) listou outras vantagens oferecidas ao investidor estrangeiro: “nesse sentido, como fatores de atratividade, além da dimensão, diversidade e do ritmo acelerado de expansão do mercado interno, e da oferta abundante de mão de obra e outros fatores produtivos a custos competitivos, destacam-se a disponibilidade de infraestrutura adequada de transportes, logística e telecomunicações, muitas vezes concentrada em *clusters* (...) para a instalação de empresas multinacionais em diferentes regiões da China”.

(112) Uma das formas que “obrigavam” às empresas estrangeiras a transferirem e produzirem tecnologia no mercado chinês esteve ligada à inexistência de leis de propriedade intelectual para as tecnologias oriundas do exterior, uma vez que essas leis existiam somente para proteger as tecnologias produzidas em âmbito nacional, como mostraram Bosworth e Yang (2000, p. 461, tradução livre): “a partir da introdução das reformas econômicas (...), as exportações da China tem se ganhado grande dinamismo, especialmente as intensivas em tecnologia (...). Por causa da crescente importância dessas exportações de tecnologia, os direitos de propriedade intelectual tornaram-se cruciais para proteger a tecnologia desenvolvida endogenamente na China. Houve duas razões para isso. Em primeiro lugar, entre 70% e 80% da tecnologia exportada pela China teve como destino países em desenvolvimento, muitos dos quais, por diversas razões, possuíam um baixo grau de proteção dos direitos de propriedade intelectual. (...) [Em segundo lugar,] ainda que as empresas estrangeiras continuem contribuindo de modo significativo para a realização das exportações intensivas em tecnologias, o elevado crescimento dessas exportações nos últimos anos sugeriu que também houve um aumento da produção de tecnologia nacional, deixando evidente a necessidade da China de criar novas leis e regulamentos para proteger os interesses dos seus inventores e outros detentores de direitos de propriedade intelectual”.

colocando sob a região costeira a responsabilidade de atrair investimentos estrangeiros e organizar uma base industrial voltada para as exportações¹¹³. Nessa direção, a partir de 1985, foram estendidos para toda costa chinesa as vantagens fiscais e financeiras concedidas às corporações estrangeiras que realizassem exportações e investissem em alta tecnologia. Ademais, houve a ampliação das áreas econômicas preferenciais, mediante a criação de mais dez ZEE que passaram a se denominar Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET).

A partir desse momento, o governo chinês estipulou uma nova legislação tributária para beneficiar a atuação das firmas com investimento estrangeiro (FIE) nas ZDET, principalmente nos setores exportadores e intensivos em tecnologia. A Lei de Imposto de Renda instituiu uma taxa básica de 33%, que era de 15% para firmas localizadas nas ZDET. Uma FIE também podia obter reembolso de 40% dos tributos pagos se reinvestisse seu lucro por, pelo menos, cinco anos. Caso os lucros fossem reinvestidos em projetos de alta tecnologia ou para exportação, a empresa tinha a possibilidade de receber reembolso total¹¹⁴ (LAZZARI, 2005).

Para apoiar essa nova política tributária, os dirigentes chineses instauraram uma série de leis que facilitaram a atração do investidor estrangeiro, entre 1985 e 1991. Dentre todas essas leis, Dang (2008) destacou duas delas. A primeira foi a *Wholly Owned Subsidiaries* (1986) que protegia os lucros e os interesses das empresas estrangeiras, quando estas ingressavam no mercado chinês sem nenhuma associação com empresas locais. A segunda foi a *Revision of Equity Joint Venture* (1990) que encorajava as empresas estrangeiras a desenvolverem novas tecnologias na China para reduzir custos produtivos e economizar energia. Em geral, as outras leis ampliaram a autonomia de gestão das empresas e flexibilizaram a contratação da força de trabalho.

Além da execução desse conjunto de políticas, a China se beneficiou daquelas mudanças geoeconômicas e geopolíticas descritas no Capítulo 2. Essas mudanças, em primeiro lugar,

(113) “[Com o lançamento do Plano Quinquenal] a nação passou a ser pensada a partir de três grandes cinturões geográficos (*three belts*). (...) Esse modelo consistiu na incorporação às estratégias de desenvolvimento das noções de vantagens comparativas e de divisão regional do trabalho. Desse modo, as três grandes regiões do país (os três cinturões) passariam a dar contribuições diferentes para o desenvolvimento nacional: a) a região Costeira tenderia a se especializar na produção industrial voltada para a exportação e nas atividades relacionadas mais proximamente ao comércio exterior; b) a região Central, por sua vez, passaria a se concentrar na agricultura e no setor de energia; e c) a região Ocidental, por fim, se especializaria na criação de animais e na exploração mineral” (MONTEIRO NETO, 2005, p. 13).

(114) Além disso, no estabelecimento de uma empresa de tecnologia no mercado chinês havia a possibilidade de atingir isenção do imposto de renda em até dois anos, e no caso das empresas exportadoras, além dessa isenção de dois anos, elas podiam pagar somente 50% de todos os impostos se conseguissem exportar 70% de suas vendas totais.

resultaram na abertura do mercado consumidor e de crédito norte-americano para, respectivamente, absorver e financiar as exportações da China, na medida em que se acirraram os conflitos entre Estados Unidos e União Soviética no início dos anos 1980. E, em segundo lugar, motivaram a expansão dos investimentos intra-asiático, liderados pelos países mais desenvolvidos do continente (Japão, Coreia do Sul e Taiwan), como resposta às pressões mercantilistas dos Estados Unidos efetivadas nos Acordos do Plaza e do Louvre.

Destarte, desde meados dos anos 1980, ocorreu um casamento de interesses que possibilitou a entrada do IDE e a expansão das exportações. Uniram-se as políticas chinesas de absorção do IDE e fomento ao setor exportador com a busca dos países asiáticos vizinhos por novos mercados para alocarem seus investimentos e a abertura do mercado norte-americano para as exportações chinesas (LAZZARI, 2005).

No início dos anos 1990, quando houve uma explosão da entrada do IDE¹¹⁵, realizaram-se novos avanços na política de atração das empresas estrangeiras, por intermédio da extensão das áreas econômicas preferenciais e da permissão para participação das corporações estrangeiras em setores antes monopolizados pelo Estado¹¹⁶. Como mostrou Monteiro Neto (2005, p. 31), a política de abertura neste período foi estendida para todo o país. Naquele momento, “todas as capitais das províncias do interior do país e das regiões autônomas passaram a gozar de *status* favorecido da política de abertura”. Em virtude disso, o governo ampliou não somente as ZDET, como também outras zonas especiais que, apesar de criadas ainda nos anos 1980, tinham até então pouca importância para atrair o capital forâneo¹¹⁷. Dentre elas, destacavam-se as Zonas de Processamento de Exportação¹¹⁸ (ZPE) e as Zonas de Desenvolvimento da Indústria *Hi-Tech*¹¹⁹ (ZDHT), cada uma com funções e regulamentações particulares, mas sempre estimulando as

(115) A partir de 1992 que o ingresso dos fluxos de IDE se ampliou consideravelmente na economia chinesa. A partir desse ano até o ano 2000, a China recebeu fluxos de IDE na ordem de US\$ 323,3 bilhões (sendo que no ano 1998 esses fluxos alcançaram o valor de US\$ 45,5 bilhões) e o estoque, no ano 2000, atingiu o valor de US\$ 203,1 bilhões. Posteriormente, os investimentos continuaram se ampliando e chegaram a um estoque de US\$ 378,1 bilhões em 2008 e os fluxos acumulados, a partir de 2001, de US\$ 550,7 bilhões (ver Gráfico 16 no Capítulo 4).

(116) Neste ponto chama a atenção a entrada do IDE no setor imobiliário, principalmente aquele proveniente de Hong Kong. No ano 2000, o setor imobiliário era o segundo que mais recebia IDE, atrás somente da indústria.

(117) Para uma reflexão sobre o processo de criação de todas as zonas especiais chinesas, ver Ruiz (2004).

(118) Áreas de processamento de exportações que estão obrigatoriamente ligadas aos investimentos das FIE (RUIZ, 2004).

(119) Áreas de desenvolvimento industrial, onde participam apenas empresas (que necessariamente devem se associar a empresas nacionais) voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico. Embora não tivessem obrigação de exportar, elas deviam internalizar e desenvolver novas tecnologias (RUIZ, 2004).

exportações de filiais e/ou a disseminação de inovações em setores de alto conteúdo tecnológico de firmas estrangeiras instaladas na China.

Somando-se às novas regiões preferenciais, o governo ainda executou alterações na política fiscal, definindo uma taxa básica de impostos de somente 24% para as FIE que estivessem instaladas em capitais de províncias e de regiões autônomas, sendo que esse valor podia chegar aos 15% se os projetos realizados envolvessem setores prioritários (infraestrutura e alta tecnologia, especialmente). Para as exportações, essas empresas puderam contar com um câmbio ainda mais desvalorizado, que saiu de 5,76 iuane por dólar em 1993 para 8,62 iuane por dólar em 1994, valor que permaneceu praticamente fixo até meados da década seguinte. Ademais, ainda nesse último ano, foi promulgada a Lei de Companhia que uniformizava o aparato legal de gestão de todas as empresas instaladas no território chinês e também permitia novas formas de inserção do capital forâneo no país, sendo possível, por exemplo, realizar fusões e aquisições de TVE e estatais da China (NAUGHTON, 2007).

Outro instrumento importante para atração de IDE nos anos 1990 foi a realização de acordos de transferência tecnológica entre as FIE e as empresas chinesas. Nesse sentido, priorizaram-se os investimentos que acompanhassem instalação de centros de P&D e formação de setores de C&T. Por isso, o governo chinês pressionava e oferecia novos incentivos para que a associação do capital estrangeiro com o nacional envolvesse internalização de novas técnicas de produção e gerenciamento¹²⁰. A criação, em 1995, das “Regulamentações Provisionais Guiando os Investimentos Estrangeiros” materializou esse esforço de dirigir os capitais forâneos em setores intensivos em tecnologia e de exportação, pois deram a esses segmentos maiores incentivos a fim de atrair conglomerados estrangeiros¹²¹.

Aproveitando esse novo quadro institucional e econômico a fim de aumentar sua competitividade, desde o início da década de 1990 as ETN oriundas de países desenvolvidos passaram a elevar consideravelmente sua presença no mercado chinês, investindo em setores mais intensivos em tecnologia. A partir da chegada das firmas americanas e europeias, a China passou a absorver tecnologia de ponta em várias indústrias, por intermédio da importação de

(120) Além das pressões realizadas pelo governo chinês, como na questão da propriedade intelectual, descrita na nota de rodapé 112, foram estipulados incentivos para essas empresas transferirem tecnologias, dentre os quais se podem destacar: crédito mais barato, novas isenções fiscais e subsídios não tarifários.

(121) Essas regulamentações classificavam os setores econômicos em “encorajados”, “permitidos”, “restritos” e “proibidos”, cujas indústrias de exportações e de alta tecnologia se enquadravam nas duas primeiras categorias e os setores bancários e de serviços nas duas últimas (LAZZARI, 2005).

produtos mais sofisticados, especialmente bens de capital, e pela transferência para o país de segmentos dos setores de P&D dessas empresas, que se configurou na forma principal de *catching-up* da estrutura produtiva chinesa, pelo menos até meados dos anos 2000 (GAULIER; LEMOINE; ÜNAL-KESENCI, 2005). Desse modo, essas empresas passaram a assumir um papel mais importante na geração de inovações e disseminação de novas tecnologias no país. Por essa razão, observou-se uma maior atuação das empresas estrangeiras nos investimentos das indústrias de alta tecnologia.

A instalação de laboratórios estrangeiros de P&D, por exemplo, cresceu de modo excepcional desde o final dos anos 1980. Enquanto, entre 1987 e 1992, apenas cinco centros de P&D foram instalados na China por empresas estrangeiras, em 2006, esse número saltou para 59 (VON ZEDTWITZ, 2006). Essa ampliação refletiu também num forte crescimento dos gastos dos investidores estrangeiros com P&D que foi da ordem de 51%, entre 2000 e 2007. Nesse ínterim, as despesas dos investidores estrangeiros com P&D saltaram de US\$ 642 bilhões para US\$ 973,6 bilhões (OECD, 2009b). Ademais, estudos recentes, dentre estes o de Whalley e Xin (2006), mostraram que o progresso técnico e tecnológico das FIE respondeu até o início de década de 2000 por cerca de 35% de seu produto e por cerca 13% do PIB chinês. Entre 1997 e 2000, a participação deste componente no produto das FIE saiu de 9,7% para 36,3%¹²².

Esse processo de atração do IDE e tecnologia dos países desenvolvidos se intensificou com a adesão da China à OMC em 2001. Todavia, ainda que tivesse sido obrigado a relaxar paulatinamente as políticas protecionistas para o IDE, o governo chinês construiu um forte aparato regulatório para administrar e controlar as ETN, já que negociou um extenso cronograma de transição para sua entrada na OMC, de acordo com seus interesses estratégicos (LARDY, 2003). Assim, tornou-se efetiva a opção de, por exemplo, avançar na criação de ZDET e de outras áreas econômicas especiais, principalmente nas regiões central e ocidental do país¹²³ (NAUGHTON, 2007).

Logo, a China conseguiu simultaneamente se favorecer das vantagens comerciais existentes para os membros da OMC e controlar o aprofundamento da abertura ao capital estrangeiro, fazendo com que fosse possível, por exemplo, estabelecer em 2007 um “Catálogo Orientador para o Investimento Estrangeiro”. Esse catálogo liberalizou a participação de novos

(122) Esses números correspondem aos resultados obtidos pelo modelo utilizado por Whalley e Xin (2006), que foi baseado na metodologia de Solow.

(123) Sobre este ponto, ver Ruiz (2004) além do próprio Naughton (2007).

tipos de investidores estrangeiros, desde que eles enriquecessem a composição industrial chinesa, particularmente no setor de alta tecnologia¹²⁴.

Portanto, a entrada das empresas estrangeiras no mercado chinês obedeceu a uma lógica de reformas fortemente coordenada pelo Estado, cujas principais diretrizes eram atrair fontes de tecnologia e fortalecer as exportações. Todavia, seguindo essa lógica estava a apreensão e internalização tanto de inovações e polos de P&D, como da produção exportadora por corporações de origem chinesa. Ou seja, a entrada do capital forâneo na China exerceu uma função de fornecer divisas e tecnologia de ponta a fim de suportar o desenvolvimento de indústrias chinesas *high-tech* e dirigidas para exportações num cenário de forte intervenção estatal. Nesse sentido, Jabbour (2010, p. 218) destacou que a ação do Estado chinês, desempenhando o papel de planejador e estrategista do processo de articulação com o exterior, permitiu não somente a apropriação de inovações e alta tecnologia por empresas nacionais, como também impediu que os movimentos cíclicos da economia internacional modificassem o modo de atuação das empresas estrangeiras no interior do país. Nas palavras do autor:

Outro nível de planejamento tem prática na preparação do país aos efeitos e estímulos dos ciclos de acumulação do centro do sistema capitalista. A questão reside no fato de a condição periférica de um país como a China demandar formas de organização ativas aos impulsos ou retrações externas. A capacidade de organização de respostas ativas aos impulsos externos é uma grande arma característica chinesa neste processo de organização de uma indústria da tecnologia superada hoje somente pelos [Estados Unidos], mas que em 1978 estava muito atrás, por exemplo, do Brasil. Juntamente com esta capacidade de organização está a transformação do país em uma potência financeira com estratégia e tática para aproveitar no momento certo a falta de encomendas de determinadas empresas (tipo Siemens) no próprio centro do sistema para se organizar – política e financeiramente – à compra de ativos e escritórios de P&D de certas empresas de ponta, além claro de ativos financeiros europeus e norte-americanos.

Como observado anteriormente, essa entrada do capital estrangeiro, principalmente por meio do estabelecimento de parcerias com firmas nacionais em setores considerados prioritários pelo governo, autorizou um *catching-up* da indústria chinesa. Segundo Zonenschain (2006), a

(124) Esse novo Catálogo dividiu as indústrias em três setores: “encorajado”, “restrito” e “proibido”. No setor encorajado foi permitido o estabelecimento de empresas de capital 100% estrangeiro, enquanto na categoria restrita, os investimentos estiveram limitados a *equity joint-ventures* e as *contractual joint-ventures* e, em alguns casos, exigiu-se que a participação acionária chinesa fosse majoritária. Já as indústrias inseridas na categoria proibida – segurança nacional e setores estratégicos, como matérias-primas de minérios – permaneceram fechadas ao investimento externo.

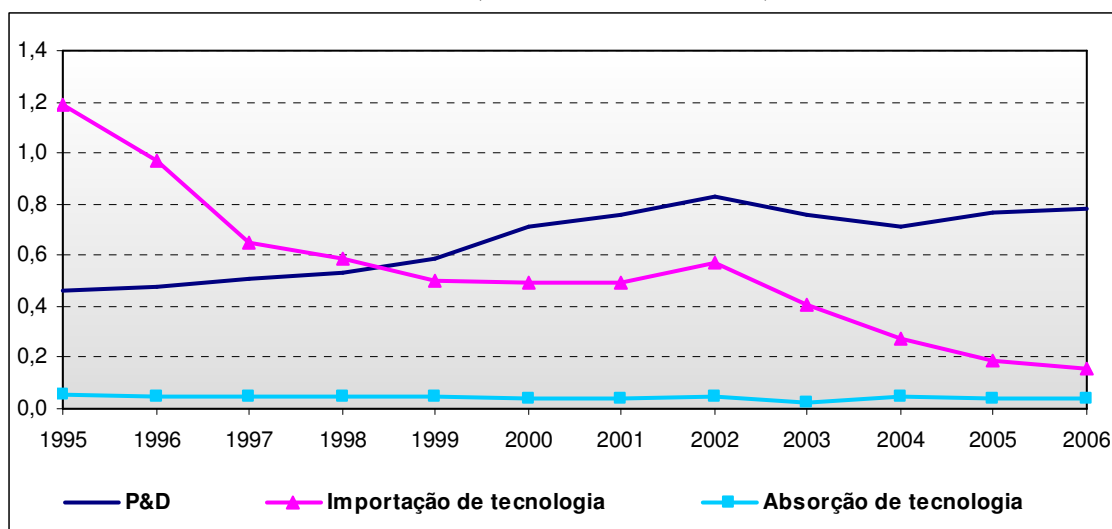
partir dessa articulação, as empresas chinesas puderam se inserir na cadeia de produção global¹²⁵ reduzindo a distância da fronteira tecnológica nacional e internacional. De acordo com a autora, “as firmas domésticas chinesas mais produtivas [foram] aquelas que possu[íam] parceiros estrangeiros, participa[ram] de mercados internacionais ou se defronta[ram] com a concorrência internacional”. Estas se aproveitaram desse processo, pois foram absorvendo diversas tecnologias estrangeiras que, por seu turno, “possibilita[ram] ganhos de eficiência no ciclo do produto (maior competição entre os fornecedores) e flexibilidade para adaptação a novas linhas de montagem, facilitando a migração para novos produtos” (ZONENSCHAIN, 2006, p. 109). À medida que as empresas nacionais se apropriaram das inovações de produtos e processos dos investidores externos, o governo redefiniu a estratégia de articulação entre o capital nacional e estrangeiro, incentivando as firmas chinesas a construírem seus próprios polos de C&T, gerarem suas inovações e aumentarem sua competitividade. Essa redefinição estratégica obedeceu basicamente a dois processos historicamente relacionados: a manutenção de uma inserção externa ativa e da soberania nacional¹²⁶.

Partindo dessa lógica, o governo chinês procurou simultaneamente evitar que as empresas nacionais fossem ameaçadas pelas empresas estrangeiras e capacitá-las para concorrer com essas últimas em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico e para a segurança nacional. Nesse sentido, por exemplo, observou-se nos anos mais recentes um rápido crescimento dos investimentos internos em tecnologia em detrimento dos gastos com importação tecnológica.

(125) Torna-se fundamental ressaltar nesse ponto que as empresas chinesas somente puderam ingressar na cadeia de produção global, por causa da existência de um processo anterior de reorganização da produção, explicado no Capítulo 2. Esse processo, liderado pelas ETN, deslocou as redes de produção da escala nacional para escala global e integrou mercados antes ausentes dessas redes.

(126) O aprofundamento dessa estratégia, mais do que uma questão geopolítica ou geoeconômica, respondeu aos desafios históricos enfrentados pelo PCC, já mencionados na Parte I: “um primeiro aspecto diz respeito ao papel das ameaças externas, de longa data, e no período histórico mais recente, das invasões japonesas, na busca da soberania nacional. O reconhecimento de que os comunistas foram os principais responsáveis por impedir a colonização do país pelos japoneses, quando estes voltaram a invadir a China, entre 1937 e 1945, foi um fator importante para o fortalecimento do Partido Comunista Chinês e para que este obtivesse o apoio necessário para a instauração da República Popular da China, em 1949. **A mesma busca de soberania explica, em grande parte, o empenho do Estado-Partido, nas últimas décadas, no sentido de estimular os esforços de aprendizado e de capacitação por parte das empresas chinesas, necessários para o desenvolvimento de tecnologia proprietária, evitando a dependência com relação à tecnologia estrangeira** (ZONENSCHAIN, 2006, p. 74, grifos meus).

Gráfico 3 – China: gastos com P&D, importação de tecnologia e absorção tecnológica
1995-2006 (em % receitas com vendas)



Fonte: ZHANG *et al.* (2009)

O Gráfico 3 mostra que, se até o final dos anos 1990 a importação de tecnologia foi forma predominante de gastos com inovações na China, nos anos 2000 os recursos despendidos em centros próprios de P&D assumiram a dianteira desse processo. Se, em 1995, cerca de 1,2% das receitas com vendas das empresas era destinada à importação de tecnologia estrangeira, em 2006, esse valor já era inferior a 0,2%. No sentido contrário, os gastos com P&D em relação ao total das receitas com vendas cresceram de um valor próximo a 0,5% em 1995 para 0,8% em 2006.

Esse novo cenário conferiu às empresas estatais maiores capacidades de comandar não somente a própria industrialização chinesa, como também algumas cadeias de produção global, inclusive de maior conteúdo tecnológico¹²⁷. Nessa perspectiva, o processo recente de internacionalização do capital chinês pôde ser entendido como resultado dessa ascensão das estatais do país¹²⁸ (ver Box 1). Conforme ressaltaram Acioly e Leão (2010b, p. 1), “nos últimos tempos (...) outra mudança no setor externo que tem desempenhado um papel importante para o desenvolvimento econômico e a inserção geopolítica chinesa foi a internacionalização das suas empresas”.

(127) “Um número ainda pequeno de empresas chinesas estão alcançando ou já alcançaram a fronteira tecnológica internacional sendo capaz de criar e aperfeiçoar novas tecnologias. Esse é o caso particularmente da indústria eletrônica, cujas corporações chinesas já adquiriram a tecnologia 3G (terceira geração). As corporações nacionais líderes nesse setor, tais como Huawei e a ZTE, já podem ser consideradas *players* globais” (ZHANG *et al.*, 2009, p. 9, tradução livre).

(128) Para uma análise sumária da internacionalização das empresas chinesas, ver Acioly e Leão (2010b) e Rosen e Hanemann (2009). Para uma análise mais profunda ver Yang (2003).

Box 1 – A internacionalização das empresas chinesas

O processo de internacionalização das empresas chinesas resultou principalmente das mudanças estruturais da economia, desde que iniciou seu rápido crescimento econômico no final dos anos 1970. Para garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento e uma expansão dos seus espaços geopolíticos*, a China precisou atender a crescente demanda interna por recursos naturais e energéticos. A relativa escassez desses recursos incentivou a saída das empresas para atuar nesses setores, especialmente em países em desenvolvimento da América Latina e África. Outro caminho seguido pelas empresas chinesas a fim de investir nesses setores foi a instalação de filiais em países asiáticos próximos e/ou paraísos fiscais, visando ingressar em terceiros mercados (da própria África e da América Latina) aproveitando as vantagens fiscais e financeiras oferecidas por esses países. Porém, se o governo chinês tem utilizado medidas para apoiar a saída das empresas, esse movimento foi restringido pela necessidade de se atender a dois objetivos distintos: i. aos de política industrial; ii. aos de sustentabilidade do balanço de pagamentos.

Em primeiro lugar, a política industrial traçada pelo governo chinês relacionou o processo de internacionalização à obrigatoriedade dos grandes conglomerados nacionais se modernizarem e terem acesso a recursos estratégicos. Nesse sentido, a saída do IDE chinês buscou garantir insumos produtivos e bens de consumo vitais para manutenção do crescimento econômico, bem como aproveitar mercados em expansão e/ou desenvolvidos economicamente a fim de possibilitar maior nível de competitividade de suas empresas. Em função disso, o governo concebeu a realização de fusões e aquisições que permitissem a ampliação das redes de produção e a própria expansão física de suas empresas. Em segundo lugar, com o aumento recente das reservas internacionais, notou-se uma intensificação das pressões internacionais sobre a política externa chinesa, especialmente sobre a política cambial de manutenção do iuane desvalorizado – que estaria criando um desequilíbrio nos termos de trocas internacionais. A expansão das reservas cambiais e a ameaça de retaliações ao comércio chinês, principalmente pelos Estados Unidos, foram os sinais mais evidentes dessas pressões. Visando minimizar esse movimento, o governo chinês criou novas estratégias de política econômica, dentre as quais se destacaram os incentivos ao processo de internacionalização. O objetivo era promover a exportação do capital chinês como meio de reduzir os superávits da conta capital do balanço de pagamento, contrabalançando o forte acúmulo de divisas nas transações correntes e permitindo a diminuição do nível de reservas.

Fonte: Acioly e Leão (2010b)

*Sobre essa discussão ver Carmody e Owusu (2007), que tratam o conflito sino-americano a partir do ingresso das empresas chinesas na África.

Todavia, essa condição recente alcançada pelos centros de tecnologia nacionais e pelas empresas estatais não respondeu apenas à entrada do capital estrangeiro, mas principalmente às reformas internas da indústria e do setor de C&T, mediante uma estratégia de aproximação desses setores liderada pelas instituições estatais. Na próxima subseção, o objetivo é apresentar essa dimensão interna das transformações da estrutura industrial e tecnológica chinesa.

3.2.2 A dimensão interna das reformas: as estatais e o sistema nacional de inovação

As reformas internas na estrutura de produção e de inovação da China apresentaram, da mesma forma que nos demais setores, um caráter gradualista. Todavia, além de gradualista, essas reformas, especialmente nas empresas estatais, assumiram traços fortemente pragmáticos, cujas transformações apenas ocorreram quando foram identificados sinais de ineficiência econômica e/ou defasagem tecnológica em relação aos novos tipos de propriedade que estavam se instalando no país (empresas privadas e estrangeiras, principalmente). Partindo dessa perspectiva, Zonenschain (2006, p. 71) constatou que a reestruturação das estatais tem sido executada de forma muito mais lenta em comparação às outras reformas, por causa da “complexidade envolvida na transição [ser] muito maior, [tanto] pelos impactos sociais e políticos da privatização dessas empresas, [como] por seu caráter estratégico, que indica a oportunidade de preservar a propriedade estatal e de promover o desenvolvimento dessas empresas¹²⁹”. Além dessas questões, as estatais se tornaram progressivamente os principais agentes propulsores do desenvolvimento tecnológico chinês, fazendo com que não apenas as mudanças na indústria, mas também as do setor de C&T se movessem em torno da expansão dessas corporações.

Embora tivesse sido desregulamentada uma parcela do setor industrial e reestruturado o modo de gestão e produção das firmas nacionais, dada essa complexidade que cerca o papel das estatais na economia chinesa, o governo chinês restringiu fortemente o processo de liberalização no interior dessas empresas. O que se observou, na realidade, foi o surgimento de um padrão dual de reformas, no qual se estabeleceu uma abertura para o mercado em diversas esferas da produção (gestão das empresas, determinação dos preços etc.), de um lado, e se fortaleceu o núcleo da estrutura produtiva e tecnológica sob responsabilidade das estatais, de outro. Isso deu ao governo chinês a opção de introduzir medidas para modernizar, diversificar e ampliar a

(129) A especificidade das transformações nesse setor ganhou destaque no programa de reformas “Quatro Modernizações”. Como lembrou a própria Zonenschain (2006, p. 72), “existe um termo chinês para denotar o caráter gradual e permanente da reforma dessas empresas – *Gaizhi*, que significa “transformando o sistema”. O *Gaizhi* não é um evento que ocorre de uma vez, mas um processo contínuo de reformas e reestruturações. Os programas de *Gaizhi* na China têm conduzido a resultados muito superiores àqueles verificados em outras experiências internacionais de privatização. As empresas privadas têm sido capazes de absorver grande parte da mão de obra dispensada, aliviando os custos sociais da reestruturação e contribuindo para a estabilidade social e o bem-estar dos trabalhadores, considerados, junto com os impactos fiscais, aspectos prioritários na reforma das estatais”.

eficiência da indústria nacional, preservando sua capacidade de coordenar os investimentos na expansão da indústria e na criação de polos de P&D¹³⁰.

Com a introdução desse padrão de reformas, o governo submeteu a reorganização da estrutura de produção ao desenvolvimento das grandes empresas estatais. Isso ocorreu, em primeiro lugar, por meio da forte regulação estatal sobre o processo de liberalização, que ofereceu às estatais a oportunidade de explorar inovações de processos e produtos sem ter de enfrentar a concorrência desenfreada do capital privado e estrangeiro. Essas empresas ainda se depararam com um cenário econômico mais favorável à ampliação da sua produtividade e eficiência. Em segundo lugar, sucedeu-se também por meio de uma política em que a alocação dos recursos e das metas de produção deslocou o papel das estatais para realização de investimentos de longo prazo em vários setores estratégicos que, em geral, estavam encadeados.

Essas duas faces das reformas refletiram o objetivo do PCC, referido na Parte I desta dissertação, de manter o controle estatal sobre o desenvolvimento da produção, mas, ao mesmo tempo, impedir que os principais agentes desse desenvolvimento – especialmente as empresas estatais – se mantivessem paralisados. Isto é, buscou-se sustentar a posição do Estado como grande coordenador das transformações industriais e simultaneamente criar mecanismos a fim de tornar as grandes corporações estatais mais modernas e eficientes.

Em relação ao primeiro aspecto, as reformas de abertura na indústria seguiram uma trajetória inicial próxima as da realizadas no campo. A primeira medida do governo central foi autorizar as empresas estatais a venderem o excedente da sua produção no mercado. Depois de ceder ao Estado uma quota da produção, as empresas tiveram a liberdade de negociar o restante no mercado. Conforme apontou Claro (2003, p. 269, tradução livre), esse processo ocorreu concomitantemente com a liberalização gradual dos preços e precedeu outras transformações que visaram aumentar a eficiência e a produtividade das empresas:

As primeiras reformas introduzidas em 1980 deram às empresas estatais maior flexibilidade na tomada de decisões produtivas. Essas empresas tiveram certa capacidade de decidir sobre a produção e os investimentos mediante a retenção de parte dos ganhos acumulados. Adicionalmente, iniciou-se a liberalização dos preços. (...) Em 1984 se introduziram reformas adicionais. Substituíram os requerimentos de produção por “indicações” do governo, implementaram-se os primeiros sistemas de crédito e se

(130) Sobre esse último ponto, ainda deve-se ressaltar que as estatais permaneceram ligadas aos órgãos de administração do PCC, dando ao governo a oportunidade de controlar de forma direta as principais diretrizes de ações dessas empresas, num cenário de crescente incorporação dos mecanismos de gestão empresarial fornecidos pelo mercado.

desenharam mecanismos de exportação por meio das estatais. Também permitiram-se mecanismos de remuneração do trabalho de acordo com sua produtividade marginal e se começou a realizar a transferência de empresas estatais para as autoridades locais para melhorar seu controle e seus mecanismos de incentivos.

A licença para vender uma parcela do excedente no mercado, num ambiente de liberalização parcial dos preços e concessão de incentivos fiscais e financeiros pelo Estado chinês, possibilitou a expansão dos lucros das estatais que, por sua vez, ficaram obrigadas a utilizarem partes dos recursos para reinvestimento interno e proteção social dos trabalhadores.

Essas transformações, por seu turno, seguiram uma nova direção a partir de 1985, quando o foco passou a ser a separação entre os direitos de propriedade e de controle das empresas. Além disso, nesse ínterim, o governo retirou do planejamento central boa parte das indústrias mais intensivas em trabalho, que produziam bens finais como vestuário, dando maior autonomia para as empresas gerirem seus recursos e sua produção. Desse modo, ao invés de estarem submetidas às regras de produção e distribuição impostos pelo governo, essas empresas puderam determinar seu nível de produção e a forma como realocar seus lucros. Diferentemente disso, nas indústrias mais estratégicas, ainda que uma parcela de sua produção fosse autorizada a ser vendida no mercado, o governo continuou definindo a utilização de boa parte do excedente gerado.

Em 1987, como ocorreu no campo no começo dos anos 1980, houve a formalização desse movimento de eliminação do planejamento central, mediante a criação dos contratos de responsabilidade. Dentro desses contratos, cada firma se comprometeu a pagar uma taxa anual fixa para o governo e o restante dos recursos gerados podia ser livremente utilizado, tanto para investimentos como para ampliação dos salários. À medida que esses contratos foram se generalizando naqueles setores predefinidos, a participação do mercado na indústria acabou sendo ampliada permitindo a expansão da concorrência das corporações dos mesmos ramos.

Esses contratos introduziram uma reforma no sistema de tributação que favoreceu as estatais. Até 1987, o percentual do excedente retido pelas empresas era equivalente ao somatório de uma taxa fixada pelo governo e de um índice calculado a partir da diferença entre as taxas de lucros do exercício atual da empresa e do anterior que, por sua vez, era multiplicada por uma margem de lucro também estipulada pelo governo. Desde então, esse percentual passou a ser igual à soma da mesma taxa fixa e de um índice que multiplicava a diferença da taxa de lucro atual com aquela firmada pelo contrato e uma margem de lucro estabelecida pelo governo, mais elevada que a anterior, conforme apontam as fórmulas abaixo:

- i. Perfil tarifário antes dos contratos de responsabilidade:

$$R = x + y(L - L_{t-1}), 0,10 < y < 0,50;$$

- ii. Perfil tarifário depois dos contratos de responsabilidade:

$$R = x + y(L - L_c), 0,50 < y < 1,00;$$

sendo R o excedente retido pela empresa, x a taxa fixada pelo governo, L a taxa de lucro das empresas, L_c a taxa de lucro estabelecida nos contratos e y a margem de lucro (NAUGHTON, 2007).

Desse modo, a partir da introdução dos contratos de responsabilidade e do processo gradual de liberalização, as estatais passaram a usufruir de fortes incentivos para expandir sua produção e se tornarem mais eficientes. Além dos subsídios fiscais e financeiros, gradativamente o governo aumentou o percentual do excedente retido pelas empresas estatais, liberando a utilização desses recursos, segundo critérios definidos pelas próprias corporações. Assim, observou-se uma maior autonomia das empresas para tomarem decisões e, na prática, significou a separação entre o controle e a propriedade.

Como resultado dessas transformações, o modo de regulação do Estado nas atividades das empresas estatais foi redefinido. Em primeiro lugar, coube ao Estado elaborar os contratos de responsabilidade, definindo o cálculo de retenção dos lucros pelas empresas e, em alguns casos, direcionando mediante cláusulas contratuais a alocação dos recursos obtidos pelas mesmas. Em segundo lugar, a incumbência de supervisionar os resultados alcançados pelas empresas ficou com membros do PCC central e regional. E, em último lugar, a despeito da rápida expansão desses contratos, o governo chinês restringiu a sua adoção para alguns setores e empresas.

Essa alteração da forma de atuação do Estado representou uma postura cautelosa adotada pelo governo no processo de abertura, uma vez que autorizou o avanço das reformas prioritariamente em setores menos complexos da cadeia produtiva, como têxtil e minério de ferro, antes de realizar alguns avanços para setores mais cruciais da economia chinesa, como energia e bens de capital. O aprofundamento das transformações para os demais setores da cadeia produtiva ficou, portanto, condicionado aos resultados observados anteriormente nas outras

indústrias, reforçando a hipótese de que as reformas nas estatais ocorreram de forma mais lenta e pragmática se comparadas a outros setores.

A partir dos anos 1990, embora tivesse ocorrido um aprofundamento do processo de abertura, o que mais chamou a atenção foi a reestruturação interna das estatais que, mediante o relaxamento dos vínculos políticos existentes com o PCC, promoveu uma maior autonomia da gestão organizacional e do controle dos processos de produção pelos próprios membros das corporações estatais. Isso se materializou com o lançamento do documento “*Regulations on Transforming the Management Mechanism of Industrial Enterprises Owned by The Whole People*” em 1992, no qual o governo definiu uma lista com 14 regras que davam maior liberdade de atuação das estatais¹³¹, cuja diretriz básica era transformar as empresas estatais em corporações modernas, capazes de ingressar em mercados dominados por companhias de países mais desenvolvidos.

Concomitantemente a esse movimento, o governo chinês também tomou iniciativas para iniciar a abertura de capital das grandes empresas estatais. Já em 1993, a partir do lançamento do documento intitulado “*The Decision on Issues Regarding the Establishment of Socialist Market Economic System*”, a estratégia de reorganização das empresas também incluiu uma inovação institucional que permitiu a venda de ações das estatais em bolsas de valores, com o intuito de aumentar a transparência dos direitos de propriedade, melhorar a distribuição das funções internas da empresa e eliminar a intervenção direta do PCC na gestão das companhias estatais (WU, 2005).

A partir de 1994, quando houve a instauração da Lei de Companhia que autorizou a formação das *joint-stock companies*¹³² (as sociedades anônimas), o governo iniciou um processo de forçar um conjunto de grandes e médias estatais a abrirem seu capital e a seguirem normas dos mercados de capitais estrangeiros¹³³. Em 1997, o governo fortaleceu o processo de fusão entre

(131) A lista completa dessas regras se encontra em Wu (2005).

(132) Foi autorizada, a essa modalidade de empresa, a fusão e aquisição de estatais chinesas por corporações estrangeiras e possibilitou também a abertura de seus capitais para o público, assim como a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Xangai, embora o controle majoritário das empresas ainda fosse do Estado.

(133) Desde 1999, Claro (2003) e Wu (2005) ressaltaram que novas medidas foram introduzidas para consolidar a abertura de capital das estatais – como a possibilidade de vender ações para corporações estrangeiras – visando essencialmente melhorar a governança corporativa e permitir novas formas de financiamento das empresas. Essas medidas foram consolidadas no documento “*the Decision on Several Important Issues Regarding Reform and Development of State-Owned Enterprises*” apresentado na quarta sessão do plenário do 15º Comitê Central do PCC em 1999 e descrito no trecho seguinte: “*First, it emphasized corporate governance after corporatization by pointing out that “corporate governance structure, which can establish checks and balances between the owner and the*

estatais de grande porte com estatais de médio e pequeno porte, bem como deu início a privatização de outras pequenas e médias estatais, desde que fossem adquiridas por gestores e operários das próprias empresas¹³⁴ (WU, 2005 e CLARO, 2003).

No que se refere à redução da intervenção direta do PCC no controle das empresas, Zonenschain (2006, p. 90) lembrou que, no final dos anos 1990, as principais estatais passaram a ser reguladas por um órgão público (*State Assets Supervision and Administrative Commission – Sasac*), reformulando o modo do Estado de controlar a atuação dessas empresas. “A estratégia do Sasac de manter controle sobre essas empresas esta[va] associada à necessidade identificada pelo governo central de atuar diretamente sobre setores industriais estratégicos”. Desse modo, ao invés do controle direto na determinação dos fatores de produção (preços, quantidade produzida etc.) e da alocação de recursos (capital e força de trabalho), o governo formou um órgão especializado a fim de determinar e regular as diretrizes mais estruturais do modo de atuação das estatais.

Além da maior abertura para o mercado e da redefinição da participação do Estado, outro ponto crucial das reformas internas respondeu à ênfase dada às estatais como principal propulsor dos investimentos de longo prazo na expansão e modernização da estrutura de produção. Apesar do crescimento de outras formas de propriedade, o governo chinês dirigiu a ação das empresas estatais para setores mais sofisticados tecnologicamente e de infraestrutura pesada, inibindo a participação de empresas privadas e estrangeiras. Conforme lembraram Li e Xia (2008), ainda que as estatais não conseguissem competir com as firmas não estatais em certos mercados, sua importância para a realização de investimentos essenciais ao desenvolvimento econômico foi mantida.

Um exemplo desse fato está na alta participação dos recursos próprios das empresas, sendo que grande parte destas são estatais, na formação bruta de capital fixo (FBCF) da China: cerca de 70% desde o começo dos anos 2000 (ver Gráfico 4). Para se ter uma ideia da relevância

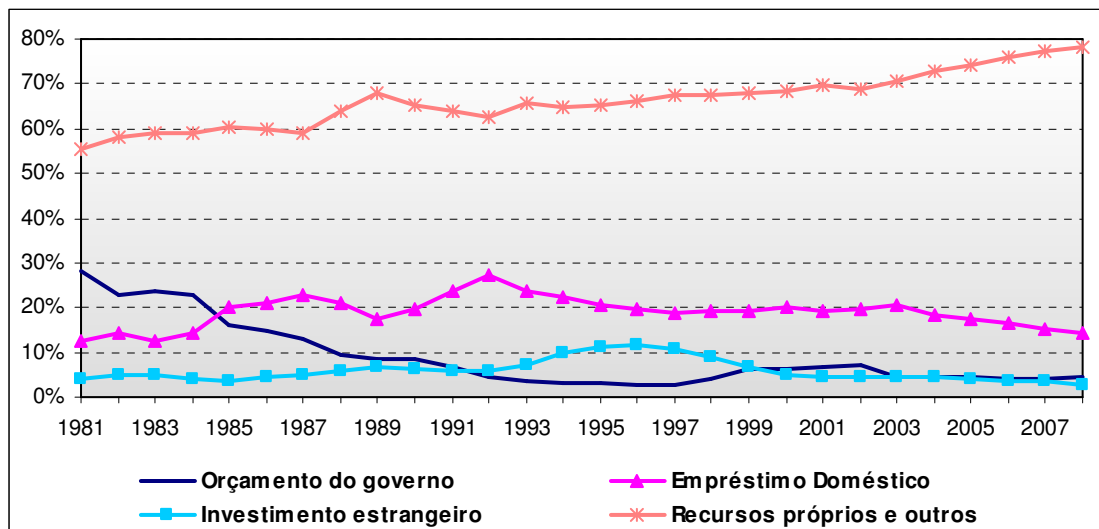
manager, is the core of the corporate system” and required that all the corporatized [State-Owned Enterprises] establish effective corporate governance. Second, it required that, except for a minority of enterprises that could be monopolized by state, the rest should “actively develop corporations with multiple equity-holdings entities” and should introduce nonstate equity investment. It mandated that of large and medium-sized [State-Owned Enterprises], especially well-performing ones suitable for the shareholding system, should be converted to shareholding enterprises by initial public offering, establishment of Chinese-foreign joint venture, and use cross-shareholding among enterprises” (WU, 2005, p. 155).

(134) O financiamento dessas compras ocorreu por meio de descontos parcelados das folhas salariais (CLARO, 2003).

desse dado, como a FBFC nessa década representou cerca de 40% do PIB (ver Gráfico 9 no Capítulo 4), essa parcela dos recursos próprios significou em torno de 30% da expansão do PIB.

Gráfico 4 – China: fontes de financiamento da FBCF

1981-2008 (em %)



Fonte: *Chinese Statistical Yearbook* – NBS (2009). Elaboração Própria

Esse cenário refletiu uma distinção fundamental entre a maneira de atuação das empresas não estatais e estatais. Enquanto as primeiras, que puderam atuar em setores específicos, em geral, de menor relevância estratégica e com baixos riscos econômicos, buscaram acelerar a expansão do seu nível de produtividade e eficiência, as segundas atenderam a critérios definidos pelo Conselho de Estado chinês. Em função disso, o objetivo das estatais não era somente de ampliar sua eficiência, mas essencialmente de criar condições para acelerar a maturação dos investimentos em áreas estratégicas e, em menor escala, manter a capacidade de fornecer serviços sociais para os trabalhadores urbanos. Com efeito, por um lado, o setor não estatal efetivou estratégias para ampliar sua produtividade e eficiência naqueles setores que ofereceram, ao mesmo tempo, maiores oportunidades de lucro e menores riscos no curto prazo (LI; XIA, 2008). Por outro, as estatais dirigiram montantes gigantescos de investimentos de longo prazo em áreas estratégicas do país e sua gestão foi condicionada por diretrizes estabelecidas pela política industrial e por outros órgãos do Estado.

Os modos de atuação dos setores estatal e não estatal, por seu turno, representaram mais do que simplesmente a elaboração de estratégias autônomas por parte das empresas e a definição de diretrizes de política pelo Estado. Um aspecto mais fundamental esteve na articulação desses dois fatores. Segundo Zonenschain (2006, p. 72-73), a combinação entre novos arranjos

institucionais e as estratégias de cada empresa, num cenário onde ocorreram diferentes graus de intervenção do Estado, marcou as diferentes formas de ação das empresas instaladas na China. Nas palavras da autora:

A experiência de *catch-up* chinesa tem sido marcada por traços de grande originalidade que englobam tanto os arranjos institucionais como as estratégias das empresas. A atuação do Estado nesse processo tem sido fundamental, tanto por sua contribuição para a construção de um ambiente que provê incentivos adequados ao investimento e à inovação por parte das empresas, como por sua capacidade de promover as mudanças institucionais necessárias na medida em que o *catch-up* avança e o próprio sucesso requer a substituição de objetivos já superados por novos. As estratégias adotadas por parte das empresas chinesas são um resultado combinado de uma série de fatores como a sua posição em recursos, as capacitações dinâmicas que são capazes de mobilizar, os esforços de aprendizado, decisões estratégicas (inclusive tecnológicas) anteriores que criam dependência de trajetória (“*lock-in*” ou “*lock-out*”) e decisões relativas ao posicionamento no mercado. Todos esses elementos, que envolvem decisões das firmas, são de alguma forma condicionados pelo contexto institucional em que estão inseridas. No caso das firmas chinesas percebe-se uma atuação ativa, criativa e independente, que tem permitido construir recursos e capacitações, acelerar o aprendizado, utilizar a dependência de trajetória a seu favor e conquistar posicionamentos além daqueles que se suporia possível. O que tem ocorrido, efetivamente, é o aproveitamento das oportunidades estratégicas e a transformação do ambiente por parte das empresas.

Na mesma linha de argumentação de Zonenschain (2006), Li e Xia (2008) afirmaram que a definição das diretrizes de ação das empresas estatais e não estatais esteve inserida num ambiente institucional muito particular definido pelo Estado chinês. Ambiente esse, que foi desenhado, especialmente, a partir da definição de diferentes marcos regulatórios e de diversas formas de acesso a recursos, segundo cada tipo de empresa. Com isso, todas as corporações tiveram de adequar suas estratégias, que evidentemente estiveram condicionadas também pela sua estrutura de propriedade e pelo seu setor de atuação, a esse novo contexto institucional.

Dentro desse novo cenário, dois aspectos contribuíram de maneira mais importante para a reestruturação das estratégias das empresas: no que se refere ao acesso a recursos, destacaram-se os canais de financiamento existentes¹³⁵ e, em relação aos marcos regulatórios, denotaram-se as regulamentações impostas principalmente no âmbito da propriedade intelectual. Foi a partir dessa reestruturação que o Estado chinês conseguiu direcionar as atividades principais das estatais nos

(135) Os canais de financiamento estabelecidos para as empresas foram bastante distintos entre as de capital estatal e as de capital não estatal. Por causa da criação de vínculos estreitos com o setor bancário público, as empresas estatais, por um lado, tiveram a possibilidade de contar com uma ampla rede de crédito, a fim de financiar seus investimentos em setores estratégicos, principalmente infraestrutura, energia e alta tecnologia. Por outro, as não estatais, que não estabeleceram esses laços com os bancos públicos, captaram maior parte dos recursos por intermédio de instrumentos de mercado (ações, empréstimos estrangeiros etc.).

setores mencionados acima, aumentando sua capacidade de realizar investimentos expressivos de longo prazo em diversos pontos do país¹³⁶.

Tabela 3 – China: indicadores selecionados da indústria, por tipo de instituição.

1998-2008 (em ¥\$ bilhões)

	Produto Industrial			Valor Adicionado			Ativos Fixos		
	Estatais	Privadas	Estrang.	Estatais	Privadas	Estrang.	Estatais	Privadas	Estrang.
1998	3.362	208	1.676	1.108	51	406	4.791	68	1.144
1999	3.557	324	1.895	1.213	81	485	5.315	103	1.275
2000	4.055	522	2.346	1.378	132	609	5.729	165	1.432
2001	4.241	876	2.722	1.465	217	713	6.178	274	1.670
2002	4.518	1.295	3.246	1.594	326	857	6.452	396	1.873
2003	5.341	2.098	4.436	1.884	538	1.160	6.970	623	2.182
2004	7.023	3.514	6.600	2.321	829	1.524	7.660	999	2.939
2005	8.375	4.778	7.986	2.718	1.286	2.047	8.352	1.298	3.427
2006	9.891	6.724	10.008	3.259	1.874	2.555	9.609	1.732	4.087
2007	11.969	9.402	12.763	3.997	2.638	3.213	11.008	2.238	4.954
2008	14.395	13.934	14.979	-	-	-	12.915	3.444	6.044

Fonte: *Chinese Statistical Yearbook* – NBS (2009).

Partindo desse cenário, o governo chinês forçou a conglomeração das estatais, visando aumentar o nível de competitividade internacional e o poder de alavancagem, bem como modernizar o sistema organizacional e produtivo dessas empresas¹³⁷. Em última instância, buscou-se impulsionar a formação de grandes grupos econômicos, capazes de comandar a tecnologia daqueles setores mais dinâmicos do capitalismo global (como microeletrônica) e/ou estratégicos para segurança nacional (energia, por exemplo). Tratou-se “assim de criar empresas *holding* com capacidade de realizar investimentos fora das fronteiras chinesas (...) e com dimensões que garant[issem] a capacidade de concorrer com as grandes multinacionais no mercado mundial” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2005, p. 6).

(136) Um exemplo de empresa estatal que tem realizado gigantescos montantes de investimento de longo prazo, na área de infraestrutura, é a *China Railway Materials*. A reportagem, do jornal “Valor Econômico”, “Chineses já se preparam para disputar licitação” de 16 de fevereiro de 2009, mostrou que a empresa, fabricante “de (...) trilhos e material rodante, (...) e equipamentos, que encarrega-se da construção e [operação] da ferrovia, de forma verticalizada”, está fazendo um investimento estimado da ordem de US\$ 31 bilhões na construção do Expresso Pequim-Xangai.

(137) Essa estratégia de conglomeração correspondeu ao que ficou conhecido na literatura como a política de “manter as grandes e deixar as pequenas”. Li e Xia (2008, p. 43, tradução livre) trataram desse tema: “dentro dessa política de “manter as grandes e deixar as pequenas” (*“grabbing (keeping) the big ones and releasing the small ones”*), as pequenas empresas estatais de setores considerados não estratégicos acabaram sendo privatizadas, enquanto que as grandes empresas estatais de setores estratégicos permaneceram nas mãos do Estado. Com as reformas econômicas, essas grandes empresas deixaram de ser unidades de produção da economia planificada e se converteram em centros produtivos com alta capacidade de investir e de gerar lucros, caracterizados por grande autonomia gerencial”.

Num ambiente onde o processo de “diferenciação tecnológica pode propiciar importantes vantagens concorrenciais aos capitais individuais, [observou-se na China] uma tendência ao controle e à concentração da inovação técnica” nas grandes empresas estatais (RUAS, 1980, p. 28-29). Assim, as reformas da C&T também tiveram sua trajetória intimamente ligada ao desenvolvimento das estatais. Se, num primeiro momento, foram priorizadas mudanças institucionais com o intuito de criar um cenário mais favorável para a ampliação das inovações e dos investimentos em P&D, num segundo momento, dirigiram-se as grandes empresas nacionais para liderar o processo de desenvolvimento tecnológico.

Desse modo, as reformas no setor de C&T começaram com uma reorganização institucional, cujas principais diretrizes foram a aproximação entre os centros de pesquisa e as empresas estatais e a descentralização das políticas e da gestão do setor. Posteriormente, essas estatais ficaram responsáveis por comandar o desenvolvimento tecnológico e da área de P&D, inaugurando um novo padrão tecnológico, por intermédio da realização de várias engenharias reversas¹³⁸ e da incorporação de diferentes gerações de tecnologias na elaboração de novos produtos (ZONENSCHAIN, 2006).

As primeiras iniciativas das reformas na C&T ocorreram apenas na primeira metade da década de 1980, quando houve a principal alteração no eixo de condução da política tecnológica, a partir da criação do *Science and Technology Leading Group* (STLG). Essa instituição passou a subordinar as ações do *State Science and Technology Commission*, que no período maoísta se caracterizou na principal instituição de pesquisa chinesa. Além disso, o governo chinês aplicou políticas mais flexíveis e descentralizou as decisões em diversas áreas (NAUGHTON, 2007).

Em última instância, buscou-se reorganizar o modo de gestão do setor, tendo o STLG como o principal coordenador. Nesse sentido, permitiu-se a expansão das instituições de pesquisa, inclusive dentro das empresas, mas sempre sob a tutela do STLG. Essa última instituição ficou responsável por formular uma política de longo prazo e por definir as principais tarefas do setor e, por isso, pôde contar com uma equipe de pesquisadores e técnicos

(138) O conceito de engenharia reversa pode ter várias definições conforme demonstrou Mury (2000). No entanto, no caso apresentado deste trabalho, esse conceito se aproxima mais de duas definições: “[a primeira,] define engenharia reversa como o processo de desmontagem de um produto, com o objetivo de determinar como o produto foi desenvolvido ou desenhado, desde seus componentes até o produto final. [Nessa definição,] a engenharia reversa aparece como uma metodologia dividida em várias etapas a serem seguidas para se obter o novo produto. [A segunda propõe uma definição, na qual] a engenharia reversa se inicia ouvindo a voz do cliente, objetivando adaptações e melhorias no produto já existente antes de reconstruí-lo” (MURY, 2000, p. 10).

extremamente qualificada. Dentre essas tarefas, a mais importante foi a articulação entre o desenvolvimento tecnológico civil com o setor militar, razão pela qual em 1985 houve uma fusão entre o setor de C&T do Ministério da Defesa Nacional com a Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria¹³⁹.

Na realidade, essas mudanças sinalizaram a formação de uma nova estratégia para o sistema de C&T, nos anos 1980, cujas principais características eram: aceleração e disseminação das inovações, mediante a descentralização decisória e a criação de novos centros de P&D em âmbito local; e centralização da gestão no STLG, que devia ser o responsável por fornecer a musculatura necessária para o crescimento das inovações e do avanço tecnológico na China. Essa nova estratégia também contemplou uma reorganização da estrutura e da administração de P&D. O sistema de C&T foi aberto para regulação do mercado, autorizando a associação das instituições de pesquisa com firmas e/ou produtores do campo e da cidade. Em consequência disso, essas instituições começaram a ter incentivos para investir em pesquisas direcionadas a fim de melhorar e sofisticar as técnicas e os métodos de produção das empresas. Esse movimento auxiliou a articulação anteriormente precária entre as empresas e os órgãos especializados em P&D (SAICH, 1989).

Do ponto de vista da organização interna, a principal mudança realizada pela nova política tecnológica acabou sendo a maior aproximação entre os centros e institutos de pesquisa com a indústria chinesa. Nesse processo, a abertura econômica do sistema cumpriu um papel crucial, inicialmente, por permitir a precificação das inovações segundo sua importância para o mercado. Posteriormente, essa abertura também deu às empresas a oportunidade de formar polos de pesquisa e/ou a conceber parcerias com as instituições chinesas, de acordo com critérios internos de lucratividade e competitividade.

Conquanto tivesse sido aberta a regulação pelo mercado, o governo não eliminou, mas apenas redefiniu seus parâmetros de controles do setor de C&T, principalmente, no sentido de fomentar essa aproximação entre pesquisa e estrutura produtiva. A primeira iniciativa foi a gestão e implementação gradual, a partir de 1984, dos contratos de remuneração para as todas as instituições de pesquisas. A maior abertura de mercado somada à introdução desse sistema

(139) Essa articulação visou, em última instância, acelerar o desenvolvimento tecnológico, especialmente do setor militar. Como visto no Capítulo 2, em função das inovações militares apresentadas, principalmente pelos Estados Unidos, nas guerras ocorridas entre os anos 1980 e 1990, o governo chinês procurou unir os avanços tecnológicos obtidos nos setores civil e militar.

contratual deu um novo dinamismo ao setor de C&T, principalmente porque atendeu àquele objetivo de estreitar a relação entre as instituições de pesquisa e as corporações industriais. Além disso, o governo chinês estipulou alguns programas tecnológicos¹⁴⁰ que buscaram, de um lado, absorver as técnicas de produção e administrativas estrangeiras, disseminando-as tanto para o parque industrial, como para as próprias instituições de pesquisas, e, de outro, melhorar o ambiente de atuação das indústrias de alta tecnologia, por outro (SAICH, 1989 e ZONENSCHAIN, 2006).

Após esse período de reorganização mais estrutural, o final dos anos 1980 representou um novo marco no processo de reformas. Nesse momento, avançou-se na descentralização das decisões operacionais e de alocação de recursos, mas a novidade residiu no maior estímulo ao aumento da concorrência interna entre as instituições. Além de receberem uma autorização para “vender ou licenciar qualquer tecnologia desenvolvida e a fazer contratos de pesquisa ou fornecer serviços de consultoria para outras organizações”, os institutos de pesquisa foram obrigados a utilizar novas fontes para seus investimentos – empréstimos bancários e/ou parcerias com empresas nacionais (ZONENSCHAIN, 2006, p. 101-102). Esses dois movimentos aumentaram o nível de competitividade do setor de P&D, uma vez que os institutos de pesquisa passaram a atuar diretamente com as firmas locais e a concorrerem entre si na busca de soluções para acelerar o desenvolvimento da indústria chinesa.

Ao lado dessas mudanças, foi disponibilizada uma série de incentivos (fiscais, por exemplo) para que as próprias empresas criassem seus polos autônomos de P&D. Isso fomentou o aumento da concorrência não somente entre os institutos de pesquisa, como também entre estes e os centros de P&D que foram se consolidando no interior das empresas. Visando fortalecer essa concorrência, acabaram sendo criados centros de engenharia e pesquisa nas empresas que não eram capazes de montar seus próprios polos de P&D.

Nesse período, realizaram-se dois programas de desenvolvimento de C&T a fim de executar parte dessa estratégia. O primeiro, denominado *National Key Basic Research* e criado em 1997, teve dois grandes alvos: a pesquisa básica e a realização de inovações originais pelas instituições chinesas. Para isso, além da expansão do financiamento às universidades e a outros departamentos de pesquisa básica, criaram-se centros de pesquisa interdisciplinares responsáveis

(140) Para uma lista dos programas tecnológicos formulados pelo governo chinês nesse período, ver Zonenschain (2006).

por desenvolver projetos para avançar na fronteira tecnológica. O segundo, o *Science and Technology Plan* de 2005, possuiu sete diretrizes básicas¹⁴¹ que, em suma, buscaram aumentar a integração da estrutura de produção e tecnológica chinesa ao Sistema Global de Inovações, principalmente a partir da ação dos grandes conglomerados estatais.

Na verdade, o objetivo dessa estratégia era permitir que as estatais se tornassem o centro do desenvolvimento tecnológico, subordinando as ações dos demais órgãos ligados ao complexo da C&T chinesa. Como sugeriu Zhang *et al.* (2009), nos últimos anos as empresas chinesas têm comandado a geração de inovações no país ainda mediante a absorção e adaptação de tecnologia estrangeira, mas também a partir da criação de novas tecnologias. A combinação desses dois movimentos, juntamente com as mudanças descritas no interior do sistema de C&T e com a expansão dos investimentos públicos, deu às corporações estatais não somente à capacidade de gerar inovações, como de inaugurar um novo padrão de desenvolvimento tecnológico. Como bem definiu Antonio Barros de Castro, o diferencial desse desenvolvimento das empresas chinesas residiu na capacidade de utilizar não apenas “a última tecnologia disponível em seu setor, mas também a penúltima, a anti-penúltima e até a primitiva, o que exig[iu] muita engenharia. [Esse movimento têm sido inédito, uma vez que] nenhuma empresa ocidental [conseguiu] combinar tecnologias assim” (TEIXEIRA, 2008). Assim, a capacidade recente de competir externamente e de liderar essa nova via de desenvolvimento permitiu a essas empresas liderarem alguns segmentos da indústria global de alta tecnologia.

Outra face da nova estratégia foi a redefinição da forma de atuação do Estado chinês, que deixou de ser um ator direto do processo de desenvolvimento tecnológico e assumiu a condição “de planejador em primeira e última instância ao viabilizar um ambiente propício à inovação, com induções em matéria de política macroeconômica” (JABBOUR, 2010, p. 217). Em função disso, Zonenschain (2006) mostrou que o Estado chinês, por exemplo, permaneceu como principal

(141) As sete diretrizes associadas ao Plano eram as seguintes: “(i) evoluir da imitação para a inovação, criando sistemas para acompanhar o processo; (ii) integrar esforços de P&D com programas de C&T, promovendo maior cooperação entre agências; (iii) acelerar a industrialização nos setores de alta tecnologia, através da reforma de parques tecnológicos nacionais, do apoio a micro e pequenas empresas e da provisão de serviços de suporte; (iv) promover a cooperação internacional em C&T e estimular que cientistas chineses participem em projetos científicos globais, (v) encorajar [ETN] a investir mais em P&D na China; (vi) aprimorar a estratégia de desenvolvimento de recursos humanos para desenvolver um sistema que valorize os recursos humanos qualificados nas atividades de P&D, importar mão de obra com qualificações específicas; (vii) no segmento de TI, desenvolver novos sistemas operacionais com plataformas de *software* associadas e *chips* de [computadores] avançados; em biotecnologia, desenvolver genomas funcionais, bioinformática, bioengenharia médica e biogenética” (ZONENSCHAIN, 2006, p. 104).

comprador nos setores de segurança nacional e naqueles monopolizados pelo Estado, como telecomunicações.

Partindo das considerações anteriores, a lógica de organização do sistema de C&T desde os anos 1990 pode ser definida da seguinte maneira:

Quando se coloca a transformação da ciência e da tecnologia em “forças produtivas autônomas” queremos dizer na transformação da arte da técnica em indústria propriamente dita e como toda indústria deve ser organizada como tal: com exércitos muito bem pagos e condicionados a um ambiente de rápida transformação do processo de desenvolvimento em sua própria realidade e no mundo a sua volta. Condicionada por um planejamento estratégico – estatal e privado – como consequência de uma dada superestrutura interessada em liquidar seu atraso relativo e absoluto. O banco [público] cumpre seu papel histórico de suportar este esforço da empresa, que passa a ser não mais importadora desta ou daquela novidade no mercado de tecnologia por onde circula as inovações e sim compradora liquida de pacotes prontos de novíssima tecnologia. Empresa esta que passa a substituir o Estado em matéria de financiamento de boa parte da pesquisa científica e da compra de pacotes tecnológicos, atingindo assim um outro patamar de atuação na sustentação do sistema e do modo de produção (JABBOUR, 2010, p. 216).

Os dados referentes ao setor de C&T sugerem que as estatais conduziram as mudanças ocorridas nesse setor. De acordo com Jabbour (2010), recentemente 30% do total de atividades em P&D foram realizados por centros de pesquisa mantidos pelo Estado. Desse total, 27% das atividades ficaram sob tutela dos conglomerados estatais e mais de 35% com *joint-ventures*, nas quais o Estado detém maior parte dos ativos. Esses números atestam tanto a importância do capital estatal no desenvolvimento tecnológico, como o suporte dado pelo capital estrangeiro, mencionado na subseção anterior¹⁴².

Comandados pela ação desses dois tipos de empresas – as estatais e as *joint-ventures* – os investimentos em P&D e os gastos com C&T tem se ampliado sistematicamente. Entre 1995 e 2006, a participação dos investimentos em P&D em relação ao PIB saltou de 0,5% para 1,4% (ZHANG *et al.*, 2009). No período mais recente, possivelmente esse percentual continuou crescendo já que os dispêndios com C&T também apresentaram aumentos. O gasto mensal com esse setor era de ¥\$ 11,5 bilhões em 2007, crescendo para ¥ 15,9 bilhões em 2010. Por fim, segundo dados do Banco Mundial, o volume da força de trabalho empregada no setor de P&D

(142) Da mesma forma que Jabbour (2010), Zhang *et al.* (2009) apontou que os grandes conglomerados estatais assumiram a dianteira do desenvolvimento tecnológico, relegando o capital estrangeiro a uma posição de menor importância. Dados disponíveis no trabalho do segundo autor apontaram que as grandes empresas nacionais contribuíram, em 2006, com quase 70% de todo o gasto realizado em P&D pelas médias e grandes empresas instaladas na China.

mais que dobrou entre 1996 e 2007, fazendo com que, o número de pesquisadores chineses subisse de 448 para de 1.070 a cada milhão de pessoas¹⁴³.

3.3 A reforma do sistema público de financiamento

Como mencionado na introdução dessa Parte II, a implementação do conjunto extenso de reformas das “Quatro Modernizações” só alcançaria o sucesso esperado a partir da consecução de outra reforma: no financiamento da economia. Foi o sistema financeiro, no caso da China basicamente os bancos, o responsável por prover grande parte do crédito necessário aos investimentos que expandiram a indústria, a infraestrutura, a produção agrícola etc. A fim de tornar o sistema bancário apto a praticar tal função, tornou-se fundamental reformar a estrutura de financiamento previamente existente.

Na era maoísta, quase todos os ativos do sistema financeiro estavam concentrados no BPC, que além de Banco Central também desempenhava a função de banco comercial, o que dificultava o atendimento das crescentes demandas dos projetos de investimento chineses. Tong (1999, p. 15, tradução livre) resumiu as principais características do sistema financeiro nesse período:

Em suma, no sistema financeiro anterior às reformas, as agências bancárias seguiam o planejamento centralizado do governo. A emissão da moeda e a concessão de crédito eram determinadas pelo governo federal – por meio do Conselho de Estado – e o Banco do Povo da China não era independente; ao contrário, era apenas uma agência do governo no âmbito do Ministério das Finanças e sua função principal era financiar os planos de expansão física da economia. Nesse cenário, o sistema financeiro se mostrava incapaz de mobilizar um grande volume de poupança interna, uma vez que a fonte de recursos era somente a poupança do governo e das empresas estatais. Além disso, a capacidade de alocar crédito também era escassa, pois grande parte dos investimentos era estabelecida e financiada pelo orçamento do governo e não pelo sistema bancário. Por fim, não existiam instituições financeiras não bancárias e mercado de capitais para apoiar o desenvolvimento do sistema financeiro.

Para alterar esse cenário, o governo chinês realizou um bloco de reformas no sistema financeiro para atender a demanda de crédito de todos os setores da economia, que foram crescendo de maneira muito acelerada. Porém, ao invés de conceber um processo amplo de abertura e/ou de privatização, essas transformações do sistema de financiamento procuraram

(143) Dados do *World Development Indicators* e do *Global Development Finance* (WORLD BANK, 2009).

executar mudanças para melhorar a gestão das instituições financeiras e expandir o volume de crédito.

Na realidade, ainda que tivesse ocorrido uma completa reestruturação do sistema financeiro, o objetivo sempre foi o de fortalecer o papel dos bancos públicos como os principais fornecedores do crédito. Mesmo àquelas políticas mais recentes de liberalização do sistema, que permitiram a maior participação do setor privado e a entrada, ainda que incipiente, das instituições estrangeiras, foram implementadas para modernizá-lo e torná-lo mais eficiente. Assim, as reformas, num primeiro momento, tinham como meta aumentar a capilaridade do sistema e criar novos instrumentos para ampliar e dirigir do crédito. Somente depois dessa fase, o governo chinês permitiu a expansão do setor privado e a entrada do capital estrangeiro de modo a facilitar a disseminação do progresso tecnológico e também a aumentar a competitividade do sistema.

As transformações começaram em 1983, quando o governo dedicou unicamente ao BPC a função de banco central. Até esta data, o BPC, seguindo o Plano Central de Crédito¹⁴⁴, desempenhava o papel de banco comercial, banco central, banco de desenvolvimento, gestão das reservas internacionais, do câmbio e dos juros (CINTRA, 2007). Devido a isso, Bottelier (2001, p. 2) *apud* Dias (2004) observou que “apesar de se denominarem “bancos”, [as agências do BPC] não eram mais do que agentes implementadores das políticas estatais que canalizavam os recursos financeiros de acordo com o Plano Central de Crédito”. Assim, depois de 1983, o BPC perdeu as suas atribuições de banco comercial, realizando somente atividades típicas de banco central.

Acompanhando essa primeira reforma, em 1985, o governo chinês transferiu as funções de banco comercial e de desenvolvimento para os quatro principais estatais – os *Big Four*. Cada um deles passou a atuar num setor específico da economia e “expandi[ram] seus empréstimos, de acordo com as metas de desenvolvimento estabelecidas pelo governo central ou por pressão de governo provinciais, locais e das empresas estatais” (CINTRA, 2007, p. 133).

(144) “O Plano Central de Crédito (iniciado em 1953) era parte do Plano Econômico Nacional que comandava a produção planejada e a distribuição de todos os produtos. Naquele Plano Central (que funcionava como principal instrumento que o banco central chinês dispunha para controlar a oferta de moeda) eram definidos os “tetos” de crédito a conceder, por forma a canalizar a sua afetação para as áreas consideradas prioritárias pelo governo” (DIAS, 2004, p. 66).

As atividades do primeiro banco, o *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC), dirigiram-se para a indústria, sendo este o principal provedor de crédito ao setor urbano. O segundo banco, o ABC, foi direcionado para operar nas áreas rurais, principalmente para disponibilizar recursos à agricultura e às TVE. O terceiro, o *Bank of China*, apoiou as atividades ligadas ao setor externo, especialmente o comércio exterior. E o quarto e último, o *China Construction Bank of China* continuou com seu alvo principal de financiamento: os setores de construção civil e de habitação.

Ainda que essas reformas potencializassem o modo de atuação dos *Big Four*, esses bancos não se mostraram capazes de sustentar a crescente demanda por crédito para a realização do amplo volume de investimentos. Partindo desse cenário, desde 1985 foram surgindo uma série de instituições financeiras, tornando o sistema de financiamento cada vez mais complexo. Dentre essas novas instituições, destacaram-se as cooperativas de crédito rural (RCC) e urbano (*Urban Credit Cooperatives* – UCC) e as *Trust and Investment Corporations* (TIC)¹⁴⁵.

Embora essas instituições tivessem um papel regional atuando em províncias e municípios específicos, todas elas, de alguma forma, ficaram submetidas aos controles do governo central. Enquanto as cooperativas de crédito urbano e rural ficaram sendo supervisionadas pelos *Big Four*, os TIC responderam até 2003 ao Conselho de Estado e depois ao *China Banking Regulatory Commission* (CBRC).

O Estado atribuiu aos TIC a função de obter capital forâneo para os governos locais, por meio do IDE ou empréstimos, a fim de financiar empresas estrangeiras no país. A maior autonomia dada aos governos locais motivou o rápido crescimento dos TIC, que se estabeleceram especialmente nas ZDET (DIAS, 2004). Já as cooperativas rurais, subordinadas ao ABC, tinham de recolher depósitos e proviam crédito para famílias do campo e às empresas coletivas. Por fim,

(145) “Ao longo do processo foram sendo criados outros bancos comerciais: 12 bancos de capital misto (*Joint-Stock Commercial Banks*) controlados pelas províncias, com papel relevante no desenvolvimento regional e 112 *City Commercial Banks* (grande parte públicos, inicialmente patrocinados pelas administrações locais, após 2001 passaram a absorver capital estrangeiro), não têm autorização para operar em escala nacional ou regional. Na área rural prosperou uma extensa rede de 35 mil [RCC], associadas ao ABC, respondendo por pouco menos de 10% dos ativos totais do sistema. Recolhem depósitos e concedem crédito às famílias e empresas comunitárias, desempenhando importante papel no desenvolvimento da agricultura e das vilas rurais. As [UCC], em número de 1.000, desempenham funções semelhantes nas áreas urbanas, sendo supervisionadas pelos outros três grandes bancos estatais. Essas instituições acumularam elevadas taxas de créditos inadimplentes. Numa tentativa de encontrar uma solução para os problemas, o governo decidiu consolidar as cooperativas em cerca de 2.000 bancos de crédito rural ou bancos cooperativos. Esse processo de reestruturação começou em 2003, em oito províncias e municipalidades, devendo prosseguir nos próximos anos” (CINTRA, 2007, p. 133-134).

os UCC, regulamentados pelos outros três grandes bancos, foram dirigidos para exercer as mesmas funções dos RCC, só que nas atividades urbanas (CINTRA, 2007).

Entre meados e final da década de 1980, marcou-se uma mudança fundamental no curso das reformas: a substituição gradual e limitada do financiamento via fundos orçamentários por empréstimos bancários, num contexto de maior abertura do sistema financeiro, se comparado ao período anterior. O trecho abaixo destaca esse ponto:

Conjugada com a expansão das instituições e com a introdução gradual da concorrência, verificou-se um fenômeno de grande importância na transição [impulsionada pelas reformas]: a substituição dos fundos orçamentados por empréstimos bancários. Em outubro de 1984, os subsídios diretos orçamentados concedidos às empresas foram substituídos por empréstimos bancários destinados à agricultura, construção e empresas de produção. O sistema de investimento foi alterado no sentido de incentivar as empresas a recorrerem ao sistema financeiro para financiar os seus projetos, em vez de se apoiar em doações do orçamento do Estado. Esse novo sistema de concessão de crédito foi desenvolvido para superar duas necessidades: a de providenciar fundos para cobrir a procura em ascensão e; a de manter a economia controlada através do planejamento. O Plano Central de Crédito continuava a ser implementado através de um conjunto de quotas de crédito atribuído a cada banco que devia apoiar as políticas administrativas de crédito (...) definidas para financiar os objetivos governamentais na expansão de setores prioritários, referidos como indústrias pilares. (...) **O papel cada vez mais importante desempenhado pelos bancos deveu-se ao declínio progressivo da alocação dos recursos vindos do orçamento. Esta mudança de política implicou uma maior notoriedade dos bancos que, gradualmente, se tornaram o principal canal através do qual os investimentos eram financiados e a autoridade central exercia o controle macro** (DIAS, 2004, p. 72-73, grifos meus).

Após esse período, em 1993 o governo chinês aprofundou ainda mais as transformações no sistema de financiamento. As reformas nesse momento caminharam num sentido de ampliar a regulamentação e tornar as instituições mais “saudáveis”, aptas a competirem com os bancos estrangeiros. Conforme listou Dias (2004), quatro foram os pilares básicos dessas mudanças propostas no começo dos anos 1990: definir uma legislação específica para o setor financeiro; clarificar os direitos de propriedade; melhorar a infraestrutura e introduzir inovações capazes de suportar uma maior abertura de mercado; e permitir o início de fusões entre instituições nacionais e estrangeiras. Esses pilares foram implementados com uma temporalidade distinta: enquanto os dois primeiros efetivaram-se mais rapidamente, os dois últimos tardaram a ocorrer.

De fato, o PCC realizou, num primeiro momento, uma reestruturação da política de crédito, redefinindo o papel dos principais bancos públicos, por um lado, e reorganizando a

legislação financeira e bancária, por outro. Somente, num segundo momento, já nos anos 2000, notou-se uma entrada mais importante de instituições estrangeiras e a transferência dos direitos de propriedade do sistema financeiro, ainda que a parcela das fusões e da propriedade privada no setor seja muito pouco representativa (NAUGHTON, 2007). A exemplo do que aconteceu em outros setores das “Quatro Modernizações”, essa opção de retardar o período de entrada do capital estrangeiro no sistema financeiro foi o meio encontrado para neutralizar os efeitos de um possível aumento da concorrência sobre os bancos públicos. Aqui, novamente, nota-se uma postura extremamente pragmática do governo chinês com o intuito de sustentar a soberania nacional do país.

O processo de reestruturação foi inaugurado com a gestação de três novos bancos, os *policy banks*: *Agricultural Development Bank of China* (ADBC), o *China Development Bank* (CDB) e o *Export-Import Bank of China* (Eximbank). Essas novas instituições assumiram a função de banco de desenvolvimento, deixando para os *Big Four* as tarefas de banco comercial. O ADBC, mediante a emissão de títulos de dívida, ficou responsável por financiar as aquisições estatais de bens agrícolas, bem como os projetos de desenvolvimento do setor. O CDB e o Eximbank foram direcionados, respectivamente, para fornecer recursos a projetos de longo prazo em infraestrutura e indústrias consideradas estratégicas e para fomentar a exportação e a importação de bens de capital (CINTRA, 2007).

Além da criação dessas instituições, foi definida uma nova política de crédito para facilitar essa transição dos *Big Four* em bancos exclusivamente comerciais. O primeiro passo foi retirar do Plano Central de Crédito a gestão dos quatro grandes bancos. Nesse sentido, o governo elaborou um cronograma entre 1993 e 1998 de eliminação do Plano Central de Crédito, buscando padronizar a forma de gestão de todo o sistema financeiro. Enquanto os *policy banks* seriam os únicos subordinados pelo planejamento central do PCC, as demais instituições deveriam atingir metas específicas de *ratios* prudenciais previamente determinados. Assim, essas iniciativas buscaram readequar a administração de todo sistema, definindo critérios econômicos e de contabilidade (de padrão internacional), e direcionar as atividades de fomento, determinadas anteriormente por razões políticas e sociais. Como resultado desse processo, emergiu um sistema bancário dual na China, isto é, um sistema com bancos regulados segundo os parâmetros internacionais de gestão, de um lado, e submetidos ao planejamento central do Estado, de outro.

A segunda política importante desse período foi a definição de uma legislação para todo o setor. Dentre as leis criadas, a mais importante foi a Lei de Comércio Bancário, promulgada em 1995. Basicamente, esta forçou os bancos chineses a ficarem sujeitos aos “*ratios* prudenciais e outros indicadores [padronizados internacionalmente] de avaliação de risco e de rentabilidade, sob a supervisão do Banco do Povo e dos três bancos especializados em políticas de crédito cujas operações são guiadas em orientações governamentais específicas¹⁴⁶” (DIAS, 2004, p. 78). Para atender a esse objetivo, a lei promoveu cinco reformas-chave, a saber: converter os *Big Four* em bancos comerciais¹⁴⁷, transformar as cooperativas de crédito também em bancos comerciais, aumentar a autonomia dos bancos comerciais, proteger os depositantes e introduzir regulamentações prudenciais internacionais.

Passada essa fase, o governo começou a concentrar seus esforços na regulação do sistema e na “limpeza” dos estoques de crédito inadimplentes dos *Big Four*. A partir de 1998, o governo definiu órgãos responsáveis para supervisionar o mercado financeiro e bancário. Nesse ano, O *China Insurance Regulatory Commission* foi instituído para fiscalizar o segmento de seguros. Em 2003, o sistema bancário deixou de ser supervisionado pelo BPC, que foi substituído pelo recém-criado CBRC.

Para tentar resolver o problema dos créditos inadimplentes, o governo formou as *Asset-Management Companies* (AMC), que ficaram responsáveis por gerir os créditos podres dos *Big Four*, e converteu parte da dívida dos bancos em ações das empresas devedoras¹⁴⁸ (*equity-swap*). Esses dois instrumentos, apoiados pela injeção direta de recursos do governo nas instituições financeiras, conseguiram reduzir, entre 2001 e 2005, o volume de crédito inadimplente de 31,1%

(146) “A Lei Bancária Comercial da China considerou já muitos dos requisitos previstos pelo Acordo de Basiléia, num contexto de transição. As linhas básicas de Basiléia e outros critérios standard foram transpostos para a Lei do Comércio Bancário no seu artº. 38º: *ratio* de adequação de capital (...), o capital bancário deverá cobrir, pelo menos, 8% dos ativos de risco; um teto para os empréstimos que não deveria ultrapassar 75% dos depósitos; os ativos circulantes (aqueles cujo grau de convertibilidade em disponíveis é maior) deverão cobrir, pelo menos, 25% das responsabilidades de prazo mais curto; limites de exposição a uma só entidade: os empréstimos não podem exceder 10% do capital do banco” (DIAS, 2004, p. 79-80).

(147) No entanto, vale destacar que o artigo n. 41 dessa lei abria uma brecha para que os *Big Four* poderiam conceder crédito excepcionalmente a projetos específicos e aprovados pelo PCC. Ou seja, embora houvesse uma diretriz encarregada de pulverizar a participação dos quatro grandes bancos nas atividades de fomento, observa-se que o próprio governo cuidou de preservar essa função em certos casos. Nesse sentido, por exemplo, os *Big Four* carregam os títulos de dívida emitidos pelos *policy banks*, funcionando como uma espécie de financiador desses últimos.

(148) Dias (2004, p. 91) descreveu o modo de funcionamento das *equity-swap*: “este instrumento baseia-se na conversão das dívidas em capital das empresas devedoras. Desta forma, o credor (neste caso a AMC) tem acesso ao capital das empresas enquanto, que simultaneamente, a participação direta do Estado no capital das [empresas estatais] decresce. Se a dívida se converteia em ações, as AMC tornavam-se acionistas destas empresas e podiam usar o seu poder acionista para forçar melhoramentos na sua gestão”.

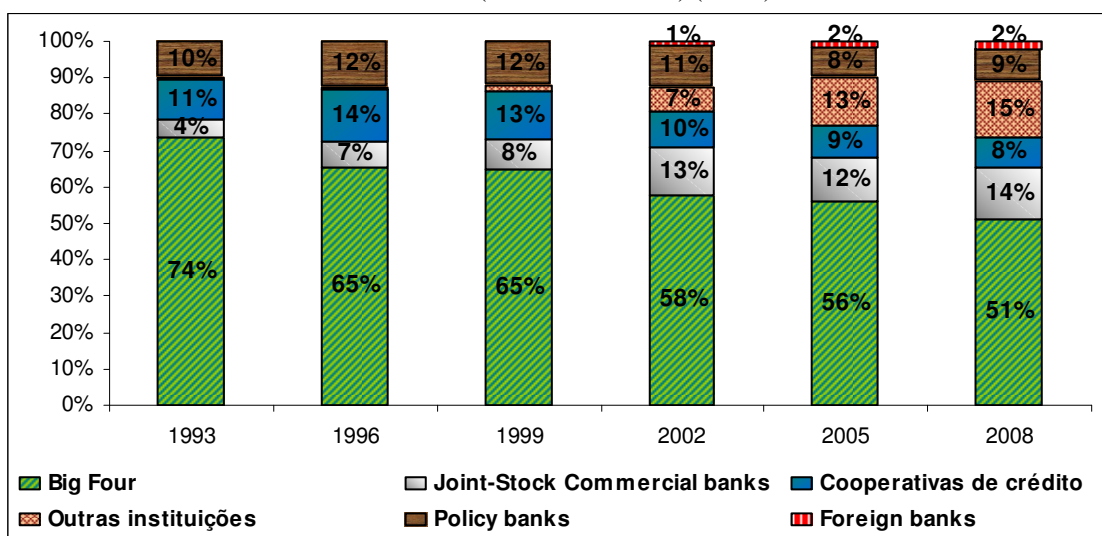
dos seus empréstimos para 10% (cerca de US\$ 125 bilhões). Adicionalmente, a fim de melhorar a gestão desses ativos, foi ampliada a abertura do capital de alguns bancos para atrair sócios estrangeiros estratégicos, o que acelerou aquela readequação das instituições locais aos padrões internacionais de contabilidade e transparência exigidos pelo Estado (CINTRA, 2007).

Apesar disso, como também apontou o relatório da OECD (2005), esse sistema continuou dominado pelo crédito bancário público e pela baixa participação do mercado de capitais. Na composição de estoque de ativos financeiros, o volume de depósito bancário, que em 2008, representava 180% do PIB, sempre foi muito superior ao de dívida pública e privada e de ações, ainda que os dois últimos tenham crescido consideravelmente (CINTRA, 2007). Grande parte desses depósitos bancários sempre esteve concentrado nos grandes bancos públicos, sendo seguido pelos *policy banks*.

A evolução da participação das instituições bancárias nos ativos do sistema financeiro chinês, apresentada pelo Gráfico 5, baliza essa constatação. Embora no período recente a participação desses dois tipos de instituição esteja caindo gradativamente, essa participação ainda se situa na faixa dos 60%. Depois delas, seguem-se as cooperativas de crédito que, ao longo de todo o período, ficaram na faixa de 10-15%, enquanto os bancos de capital estrangeiro ainda estão virtualmente excluídos do sistema. Desse modo, pode-se observar que, mesmo com os bancos de capital misto (*joint-stock commercial banks*) ganhando espaço, mais de ¾ do crédito bancário é controlado pelas instituições nacionais.

Gráfico 5 – China: composição dos ativos financeiros, por tipo de instituição.

1993-2008 (anos selecionados) (em %)



Fonte: Cintra (2007); CBRC

Outro aspecto a ser ressaltado é que os chineses vêm deslocando o crédito para atender projetos de médio e longo prazo, deixando aqueles de curto prazo em segundo plano. A Tabela 4, que apresenta a evolução dos usos de financiamento bancário chinês, mostra esse deslocamento. Por um lado, se em 1989 apenas 12% do financiamento foram para projetos de médio e longo prazo, em 2008, aumentou para 51%. Por outro, os projetos de curto prazo, especialmente na área comercial, perderam importância caindo de 33% para 6% nesses 21 anos. Isso mostra como, de modo progressivo, os programas de infraestrutura, tipicamente de médio e longo prazo, ganharam relevância nas decisões de crédito do sistema bancário.

Tabela 4 – China: usos do financiamento bancário.
1989-2008 (em %)

	Crédito doméstico (% PIB)	Curto Prazo					Médio e Longo Prazo	Outros
		Agricultura	Construção	Industrial	Comercial	Outros		
1989	79,4	14	4	23	33	6	12	8
1990	89,4	14	4	24	33	6	13	8
1991	91,9	14	3	23	31	6	14	8
1992	91,0	15	3	22	29	6	15	10
1993	101,2	15	3	22	28	6	16	11
1994	89,4	11	3	21	25	7	20	13
1995	87,7	6	2	20	25	7	20	21
1996	93,9	12	3	20	24	7	20	14
1997	100,7	4	2	22	25	21	21	5
1998	113,1	5	2	21	23	20	24	6
1999	119,3	5	2	19	21	21	26	6
2000	119,7	5	2	17	18	25	28	6
2001	123,0	5	2	17	17	20	35	5
2002	143,5	5	2	15	14	20	37	6
2003	151,9	5	2	14	11	20	40	7
2004	140,4	6	2	13	10	19	43	8
2005	135,6	6	2	12	8	17	45	10
2006	136,2	6	2	13	7	16	47	9
2007	132,0	6	1	13	7	17	50	6
2008	126,2	6	1	12	6	16	51	8

Fonte: Cintra (2007); *World Development Indicators*; *Global Development Finance – World Bank* (2009), CBRC.

Além disso, a maior parte dos financiamentos oferecidos pelos bancos estatais continuou direcionada às grandes estatais e às empresas coletivas. Nesse sentido, a despeito do progressivo esforço realizado pelo governo para modernizar os instrumentos de regulação do sistema, as

decisões de crédito, fundamentais para assegurar os crescentes investimentos chineses, foram tomadas levando-se em conta não apenas critérios contábeis, mas também objetivos sociais e políticos (OECD, 2005).

Portanto, as reformas das finanças chinesas foram conduzidas para potencializar a atuação do sistema bancário no fornecimento de crédito para expansão da indústria, da infraestrutura e, em menor escala, do consumo. As medidas para melhorar a gestão e regulação, como na criação da Lei de Comércio Bancária, sempre estiveram, em última instância, sob a batuta do Estado. A recente abertura para entrada de bancos estrangeiros e o desenvolvimento do mercado de capitais em nada visaram modificar essa estratégia, mas simplesmente sofisticar e atrair *expertise* para a gestão dos bancos estatais, de um lado, e aumentar a capacidade de financiamento das empresas públicas, de outro.

Assim, a estratégia imposta pelas reformas do sistema de financiamento autorizou a criação de um número muito elevado de instituições bancárias, responsáveis por prover crédito direcionado e aberto ao público. Procurou-se contemplar a maior parte da estrutura econômica, desde a agricultura até o setor de serviços, e várias regiões dos países, do interior até a costa. Obviamente, o crédito se voltou prioritariamente para os setores de agricultura, de modernização industrial – envolvendo três dos quatro setores-chave do programa de reformas – e de infraestrutura. A atração do capital forâneo e o fortalecimento da estrutura legislativa foram (e continuam), obrigando esses bancos a adequarem suas estruturas de ativos e passivos aos padrões internacionais, mas sem eliminar a sua capacidade de decidir autonomamente a alocação dos recursos, do ponto de vista setorial e regional.

Por isso, esse processo de modernização e de abertura do sistema respondeu não apenas aos interesses e objetivos políticos, econômicos e sociais do Estado, mas especialmente foi subjugado à capacidade de ampliação do crédito. Ou seja, a modernização, a regulação e a abertura não puderam impedir ou interferir na capacidade dos bancos e das instituições financeiras de conceder crédito, já que essas instituições cumpriam um papel central na execução das reformas nos outros setores econômicos.

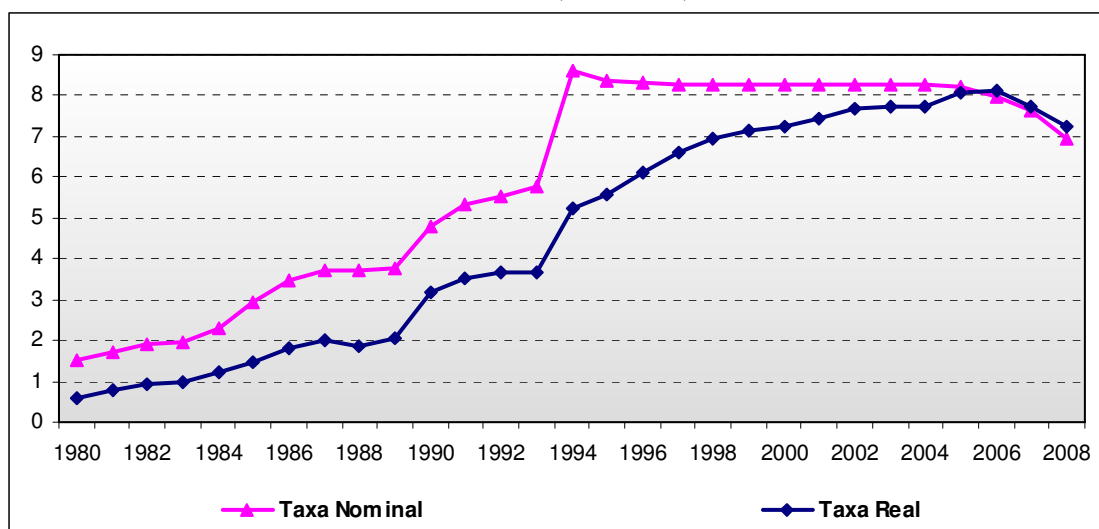
3.4 A gestão macroeconômica: políticas cambial, monetária e fiscal

O processo de transformações da economia chinesa, desde 1978, não esteve limitado às reformas das “Quatro Modernizações”. Acompanhando esse conjunto de mudanças estruturais, a política macroeconômica foi redesenhada a partir de modificações na condução da política cambial, monetária e fiscal. Essas modificações também foram fundamentais para ordenar o processo de abertura. Obviamente que, a exemplo das “Quatro Modernizações”, essas mudanças da política macroeconômica ocorreram paulatinamente, levando-se em conta os resultados dos ajustes realizados no momento anterior. Apesar disso, a gestão de cada uma dessas políticas procurou, na maior parte do tempo, dinamizar a economia, impulsionando a elevação das exportações e dos gastos públicos, bem como a absorção de capital e tecnologia estrangeira, por meio de vários instrumentos – desvalorização cambial, redução dos juros, concessão de incentivos fiscais, entre outros.

Na política cambial, se historicamente a China havia mantido taxas de câmbio valorizadas de forma a implicitamente subsidiar a importação de bens de capital, depois com reformas econômicas de 1978 essa situação se alterou radicalmente (LARDY, 2003). Na nova gestão cambial, o governo chinês buscou desvalorizar de forma gradual e progressiva a taxa de câmbio a fim de estimular suas exportações, bem como o ingresso de IDE direcionado para expandir a capacidade exportadora chinesa. Essa nova gestão foi resultado das modificações realizadas pelo governo chinês, ao longo de três períodos com características próprias, como mostra a evolução das taxas de câmbio nominal e real, apresentada no Gráfico 6.

No primeiro período, entre 1980 e 1994, a taxa nominal, cuja média em 1980 era de 1,50 iuane para cada dólar, se depreciou contínua e intensamente até descender, naquele último ano, à média de 8,27 iuane por dólar. Ao lado da forte desvalorização da moeda, em 1984 ocorreu uma alteração estrutural no mercado de câmbio, que passou a dividir-se em dois compartimentos separados. O primeiro era o oficial, administrado por meio de uma taxa flutuante, e o segundo era o mercado de *swaps*, com acesso restrito às empresas localizadas nas zonas especiais e às estatais especializadas no comércio exterior. Nesse segundo mercado, a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada, de modo a favorecer mais fortemente as exportações. “Essa situação permaneceu até 1994, quando ocorreu a unificação da taxa de câmbio, com significativa desvalorização do iuane, e se estabeleceu um mercado interbancário de divisas em Xangai, de forma a substituir os centros de *swaps*” (MEDEIROS, 1999, p. 402).

Gráfico 6 – China: evolução da taxa real e nominal de câmbio.
1980-2008 (em ¥\$/US\$)



Fonte: Ipeadata. Elaboração própria

Nota: No cálculo da taxa real, utilizou-se como deflator a relação dos índices de preços ao consumidor dos Estados Unidos e da China.

A desvalorização da moeda, longe de impactar somente a taxa nominal, fez com que a taxa de câmbio em termos reais também fosse fortemente afetada no período. No entanto, diferentemente do que aconteceu com a taxa nominal, a real, mesmo depois de 1994 (ano em que ocorre a unificação), continuou se desvalorizando. Resultado disso foi a desvalorização observada entre 1994 e 2005, quando a taxa de câmbio real se depreciou de 5,23 para 8,07 iuane por dólar. De qualquer forma, esse período posterior à unificação significou um marco na política cambial chinesa, pois foi quando o câmbio nominal frente ao dólar permaneceu estável, configurando-se num regime de câmbio fixo. Todavia, após um interregno de mais de dez anos (em julho de 2005), esse sistema de paridade fixa em relação ao dólar foi substituído por um sistema cambial flexível, administrado segundo a variação de uma cesta de moeda, na qual o dólar manteve grande peso¹⁴⁹. Desse modo, aquele regime que na prática funcionava como uma taxa nominal fixa em relação ao dólar deu lugar a uma política na qual o câmbio passou a poder flutuar dentro de uma banda estreita (inicialmente de 0,3%) (CUNHA *et al.*, 2006).

Foi graças à instauração desse novo regime que a taxa nominal de câmbio sofreu uma discreta apreciação de 2004 a 2008, caindo de 8,27 para 6,95 iuane por dólar. Essa valorização, entretanto, não representou uma perda de competitividade chinesa, pois os anos 2000 assistiram a

(149) “[Nessa administração foi] levado em conta aspectos financeiros, tais como o perfil da dívida externa da China em termos de denominação monetária, bem como a origem dos fluxos de investimento externo, que tem sido a forma predominante de absorção de capitais” (CUNHA *et al.*, 2006, p. 19).

uma profunda e consistente desvalorização do dólar (ainda a principal moeda na ponderação do valor do iuane) nos mercados globais de divisas, que mais do que compensou essa apreciação da moeda chinesa em relação ao dólar¹⁵⁰. A despeito desse fato, a partir de julho de 2008, em razão do aprofundamento da crise internacional, que retraiu a demanda externa, e do interesse de fortalecer o uso da moeda local nas trocas regionais¹⁵¹, os chineses interromperam a trajetória de valorização nominal da sua moeda fixando novamente a taxa de câmbio, só que agora em 6,8 iuane por dólar¹⁵².

Embora em julho de 2010 o governo tivesse sinalizado novamente uma flexibilização do valor do iuane, ao longo do período de reformas, a gestão da política cambial foi extremamente pragmática. As taxas nominal e real de câmbio foram mantidas em patamares competitivos levando-se em conta não somente os aspectos internos, mas também as transformações da economia global, analisando seus possíveis efeitos para o setor externo da economia do país. Foi a partir dessa perspectiva que se compreendeu a postura do governo chinês de, num primeiro momento, ceder às pressões externas e anunciar a valorização do iuane, ainda que de maneira gradual, a fim de não afetar o equilíbrio do sistema financeiro nacional. Como mostraram Cunha *et al.* (2006, p. 21):

No plano interno, havia de se compatibilizar um eventual fortalecimento da moeda doméstica com o equilíbrio do sistema financeiro. Nos últimos anos os bancos chineses foram capitalizados com ativos financeiros denominados em dólares. Com isso, uma valorização do [iuane] nos níveis desejados em Washington e Wall Street – algo entre 10% e 20% – poderia causar um profundo desequilíbrio patrimonial nos bancos chineses, com efeitos potencialmente desestabilizadores sobre o sistema financeiro, em particular, e o conjunto da economia, em uma perspectiva mais geral.

(150) Exemplo desse processo é a desvalorização verificada em relação ao euro, entre meados de 2001 e meados de 2008, de mais de 60%. Tamanha desvalorização do dólar carregou consigo a cotação da moeda chinesa, provocando a continuidade da desvalorização do iuane frente às moedas de uma parcela considerável de seus parceiros comerciais, e aumentando com isso a competitividade de seus produtos.

(151) Uma reportagem veiculada à versão eletrônica do jornal “O Estado de São Paulo”, de 06 de julho de 2009, mostrou os primeiros avanços desse processo de internacionalização do iuane. Segundo a reportagem, foi naquele período que “a China formalmente permitiu o uso do [iuane] para transações comerciais entre fronteiras e três empresas sediadas em Xangai já concluíram negociações usando a moeda do país. Embora residentes em Hong Kong já pudessem transferir [iuane] entre suas contas bancárias no país e as localizadas na China de forma limitada há anos, essa é a primeira vez que Pequim estendeu o uso do [iuane] para incluir transações comerciais. Trata-se também de um primeiro passo importante rumo à promoção do [iuane] como moeda regional e para reduzir a dependência da China ao dólar. (...) o (...) ICBC disse hoje que sua unidade na Indonésia concedeu uma carta de crédito de Y\$ 372 mil para um exportador sediado na China em nome da PT Indotruck Utama, uma empresa indonésia. O *Bank of Communications* recebeu uma carta de crédito na China. O ICBC disse que essa é a primeira carta de crédito no mundo denominada em [iuane] para o comércio entre fronteiras” (FERREIRA, 2009).

(152) Ver Gráfico A.3 no Anexo.

Pela mesma ótica se entendeu porque, num segundo momento, o governo voltou a fixar o valor do iuane em relação ao dólar para ampliar o papel regional de sua moeda e contrabalançar os efeitos negativos da crise, tendo em vista a relevância de suas exportações para o avanço da industrialização e para a manutenção do crescimento econômico.

Outro ponto importante da política cambial se refere à liberdade dada aos agentes para operar com divisas. Nesse sentido, a livre conversibilidade da conta corrente, somente foi instaurada em 1996. Essa mudança permitiu que os residentes e não residentes instalados na China passassem a ter acesso às moedas estrangeiras, facilitando, dessa forma, a importação de bens e serviços em moeda estrangeira tanto pelas FIE como pelas empresas chinesas (desde que, obviamente, possuíssem a autorização prévia do governo chinês para realizar compras no exterior). Essa conversibilidade da conta corrente, todavia, não se verificou na conta capital, para cujo controle foi mantido um forte aparato regulatório. Nesse sentido, o regime de controle de capitais, que esteve orientado para minimizar a dependência de recursos de curto prazo, desempenhou um papel fundamental para evitar que o valor do iuane apresentasse alta volatilidade e, por consequência, permanecesse depreciado (BASTOS; BIANCARELLI; DEOS, 2006).

As características da evolução das taxas de câmbio nominal e real no período analisado permitiram concluir que a política cambial foi efetivamente utilizada como instrumento decisivo para buscar e manter a competitividade externa da economia do país. Com esse objetivo, foi trilhada num primeiro momento, após o início das reformas, uma via deliberada de desvalorização da moeda, aprofundada com a instalação do mercado dual do câmbio, seguida pela adoção de uma política de câmbio quase fixo frente ao dólar até 2004 e, desde então, flexível em relação a uma cesta de moedas, mas que continua sofrendo intervenções contínuas do BPC.

Conforme argumentou Flassbeck (2005), essa política cambial auxiliou o aumento da competitividade dos produtos chineses, como também a manutenção de um ambiente de estabilidade macroeconômica onde as exportações e os investimentos puderam se expandir continuamente sem sofrer com movimentos cíclicos da economia capitalista. Em outras palavras, a política cambial foi coordenada para impulsionar as exportações, o que estimulou a realização de investimentos na indústria exportadora, e, ao mesmo tempo, não afetar a estabilidade da economia chinesa.

Diferentemente da política cambial, a trajetória da política monetária passou por mudanças mais importantes somente em 1984, quando o BPC assumiu apenas as funções de banco central da China. A partir desse momento, a política monetária sofreu uma gradual transição, cujos sinais emitidos pelo mercado ganharam maior importância. Nessa transição, destacaram-se a liberalização parcial e lenta das taxas de juros e a incorporação de novos instrumentos de gestão dessa política (OECD, 2010). Apesar dessas alterações, a política monetária continuou obedecendo as determinações do Estado chinês, fazendo com que seu objetivo fosse não apenas controlar a inflação, mas também promover o crescimento econômico. Prova disso, foi a não autorização para que o BPC se tornasse independente até os dias atuais, obrigando-o a seguir as diretrizes impostas pelo Conselho do Estado.

Segundo o relatório da OECD (2010), essas transformações da política monetária aconteceram em dois períodos distintos com características específicas: um primeiro, entre 1984 e 1997, quando o controle do crédito foi o principal instrumento de regulação monetária e, um segundo, após 1997, em que a consolidação das características de uma economia monetária capitalista ordenou a incorporação de novos mecanismos para realizar a gestão dessa política, como a utilização de depósitos compulsórios.

No primeiro período, o controle monetário pelo BPC acabou sendo realizado pela expansão ou retração da liquidez dos bancos públicos que, por sua vez, eram os principais fornecedores de crédito às empresas estatais. Ou seja, o instrumento predominante utilizado pelo BPC de controle da política monetária foi a contenção ou ampliação das fontes de empréstimos dos bancos públicos. Todavia, no início dos anos 1990, quando a taxa de inflação passou a crescer rapidamente¹⁵³, o BPC lançou mão de novos instrumentos de política monetária para conter o aumento dos preços. Desse modo, se a gestão da política monetária se efetivou apenas pelo controle do crédito, a partir da década de 1990, novos instrumentos de política monetária foram sendo criados, em virtude da inflação crescente daquele período.

Como o objetivo do governo era reduzir a inflação, a opção do BPC foi de combinar medidas de controle direto dos preços. A primeira dessas medidas tratou de reestruturar o regime salarial. Entre 1994 e 1995, o governo impôs um novo padrão de determinação dos salários

(153) Após um conseguir frear o crescimento do nível de preços na virada das décadas de 1980 e 1990, a China viveu um período de rápido crescimento da inflação, a partir de 1992. A taxa de inflação que era de 6,3%, nesse último ano, subiu respectivamente para 14,6% em 1993 e 24,2% em 1994 (ver Gráfico 11 na seção 4.4 do capítulo seguinte).

visando adequá-los à expansão da produtividade das empresas, sem que isso afetasse de alguma forma a competitividade e a expansão da produção¹⁵⁴. Além do controle salarial, o governo chinês também utilizou instrumentos heterodoxos a fim de administrar a inflação, principalmente o congelamento de preços, que ocorreu pela imposição de bandas que limitavam a flutuação dos preços de vários bens, e a limitação do aumento dos lucros das estatais para alguns setores, como o químico (FLASSBECK, 2005).

Somente depois desse período, adotou-se um novo padrão de gestão da política monetária em que a atuação do BPC foi pautada pelo estabelecimento de metas para os agregados monetários, que deviam ser alcançadas a partir da adoção de novos instrumentos para administrar o sistema bancário e financeiro. A fim de alcançar essas metas, foram disponibilizados novos instrumentos de gestão dos agregados monetários, dentre os quais se destacaram: as operações no mercado aberto (*open market*) e a utilização dos depósitos compulsórios. Esses dois instrumentos deram ao BPC a opção de enxugar ou ampliar a liquidez e esterilizar o nível de reservas e, consequentemente, ampliar sua capacidade de controlar o crescimento da oferta de moeda¹⁵⁵ (OECD, 2010).

Desse modo, no segundo período de transformações da política monetária, o BPC optou simultaneamente por utilizar medidas indiretas de controle dos agregados monetários e permitir a modernização e maior transparência do sistema bancário. As crescentes operações de *open market*, por um lado, tem ampliado a confiança e a transparência do sistema. Já o maior emprego dos depósitos compulsórios, por outro lado, forçaram os bancos a readequarem a administração dos volumes de empréstimos concedidos.

Além das operações de *open market* e dos depósitos compulsórios, o BPC impôs uma nova gestão das taxas de juros. Em primeiro lugar, as taxas praticadas pelos bancos foram progressivamente liberalizadas, particularmente no período mais recente. Os bancos comerciais, por exemplo, depois de 2004 tiveram maior liberdade para determinar suas taxas de juros de

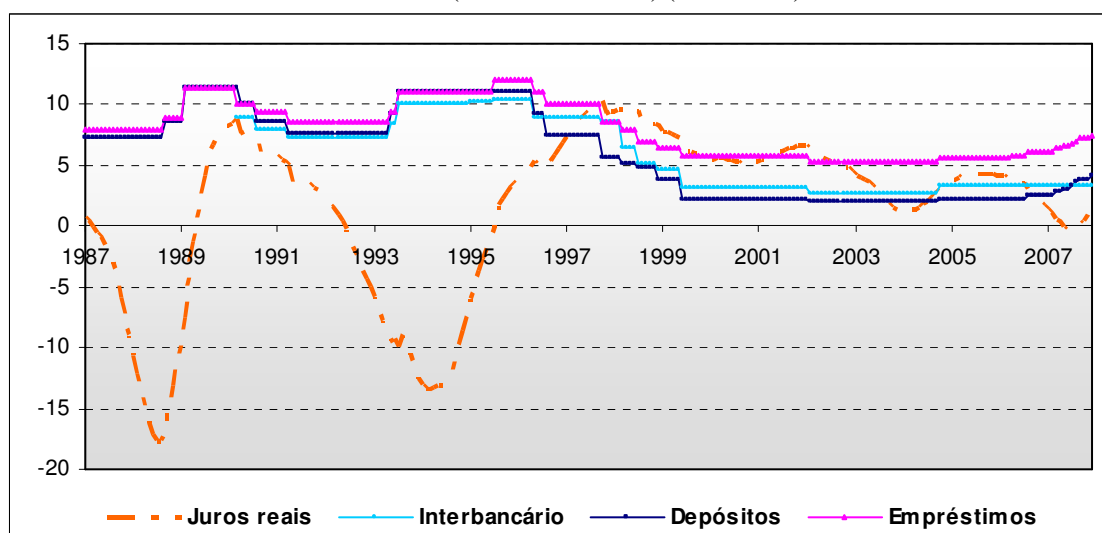
(154) Essa mudança da determinação dos salários fez com que a renda do trabalho se reduzisse significativamente entre esse dois anos, como pode-se observar na Tabela A.1 do Anexo.

(155) A maior utilização do mercado interbancário e das exigências de depósitos compulsórios deram ao BPC maior margem de manobra para regular as ações dos bancos comerciais. Dois indicadores que confirmam a efetivação desses instrumentos podem ser vistos nos Gráficos A.4 e A.5 no Anexo, que mostram, respectivamente, a redução significativa do montante de excesso de reservas carregados pelo setor bancário e o crescimento do percentual dos depósitos compulsórios em relação aos ativos bancários nos últimos anos.

empréstimos¹⁵⁶. Apesar disso, o BPC continuou estabelecendo tetos e pisos para outras taxas, como a de redesconto, fazendo com que sua atuação no sistema bancário fosse fortemente intervencionista (OECD, 2010). Justamente por causa dessa postura do BPC, as taxas de juros, a despeito de alguma elevação nos anos 1980, mantiveram-se em patamares relativamente baixos nos últimos 15 anos.

O Gráfico 7 aponta que se, até meados da década de 1990, as taxas de juros do interbancário, de empréstimos e depósitos flutuaram entre 7% e 13%, após esse período todas as taxas apresentaram vertiginosas quedas. Assim, já no início dos anos 2000, com exceção da taxa de empréstimos, as demais não ultrapassavam 5%. Nos anos seguintes, esse cenário não foi modificado, isto é, as taxas do interbancário e de depósitos ficaram bem abaixo dos 5% e a taxa de empréstimos flutuou um pouco acima desse percentual.

Gráfico 7 – China: evolução das taxas de juros (real, interbancário, empréstimos e depósito)
1987-2007 (anos selecionados) (em a.a – %)



Fonte: *International Financial Statistics – International Monetary Fund (IMF)*. Elaboração Própria

Outra ação do BPC a fim de influenciar o volume de empréstimos do sistema bancário foi a adoção de medidas administrativas. Desde 1998, o BPC tem realizado encontros mensais com os bancos para evitar distorções nas condições de concessão de crédito entre os diferentes setores

(156) “Até 2004, as taxas praticadas pelos bancos comerciais não podiam desviar em mais de 10% das taxas de referência atribuído pela autoridade [central]. Desde então, as bandas admissíveis para aqueles juros em relação às referidas taxas de referência tem sido progressivamente expandida e, atualmente, os juros dos empréstimos dos bancos comerciais têm sido apenas sujeitos a um piso e as taxas dos depósitos a um teto. (...) Isto tem aumentado (...) a liberdade dos bancos comerciais para estabelecer as taxas de juros e, ao mesmo tempo, reduzir o papel das decisões do Banco do Povo da China no controle macroeconômico” (OECD, 2010, p. 53, tradução livre).

(OECD, 2010). Com a institucionalização desses encontros, o BPC passou a divulgar boletins periódicos sobre as condições dos créditos concedidos pelos bancos comerciais. Isso reduziu as distorções no interior do sistema de crédito e pressionou os bancos a adotarem práticas mais transparentes.

Embora esse segundo período fosse marcado por um avanço na liberalização da política monetária, que visou melhorar a eficiência e tornar mais transparente o sistema bancário, por um lado, e possibilitar a estabilidade do nível de preços, por outro, o BPC continuou desempenhando suas funções de promover o crescimento econômico. Nesse sentido, o Conselho de Estado – que, como mencionado, subordina as ações do BPC – preservou a relação estreita entre o projeto de desenvolvimento econômico da China e a execução da política monetária. Isso se confirmou pelo fato do próprio Conselho obrigar o BPC a continuar sustentando a política de crédito dos bancos comerciais, caracterizada pela grande concessão de empréstimos, que tem sido a principal fonte de expansão da liquidez e investimentos do país¹⁵⁷.

Assim, a política monetária procurou garantir a trajetória de ampliação do investimento, principalmente das empresas estatais. As transformações do sistema de financiamento público foram arranjadas para que o crédito pudesse atender a demanda crescente dessas empresas a fim de realizar os investimentos em infraestrutura e na expansão da capacidade industrial. Todavia, a captação de empréstimos por parte dessas empresas dependia da taxa juros. Como o objetivo sempre foi manter o acelerado crescimento econômico, e o investimento público desempenhava um papel fundamental neste sentido, a manutenção dos juros em patamares baixos foi fundamental para alavancar esses investimentos. Ademais, deve-se ressaltar que os compulsórios e as operações de *open market* também desempenharam a função de expandir a liquidez e a capacidade dos bancos de emprestarem em grande parte do período das reformas.

Desse modo, a política monetária foi articulada às reformas do setor industrial, agrícola e de desenvolvimento tecnológico para não obstacularizar a disseminação do crédito e a realização de todos os programas de investimento propostas por essas reformas. Por isso, o modo de gestão dos instrumentos dessa política respondeu de forma positiva aos investimentos públicos, especialmente em infraestrutura e modernização industrial, por meio da sustentabilidade da oferta

(157) Embora essa tivesse sido a principal fonte de expansão da oferta de dinheiro, não foi o único meio pelo qual o país alcançou a expansão da sua base monetária. Mediante a rápida ampliação do volume de reservas em dólares, que respondeu ao crescimento do superávit comercial e do IDE na conta do balanço de pagamentos, a China também ampliou a liquidez doméstica. Nesse sentido, Lourenço (2004, p. 5) destacou que “a expansão chinesa (...) passou a depender [também] da importação de base monetária via câmbio fixo e desvalorizado”.

de crédito e a manutenção das taxas de juros em patamares baixos. Nesse sentido, o controle da demanda agregada se efetuou de modo pragmático e prudente para evitar que a administração dos preços afetasse as expectativas dos agentes para a realização do gasto e, em menor escala, do consumo das famílias.

Ao lado das mudanças ocorridas nas políticas cambial e monetária, o governo chinês redesenhou o regime fiscal nos anos 1980, cujo objetivo era suportar o desenvolvimento local, que estava sendo impulsionado pelo rápido crescimento da agricultura e das TVE. Assim, reverteu-se gradualmente a política fiscal altamente centralizada, predominante no período maoísta¹⁵⁸, estabelecendo no seu lugar uma nova política, na qual os governos locais puderam receber diretamente uma parcela do orçamento e tiveram maior autonomia para criar impostos e expandir sua base de arrecadação. Em razão disso, os governos locais viram a oportunidade não apenas de ampliar as fontes de arrecadação, como também de planejar a execução dos seus gastos num prazo mais longo de tempo, expandindo o seu poder de decisão em relação ao destino dos recursos arrecadados.

Contudo, todas essas mudanças foram feitas de forma paulatina e sob a tutela do governo central. Conforme apontaram Tsui e Wang (2004), a descentralização fiscal na China aconteceu de dois modos distintos: em primeiro lugar, por meio de contratos firmados entre os governos local e central e, em segundo lugar, através da permissão para os governos regionais criarem alguns novos impostos, desde que se comprometessem a receber o percentual do orçamento estipulado pelo governo central. Em contrapartida a esse processo de descentralização e flexibilização da gestão fiscal, o governo central impôs aos contratos assinados com os governos locais a obrigatoriedade de cumprir metas no longo prazo, além de exigir que o valor arrecadado pelos novos impostos atingisse um teto máximo. Isso fez com que, ao longo dos anos 1980, apesar da maior autonomia dada aos dirigentes locais, as autoridades centrais mantivessem o poder de interferir, ainda que de forma indireta, nas decisões fiscais de todas as esferas do governo.

Todavia, no final dos anos 1980, na medida em que os contratos fiscais foram substituídos gradualmente – a princípio, em apenas algumas províncias do país¹⁵⁹ – por um sistema único de

(158) Até a década de 1980, todos os recursos orçamentários estavam concentrados no governo central que, de maneira discricionária, os repassavam para os governos locais.

(159) Entre 1990 e 1992, nove províncias chinesas aderiram a esse novo sistema, a saber: Tianjin, Liaoning, Shenyang, Dalian, Zhejiang, Qingdao, Wuhan, Chongqing e Xinjiang (TSUI; WANG, 2004).

partilha de tarifas, esse processo de descentralização foi regredindo. No ano de 1994, quando houve uma ampla reforma do setor fiscal, esse sistema único passou a vigorar em âmbito nacional. Naughton (2007, p. 432, tradução livre) analisou os principais aspectos dessa reforma:

(...) em 1994, o governo chinês promulgou uma reforma radical do sistema fiscal. O novo sistema atribuía diferentes categorias de impostos para os governos central e local, semelhantes ao sistema federalista em muitos países ocidentais. A reforma fiscal tinha três elementos fundamentais: novos impostos, redefinição das tarifas e criação de um sistema de partilha, e uma nova agência central de tributação do governo. O mais importante dentre os impostos criados era o imposto sobre valor adicionado, cobrado na maioria dos produtos manufaturados a uma taxa uniforme de 17%. Muitas pequenas empresas privadas, sem sistemas de contabilidade regular, tinham de pagar uma taxa de 6% do faturamento bruto ao invés desse imposto. Além disso, um imposto sobre os lucros de 33% foi introduzido, com alíquotas uniformes para as estatais, empresas coletivas e privadas. O imposto de renda pessoal foi unificado e feito de forma ligeiramente mais rigorosa. (...) Em contrapartida, o sistema anterior de impostos industrial e comercial foi abolido, e o sistema de contrato de lucro das empresas estatais foi eliminado.

Com essa nova política fiscal, conseguiu-se aprofundar e acelerar as mudanças do setor em nível nacional, assim como alterar os rumos do sistema fiscal nacional. Assim, a partir de 1994 ocorreu uma recentralização do orçamento que, dentre outros fatores, respondeu às crescentes necessidades de financiamento dos investimentos de longo prazo e de conter a ampliação dos empréstimos realizados pelo governo central para equilibrar suas contas. Nos anos 2000, quando o saldo fiscal e a dívida pública ficaram mais controlados, novamente se observou uma reversão parcial dessa política de recentralização a fim de ampliar a participação dos governos locais sobre os impostos de renda das empresas e das famílias, por um lado, e aumentar o volume de transferências para as áreas rurais mais pobres, por outro (TSUI; WANG, 2004).

Apesar dessas mudanças, desde 1994 o governo sustentou uma política de coordenar a evolução da dívida e do gasto público para, ao mesmo tempo, promover a expansão dos investimentos sociais e, especialmente, em infraestrutura e impedir o aumento da inflação. A fim de facilitar a execução dessa estratégia, essas reformas simplificaram o sistema de tributação, a partir da criação de três impostos a níveis nacionais: imposto sobre o valor adicionado (*value added tax* – VAT), impostos sobre serviços e o imposto ao consumo. O VAT, como já observado, cobriu uma gama extensa de bens e serviços à taxa básica de 17%, com exceção de alguns setores (químicos, por exemplo) que tiveram de arcar com taxas mais baixas. Já o imposto sobre serviços, que abrangeu setores como financeiro, hotelaria, telecomunicações, seguradoras e outros, viu sua taxa básica variar de 3% a 20%. O imposto ao consumo, por sua vez, teve oito

níveis tarifários distintos, atingindo grande parte dos bens de consumo. Esse sistema tributário se conformou na base de arrecadação do setor urbano, diferentemente do setor rural. Apesar de também arcar com esses impostos, no campo os impostos de renda e locais desempenharam um papel central na sua arrecadação (TAO; LIU, 2005).

Desse modo, a estrutura de tributação ordenada pelo governo após 1994, procurou facilitar e expandir a arrecadação sobre os bens e serviços nas cidades, bem como aumentar as receitas da economia rural, que eram altamente dependente dos recursos captados pelos governos locais e da renda das famílias do campo. Essa estratégia, embora mantivesse o sistema tributário com uma estrutura regressiva¹⁶⁰, além de melhorar o controle do sistema fiscal, deu ao governo a possibilidade de expandir as receitas e os gastos tanto no campo, como nas cidades. Entre 1994 e 2008, o aumento da arrecadação com impostos foi na média de 18% a.a., fazendo com que, no último ano, o montante arrecadado fosse de US\$ 79 bilhões.

Todas essas mudanças da política fiscal – centralização, modernização e reforma tributária –, ao lado do rápido crescimento da renda, promoveram não somente o aumento da credibilidade e estabilidade das contas públicas, como também a ampliação dos investimentos, especialmente em período de recessão interna e/ou crises externas. No auge da crise financeira de 2008, por exemplo, o governo chinês lançou um pacote de gastos públicos, dirigidos especialmente para infraestrutura, que superou a faixa dos US\$ 580 bilhões¹⁶¹.

Ao lado das despesas com infraestrutura, essas mudanças promoveram também um progressivo aumento dos investimentos nas áreas sociais, especialmente em educação e saúde. Se, desde o início das reformas, ficou clara a preocupação do governo chinês em garantir a industrialização e os elevados níveis crescimento da economia, o que demandou uma ampliação dos gastos com infraestrutura, nos últimos anos, houve um direcionamento importante de recursos para atender áreas sociais. Na área de educação, observou-se um forte crescimento das despesas desde os anos 1990 e, especialmente, entre 2004 e 2008 quando os gastos nessa área como porcentagem do PIB subiram de 2% para 3,5% (BARNETT; BROOKS, 2010). Na área de saúde, após um período de queda dos gastos nos 1990, o governo também dirigiu uma parcela maior dos seus recursos para fortalecer o setor. Na década de 2000, os dispêndios com saúde do

(160) De acordo com o relatório da OECD (2005), em 2003, o percentual de tributos indiretos da China era de 43% e dos países da OECD, na média, era de 30%.

(161) Informações retiradas da reportagem “Exportações da China despencam 25% em fevereiro” publicada na Revista Época Negócios no dia 11 de março de 2009.

governo também dobraram, fazendo com que, em 2008, esse número fosse pouco superior a 1% do PIB¹⁶².

Contudo, ao contrário do que afirma parte da literatura convencional, essa expansão do gasto fiscal não se traduziu num aumento do nível de preços. Isso, porque a própria política fiscal apoiou o ajuste monetário para controlar a inflação, por meio da colocação no mercado de títulos da dívida pública. Desse modo, em contrapartida à política macroeconômica fortemente expansionista, o governo expandiu a dívida pública como meio de segurar a ampliação da liquidez interna.

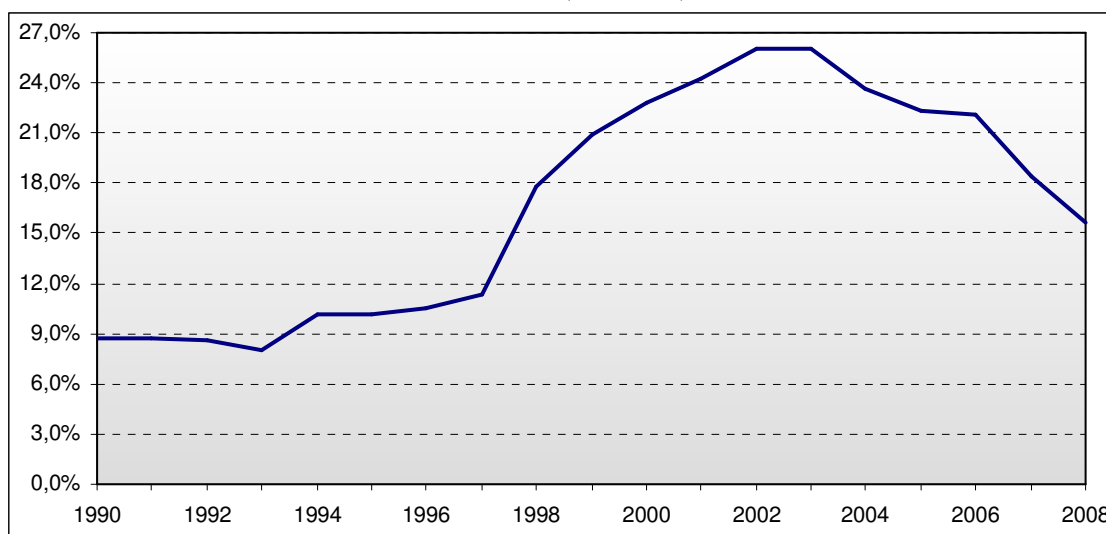
Dessa perspectiva, Nonnemberg (2010, p. 17) lembrou que somente “foi possível à China acumular reservas internacionais em valores tão elevados, mantendo a taxa de câmbio fixa [e os altos volumes de investimentos] sem, ao mesmo tempo, gerar pressões inflacionárias (...) [por causa] do aumento da dívida pública”. A enxurrada de dólar que ingressou na economia chinesa, principalmente a partir de meados dos 1990, em razão do crescimento acelerado das exportações e da entrada de IDE, não se reverteu em aumento do nível de preços por causa da esterilização das reservas. Esse processo ocorreu por intermédio da colocação de títulos da dívida pública no mercado, a fim de enxugar a expansão da base monetária resultante da ampliação das reservas internacionais. Assim, a estabilização do nível de preços calcada na colocação de títulos públicos produziu um aumento significativo da dívida pública – embora esta não tivesse se situado num patamar muito elevado – que, por sua vez, foi se reduzindo consideravelmente nos últimos anos.

Conforme aponta o Gráfico 8, se a dívida pública da China cresceu significativamente, ao longo dos anos 1990 e começo dos anos 2000, saindo de 8,7% do PIB em 1990 para 26,1% do PIB em 2002, a partir de 2003, essa trajetória se inverteu, com destaque para o biênio 2006/2007. Enquanto, entre 2002 e 2006, a dívida pública caiu apenas de 26,1% do PIB para 22,1% do PIB e, nos últimos dois anos, essa queda foi de quatro pontos percentuais, fazendo com que em 2007 o valor da dívida atingisse 18,1%¹⁶³.

(162) Os gastos nesses setores não incluíram os dos setores privados e coletivos. Como observado na primeira seção deste capítulo, no campo os lucros das TVE motivaram o crescimento dos dispêndios na área social.

(163) Essa queda da dívida pública foi explicada, além do próprio crescimento do PIB, pelo baixo custo pago com amortização e juros incidentes sobre o montante total da dívida. Como mostra o Gráfico A.6 do Anexo, os gastos com o serviço da dívida em relação à Renda Nacional Bruta (RNB) tem caído velozmente desde 1993.

Gráfico 8 – China: evolução da dívida pública
1990-2008 (em % PIB)



Fonte: Jaimovich e Panizza (2006); *The World Factbook – Central Intelligence Agency (CIA)* (2009)

Assim, depois de 1994, o governo chinês recentralizou e modernizou a política fiscal, mediante a reforma tributária e a adoção de novos padrões de gestão, a fim de aumentar o controle e a estabilidade das contas públicas. Esses dois processos foram fundamentais para permitir que a política fiscal pudesse comandar um movimento de elevação dos investimentos econômicos e sociais, sem permitir o crescimento da inflação. Além disso, a política fiscal atuou como um instrumento principal de sustentação da política industrial, por meio do apoio ao desenvolvimento local. A permissão dada às províncias para estimular o crescimento das TVE e atrair empresas estrangeiras, mediante, por exemplo, a concessão de isenções tarifárias¹⁶⁴, juntamente com os investimentos encaminhados pelo governos central, assumiu uma função crucial para acelerar o processo de industrialização, tanto na região urbano, como rural.

Portanto, a política fiscal foi fundamental não somente para a gestão macroeconômica, como também para executar a modernização da estrutura de produção local, tanto nas regiões rural como urbana. Apesar disso, a principal função da gestão fiscal foi de impedir a formação de gargalos estruturais do processo de industrialização, mediante a expansão do gasto público em setores-chave, como educação e infraestrutura. Juntamente a isso, o governo coordenou o setor

(164) Nesse ponto, é importante lembrar que os governos regionais foram os responsáveis por disponibilizar grande dos incentivos fiscais para o ingresso das empresas estrangeiras exportadoras e de alta tecnologia. Desse modo, o papel desses governos para regular a atuação dessas empresas, bem como para aumentar a atratividade do mercado chinês foi crucial.

fiscal com a política monetária a fim de gerir de modo equilibrado a evolução da inflação e a expansão dos investimentos, especialmente os públicos.

CAPÍTULO 4 – O DESENVOLVIMENTO CHINÊS E SEUS RESULTADOS

A ASCENSÃO ECONÔMICA E SOCIAL NO CENÁRIO DAS “QUATRO MODERNIZAÇÕES”

As reformas e as políticas macroeconômicas apresentadas no Capítulo 3 produziram grandes transformações estruturais na sociedade e na economia da China, determinando uma rápida expansão dos investimentos, dos salários e das exportações, uma redução da miséria e da pobreza, dentre outros aspectos. Ao lado desses importantes avanços econômicos e sociais, essas transformações vieram acompanhadas de várias tensões, principalmente na esfera econômica no que se refere à questão de energia e do meio.

Embora existam outros conflitos na área social e também na arena política, o setor de energia e os consequentes problemas relacionados ao meio ambiente têm sido as principais fontes de preocupação do governo chinês. Conforme destacou Medeiros (2010, p. 11), uma grande contradição estrutural que se manifestou no estágio recente do desenvolvimento chinês foi o “recrudescimento na demanda por energia decorrente [da] expansão na capacidade produtiva na indústria pesada”. Essa crescente demanda por energia tem sido atendida por uma matriz energética altamente concentrada em carvão e petróleo. Isso, por sua vez, tem trazido resultados sérios para o meio ambiente, como o aumento acelerado da poluição do ar e da água¹⁶⁵.

A expansão do consumo de energia na China não somente decorreu da própria aceleração do crescimento econômico, mas também da estrutura de investimentos do país que atualmente tem se concentrado na indústria pesada, em especial para apoiar a construção civil. Conforme destacaram Rosen e Houser (2007), o contínuo fortalecimento da indústria pesada, em detrimento das indústrias mais leves, a fim de apoiar os investimentos em infraestrutura e na construção civil, tem exigido grandes esforços do governo chinês para aumentar o fornecimento interno de energia.

(165) A reportagem da versão eletrônico do jornal “Folha de São Paulo” mostra que o rio Yangtze, o mais importante da China, tem sofrido constantemente com a poluição do país: “o rio mais longo e um dos mais importantes da Ásia e da China, o Yangtze foi poluído em 2009 com 33 bilhões de toneladas de águas residuais, segundo o porta-voz do Comitê de Recursos Hídricos do Rio Yangtze, Xu Deyi, (...). O rio, o terceiro mais longo do mundo após o Amazonas e o Nilo, cujo curso de mais de 6.000 km passa unicamente pela China, sofre a poluição de águas residuais há décadas. Nos anos [1970] foram derramadas cerca de 9,5 bilhões de toneladas, nos 80 aproximadamente 15 bilhões e entre meados e final dos anos [1990] o volume chegou a 20 bilhões. (...) A escassez e contaminação das águas é um dos problemas mais graves enfrentados pela China, um dos países mais poluídos do mundo”.

Juntamente com esse aspecto, Medeiros (2010) ressaltou que a ampliação de investimentos na construção civil e, conseqüentemente, da demanda de energia também foi resultado das mudanças no regime da terra. Nas suas palavras:

A comercialização dos direitos de arrendamento das terras (recentemente introduzido na China) levou a uma agressiva política dos governos municipais de transformação de terras rurais (com indenização proporcional ao valor mais baixo do estabelecimento rural) e sua transformação em área urbana (com aluguel muito mais alto) visando a apropriação de rendas diferenciais. Como resultado deste *boom* de investimentos, outra mudança fundamental ocorreu na China: uma aceleração do consumo de energia, alterando a trajetória de crescimento anterior com grandes impactos econômicos e ambientais (MEDEIROS, 2010, p. 12-13).

Como observado pelo próprio Medeiros (2010), esse aumento da demanda por energia tem sido respondido pela intensiva utilização de carvão e pela importação de petróleo¹⁶⁶ – fontes energéticas muito mais poluentes se comparadas às denominadas “energias limpas”, como a solar, a eólica etc. Desse modo, a questão de energia tem se tornado cada vez mais problemática na China por duas razões: em primeiro lugar, devido ao crescente aumento do consumo de energia, que deve continuar se expandindo nos próximos anos¹⁶⁷, exigindo novos e sistemáticos investimentos de larga escala no setor; e, em segundo lugar, em função da utilização de fontes de energia altamente prejudiciais ao meio ambiente¹⁶⁸. Sobre este último aspecto, vale notar que a emissão *per capita* de dióxido de carbono na China tem sido historicamente superior às emissões de Brasil e Índia. Segundo dados do Banco Mundial, enquanto em 2008 a China emitiu 4,7 toneladas *per capita* de dióxido, o Brasil e a Índia eliminaram, respectivamente, 1,8 toneladas e 1,4 toneladas *per capita* de dióxido de carbono (WORLD BANK, 2009a e b).

(166) Para Rosen e Houser (2007), o baixo custo dessas fontes de energia foi um dos motivos que explicou a sua crescente utilização. Nesse sentido, a ausência de exigências e controle de poluição foram dois dos fatores que permitiram a manutenção dos preços do carvão e do combustível fóssil em patamares mais baixos. Por um lado, Dhakal (2009) lembrou a inexistência de coordenação e articulação institucional do setor de energia na China. Segundo o autor: “a coordenação e o desenvolvimento em energia no setor urbano tem se mostrado aquém das necessidades do país. Na China não existiu um ministério ou agência com a responsabilidade de coordenar [os investimentos em energia]” (DHAKAL, 2009, p. 4209, tradução livre). Por outro lado, o governo central não tem exigido das empresas instaladas na China a utilização de equipamentos que reduzissem a poluição promovida pelo carvão, como a emissão de dióxido de enxofre, em função dos possíveis aumentos de preços (ROSEN; HOUSER, 2007). Além disso, o crescimento da indústria automotiva também contribuiu para o recrudescimento da demanda por energia e, em conseqüência, o aumento da poluição na China. Como a produção e a utilização de veículos automotores dependem, em certa medida, de fontes de energia como petróleo, o crescimento da poluição oriunda desses bens ocorreu de forma exponencial. Segundo Dhakal (2009), em Xangai e Pequim as emissões de dióxido de carbono por conta de veículos automotores cresceram em torno de oito vezes entre 1985 e 2006. Para uma análise mais detalhada dessas questões, ver Rosen e Houser (2007) e Dhakal (2009).

(167) O Gráfico A.7 no Anexo oferece a evolução do consumo de energia na China desde o início das reformas.

(168) O Gráfico A.8 no Anexo apresenta a estrutura da matriz energética na China, cuja base é o carvão.

Apesar dessas tensões existentes no processo de reformas chinês, os seus principais resultados significaram uma aceleração do desenvolvimento de diversos setores econômicos e sociais. Por causa disso, o governo chinês conseguiu superar os maiores desafios herdados do período maoísta: a vulnerabilidade externa, bem como a fome e a miséria. Nessa direção, a despeito dos grandes desafios ainda impostos ao governo chinês, este capítulo procura apresentar essas principais mudanças econômicas e sociais da China, que capitanearam a inserção internacional soberana do país, assim como a elevação do padrão de vida de grande parte da sua população.

Essa análise torna-se fundamental, pois a articulação bem sucedida dos programas de reformas e das políticas macroeconômicas não somente trouxeram um conjunto de transformações setoriais, como também determinaram um novo padrão de desenvolvimento na China. Um padrão que, apoiado na articulação da economia nacional com a internacional e na ampliação das esferas internas de valorização do capital, introduziu e incrementou a acumulação capitalista e, principalmente, proporcionou uma melhora da estrutura econômica e social.

Portanto, a finalidade do presente capítulo é justamente identificar essas melhoras por intermédio da análise, em três seções, dos indicadores da demanda agregada, do setor externo e da área social, desde o início das “Quatro Modernizações”. Na primeira seção, apontam-se a evolução do PIB e dos seus componentes, bem como da inflação. Na segunda seção, apresentam-se os principais dados do balanço de pagamentos, destacando o desempenho das exportações e do IDE. Na terceira seção, expõem-se a trajetória dos salários, do hiato de pobreza, da distribuição da renda e das condições de vida da população.

4.1 A expansão da renda e a estabilização do nível de preços

A mudança mais destacada das inovações introduzidas no período das “Quatro Modernizações” foi a expansão da demanda agregada chinesa. Essa ampliação, materializada pelas altíssimas taxas de crescimento do PIB, refletiu num aumento absoluto de todos os agregados macroeconômicos, principalmente dos investimentos e, mais recentemente das exportações líquidas. Primeiramente, em relação à evolução do PIB, a Tabela 5 aponta que esse indicador, cujo valor constante, a preços de 2000, era de US\$ 2.603 bilhões em 2008, cresceu em torno de dois dígitos entre o início dos anos 1980 e o período atual. Isso significou a rápida

expansão da economia de um país que, ainda em 1978, apresentava um PIB somente um pouco superior a US\$ 150 bilhões.

Tabela 5 – China: evolução e taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

1978-2008

	Produto Interno Bruto (PIB)		Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i>	
	Valores constantes a preços de 2000 (em US\$ milhões)	Taxa real de crescimento (% a.a)	Valores constantes a preços de 2000 (em US\$)	Taxa real de crescimento (% a.a)
1978	157.718	11,7	165	10,2
1979	169.705	7,6	175	6,2
1980	182.942	7,8	186	6,5
1981	192.455	5,2	194	3,9
1982	209.968	9,1	208	7,5
1983	232.855	10,9	228	9,3
1984	268.249	15,2	259	13,7
1985	304.462	13,5	290	12,0
1986	331.255	8,8	311	7,2
1987	369.681	11,6	341	9,8
1988	411.455	11,3	373	9,5
1989	428.324	4,1	383	2,5
1990	444.601	3,8	392	2,3
1991	485.504	9,2	422	7,7
1992	554.445	14,2	476	12,8
1993	632.068	14,0	536	12,7
1994	714.869	13,1	600	11,8
1995	792.789	10,9	658	9,7
1996	872.068	10,0	716	8,9
1997	953.171	9,3	775	8,2
1998	1.027.518	7,8	827	6,8
1999	1.105.609	7,6	883	6,7
2000	1.198.480	8,4	949	7,5
2001	1.297.954	8,3	1.021	7,5
2002	1.416.068	9,1	1.106	8,4
2003	1.557.675	10,0	1.209	9,3
2004	1.715.000	10,1	1.323	9,4
2005	1.893.360	10,4	1.452	9,8
2006	2.112.990	11,6	1.612	11,0
2007	2.387.678	13,0	1.812	12,4
2008	2.602.569	9,0	1.965	8,4

Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).

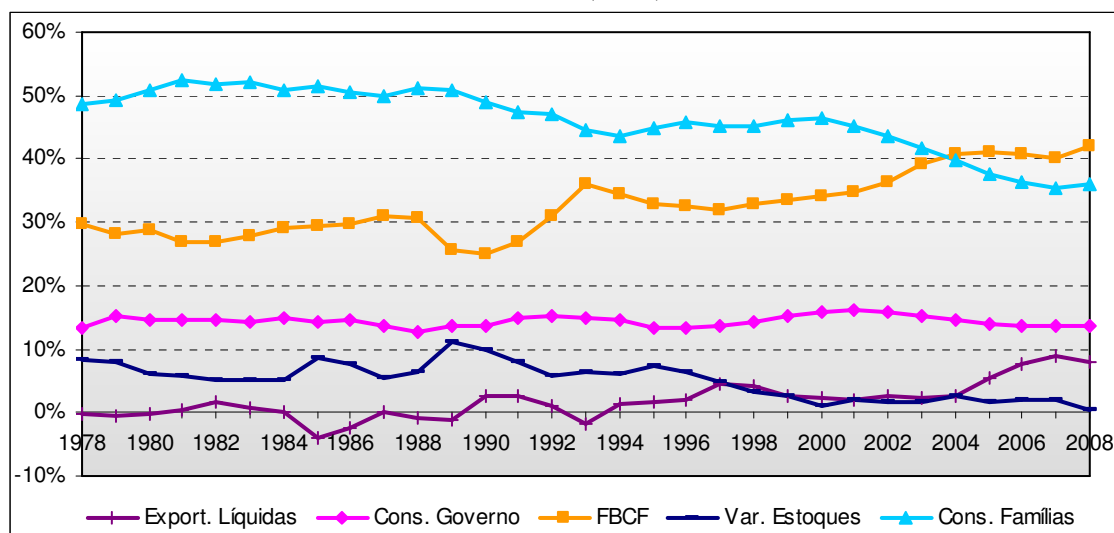
Elaboração própria.

Entre 1978 e 2008, o produto chinês se multiplicou por quase 15 vezes em termos reais (a preços de 2000), crescendo a uma taxa média de quase 10% ao ano, inédita no mundo nos tempos modernos considerando o período relativamente longo ao qual se refere. Tais taxas de

crescimento não vieram acompanhadas de sobressaltos extremos. De fato, na maior parte do período, a taxa de crescimento anual não se afastou muito dos 10%, o que se refletiu num desvio padrão de 2,8%, relativamente baixo em relação à média à qual se refere. Com isso, as menores taxas atingidas em todo o período foram de cerca de 4% em dois anos no final da década de 1980, enquanto a mais elevada se aproximou em apenas um ano (1984) dos 16%. A partir de 1991, essa estabilidade se tornou ainda maior, já que a menor taxa de crescimento alcançada pela China num ano foi de 7,6% em 1999 e a mais alta de 14,2% em 1992, sendo que em grande parte do período as taxas variaram entre 9% e 11%. Desse modo, o crescimento chinês não só foi extremamente elevado, mas também relativamente estável¹⁶⁹.

Quanto à destinação desse produto crescente, foi interessante verificar o comportamento relativo de seus componentes principais do ponto de vista do dispêndio, quais sejam, o consumo das famílias, o consumo do governo, a FBCF, as exportações líquidas e a variação nos estoques. A evolução destes componentes é apresentada no Gráfico 9 a seguir.

Gráfico 9 – China: composição da despesa do PIB
1978-2008 (em %)



Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

Em função do rápido crescimento do produto total, todos os seus componentes se expandiram significativamente em termos absolutos no período observado. Evidentemente, o

(169) O crescimento sustentado do produto chinês discutido no item anterior não ocorreu, no entanto, da mesma forma em todos os setores da economia do país. Assim, enquanto ao longo dos 30 anos analisados os setores secundário e terciário multiplicaram seu produto por 23 e 24 vezes respectivamente, o setor primário menos do que quadruplicou sua produção. Com isso, a importância relativa dos três setores no produto total se modificou significativamente, sendo o setor secundário o líder incontestado da expansão do PIB (ver Gráfico A.9 no Anexo).

mesmo não pôde ocorrer em termos relativos. Assim, a participação do consumo das famílias no produto, que já era pequena (cerca de 50%) nos primeiros anos da amostra, diminuiu no início da década de 1990 e voltou a cair no começo da década de 2000, para atingir apenas 36% no ano de 2008¹⁷⁰, nível extremamente baixo para padrões internacionais¹⁷¹. Da mesma forma, os estoques, que sempre tiveram participação abaixo da casa dos 10%, no período recente viram sua contribuição se reduzir ainda mais, atingindo menos de 1% do PIB em 2008.

O consumo do governo, por sua vez, que era pouco inferior a 15% nos anos iniciais da amostra, se manteve em torno desse patamar durante todo o período. Diferentemente disso, a FBCF, fundamental para a expansão da capacidade produtiva e, portanto, elemento central na determinação da taxa de crescimento do produto, que já nos anos iniciais era relativamente elevada (cerca de 30% do PIB), após uma queda no final dos anos 1980 se elevou para atingir, a meados da década de 1990, valores próximos a 35%. Após um novo aumento no início dos anos 2000, quando o percentual se situou em torno de 40% (nível altíssimo considerando o tamanho do PIB chinês), fez com que a participação desse componente superasse a do consumo das famílias, em 2003, alcançando o valor de 42% em 2008¹⁷². O Gráfico 10 mostra que essa expansão percentual da FBCF se repetiu em termos absolutos.

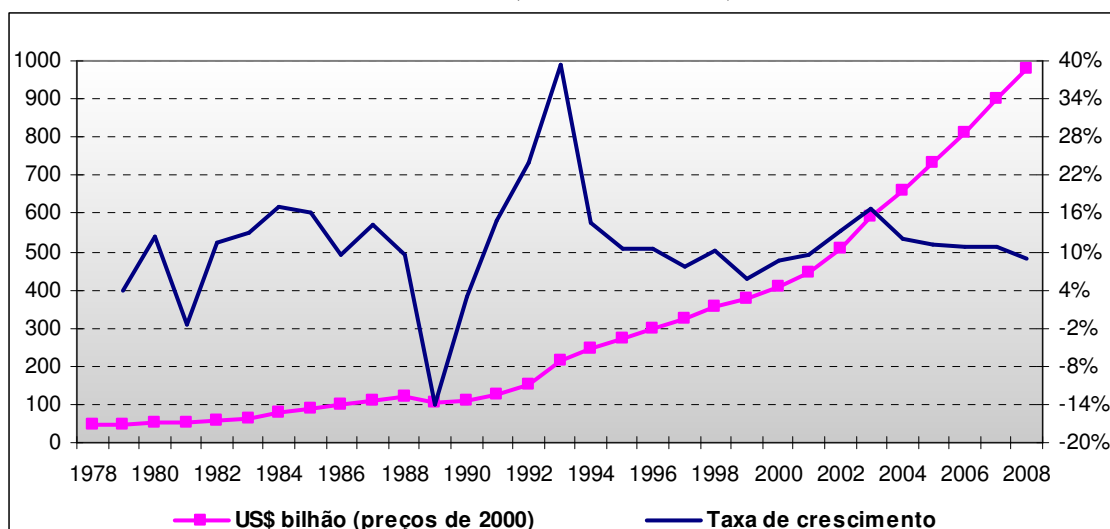
Já as exportações líquidas, que alcançaram até 1993 participações no PIB nulas ou mesmo negativas, viram seu percentual crescer lentamente (apesar do forte aumento em números absolutos) e ainda em 2004 era apenas pouco superior a 2%. Esse quadro, entretanto, alterou-se consideravelmente nos últimos quatro anos da amostra, em que a importância relativa das exportações líquidas aumentou de forma acelerada, passando de 5,4% em 2005 a quase 9% em 2008.

(170) Apesar da baixa participação do PIB, entre 1978 e 2008, o consumo das famílias chinesas cresceu mais de 13 vezes, fazendo com que sua taxa média de crescimento fosse extremamente elevada, pouco acima de 9%.

(171) Em 2008, a participação do consumo no PIB de Brasil, Índia e Indonésia, por exemplo, foi de, respectivamente, 61%, 54% e 63% (WORLD BANK, 2009).

(172) Esse crescimento da FBFC nos anos 2000 se explicou também por um componente especulativo do setor imobiliário, como explicou Medeiros (2010, p. 9): “embora seja indiscutível que o investimento tenha atingido um patamar elevado em termos do PIB (...) há uma substancial superestimação nos números a ele atribuída. (...) A origem desta superestimação está no cômputo das aquisições de terras nas despesas de investimento das firmas, um fato novo na China tendo em vista as reformas no regime de propriedade recentemente introduzidas. Como nos últimos anos houve um *boom* especulativo dos investimentos imobiliários a elevação dos preços das terras inflacionou as estimativas agregadas de investimentos”.

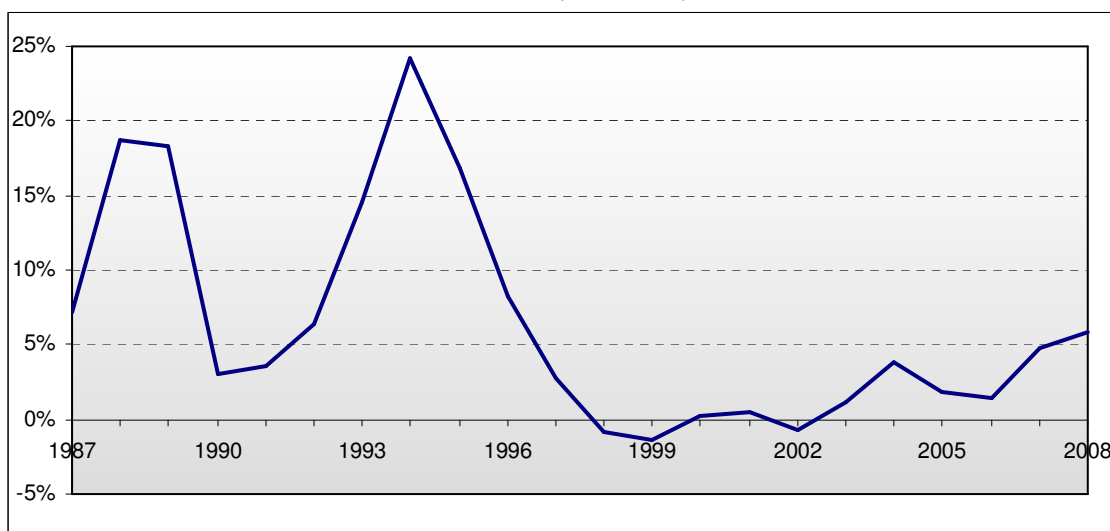
Gráfico 10 – China: evolução da formação bruta de capital fixo
1978-2008 (em US\$ bilhão e %)



Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank (2009)*.
Elaboração própria.

Em suma, o crescimento do PIB da China, que se expandiu 15 vezes em termos reais em menos de 30 anos, foi acompanhado de reduções nas participações no produto do consumo das famílias e dos estoques, enquanto que a participação da FBCF e, especialmente nos últimos quatro anos, das exportações líquidas, elevou-se continuamente. Muito embora uma série de analistas afirme que períodos longos de crescimento se traduzam em ampliação do nível de preços, o caso da China pareceu contrariar essa tendência.

Gráfico 11 – China: evolução da taxa de inflação
1987-2008 (em a.a. – %)



Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank (2009)*.
Elaboração Própria

Conforme certifica o gráfico 11, até meados da década de 1990 a taxa de inflação na China apresentava importantes flutuações e chegou a atingir níveis relativamente elevados, como no ano de 1994. Entretanto, a partir de 1997 a taxa se estabilizou em níveis baixos, em alguns anos inclusive negativos, para somente voltar a subir levemente em 2004 e 2008, alcançando, no último ano, pouco mais de 5%, nível que, contudo, não é normalmente preocupante em países em rápido desenvolvimento. Assim, nos vinte anos analisados, se observa que em pelo menos metade deles o crescimento acelerado do PIB se deu apesar da ocorrência de taxas de inflação próximas, e por vezes bem acima, dos 5% anuais.

Além do crescimento do PIB e da estabilidade de preços, a China conseguiu dinamizar progressivamente o setor externo da sua economia. Como observado nos capítulos anteriores desta dissertação, a estratégia de inserção externa, assentada no fortalecimento das exportações e do IDE, ordenou o acúmulo crescente de reservas internacionais. A finalidade da próxima seção é justamente traduzir essa constatação em números.

4.2 O setor externo: acúmulo de reservas a partir das exportações e do IDE

A análise do comportamento da conta capital e das transações, bem como do saldo final do balanço de pagamentos da China mostrou como essa estratégia – de impulsionar exportações e atrair fluxos de IDE – explicou o fim da restrição externa que a nação enfrentou até os anos 1970. Entre 1978 e o início dos anos 2000, conforme se observa na Tabela 6, o saldo do balanço de pagamentos era reduzido, atingindo, inclusive, valores negativos em alguns anos. No entanto, desde 1993, o resultado geral do balanço passou a ser positivo, em virtude, especialmente, da ampliação do saldo em transações correntes¹⁷³.

(173) Nesse ponto, é importante lembrar que o crescimento das exportações – que liderou a ampliação do superávit nas transações correntes, como é observado a seguir –, embora também tivesse sido puxado por empresas estatais, respondeu à grande entrada de IDE oriundo das empresas estrangeiras, principalmente da Ásia. Desse modo, como já sugerido ao longo do trabalho, o dinamismo da conta corrente, ou melhor, das exportações foi produto também de uma articulação entre a política comercial e os fluxos de IDE. Em última instância, portanto, a entrada de recursos via conta capital auxiliou o acúmulo de superávits da China em conta corrente. Nessa direção, “a contribuição das empresas estrangeiras no dinamismo das exportações da China deve ser destacada. (...) As exportações chinesas cresceram a uma taxa anual de 15%, entre 1989 e 2001. Em 1989, as filiais estrangeiras contabilizavam menos de 9% do total das exportações e, em 2002, respondiam por metade do total. Na indústria de transformação, a participação das filiais estrangeiras no total das exportações no ano de 2000 foi de 91%, particularmente em alguns setores de alta tecnologia, como eletrônicos, automação e processamento de dados e telefonia móvel” (ACIOLY, 2005, p. 30).

Tabela 6 – China: evolução do balanço de pagamentos
1982-2008 (em US\$ milhões)

	Conta corrente	Conta Capital	Erros e Omissões	Saldo
1982	5.674	338	293	6.305
1983	4.240	-226	128	4.142
1984	2.030	-1.003	-889	138
1985	-11.417	8.971	6	-2.440
1986	-7.034	5.944	-958	-2.048
1987	300	6.001	-1.518	4.783
1988	-3.802	7.133	-957	2.374
1989	-4.317	3.723	115	-479
1990	11.997	3.255	-3.205	12.047
1991	13.272	8.032	-6.767	14.537
1992	6.401	-250	-8.211	-2.060
1993	-11.609	23.474	-10.096	1.769
1994	6.908	32.645	-9.100	30.453
1995	1.618	38.674	-17.823	22.469
1996	7.243	39.966	-15.504	31.705
1997	36.963	21.016	-22.122	35.857
1998	31.472	-6.322	-18.902	6.248
1999	21.115	5.178	-17.641	8.652
2000	20.518	1.923	-11.748	10.693
2001	17.401	34.778	-4.732	47.447
2002	35.422	32.291	7.504	75.217
2003	45.875	52.726	17.985	116.586
2004	68.659	110.660	26.834	206.153
2005	160.818	62.964	-16.441	207.342
2006	253.268	6.662	-13.075	246.855
2007	371.833	73.509	16.349	461.691
2008	426.107	18.965	-26.080	418.992

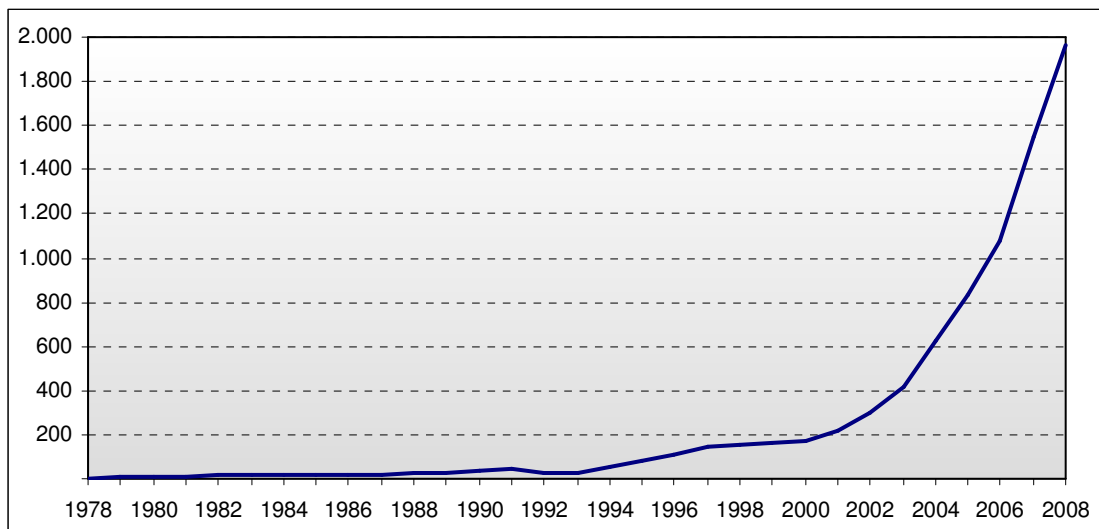
Fonte: *International Financial Statistics* – IMF (2008); *World Development Indicators*; *Global Development Finance* – World Bank (2009). Elaboração Própria

A partir de 2001 e até 2004, por sua vez, verificou-se a elevação simultânea dos saldos das contas corrente e capital permitindo, nesse último ano, que o balanço de pagamentos chegasse a um superávit de quase 11% do PIB. Desde então, mesmo com a redução do saldo da conta capital, o aumento considerável das transações correntes permitiu que o superávit do balanço de pagamentos crescesse ainda mais, alcançando em 2008 um valor de 16% do PIB.

Foi devido a esse crescimento que a China conseguiu acumular um importante volume de reservas internacionais, principalmente a partir da década passada. Em 2000, o total de reservas internacionais acumulado pela China foi de “apenas” US\$ 166 bilhões. Num período de três anos, esse valor mais do que dobrou, totalizando US\$ 406 bilhões em 2003. Desde então, a taxa de crescimento das reservas foi se expandido velozmente, resultando num aumento de mais de US\$

1,5 trilhão entre 2003 e 2008. Nesse último ano, as reservas internacionais já eram de US\$ 1.966 bilhões (ver Gráfico 12).

Gráfico 12 – China: evolução das reservas internacionais
1978-2008 (em US\$ bilhões)

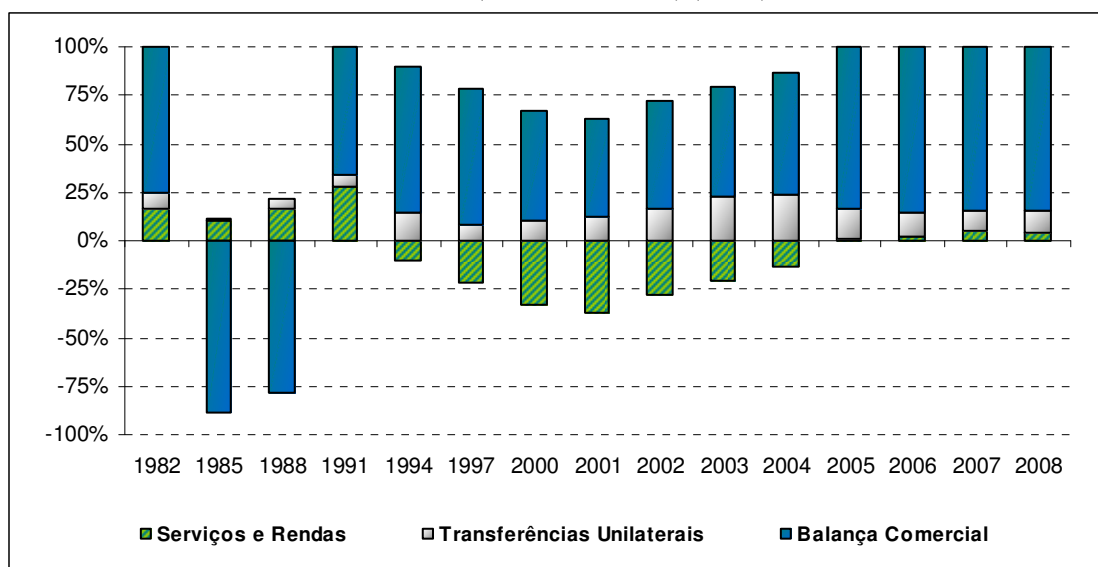


Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

A principal responsável pelos acúmulos dessas reservas internacionais na China foi a conta corrente. Nesta década, cerca de 70% do superávit do balanço de pagamento respondeu aos saldos positivos da conta corrente (entre 2000 e 2008, o resultado total do balanço de pagamentos foi de US\$ 1.791 bilhões e o em transações correntes foi de US\$ 1.400 bilhões). Na década anterior, esse cenário não foi muito diferente, pois os resultados acumulados na conta corrente representaram 77% dos saldos acumulados o balanço de pagamentos.

Como destaca o Gráfico 13, o componente que mais contribuiu para a expansão da corrente foi a balança comercial. Com exceção dos anos de 1985 e 1988, quando a conta corrente apresentou valores negativos, ao longo de todo período a balança comercial foi a conta que teve maior participação nos superávits das transações correntes. Desde o início da década de 1990, o saldo comercial representou mais de 50% dos superávits da conta corrente. Nos últimos quatro anos, essa participação cresceu e alcançou em média 85% das transações correntes.

Gráfico 13 – China: Participação das contas no saldo das transações correntes
1982-2008 (anos selecionados) (em %)

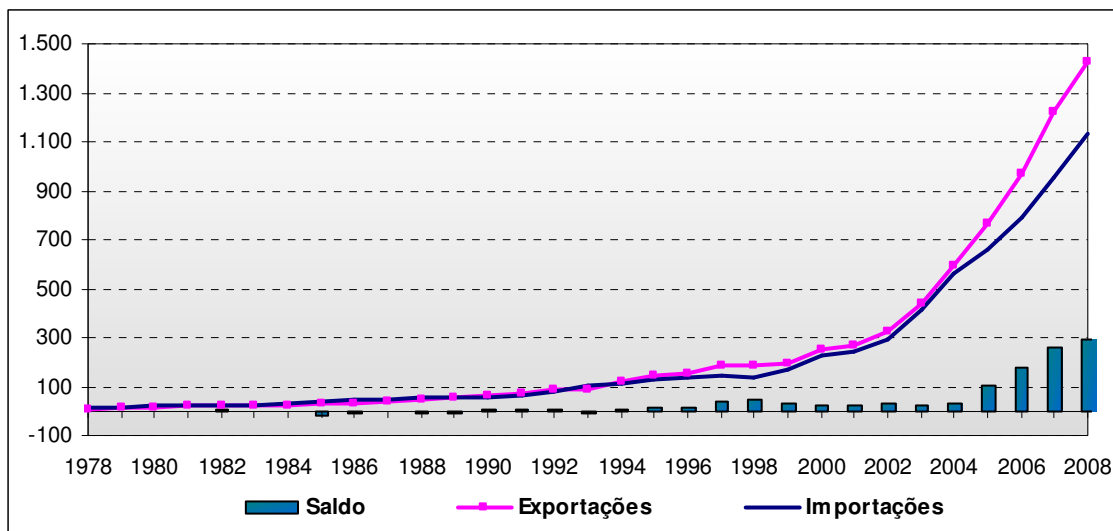


Fonte: *International Financial Statistics* – IMF (2008); *World Development Indicators*; *Global Development Finance* – World Bank (2009). Elaboração Própria

Esse aumento da participação da balança comercial nas transações correntes, por sua vez, refletiu também um significativo crescimento dos fluxos de comércio, como mostra o Gráfico 14, que traz a evolução das exportações, das importações e do saldo comercial.

Entre o final da década de 1970 até 1984, o crescimento dos fluxos de comércio foi tímido, cerca de US\$ 16 bilhões de exportações e importações, o que fez com que o saldo da balança comercial fosse quase nulo ao longo do período. Já entre 1985 e 2000, o crescimento das exportações e importações, muito elevado, aumentou cerca de US\$ 200 bilhões em todo o período, enquanto a balança comercial viveu dois momentos: um primeiro, de déficits constantes que atingiu o valor total de US\$ 45 bilhões, entre 1985 e 1989 e, um segundo, de ampliação do superávit comercial, nos anos seguintes, que registrou US\$ 181 bilhões em todo o período. Todavia, nos últimos oito anos o crescimento dos fluxos comerciais e do saldo comercial foi espetacular. Se, em 2001, as exportações e as importações chinesas totalizavam, respectivamente, um valor de US\$ 266 bilhões e US\$ 244 bilhões, o que se traduzia num superávit comercial de US\$ 23 bilhões, em 2007 esses valores eram de US\$ 1,4 trilhão e US\$ 1,1 trilhão, fazendo com que o superávit comercial atingisse a cifra de US\$ 295 bilhões.

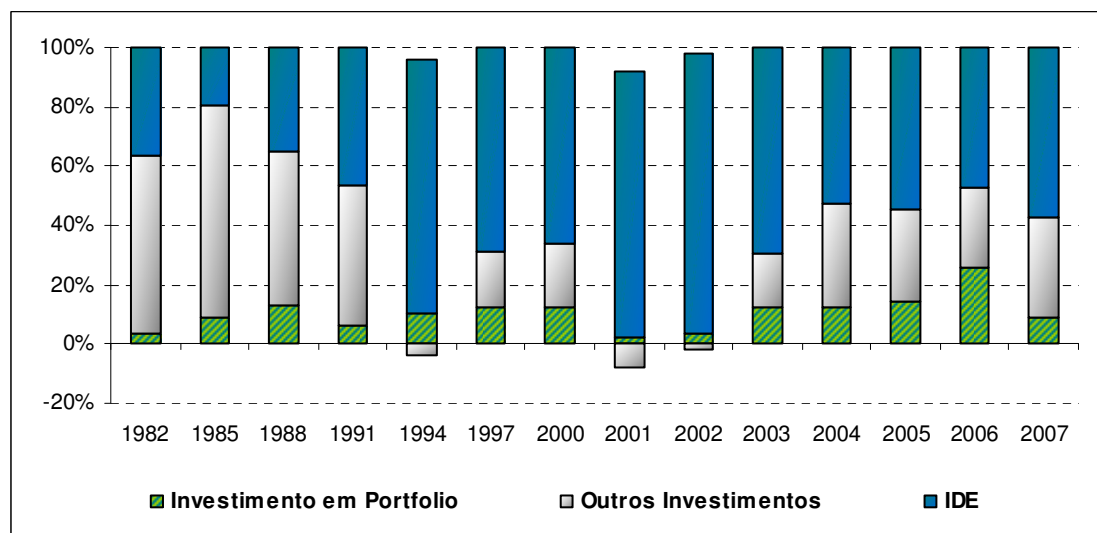
Gráfico 14 – China: evolução do comércio internacional.
1978-2008 (em US\$ bilhões)



Fonte: *Handbook of Statistics* – Unctad (2009). Elaboração própria.

Embora a conta corrente tivesse sido o principal instrumento para ampliar o saldo do balanço de pagamentos, a conta capital também contribuiu positivamente nesse sentido. No entanto, a contribuição dessa conta se deu a partir dos ingressos do IDE e não dos investimentos em portfólio. Conforme aponta o Gráfico 15, a principal modalidade de capital estrangeiro recebida pela China, desde a década de 1980, foi o IDE.

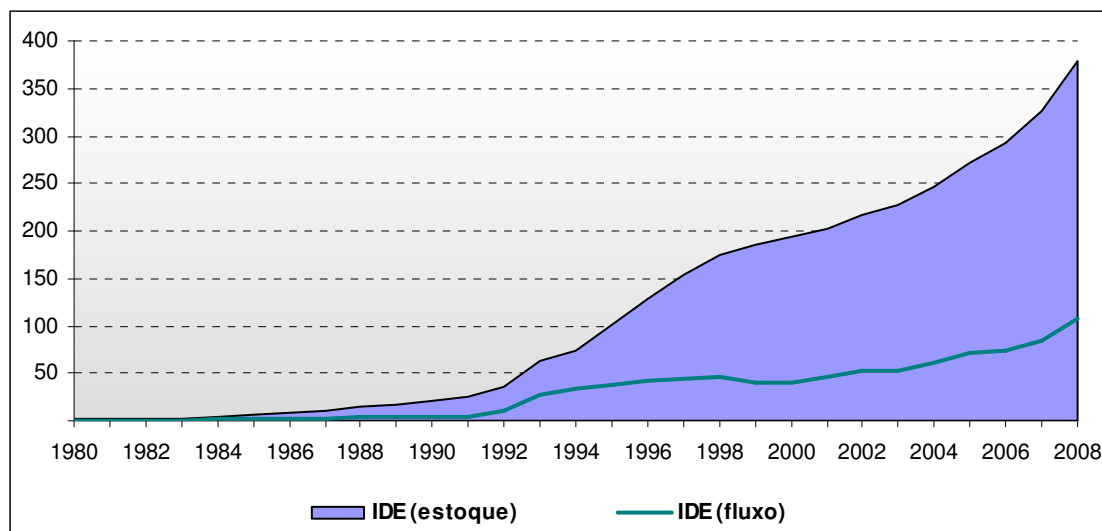
Gráfico 15 – China: Participação dos fluxos líquidos de capital recebidos por tipo
1982-2007 (anos selecionados) (em %)



Fonte: *International Financial Statistics* – IMF (2008). Elaboração Própria

Embora nos anos 1980 outras modalidades de investimento rivalizassem com o IDE, já em 1991 essa modalidade de investimento se tornou o principal responsável pelo ingresso de recursos externos no país via conta capital. Naquele ano, quase metade de todo o capital recebido pelo país era na forma de IDE. Até 2003, esse valor foi só aumentando, atingindo quase 100% em 2002. Apesar da queda de participação no período posterior, o IDE continuou sendo o principal capital recebido pela conta financeira. Essa predominância pode ser confirmada pela acelerada expansão dos seus valores correntes, como indica o Gráfico 16.

Gráfico 16 – China: fluxos e estoques de IDE recebido
1980-2008 (em US\$ bilhões)



Fonte: *Handbook of Statistics* – Unctad (2009). Elaboração própria

Se entre 1985 e 1991, já se presenciou um salto considerável nos volumes recebidos de IDE que, em termos de estoque, alcançou a cifra de US\$ 36 bilhões, desde 1992 esse crescimento foi ainda mais impressionante. Num primeiro momento, até 2000, a China recebeu fluxos de IDE na ordem de US\$ 323 bilhões (sendo que no ano 1998 esses fluxos alcançaram o valor de US\$ 46 bilhões) ampliando o estoque total naquele último ano de US\$ 203 bilhões. Num segundo momento, ainda ocorreu uma aceleração no ingresso desses investimentos que, em termos de estoque no ano de 2008, chegou ao valor de US\$ 378 bilhões.

Na próxima seção, busca-se mostrar que o êxito do desenvolvimento chinês em termos de crescimento do produto e das contas do balanço de pagamentos também se refletiu em avanços consideráveis da área social.

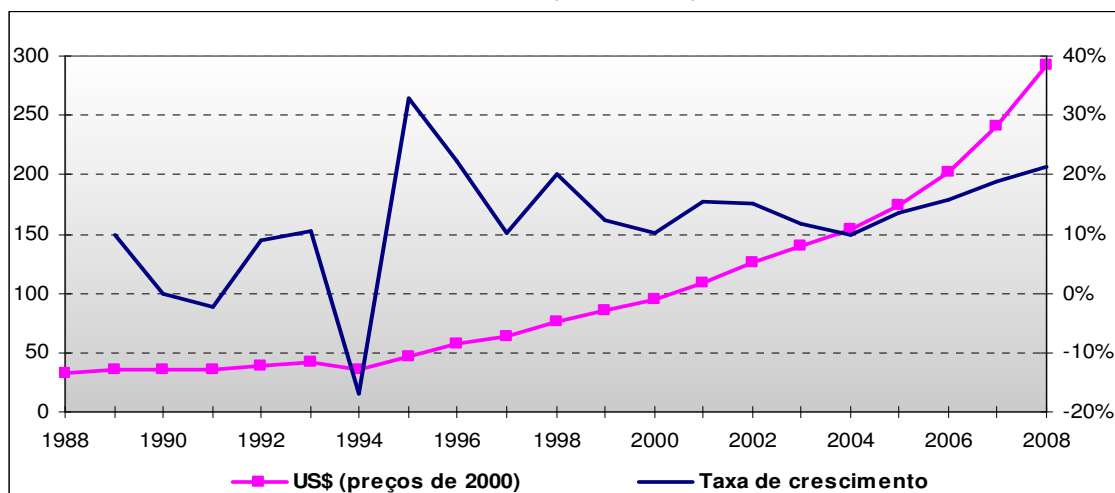
4.3 As transformações sociais: aumento dos salários, redução da pobreza e melhora do padrão de vida

Na área social e do mercado de trabalho, as transformações estruturais da economia, combinadas às altas taxas de crescimento do PIB, motivaram inicialmente a expansão do nível de contratação da força de trabalho. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization – ILO*), entre 1980 e 1999, o crescimento do emprego foi da ordem de 2,6% a.a. e, a partir do decênio seguinte, e de 0,9% a.a. Esse movimento ocorreu acompanhado não somente da redução do desemprego (que ao longo das últimas três décadas ficou abaixo dos 5%), mas principalmente da elevação dos salários.

Como mostra o Gráfico 17, embora de 1989 a 1994, os salários reais urbanos tivessem permanecidos estacionados na faixa dos US\$ 35-45, em função das altas taxas de inflação, desde 1994, estes valores cresceram consideravelmente, multiplicando-se por quase sete vezes, o que refletiu uma taxa de crescimento quase sempre superior aos 10% a.a.

Se, entre 1989 e 1994, o salário real médio ficou praticamente inalterado, na casa dos US\$ 35, desde então, elevou-se de modo progressivo, em especial ao longo dos anos 2000. Enquanto na segunda metade da década de 1990 (1995-1999), o salário menos que dobrou, ampliando-se de US\$ 47 para US\$ 85, na década seguinte (2000-2008), o salário triplicou saltando de US\$ 94 para US\$ 292. Em todo o período, o forte crescimento do salário liderou, como já mencionado, a expansão do consumo das famílias.

Gráfico 17 – China: evolução dos salários urbanos reais
1988-2008 (em US\$ e %)



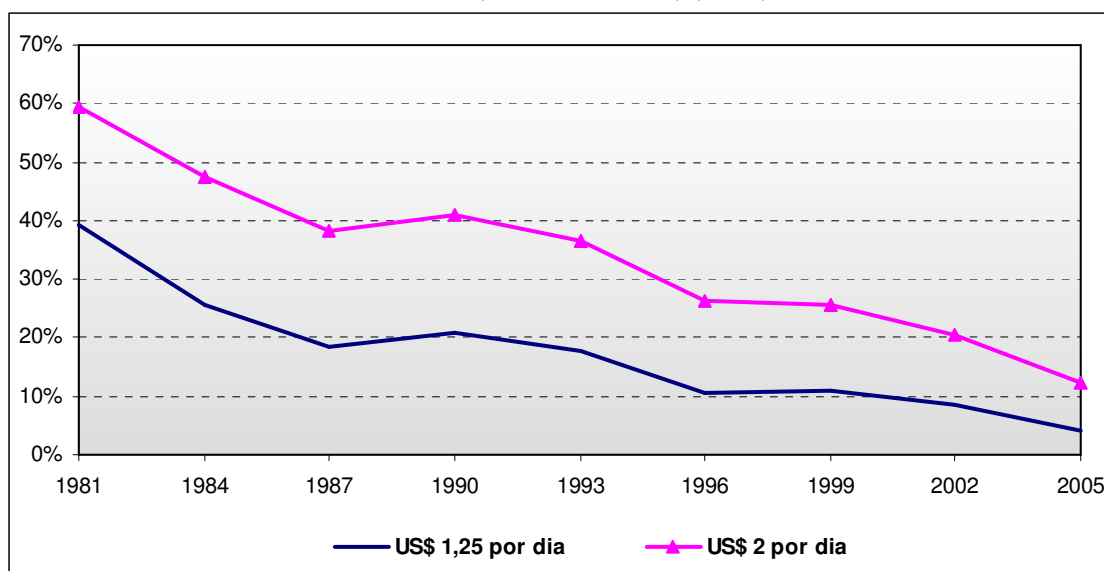
Fonte: Laborsta – ILO; *World Development Indicators*; *Global Development Finance – World Bank* (2009). Elaboração Própria

Além disso, essas alterações no mercado de trabalho introduziram outras profundas reestruturações no interior da sociedade chinesa, dentre as quais se podem destacar o aumento da participação dos setores primário e secundário na composição do emprego, bem como do fluxo migratório da população rural para as cidades¹⁷⁴. Todavia, o produto mais importante dessa elevação da renda e dos salários foi a expressiva redução da pobreza, como comprova o Gráfico 18.

Desde o começo dos anos 1980, a população abaixo da linha da pobreza, seja a de US\$ 2 por dia ou a de US\$ 1,25, era superior a 35%. No entanto, de modo progressivo, o hiato de pobreza foi caindo até alcançar no período recente valores inferiores a 15%. Entre 1990 e 2005, por exemplo, a população que ganhava menos de US\$ 2 por dia diminuiu de 41% para 12% e a parcela que tinha uma renda inferior a US\$ 1,25 por dia também decresceu, saindo de 21% para 4%.

Gráfico 18 – China: evolução do hiato da pobreza (% população abaixo da linha de pobreza)

1981-2005 (anos selecionados) (em %)



Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

A queda da pobreza também se manifestou, dentre outros aspectos¹⁷⁵, pela apropriação das classes sociais mais baixas do aumento da renda. Em que pese o crescimento da desigualdade

(174) O Gráfico A.10, no Anexo, expõe a composição do emprego chinês.

(175) Um aspecto importante que também refletiu a redução da pobreza na China foi a melhoria das condições alimentares. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (*Food and Agriculture*

social (confirmado pela crescente participação dos mais ricos no total da renda chinesa), a Tabela 7 mostra que a participação das classes mais baixas urbanas na renda apresentou uma pequena queda, mas que continuou sendo relevante se comparados às demais classes. O segundo quintil da renda (população entre 20% e 40% mais pobre), por exemplo, perdeu, entre 1995 e 2005, apenas cerca de três pontos percentuais da sua participação, que se situou em 12,1% nesse último ano.

Tabela 7 – China: evolução da desigualdade e da participação da população urbana na renda

1995-2005 (anos selecionados) (em %)			
	1995	2000	2005
20% mais pobres	11,1	9,7	7,2
20%-40%	15,2	14,2	12,1
40%-60%	18,5	18,1	16,6
60%-80%	22,6	23,0	22,7
20% mais ricos	32,6	35,0	41,4
Gini (%)	20	24	32

Fonte: Knight (2008)

Esse movimento de apropriação da renda pelas classes mais baixas, no entanto, ficou mais explícito quando analisada a evolução dos dados da população rural, apresentada na Tabela 8. De 1995 a 2005, o percentual da renda detido pela população 60% mais pobre permaneceu praticamente estável, uma vez que sua participação decresceu de somente 36,3% para 33,5%. Isso significou, obviamente, que a apropriação da renda pelos 20% mais ricos pouco se modificou, ao longo desses anos, saindo de 40,4% para 43,8%.

Tabela 8 – China: evolução da desigualdade e da participação da população rural na renda

1995-2005 (anos selecionados) (em %)			
	1995	2000	2005
20% mais pobres	7,4	7,0	6,0
20%-40%	12,2	12,4	11,4
40%-60%	16,7	17,6	16,1
60%-80%	23,3	23,8	22,6
20% mais ricos	40,4	39,1	43,8
Gini (%)	31	30	35

Fonte: Knight (2008)

Além da minoração na pobreza, as transformações observadas nessas últimas três décadas também ordenaram a queda acentuada da taxa de mortalidade e a ampliação da expectativa de vida, assim como a elevação das condições de vida da população. Em relação a esse último

Organization – FAO), o consumo diário médio *per capita* de proteínas na China cresceu de 69,5 gramas no triênio 1990-1992 para 93,1 gramas no período 2004-2006.

aspecto, os indicadores revelaram uma contínua melhora do acesso a energia, água e saneamento básico pela população chinesa. De acordo com o Banco Mundial, entre 1990 e 2006, o percentual dos chineses que teve maior facilidade ao acesso de fontes de água¹⁷⁶ e saneamento básico aumentou, respectivamente, de 67% e 45% e para 88% e 68%. Quanto à expectativa de vida, os números também do Banco Mundial comprovam que houve um crescimento considerável desse indicador, uma vez que em 1990 a expectativa de vida, na média, era de 66 anos e, em 2007, de 72,9 anos (*WORLD BANK*, 2009a e b). Por fim, no que diz respeito às taxas de mortalidade, a Tabela 9 mostra os avanços observados desde o começo dos anos 1980.

Tabela 9 – China: evolução da taxa de mortalidade
1980-2008 (anos selecionados) (óbitos a cada 1000 pessoas)

	Taxa de mortalidade		
	Feminina	Masculina	Infantil
1980	148,0	185,0	46,1
1990	135,0	160,0	36,8
2000	107,7	165,9	29,8
2001	104,5	163,8	-
2002	101,4	161,7	-
2003	98,8	159,6	-
2004	96,9	157,6	-
2005	95,0	155,5	21,5
2006	93,1	153,4	20,2
2007	91,2	151,4	19,0
2008	89,5	149,2	17,8

Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

Portanto, ao longo deste capítulo foi possível constatar que todas as reformas da economia chinesa, ao lado da gestão de uma política macroeconômica orientada para expansão dos investimentos, das exportações e da produção, deram início a um processo de crescimento ininterrupto da economia que foi acompanhado de uma eliminação acelerada da vulnerabilidade externa e da miséria. Além da própria expansão da demanda agregada, a crescente elevação do nível das reservas – motivada pelas exportações e pelo IDE – e a melhora dos indicadores sociais e do mercado de trabalho, tais como salários, hiato de pobreza e expectativa de vida, foram exemplos desse processo.

(176) Segundo o próprio Banco Mundial, a facilitação do acesso a fontes de água se refere aos locais que, por meio da instalação de novos canais de conexão com recursos hídricos, tais como encanamento, fontes públicos e poço protegido, conseguiram disponibilizar o acesso, per capita, de pelo menos 20 litros diários de água num raio de um quilômetro de distância das habitações de cada indivíduo (*WORLD BANK*, 2009).

Assim, parece um truísmo afirmar que a rápida acumulação de capital e as mudanças estruturais instituídas pelas reformas econômicas, de fato, permitiram ao governo chinês alcançar as metas de ampliar e modernizar a economia, bem como de eliminar a restrição externa e os altos índices de pobreza. Isso, portanto, evidenciou-se que o processo de acumulação de capital e reestruturação econômica e social promoveu a incorporação de uma grande parte da população aos padrões de consumo mais elevadas, da mesma forma que melhorou suas condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Parte II desta dissertação teve como principal objetivo mostrar a reestruturação da economia e da sociedade chinesa, a partir das mudanças no interior da política econômica, que impulsionou a rápida expansão da renda e o fim da restrição externa. Nesse sentido, indicaram-se as principais diretrizes das políticas macroeconômicas e do conjunto de reformas estabelecido pelo governo chinês, desde 1978, bem como se apresentaram os principais resultados sociais e econômicos oriundos de todas essas transformações.

Conicionados pelas mediações históricas apresentadas na Parte I, as “Quatro Modernizações” buscaram progressivamente alterar o modo de funcionamento da estrutura de produção e do complexo tecnológico do campo e das cidades. Em termos gerais, o governo chinês utilizou uma estratégia gradualista de abertura, ao mesmo tempo em que criou instrumentos para estimular a expansão dos investimentos e da tecnologia nacional. Além disso, a entrada do capital estrangeiro – pilar fundamental para impulsionar as exportações e a tecnologia – também esteve condicionada a regras e critérios estipulados pelo Estado, nos quais somente permitiam sua entrada em regiões e setores predefinidos seja pelo governo central, seja pelos governos locais. Contudo, mais importante que esses processos de abertura e entrada do capital forâneo, foi a opção do governo de manter sob poder do Estado, o comando da produção e da tecnologia nos setores-chave da economia, forçando a modernização e o aumento de competitividade da agricultura, das empresas e das instituições de pesquisa nacionais. Entretanto, embora esses traços tivessem norteado todas as transformações desses setores, a reforma em cada um destes guardou características bastante específicas.

Nas reformas da estrutura de produção do campo, o governo alterou a dinâmica de produção agrícola por meio da eliminação das comunas agrícolas, dando maior liberdade às famílias rurais de produzirem e negociarem seus bens. Além disso, o governo aumentou e liberalizou gradualmente os preços dos produtos primários, bem como realizou um intenso programa de modernização dos insumos agrícolas. Essas transformações, juntamente com a conformação de um cenário internacional mais favorável – principalmente por causa da abertura do mercado norte-americano –, possibilitaram uma expansão e diversificação da agricultura chinesa. Outra mudança que ocorreu na produção do campo foi o rápido desenvolvimento das empresas industriais, as TVE. Aproveitando o forte crescimento da própria agricultura, a entrada

de empresas estrangeiras e a liberdade para produzir, essas empresas não apenas expandiram sua capacidade produtiva, como também foram deslocando sua produção de bens agrícolas industrializados e intensivos em trabalhos para manufaturas de maior conteúdo tecnológico.

Nas reformas da indústria e no setor de tecnologia urbano, as modificações promovidas pelo governo chinês ocorreram por intermédio da abertura do mercado interno para o capital estrangeiro e de inovações estruturais e institucionais da indústria nacional, num movimento capitaneado pelas instituições estatais. Por um lado, a articulação da indústria chinesa com as empresas estrangeiras, mediante a atração de IDE, permitiu o *upgrade* tecnológico e o fortalecimento da base exportadora nacional, em razão da forte regulação imposta pelo Estado chinês. O objetivo foi de acelerar o desenvolvimento tecnológico e as exportações, assim como de internalizar as inovações e as estruturas de exportações das empresas estrangeiras. Esses movimentos, inseridos num contexto de aproximação da China com os Estados Unidos e com os países desenvolvidos da Ásia, impulsionaram o desenvolvimento das empresas nacionais. Por outro lado, o governo também iniciou um processo de abertura da indústria nacional e introduziu reformas institucionais que aumentaram a competitividade e a liberdade de atuação das empresas e instituições de pesquisa estatais. Além disso, o Estado coordenou as reformas dos setores industrial e de tecnologia, o que, juntamente com a entrada do capital estrangeiro, deu às empresas estatais a condição de comandar o desenvolvimento do complexo tecnológico e industrial, fazendo que essas empresas se tornassem líderes em vários segmentos da estrutura produtiva global.

Todavia, a execução de todas essas transformações dependeu da capacidade dos produtores agrícolas e das TVE, bem como das empresas e instituições estatais de ampliarem seus investimentos. Em função disso, o governo chinês colocou em marcha uma reestruturação do sistema financeiro, que buscou expandir a concessão de crédito para os mais diversos setores da economia. Nesse sentido, além da implementação de instrumentos a fim de aumentar a transparência e a credibilidade das finanças chinesas, criaram-se bancos comerciais e de desenvolvimento responsáveis pelo financiamento de todas as atividades da economia. Ademais, concebeu-se uma abertura extremamente lenta do sistema financeiro, fazendo com que grande parte do sistema ainda permanecesse concentrada no setor público. Isso não somente permitiu ao Estado direcionar o crédito e controlar as atividades do sistema financeiro, como também

autorizou a introdução de inovações de gestão que melhoraram a eficiência e a competitividade das instituições chinesas.

Concomitantemente às reformas financeiras, o governo adotou novas políticas macroeconômicas que apoiaram o crescimento das exportações e dos investimentos, bem como a estabilidade econômica e política. Nesse sentido, a gestão chinesa da política macroeconômica foi ancorada em três pilares: taxa de câmbio administrada e com fortes controles dos movimentos de capitais, para apoiar o processo de industrialização e de desenvolvimento do setor exportador; política monetária, que caminhou para uma gestão de uma economia monetária capitalista, na qual permitiu a expansão da liquidez interna e garantiu a baixa inflação; e gestão das finanças públicas, por meio da coordenação do déficit fiscal e da dívida pública, que foi feita a fim de estimular a FBCF e controlar o nível de preços da economia.

Esse modelo macroeconômico, ao lado das reformas implementadas nos últimos 30 anos, revelou-se capaz de atenuar os movimentos cíclicos da economia, que foram puxados pelas transformações recorrentes da economia capitalista global. Além de reduzir esses efeitos, as reformas e a gestão macroeconômica da China permitiu ao país alcançar altíssimas taxas de crescimento da renda e de redução da pobreza, do mesmo modo que eliminar a vulnerabilidade externa.

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Ao longo deste trabalho, foi apresentada a complexidade que envolveu o processo recente de mudanças estruturais da economia chinesa, desde que o país iniciou suas reformas das “Quatro Modernizações” em 1978. Essa complexidade refletiu, em primeiro lugar, o ambiente histórico, conjuntural e estrutural onde essas mudanças ocorreram e, em segundo lugar, a estratégia utilizada pelo Estado para promovê-las.

Logo, uma leitura mais ampla e profunda das transformações econômicas observadas nas últimas três décadas na China não pode se limitar à análise dos processos de abertura, mas deve apreender outras dimensões nas quais essas transformações estão imersas: os eventos históricos, a estrutura do sistema econômico e político global, a conjuntura geopolítica e geoeconômica e as relações internas de poder. Além dessas dimensões, todas as mudanças ocorridas na China têm como grande articulador e planejador o Estado Nacional, fato que confere uma especificidade importante às reformas chinesas se comparadas àquelas executadas por outros países em desenvolvimento, tanto capitalistas como socialistas.

Foram todos esses aspectos que deram à China a oportunidade não somente de avançar na industrialização e acelerar a acumulação interna de capital, como também alavancar significativamente o grau de desenvolvimento da sua economia e sociedade, promovendo sua integração ao bloco mais dinâmico do sistema capitalista. Conforme lembrou Furtado (2008, p. 97-98), o processo de industrialização e a capacidade de acelerar a acumulação de capital por si só não traz automaticamente o desenvolvimento de uma sociedade. Este somente ocorre na medida em que um determinado país se torna capaz de realizar transformações sociais importantes, integrando uma massa de assalariados aos padrões de consumo das classes sociais mais elevadas.

Embora no início das reformas a China apresentasse um patamar de extrema igualdade social, as reformas de abertura poderiam significar apenas a aceleração da acumulação do capital e esta beneficiar uma parcela extremamente limitada da população. Não foi isso que se observou na China. Em função daquelas dimensões escritas nos parágrafos iniciais dessas considerações finais, as transformações ocorridas na China foram capazes de dinamizar vários segmentos da economia e da sociedade, ainda que as diferenças sociais e regionais tivessem se ampliado ao longo desses últimos 30 anos.

A primeira dessas dimensões respondeu às heranças trazidas do período anterior das “Quatro Modernizações”, nas quais se destacaram a consolidação de um regime socialista liderado pelo PCC, a partir de 1949, que teve o objetivo claro de manter a estabilidade social e modernizar a economia do país. Isto é, o socialismo chinês buscou promover e sustentar a ascensão social e econômica dos camponeses e do pequeno operariado, bem como acelerar o processo de modernização do país, visto como fundamental para, por exemplo, neutralizar as ameaças externas.

Esses objetivos, por seu turno, foram produtos de um contexto histórico e de uma conjuntura política muito particular. Primeiramente, a sociedade chinesa estruturada no imperialismo, por causa de sua organização social e econômica, apresentava como características predominantes a paralisação e o imobilismo, impedindo a realização de transformações que permitissem a modernização da economia e a ruptura da estrutura social. Como consequência desse primeiro aspecto, a China, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, sofreu várias invasões estrangeiras, que significaram perdas econômicas e expansão de conflitos territoriais, colocando em xeque a sua integração e soberania nacional. Além disso, as tensões existentes com o partido nacionalista (representante de grande parte da elite imperial), que se acirraram após o fim da guerra com o Japão em 1945, fez com que se intensificasse o sentimento contrário às classes mais abastadas e às estruturas remanescentes do imperialismo.

Efetivamente, esse cenário acentuou duas fragilidades da China: o atraso material e econômico em relação ao exterior e o alto nível de opressão e miséria das classes sociais mais baixas. Por conseguinte, a ascensão de um partido à condição de líder do desenvolvimento nacional estava necessariamente ligada à superação dessas duas fragilidades. O PCC, liderado por Mao, conseguiu atingir essa condição, isto é, tornou-se o representante legítimo da maioria da população, transformando a ideologia socialista numa identidade nacional. Tal fato ocorreu depois que o PCC liderou a vitória do país na guerra sino-japonesa em 1945 e quando estabeleceu uma política revolucionária que priorizava a realização da reforma agrária.

Desse modo, a revolução socialista ganhou grande legitimidade internamente, pois conseguiu, concomitantemente, afastar as ameaças de invasões estrangeiras e romper com a estrutura social e política imóvel da era imperial. Essas ideias se materializaram, por exemplo, na Revolução Cultural (iniciada em 1966), que buscou combater a cristalização e o enrijecimento da

burocracia dentro do PCC, reafirmando os laços de compromisso com a ascensão do campesinato e do operariado, bem como sustentar uma estratégia de auto suficiência militar e econômica.

Contudo, logo este movimento perdeu sua legitimidade na sociedade chinesa, devido a radicalização com a qual foi implementada. Essa radicalização estabeleceu um regime interno de terror e trouxe uma convulsão social, além de não ter eliminado tanto a miséria de grande parte da sociedade chinesa, como o atraso econômico e militar em relação às potências estrangeiras. Foi nesse cenário que as “Quatro Modernizações” (1978) surgiram enquanto um novo projeto de desenvolvimento para o país.

Aproveitando o aprofundamento das tensões sociais e políticas em meados dos anos 1970, que atingiu seu ápice com a morte de Mao em 1976, o novo líder do PCC, Deng Xiaoping, conseguiu aprovar e em 1978 uma ampla reforma na base econômica, denominada “Quatro Modernizações”. Essas reformas introduziram um padrão de acumulação tipicamente capitalista em quatro setores: agricultura, indústria, C&T e militar. Influenciadas pela NEP soviética, as “Quatro Modernizações” buscaram um desenvolvimento econômico com participação do setor privado, mas preservando as esferas de controle do Estado nas esferas econômica e política. Em outras palavras, as reformas instauradas por Deng tiveram como objetivo acelerar o desenvolvimento econômico e alcançar uma inserção internacional soberana da China, por meio da execução de transformações que incorporavam progressivamente estruturas econômicas capitalistas, mas que concomitantemente preservavam a regulação do Estado.

Na verdade, o que o PCC procurou fazer foi aproveitar a base ideológica consolidada por Mao, que incorporava dentro do Partido os interesses da maior parte da população, bem como a ampla capacidade de controle do Estado – por intermédio do Exército e dos governos regionais – modificando gradualmente o eixo de funcionamento da economia. Assim, optou-se pela execução de um programa gradual de reformas que, por um lado, evitou realizar mudanças radicais e sustentou o núcleo de funcionamento e legitimidade do PCC e, por outro, promoveu o desenvolvimento e a modernização das forças de produção expandindo rapidamente o nível da renda e enfrentando à restrição externa.

Todavia, a superação dos desafios históricos, que contornaram a estruturação das “Quatro Modernizações”, foi estrangida pelas mudanças estruturais da economia capitalista global. Como as reformas promoveram uma abertura da economia chinesa ao setor privado e ao capital estrangeiro, tornou-se fundamental analisá-las no interior dos processos de globalização das

finanças e da produção que determinaram o funcionamento de centro dinâmico do capitalismo desde os anos 1970.

Sumariamente, o governo chinês limitou a sua abertura ao processo de globalização da produção, limitando que houvesse qualquer avanço desta no setor financeiro. Esse caminho seguido pela abertura caracterizou uma importante diretriz das reformas chinesas: aproveitar o capital produtivo estrangeiro para atrair tecnologia de ponta e divisas, impondo importantes marcos regulatórios à sua atuação, e controlar os mecanismos de financiamento que impulsionariam o desenvolvimento interno dessas tecnologias e da indústria nacional. Essa diretriz significou, portanto, a liberalização para a entrada do IDE e a restrição para a entrada de agentes externos no setor financeiro, o que permitiu a manutenção do monopólio do crédito no setor público. Destarte, a China, através do IDE, alcançou o aumento de sua participação nas exportações mundiais, facilitou seu acesso às fontes externas de capital e tecnologia de ponta, e trouxe modernas técnicas administrativas para as empresas nacionais.

Como a industrialização e as modernizações foram moldadas não somente pelas particularidades históricas da sociedade chinesa – a busca de um desenvolvimento socioeconômico guiado pelo Estado Nacional – mas, outrossim, pela forma como essas particularidades se relacionaram com as transformações do sistema capitalista, as reformas chinesas passaram por mudanças importantes. Em primeiro lugar, num contexto dominado pela Terceira Revolução Industrial e pela acelerada geração de inovações civis e militares, a superação do atraso das forças de produção da China somente seria alcançada mediante a articulação com as indústrias estrangeiras situadas na ponta tecnológica. Isso, por sua vez, demandou a elaboração de uma delicada concertação política e econômica para incentivar e regular a entrada do capital estrangeiro¹⁷⁷. Em segundo lugar, foi necessária também a rápida expansão das fontes de financiamento, visando atender as crescentes demandas por investimentos na expansão da infraestrutura e na disseminação do novo padrão tecnológico.

Depois das questões históricas, os cenários geopolítico e geoeconômico se constituíram na segunda dimensão de análise das transformações ocorridas na China nas últimas três décadas. Em relação ao cenário geopolítico, o lançamento da Segunda Guerra Fria pelo governo Reagan no início da década de 1980, ao mesmo tempo em que procurou isolar e derrotar a União Soviética,

(177) Nesse ponto, vale ressaltar que essa concertação permitia que a modernização das formas produtivas chinesas tivesse se dado em torno das estruturas capitalistas com apoio no IDE, mas sustentou o desenvolvimento autônomo de sua economia, mantendo sua soberania e segurança nacional.

apoiou a consolidação de movimentos sociais contrários ao socialismo, bem como incitou o desenvolvimento econômico em regiões que pertenciam à zona de influência do bloco socialista. Em razão da sua posição geopolítica privilegiada dentro da Ásia, a China assumiu um papel estratégico fundamental para Estados Unidos. Para alcançar o objetivo de isolar a União Soviética e pulverizar a ideologia socialista, os norte-americanos formularam uma estratégia de aproximação com os demais países comunistas – apoiando grupos políticos e movimentos sociais de oposição aos regimes socialistas então vigentes – e/ou praticando políticas econômicas expansionistas, a fim de trazê-los para sua própria órbita de influência e restringindo o espaço de atuação político e ideológico dos soviéticos no sistema mundial.

Desse modo, a retomada das relações com a China e o apoio ao seu crescimento era uma forma de os norte-americanos sinalizarem que os principais países do bloco socialista estavam progressivamente se deslocando para a zona de influência capitalista, não respondendo mais aos interesses dos soviéticos. Tendo em vista esse cenário, a China tirou proveito das concessões oferecidas pelos Estados Unidos a fim de apoiar seu desenvolvimento econômico. Na verdade, houve um casamento de interesses que possibilitou a rápida aproximação entre os dois países, pois, juntamente com esse projeto norte-americano de isolamento do socialismo soviético, os chineses buscaram retomar suas relações econômicas com o mundo capitalista de modo a possibilitar a diminuição das suas restrições externas. Essa aproximação significou, principalmente, a abertura do mercado de consumo norte-americano para as exportações, assim como a criação de canais de financiamento para as importações chinesas de máquinas e alimentos.

No que se refere ao cenário geoeconômico, a China se beneficiou da ampliação do conflito econômico entre Estados Unidos e Japão nos anos 1980, que promoveu uma reorganização da estrutura de produção regional da Ásia. Visando minar a aproximação tecnológica e econômica do Japão, os Estados Unidos procuraram estabelecer mecanismos a fim de reduzir os acúmulos dos superávits comerciais japoneses, que se constituiu numa das principais fontes de crescimento das grandes empresas do Japão. Nessa direção, as pressões realizadas pelos norte-americanos para desvalorizar o dólar e reduzir seus déficits comerciais impuseram uma apreciação ao iene e estabeleceram cotas voluntárias às exportações nipônicas, nos Acordo Plaza de 1985 e do Louvre de 1987.

Como forma de minimizar os efeitos recessivos dessa concertação, as autoridades japonesas iniciaram uma política macroeconômica fortemente expansiva, relaxando as condições monetárias e fiscais domésticas, o que permitiu a transferência de suas empresas para as regiões menos desenvolvidas da Ásia. As restrições impostas pelos Acordos Plaza e do Louvre, que posteriormente também atingiram Taiwan e Coreia do Sul, fizeram com que as firmas desses últimos países, da mesma forma que as japonesas, se deslocassem para outras nações igualmente menos desenvolvidas do continente. Esse deslocamento intra-regional da produção dos países mais desenvolvidos da Ásia, além da própria expansão dos investimentos norte-americanos no continente asiático, beneficiou os chineses, pois esses últimos passaram a absorver investimentos e plantas produtivas sofisticadas direcionadas para exportação oriundas de Japão, Coreia do Sul e Taiwan e nos anos 1990 dos Estados Unidos.

Apesar da mudança dessa lógica em meados da década 1990, quando a modificação da estrutura de financiamento das economias asiáticas lançou um realinhamento das moedas do continente, a China fortaleceu nesse período a sua condição de base exportadora da Ásia. Em primeiro lugar, porque a maior desvalorização do iuane em relação às outras moedas da região (que se valorizaram frente ao iene) fez com que os chineses continuassem adquirindo indústrias exportadoras de países como Coreia do Sul e Taiwan. Em segundo lugar, porque o rápido crescimento da economia chinesa num ambiente de recessão do continente, principalmente depois da crise de 1997, motivou uma maior concentração dos investimentos produtivos não somente da região, mas de outras partes do mundos naquele país.

A terceira dimensão de análise das transformações chinesas diz respeito aos conflitos internos de poder. Em suma, os eventos externos ocorridos, desde o final dos anos 1970, dentre os quais se destacaram as Guerras do Vietnã e do Golfo, o Sindicato da Solidariedade polonês e o colapso da União Soviética, fecharam qualquer possibilidade de uma ampla abertura política e estreitaram as relações entre o PCC e o ELP, fazendo com que a modernização deste último órgão fosse uma tarefa prioritária das reformas.

Por um lado, as duas guerras deixaram evidentes as fragilidades do exército chinês frente ao setor militar dos países mais desenvolvidos. Isso representava uma ampliação das ameaças externas, o que poderia significar também uma fonte adicional de instabilidade social e política e, por consequência, um abalo no regime socialista. Devido a isso, o governo executou um programa de modernização do ELP, estreitando ainda mais a relação deste com o próprio PCC.

Por outro lado, o Sindicato da Solidariedade e o colapso soviético mostraram as debilidades dos outros sistemas socialistas. Desse modo, o estreitamento do ELP com o PCC não representou apenas um meio de conter as ameaças externas, mas também de impedir que movimentos sociais internos afetassem a soberania do Partido. Nesse sentido, vale destacar que, principalmente depois das tensões ocorridas na Praça Tiananmen em 1989, o governo rejeitou grandes avanços no projeto de abertura política, alegando uma possível ascensão da instabilidade social e econômica, a exemplo do que se viu na Rússia nos anos 1990.

Todos esses aspectos influenciaram de maneira importante o curso das “Quatro Modernizações”. Em termos gerais, a consecução de um projeto gradualista de reformas respondeu à grande rejeição de qualquer mudança radical e a necessidade de controle do Estado para evitar que as mudanças do sistema trouxessem grandes instabilidades sociais e crises econômicas. Em termos mais específicos, certas diretrizes das reformas foram estabelecidas – como no caso do desenvolvimento da indústria exportadora – aproveitando oportunidades abertas pelo sistema internacional. Além disso, deve-se destacar que outras transformações – como a reforma das estatais – estiveram condicionadas à necessidade de manutenção da soberania nacional e à preservação de elementos que legitimavam o PCC.

Todavia, além desses condicionantes, as reformas de cada setor visaram superar obstáculos particulares a fim de acelerar seu desenvolvimento. Ou seja, os objetivos e as especificidades de cada setor, juntamente com as dimensões históricas, conjunturais e estruturais, tanto da esfera interna como externa, pontuaram a estratégia de reformas setoriais.

No campo, as transformações da produção compreenderam um processo de abertura e modernização da agricultura e de consolidação das TVE. As reformas na agricultura foram pautadas inicialmente por um relaxamento dos preços e da estrutura de produção, permitindo aos camponeses venderem uma parte do excedente produzido e determinarem os preços desses bens. Concomitantemente, o governo foi melhorando esse ambiente de produção agrícola, mediante a redução das taxas de recolhimento do excedente e a expansão dos preços dos bens determinados pelo Estado. Posteriormente, o governo fomentou o desenvolvimento de inovações na agricultura, especialmente na criação de novos fertilizantes químicos e na aquisição de novas máquinas e equipamentos, a fim de acelerar o processo de modernização do setor. Além das mudanças na agricultura, a produção do campo ganhou um novo dinamismo com a expansão das TVE. Essas empresas coletivas, que passaram a atuar em segmentos mais dinâmicos da indústria, a partir da

liberdade de negociarem no mercado e se associarem às empresas estrangeiras e estatais, viram acelerar sua produção e acumulação de capital desde o final dos anos 1970.

Na indústria urbana e no setor de C&T, as mudanças ocorreram tanto na esfera externa como interna, num processo amplamente regulado pelo Estado. Na esfera externa, a atração de IDE de empresas estrangeiras, especialmente em setores exportadores, tinha basicamente o objetivo de atrair recursos financeiros e tecnológicos do exterior. Esses recursos foram fundamentais com o intuito de reduzir a distância do país na fronteira tecnológica e eliminar a vulnerabilidade das contas externas. Na esfera interna, além dos processos de abertura da indústria e da C&T para melhorar a performance das instituições de pesquisa e empresas nacionais, o Estado atribuiu às estatais a função de gerir a ampliação dos investimentos e da modernização tecnológica em setores estratégicos, como energia e microeletrônica.

Essas transformações, além daquelas estabelecidas para o setor militar, por sua vez, somente se materializaram por causa de outra reforma: a do sistema de financiamento. A reforma nesse setor basicamente expandiu as instituições públicas que forneciam crédito para as mais diversas atividades produtivas. Com essa expansão, o volume de crédito destinado para o consumo interno e investimentos também cresceu velozmente desde o início das reformas. No período recente, conquanto as reformas tivessem permitido a entrada de capital estrangeiro visando modernizar e tornar os bancos mais eficientes, o sistema financeiro continuou predominantemente estatal com instituições mais competitivas e cobrindo quase todos os setores-chave da economia.

Por fim, ainda foi ressaltado que essas reformas também adquiriram grande dinamismo em função de um conjunto de políticas macroeconômicas que, na maior parte do tempo, tiveram um caráter fortemente expansionista. As taxas de câmbio foram sendo desvalorizadas gradualmente ao longo do tempo a fim de apoiar as indústrias exportadoras e a formação de altos superávits da conta comercial. A política monetária procurou mesclar instrumentos de controle e expansão da liquidez para manter a estabilidade e esterilizar o alto nível de reservas sem, no entanto, afetar a trajetória do consumo e do investimento. A política fiscal, por sua vez, buscou criar condições de garantir o horizonte de investimentos de longo prazo tanto das empresas, principalmente estatais e *joint-ventures*, como do próprio governo.

Assim, observou-se uma ampla coordenação entre as reformas econômicas e destas com as políticas macroeconômicas que permitiram ao governo chinês implementar sua estratégia de

modernizar e desenvolver a economia do país, ampliando as taxas de acumulação do capital mediante o rápido desenvolvimento das forças produtivas e a expansão do volume de investimentos. Indo mais além, Cardoso de Mello (1997, p. 23) afirmou que essa coordenação, regulada pelo Estado Nacional, possibilitou, além da rápida acumulação do capital, a integração da China ao centro dinâmico do capitalismo:

O capitalismo generaliza somente as relações mercantis. Mostrou-se incapaz de promover o nascimento de sistemas integrados, de difundir ampliadamente o progresso técnico. De maneira geral, a ampliação do Centro só ocorreu a partir das revoluções nacionais ou de projetos nacionais de desenvolvimento, como demonstra, neste século, o exemplo da China.

Nesse sentido, Furtado (2008) constatou que esses países ausentes do centro dinâmico do capitalismo somente conseguiram acelerar a acumulação de capital e, principalmente, transpor a barreira do subdesenvolvimento, a partir da ação do Estado Nacional enquanto propulsor das forças econômicas, mas especialmente da reestruturação social. No caso da China, observou-se que essa ação do Estado Nacional, materializada na coordenação de um conjunto de transformações econômicas e sociais, permitiu a acumulação do capital e a transferência dessa acumulação para diversos setores da sociedade.

Nesse ponto, deve-se ressaltar uma importante especificidade do processo de desenvolvimento da China: a manutenção de estruturas e do regime político socialista foi importante para que uma parcela ampla da população pudesse usufruir do processo de acumulação do capital, ainda que se observasse o aumento da desigualdade social, a existência de instabilidade política em algumas regiões do país e, principalmente, o crescente problemas relacionados ao setor de energia.

Portanto, essa dissertação procurou demonstrar que o alto nível de acumulação e o desenvolvimento alcançado pela China somente foi possível em função de um programa de reformas arquitetado e regulado pelo Estado. A complexidade de execução desse programa se explicou pelos diversos determinantes que surgiram ao longo das transformações e que condicionaram a implementação de certas políticas. Desse modo, a superação da miséria e da restrição externa – os dois principais desafios históricos impostos ao PCC –, que aconteceu somente depois das “Quatro Modernizações”, demandou uma articulação política, econômica e social, constrangidas pelas mediações históricas apontadas na Parte I, na qual o papel do Estado

foi deslocado para comandar o processo de modernização das forças de produção e de geração dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social, como visto na Parte II.

Assim, a superação do subdesenvolvimento e o alcance do *status* de potência internacional pela China apenas aconteceu quando o Estado Nacional foi capaz de, simultaneamente, desempenhar o papel de indutor do desenvolvimento econômico e incorporar grande parte da sociedade dentro do dinamismo econômico. Obviamente que os desafios a serem superados pela China ainda são imensos, todavia, a sua rápida modernização econômica realizada em apenas três décadas e a posição central que ocupa no atual desenho geopolítico e geoeconômico, sem dúvidas, colocam o país como um paradigma histórico do processo de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLY, L. China: uma inserção externa diferenciada. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, Instituto de Economia/Unicamp, n. 5: 24-31, out./dez. 2005.
- ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. Apresentação. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (orgs.) *Comércio Internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa*. Brasília: Ipea, 2010a.
- ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. A internacionalização das empresas chinesas. *Carta da Sobeet*, ano XIII, n. 54, abr. 2010b.
- ANDERSON, P. Ideias e ação política na mudança histórica. *Margem Esquerda*, n. 1: 79-92, 2003.
- ANDRADE, C. A. A. *Inovação e manufatura em setores de alta tecnologia: modelos de organização industrial e estágios da reestruturação produtiva*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Geociências/Unicamp, 2004.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp, 2003.
- _____. Reformas Econômicas na China. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, Instituto de Economia/Unicamp, n. 5: 3-8, abr./jun. 2005.
- BARNETT, S.; BROOKS, R. *China: does government health and education spending boost consumption?* Washington, DC: IMF, jan. 2010 (Working Paper n. 10/16).
- BASTOS, P. P. Z.; BIANCARELI, A. M.; DEOS, S. S. Controle de capitais e reformas liberais: uma comparação internacional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 3 (28): 545-576, dez. 2006.
- BELLUZZO, L. G. M. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____. O dólar e os desequilíbrios globais. *Revista de Economia Política*, vol. 25, n. 3 (99): 224-232, jul./set. 2005.

- _____.; CARNEIRO, R. M. Globalização e integração perversa. *Política Econômica em Foco*, Instituto de Economia/Unicamp, n. 1: 1-11, maio/ago. 2003.
- BI, J. China's new concept for development. In: Unctad. (org.) *China in a globalizing world*. Geneva: ONU, 2005.
- BOSWORTH, D.; YANG, D. Intellectual property law, technology flow and licensing opportunities in the People's Republic of China. *International Business Review*, n. 9: 453-477, 2000.
- BRÆKHUS, K. E.; ØVERLAND, I. A match made in heaven? Strategic convergence between China and Russia. *China and Eurasia Forum Quarterly*, vol. 5, n. 2: 41-61, 2007.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____. *O capitalismo tardio*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.
- CARVALHO, F. J. C. Keynes, a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Ipea, v.18, n.3: 741-764, dez. 1988.
- CARMODY, P.; OWUSU, F. Competing Hegemons? Chinese vs. American Geoeconomic Strategies in Africa. *Political Geography*, vol. 26, n. 5: 504-524, 2007.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Washington, DC, 2009. Disponível em: <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 8 jun. 2010.
- CHE, J.; QIAN, Y. Institutional environment, community government, and corporate governance: understanding China's Township-Village Enterprises. *Journal of Law, Economics, and Organization*, vol. 14, n. 1: 1-23, apr. 1998.
- CHEN, F. Order and stability in social transition: neoconservative political thought in post-1989 China. *The China Quarterly*, n. 151: 593-613, sep. 1997.
- CHINESES já se preparam para disputar licitação. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 fev. 2009.

CINTRA, M. A. M. A dinâmica dos mercados financeiros globais e as contradições da política monetária americana face à globalização financeira. *Ensaio FEE*, vol. 21, n.2: 183-206, 2000.

_____. Caracterização dos fundos, delimitação conceitual experiências internacionais e enfoques teóricos. Relatório I do Projeto de pesquisa – *O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento* – Subprojeto IX. Crédito direcionado e desenvolvimento econômico no Brasil: o papel dos fundos públicos. Campinas: IE/UNICAMP; Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007 (mimeografado).

CLARO, S. 25 años de reformas económicas en China: 1978-2003. *Estudios Públicos*, n. 91, invierno, 2003.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, IEA/USP, vol. 15, n. 41: 21-34, jan./abr. 2001.

CUNHA *et al.*, A. M. *A Diplomacia do Yuan: uma análise da estratégia de internacionalização financeira da China*. In: VII REUNIÓN DE ECONOMIA MUNDIAL, Alicante, abr. 2006.

CUNHA, A.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO JR, J. C.; MATIJASCIC, M.; ACIOLY, L. (orgs.) *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: Ipea, 2009.

CHINA BANKING REGULATORY COMMISSION (CBRC). *Annual Report*. Beijing, vários anos.

DANG, X. *Foreign Direct Investment in China*. Master's Thesis. Manhattan, KS: College of Arts and Sciences, Kansas State University, 2008.

DHAKAL, S. Urban energy use and carbon emissions from cities in China and policy implications. *Energy Policy*, n. 37: 4208-4219, 2009.

DEL ROIO, M. Marx e a questão do oriente. In: DEL ROIO, M. (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo: Icone Editora, 2008.

DENG X. *Selected works* (Vol. II, 1975-1982). Beijing: People's Press, 1993.

- DIAS, M. M. P. G. *A China no Séc. XXI: a evolução do sistema bancário e o futuro das reformas econômicas*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2004.
- EXPORTAÇÕES da China despencam 25% em fevereiro. *Revista Época Negócios*, Rio de Janeiro, 11 mar. 2009. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/>>. Acesso em: 29 jun. 2010.
- FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: LP&M, 2006.
- FERNANDES, L. M. Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real. In: FIORI, J. L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FERREIRA, N. Empresas da China iniciam comércio em moeda local. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>> Acesso em: 15 set. 2010.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *Oikos: revista de economia heterodoxa*, n. 8, ano VI: 77-106, 2007.
- FLASSBECK, H. China's spectacular growth since mid-1990's – macroeconomic conditions and economic policy changes. In: Unctad. (org.) *China in a globalizing world*. New York and Geneva: United Nations, 2005.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Country Profile: Food Security Indicators (China)*. Roma: United Nations, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/country_profiles/eng/China_E.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.
- FUJITA, M. The development of regional integration in East Asia: from the viewpoint of spatial economics. *Review of Urban and Regional Development Studies*, vol. 19, n.1 (45): 2-20, mar. 2007.
- FURTADO, C. A crise econômica contemporânea. *Revista de Economia Política*, vol. 8, n. 1: 5-13, jan./mar. 1988.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GAULIER, G.; LEMOINE, F.; ÜNAL-KESENCI, D. *China's integration in East Asia: production sharing, FDI & high-tech trade*. Paris: Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales, jun. 2005 (Working Paper n.05-09).

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HIRATUKA, C. A reorganização das empresas transnacionais e sua influência sobre o comércio internacional no período recente. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (orgs.) *Comércio Internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa*. Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Ipeadata: dados macroeconômicos e regionais*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 1 jun. 2010.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Laborsta*. Genebra: United Nations. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org/>>. Acesso em: 1 jun. 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *International Financial Statistics*. Washington, DC, 2008.

JABBOUR, E. K. *A China e a economia política do socialismo*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2010 (mimeografado).

JAIMOVICH, D.; PANIZZA, U. *Public Debt around the World: a new dataset of central government debt*. Washington, DC: IDB Research Department, 2006 (Working Paper n. 561).

KNIGHT, J. Reform, Growth, and Inequality in China. *Asian Economic Policy Review*, vol. 3: 140–158, 2008.

- LARDY, N. R. *Trade liberalization and its role in Chinese economic growth*. In: IMF/NCAER Conference. A Tale of Two Giants: India's and China's experience with reform and growth. New Delhi, nov. 2003.
- LAZZARI, M. R. Investimento direto estrangeiro e inserção externa na China, nos anos 90. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, vol. 32, n. 4 (55): 169-204, mar. 2005.
- LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas* (vol. III). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- LEUNG, J. Social welfare in China. In: WALKER, A.; WONG, C. K. (eds.) *Eastern welfare states in transition*. Bristol: Policy Press, 2005.
- LEWIN, M. *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LIN, J. Y. Rural reforms and agricultural growth in China. *The American Economic Review*, vol. 82, n. 1: 34-51, mar. 1992.
- LI, S.; XIA, J. The roles and performance of State Firms and Non-State Firms in China's economic transition. *World Development*, vol. 36, n. 1: 39-54, 2008.
- LOBO, C. E. R. *A República Popular da China e a trajetória das suas forças armadas*. São Paulo: Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico/PUC-SP, 2007. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art3.pdf>>.
- LOPES, D. B.; RAMOS, L. C. S. Existe uma ordem econômica internacional? A problematização de uma premissa. *Revista de Economia Política*, vol. 29, n. 2 (114): 267-284, abr./jun. 2009.
- LOSURDO, D. *Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LOURENÇO, G. M. A reversão do panorama externo e o Brasil. *Análise Conjuntural*, vol. 26, n. 5-6: 5-10, 2004.
- MADDISON, A. *Chinese Economic Performance in the Long Run: 960-2030 AD*. Paris: OECD, 2007.
- MAIS longo rio da China, Yangtze está cada vez mais poluído. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 2010. Disponível em: <<http://www.folha.com.br/>>. Acesso em: 21 set. 2010.
- MAO T. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999.

- MARQUES, F. *Brasil pode expandir área de arroz híbrido*. Arroz em Foco, 19 de março de 2007. Disponível em <<http://www.arroz.agr.br/site/arrozemfoco/070319.php>>.
- MASIERO, G. Origens e desenvolvimento das *Township and Village Enterprises* (TVEs) chinesas. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 3 (103): 425-444, jul./set. 2006.
- MEDEIROS, C. A. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____. Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia. *Economia e Sociedade*, n. 11: 151-172, dez. 1998.
- _____. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____. A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia. *Economia e Sociedade*, n. 17: 33-54, dez. 2001.
- _____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (orgs.) *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. *Observatório da economia global*, Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia/Unicamp, Textos Avulsos – n. 3, jun. 2010.
- MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS DA REPUBLICA ARGENTINA. *Información Económica al día*. Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/peconomica/basehome/infoeco.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- MINISTRY OF AGRICULTURE OF CHINA. *Explanations of the Regulation on Township and Village Enterprises of the People's Republic of China*. Beijing: China Legal Press, 1990.
- MONTEIRO NETO, A. *Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização)*. Brasília: Ipea, 2005 (Texto para discussão n.1126).

- MORAES, A. L. *A Liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro*. Brasília: Embrapa Informação e Tecnologia, 2004. (Texto para Discussão n. 22).
- MORAES, R. F. Instituições de segurança e potências regionais: a organização para a cooperação de Xangai (SCO) e a comunidade econômica dos estados da África ocidental (Ecowas). *Boletim de Economia e Política Internacional*, Ipea, n. 2: 37-47, 2010.
- MURY, L. G. M. *Uma metodologia para adaptação e melhoria de produtos a partir da engenharia reversa*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/UFRGS, 2000.
- NABUCO, P. *Do grande salto à desmaoização: 20 anos de história chinesa*. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, jun. 2009.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS (NBS). *China Statistical Yearbook*. Beijing, 2009. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2009/indexeh.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2010.
- _____. *China Banking Regulatory Commission*. Beijing, 2009. Disponível em: <<http://www.ceicdata.com>>. Acesso em: 8 jun. 2010.
- NAUGHTON, B. *The Chinese Economy: transitions and growth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.
- NOLAN, P.; WANG, Q. Beyond privatization: institutional innovation and growth in China's large State-owned Enterprises. *World Development*, vol. 27, n. 1: 169-200, 1999.
- NOLAN, P. *China at the crossroads*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- NONNEMBERG, M. J. B. *China: estabilidade e crescimento econômico*. Brasília: Ipea, 2010 (Texto para discussão n.1470).
- NORLING, N. China and Russia: partners with tensions. *Policy Perspectives*, vol. 4, n. 1: 33-48, 2007.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *OECD Economic Surveys: China, 2005*. Paris, 2005.

_____. *OECD Rural Policy Reviews: China, 2009*. Paris, 2009a.

_____. *Main Science and Technology Indicators*. SourceOECD Science and Technology Statistics, vol. 2009 release 01, Paris, 2009b.

_____. *OECD Economic Surveys: China, 2010*. Paris, 2010.

ORTEGA, F. A. *As Revoluções Coloridas: a antiga União Soviética a caminho da democracia?*

In: I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS, São Paulo, 12 a 14 de novembro de 2007.

PALMA, G. Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

POLIAKOV, Y. A Nova Política Econômica e a construção do socialismo na URSS. In: ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. (org.) *NEP – Política econômica de transição para o socialismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

RICUPERO, R. Inserção internacional brasileira. In: CARDOSO JR, J. C. (orgs.) *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea* (Livro 1). Brasília: Ipea, 2009.

ROBINSON, T. W. Chinese military modernization in the 1980's. *The China Quarterly*, n. 90: 231-252, jun. 1982.

RODRIGUES, J. M. S. *Max Weber: uma leitura da sociologia da religião*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2001.

ROSEN, D. H.; HANEMANN, T. *China's changing outbound foreign direct investment profile: drivers and policy implication*. Washington, D.C.: Peterson Institute of International Economics, 2009 (Policy Brief PB09-14).

_____.; HOUSER, T. *China Energy: A Guide for the Perplexed*. Washington, D.C.: Peterson Institute of International Economics, may 2007.

ROUSSET, P. As revoluções chinesas. In: LÖWY, M. (org.) *Revoluções*. São Paulo: Boitempo, 2009.

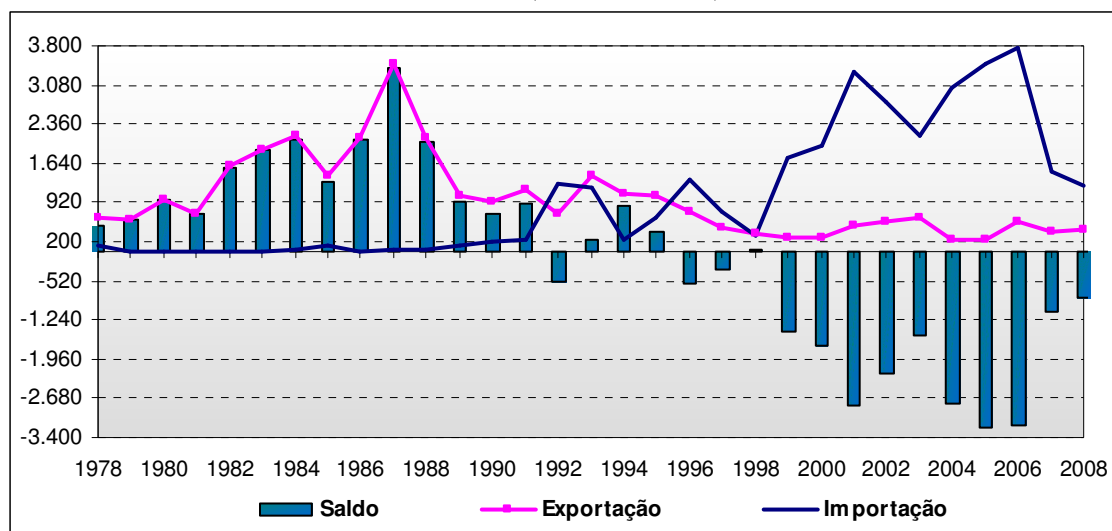
- RUAS, R. L. Progresso técnico e centralização do capital: algumas questões relevantes. *Ensaio FEE*, vol. 1, n.1: 5-31, 1980.
- RUGGIE, J. G. International regimes, transactions and change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, vol. 36, n. 2: 379-415, 1982.
- RUIZ, R. M. Desenvolvimento e Política regional na China. In: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional/Ministério da Integração Nacional (coord.). *Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.
- SAICH, T. Reform of China's science and technology organizational system. In: SIMON, D.; GOLDMAN, M. (Eds.) *Science and Technology in Post-Mao China*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- _____. Negotiating the State: The Development of Social Organizations in China. *The China Quarterly*, n. 161: 124-141, mar. 2000.
- SHAMBAUGH, D. Growing strong: China's challenge to Asian security. *Survival*, vol. 36, n. 2: 43-59, Summer 1994.
- SANTANA, C. S. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). *História Social*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, n. 17: 113-129, jul./dez. 2009.
- SANTAYANA, M. No centro do mundo. In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. (Org.). *China*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.
- TAKAGI, S. The yen and its East Asian neighbors, 1980-1995: cooperation or competition. In: ITO, T.; KRUEGER, A. O. (Eds.) *Changes in exchange rates in rapidly developing countries: theory, practice, and policy issues*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1999.
- TAO, R.; LIU, M. Urban and rural household taxation in China: measurement, comparison and policy implications. *Journal of the Asia and Pacific Economy*, vol. 10, n. 4: 486-505, 2005.

- TAVARES, M. C.; MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (org.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, A. O segredo dos preços chineses. *Revista Época Negócios*, Rio de Janeiro, 18 set. 2008. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/>>. Acesso em: 29 jun. 2010.
- TONG, D. *The heart of economic reform: China's banking reform and state enterprise restructuring*. PhD Dissertation. Santa Monica, CA: Rand Graduate School, 1999.
- TORRES FILHO, E. T. A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa. *Revista de Economia Política*, vol. 17, n. 1 (65): 5-19, jan./mar. 1997.
- TSUI, K.; WANG, Y. Between separate stoves and a single menu: fiscal decentralization in China. *The China Quarterly*, n. 177: 71-90, mar. 2004.
- UNITED NATIONS CONFERENCE OF TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Handbook of Statistics*. Genebra: United Nations, 2009. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/handbook/>>. Acesso em: 1 jun. 2010.
- VON ZEDTWITZ, M. *Internationalization of R&D: Perspectives from outside and inside China*. Chongqing: MOST/OECD Conference, oct. 2006.
- WEBER, M. *Ensayos sobre a sociologia de la religión*. Vol. I, Madrid: Taurus, 1983.
- _____. *Economia e sociedade* (vol. 1). São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2004.
- WHALLEY, J.; XIN, X. *China's FDI and non-FDI economies and the sustainability of future high Chinese growth*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2006 (Working Paper, n. 12249).
- WHITING, A. S. Chinese nationalism and foreign policy after Deng. *The China Quarterly*, n. 142: 295-316, jun. 1995.
- WORLD BANK. *World Development Indicators*. Washington, DC: The World Bank Group, 2009a. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 1 jun. 2010.

- WORLD BANK. *Global Development Finance*. Washington, DC: The World Bank Group, 2009b. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do/>>. Acesso em: 1 jun. 2010.
- WU, J. *Understanding and interpreting chinese economic reform*. Mason: Thomson Higher Education, 2005.
- YANG, D. *Foreign Direct Investment from Developing Countries: A Case Study of China's Outward Investment*. PhD Thesis. Melbourne: Centre for Strategic Economic Studies, Melbourne/ Victoria University, 2003.
- ZHANG, C. *et al. Promoting Enterprise-Led Innovation in China*. Washington, DC: The World Bank, 2009.
- ZONENSCHAIN, C. N. *O caso chinês na perspectiva do “catch-up” e das instituições substitutas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRRJ, 2006.

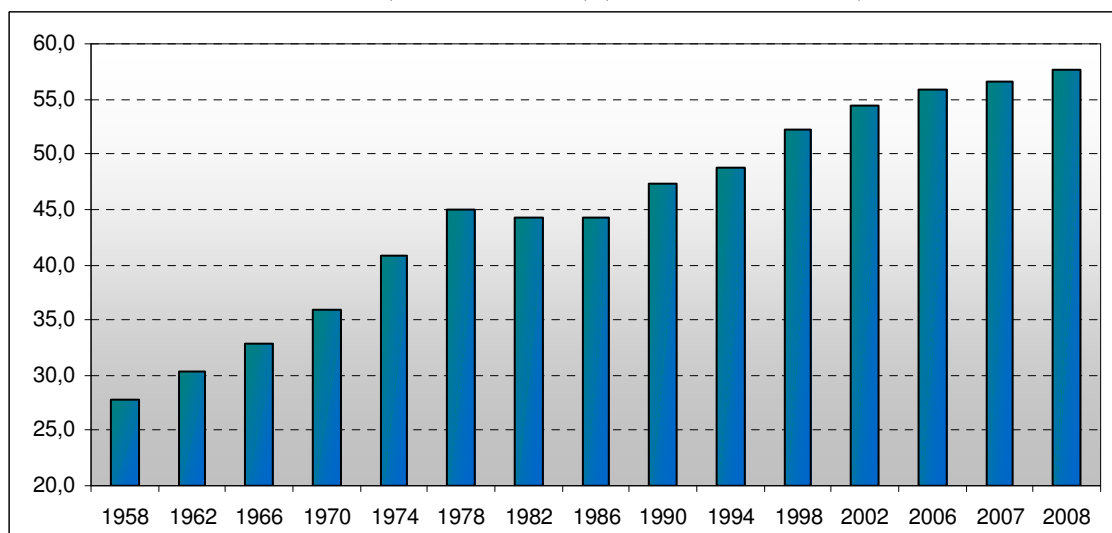
ANEXO

Gráfico A.1 – China: evolução do comércio internacional de armas
1978-2008 (em US\$ milhões)



Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

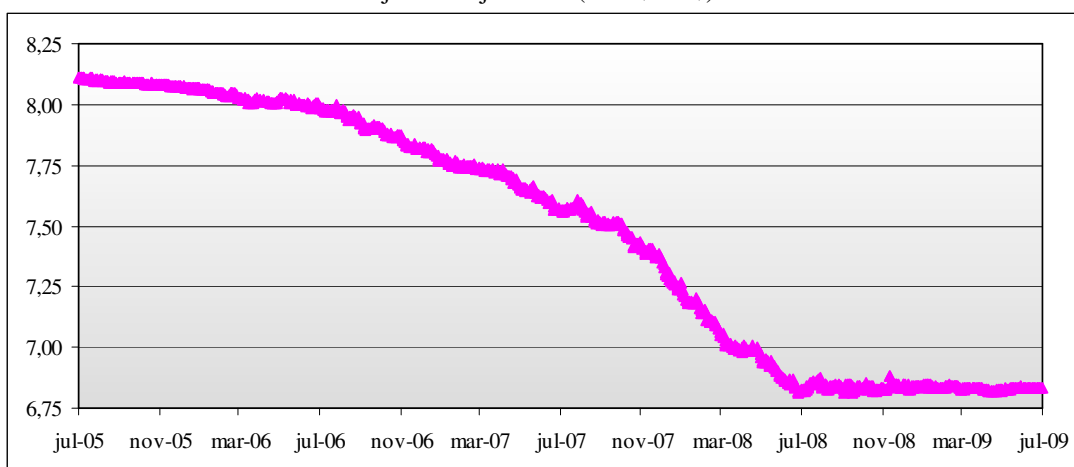
Gráfico A.2 – China: evolução da área irrigada
1958-2008 (anos selecionados) (em milhões de hectares)



Fonte: *Chinese Statistical Yearbook – NBS* (2009) e *NAGHTON* (2007). Elaboração própria

Gráfico A.3 – China: Evolução diária da taxa de câmbio nominal

jul/2005-jul/2009 (em ¥\$/US\$)



Fonte: *Información Económica al día* – Ministerio de Economía y Finanzas Públicas da Republica Argentina. Elaboração Própria.

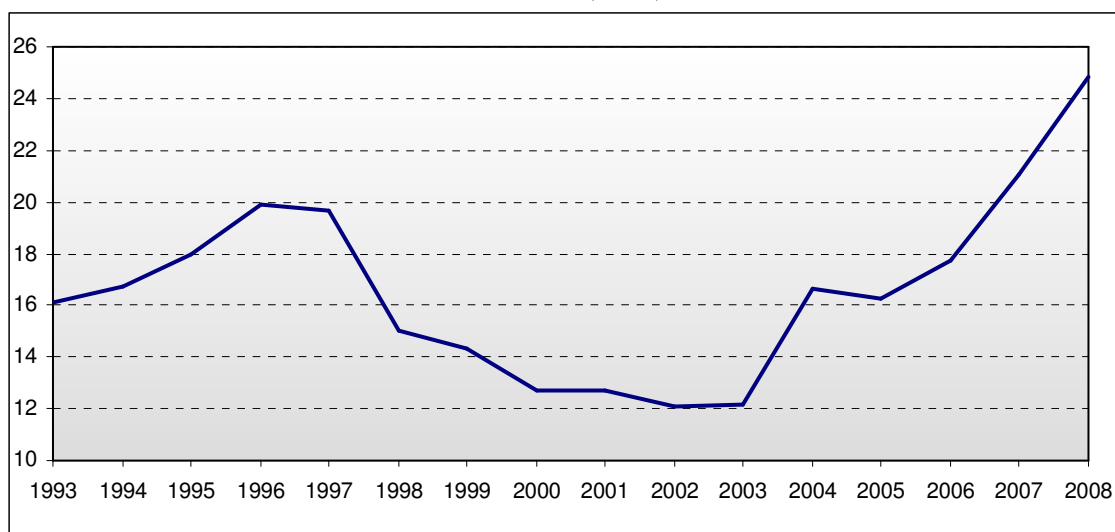
Tabela A.1 – China: Evolução dos salários real e nominal por tipo de empresa

1985-2007 (em número índice)

	Evolução do salário nominal médio (ano anterior = 100)			Evolução do salário real médio (ano anterior = 100)		
	Empresas Estatais	Empresas coletivas urbanas	Demais Empresas	Empresas Estatais	Empresas coletivas urbanas	Demais Empresas
1985	117,3	119,2	137,0	104,8	106,6	122,5
1990	111,1	108,0	110,3	109,7	106,6	108,9
1991	108,5	111,0	116,1	103,2	105,6	110,5
1992	116,2	113,0	114,4	107,0	104,1	105,3
1993	122,7	122,9	125,2	105,7	105,9	107,9
1994	135,8	125,2	126,9	108,7	100,2	101,5
1995	117,3	121,1	118,4	100,4	103,7	101,4
1996	111,6	109,4	110,7	102,6	100,6	101,7
1997	107,4	104,9	106,4	104,2	101,7	103,2
1998	106,1	102,5	97,7	106,7	103,1	98,3
1999	111,4	108,3	109,6	112,9	109,7	111,0
2000	111,8	108,5	111,8	110,9	107,6	110,9
2001	117,0	109,7	110,5	116,2	108,9	109,7
2002	115,1	111,6	108,8	116,3	112,7	109,9
2003	113,3	113,2	110,3	112,3	112,2	109,3
2004	114,8	113,1	111,6	111,1	109,5	108,0
2005	115,4	115,0	112,2	113,6	113,2	110,4
2006	114,5	115,3	113,8	112,8	113,6	112,1
2007	120,4	119,8	115,9	115,2	114,6	110,9

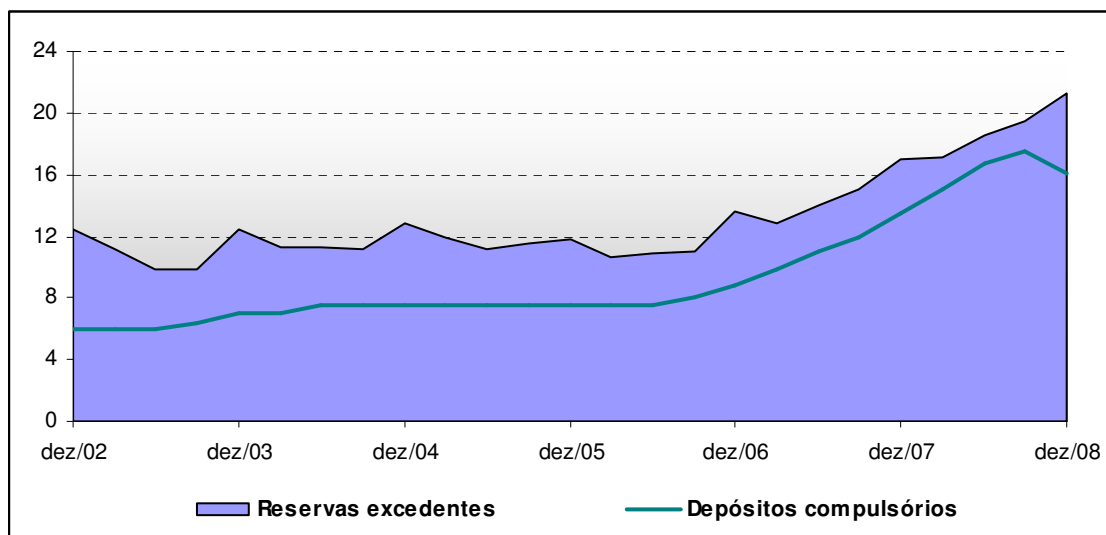
Fonte: *Chinese Statistical Yearbook* – NBS (2009).

Gráfico A.4 – China: evolução dos depósitos compulsórios em relação aos ativos bancários
1993-2008 (em %)



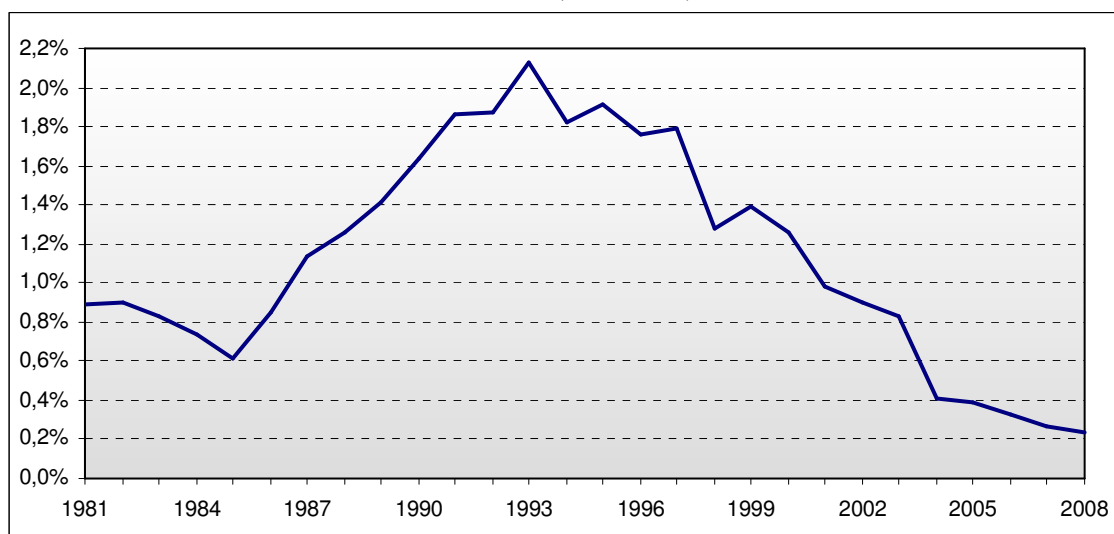
Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

Gráfico A.5 – China: evolução das reservas excedentes e dos depósitos compulsórios
dez/2002-dez/2008 (em a.a – %)



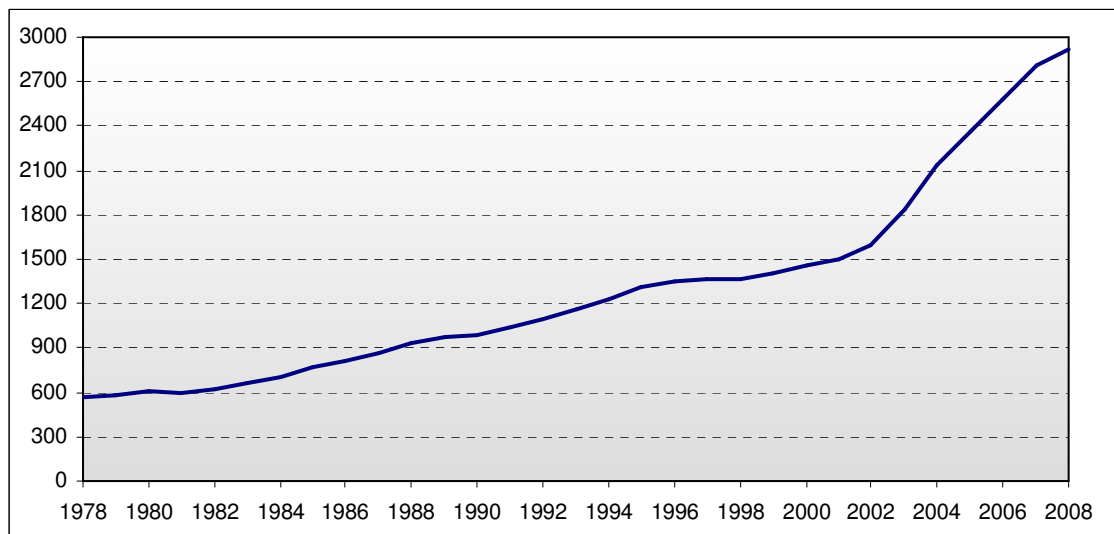
Fonte: OECD (2010)

Gráfico A.6 – China: evolução do serviço da dívida pública
1981-2008 (em % RNB)



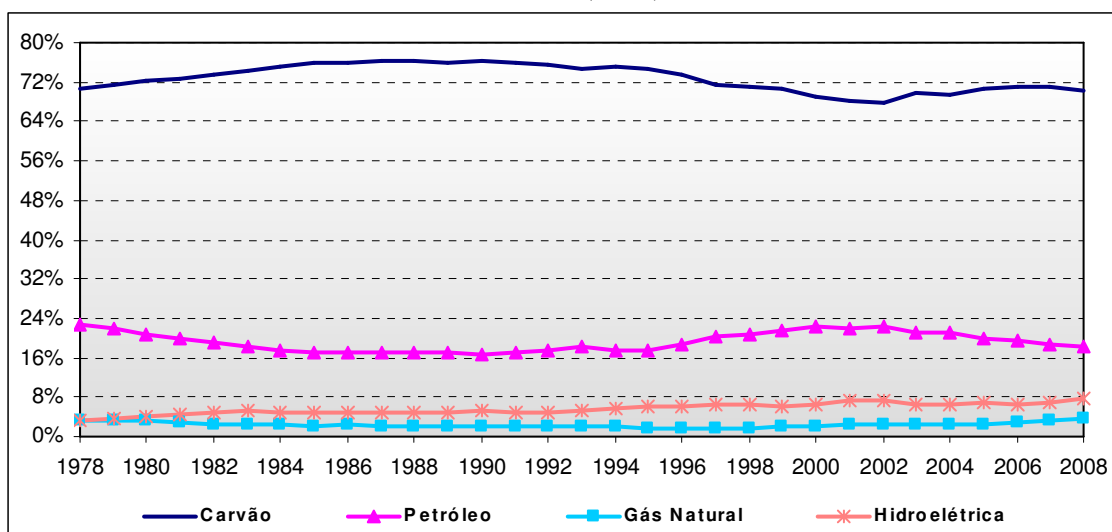
Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

Gráfico A.7 – China: evolução do consumo de energia
1978-2008 (em milhões de toneladas de SCE – *standard coal equivalent*)



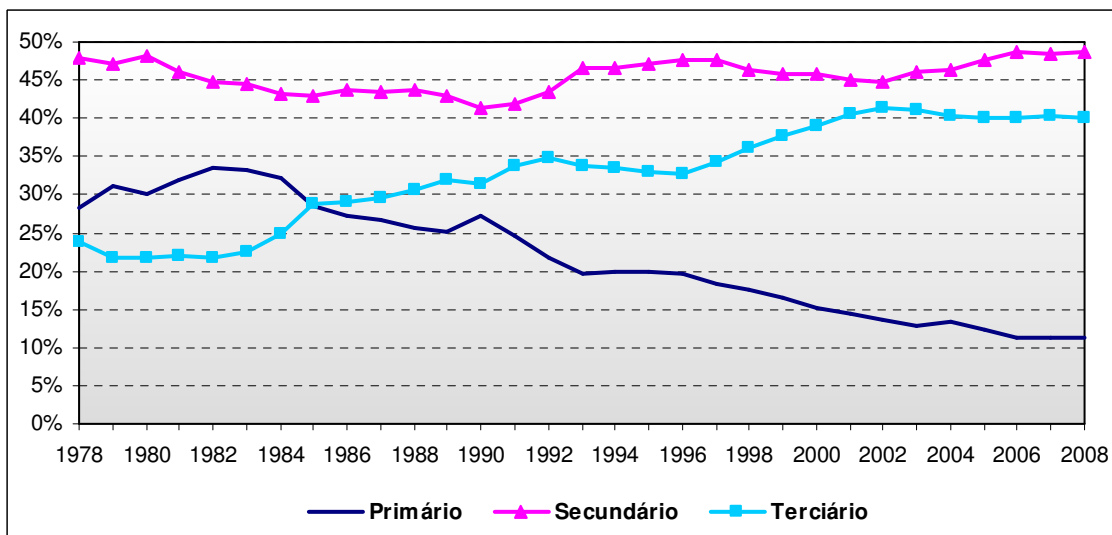
Fonte: OECD (2010)

Gráfico A.8 – China: estrutura da matriz energética
1978-2008 (em %)



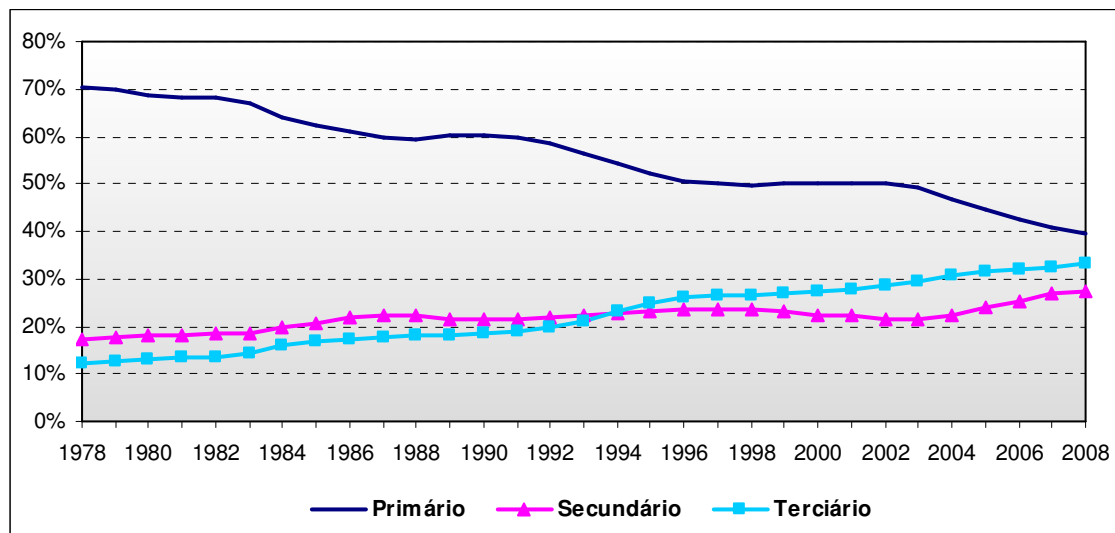
Fonte: OECD (2010)

Gráfico A.9 – China: composição setorial do PIB
1978-2008 (em %)



Fonte: *World Development Indicators; Global Development Finance – World Bank* (2009).
Elaboração própria.

Gráfico A.10 – China: composição setorial do emprego
1978-2008 (em %)



Fonte: *Chinese Statistical Yearbook* – NBS (2009).